O JAPÃO

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Gilberto Vergne Saboia

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Aluísio Azevedo

O Japão

Apresentação e Comentário por Luiz Dantas

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2011

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Juliana Corrêa de Freitas

Revisão:
André Yuji Pinheiro Uema

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem

Impresso no Brasil 2011

Azevedo, Aluísio.
O Japão / Aluísio Azevedo / por Luiz Dantas. –
Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
244 p.

ISBN 978-85-7631-314-4

1. Literatura Brasileira. 2. Romance.

CDU: 821.143.3(81)

Ficha catalográfica elaborada pela
Bibliotecária Sonale Paiva - CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei
n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Apresentação, 7

Introdução, 39

1º capítulo, 41
Jimmu Tennô – Jingô Kogô – Yoritomo,

2º capítulo, 53
Nobunaga – Taiko-Sama – Ieiás,

3º capítulo, 71
O Comodoro Perry – Ii Kammon

4º capítulo, 91

5º capítulo, 105
A Abertura

Chaves para compreender *O Japão* de Aluísio Azevedo, 119

1º capítulo, 121
2º capítulo, 156
3º capítulo, 183
4º capítulo, 216
5º capítulo, 228

Apresentação

A Estada no Japão

A carreira diplomática de Aluísio Azevedo começa dia 30 de dezembro de 1895, com sua nomeação oficial de vice-cônsul do Brasil em Vigo, Espanha. No mesmo ano é publicado *Livro de uma sogra*, seu último romance. A tomada de posse nas novas funções, a partida do Brasil significam para o escritor Aluísio Azevedo o silêncio, em parte interrompido pela composição de *O Japão*, entre 1897 e 1899, em Yokohama, enquanto obra de proposições mais ambiciosas. Os obstáculos para a sua edição japonesa, a partida do vice-cônsul para a Argentina, tudo isso fez que o livro de impressões sobre o Japão não chegasse a uma forma definitiva, nem fosse editado. Em seguida, os manuscritos da obra acompanharam o diplomata durante suas viagens, muitas vezes mencionados na correspondência e pelos amigos que o visitaram. Não foram, todavia, nem inteiramente acabados, nem retomados. Rapidamente, tentemos acompanhar as etapas do destino curioso deste livro.

Para se compreender a reviravolta brusca que, em 1895, transforma o escritor em diplomata, seria preciso mencionar as condições de existência do escritor maranhense. De fato, durante o período da grande produção romanesca de Aluísio Azevedo, que vai da publicação de *Casa de Pensão*, em 1883, até *O Cortiço,* em 1890, o escritor representa o papel solitário e árduo de profissional do romance, num país onde a

edição não tinha ainda obtido o status de indústria. Aluísio Azevedo viveu sempre da sua pena, com exceção de um curto intervalo, em que foi funcionário público na administração carioca, seis meses ao todo, em 1891, situação comprometida pela ascensão do Marechal Floriano. Entretanto, embora precário, esse período coroava certas tentativas feitas por Aluísio Azevedo junto aos amigos, como demonstra uma carta que escreveu ao deputado Afonso Celso, que resume de modo eloquente as dificuldades do romancista:

> Rio, 25 de novembro de 1884.
> Meu caro Afonso Celso,
> Isto que vai aqui é uma carta antipática e mal conformada. (...) desejo ardentemente descobrir uma colocação qualquer, seja onde for, ainda que na China ou em Mato Grasso, contanto que me sirva de pretexto para continuar a existir e continuar a sarroliscar os meus pobres romances, sem ser preciso fazê-los *au jour le jour*.
> (...) Ora, dessa forma, só fazendo como neste momento faço: vindo a ti e pedindo-te que, logo que passe pelos olhos um desses cargos, lhe ponhas a mão em cima e me atires com ele, que eu o receberei com melhor vontade que a de um náufrago ao receber uma tábua de salvação. Repito: seja lá o que for – tudo serve; contanto que eu não tenha de fabricar Mistérios da Tijuca e possa escrever *Casa de Pensão*.
> Talvez te pareça feio e até ridículo o que acabo de fazer; não sei, mas, desnorteado como estou, sôfrego por assentar esta maldita existência de boêmio que já se me vai tornando insuportável, agarro-me a ti, por julgar-te mais perto de mim e mais apto do que outro qualquer, para compreender a sinceridade do que estou dizendo (...).

Coelho Neto recolhera, igualmente, declarações muito semelhantes de Aluísio Azevedo:

> (...) Escrever para quê? Para quem? Não temos público. Uma edição de dois mil exemplares leva anos a esgotar-se e o nosso pensamento, por mais original e ousado que seja, jamais se livrará no espaço amplo: voeja entre as grades desta gaiola estreita, que é a celebrada língua dos nossos maiores. Camões, se houvesse escrito em francês, o poema típico do Renascimento não seria a *Divina Comédia* e sim *Os Lusíadas*. E que é, em verdade, essa

> obra-prima? O monumento de um povo, quando podia ser o padrão de toda uma era, tão só porque foi fundido no metal pesado e tão arreveso à cinzeladura que só presta, quando muito, à obra de marchamartilho. Escrever para quê? Para quem? Semeia-se a mãos fartas, mas o solo quando não é pedregoso, é de mato bravio e a sementeira mirra ao abandono ou parece sufocada: indiferença ou analfabetismo. Dão-me as letras para viver, mas eu é que sei como vivo! Digo-te apenas que no dia que, aliás, não espero – em que conseguisse alguma coisa que me garantisse o teto e a mesa, deixava de mão pena, papel, tinta e todas essas burundangas que só têm servido para incompatibilizar-me com o clero, a nobreza e o povo. De letras estou até aqui! Os editores enriquecem como fazendeiros: às custas dos escravos. O Garnier, por exemplo: dizem-me que tem milhões e dá-me seiscentos mil-réis chorados pela edição de um romance. O meu ideal é um emprego público, coisa aí como amanuense ou escriturário, com vencimentos certos.

Para completar o quadro da condição do escritor profissional no Brasil da época, lembremos somente que Aluísio Azevedo recebia do Estado, durante os meses que trabalhou como funcionário público, seis contos de réis anuais, e que no mesmo ano recebeu do editor H. Garnier a soma de um conto de réis pelo contrato de venda de *A mortalha da Alzira*. Considerando-se que Aluísio Azevedo já era tido como escritor de sucesso, e que o seu emprego público não era uma situação brilhante, a soma de um conto de réis oferecida pela venda dos direitos de autor toma, então, sua justa proporção.

Muito brevemente, eis aí algumas razões que levaram Aluísio Azevedo a aceitar a sugestão de outro amigo, conterrâneo, Graça Aranha, e apresentar-se ao curso de cônsul de carreira na Secretaria do Exterior, que venceu brilhantemente, em parte graças às lições de Direito Internacional dadas pelo jovem advogado Graça Aranha.

Em 11 de fevereiro de 1896, Aluísio Azevedo deixa o Brasil. Um jornal da época, o "Don Quixote", noticia a partida:

> O ilustre autor da *Casa de Pensão*, o operoso romancista que a golpes de trabalho conquistou um nome respeitoso e glorioso, partiu para Vigo, onde vai exercer as funções de vice-cônsul, e antes veio trazer-nos seu abraço de despedidas. Acompanham o Aluísio os nossos mais sinceros votos pela sua prosperidade na formosa e risonha terra de Espanha, onde

> ele vai ser vice-cônsul do Brasil – e cônsul de primeira classe das letras brasileiras. Esperamos ansiosos pelo próximo volume, que, inspirado por aquelas amenas paragens, nos enviará certamente o incansável e aplaudido romancista.

Depois de uma passagem por Lisboa, Aluísio Azevedo instalou-se em Vigo em março de 1896, e onde ficou até primeiro de julho de 1897. Esse período é abundantemente descrito pelo romancista em suas cartas, reunidas na quase totalidade num volume póstumo, *O touro negro*.

As atividades consulares de Aluísio Azevedo em Vigo estavam ligadas estreitamente à imigração para a Amazônia, onde, na época, a borracha se encontrava em plena expansão. Em julho de 1896, o romancista é, aliás, nomeado pelo governo do Estado do Amazonas "auxiliar de imigração", o que lhe valia um suplemento de vencimentos de seis contos de réis. Mas a experiência de Vigo foi decepcionante para Aluísio Azevedo, sobretudo se a compararmos à estada no Japão, que vai segui-la; até mesmo os sonhos de estabilidades foram desmentidos. Na correspondência voltam invariavelmente aos mesmos temas, dificuldades materiais, a distância dos amigos e a impossibilidade de fazer outros, as saudades do Rio, a grosseria dos galegos, a ausência de qualquer fonte de interesse. Entretanto, o período de exílio não será longo, porque em 17 de abril de 1897, e resultado dos esforços dos amigos brasileiros e do irmão Artur Azevedo, o romancista é transferido como vice-cônsul para Yokohama, no Japão. Época feliz, pois uma outra notícia chega do Brasil, a eleição, em 28 de janeiro desse mesmo 1897, de Aluísio Azevedo à Academia Brasileira de Letras, onde ocupará a cadeira de nº 4.

A estada de Aluísio Azevedo no Japão, por muitos aspectos, será oposta à experiência galega. A começar pelo restabelecimento da atividade literária, pelo fascínio que esse país exercia sobre o escritor (o livro sobre o Japão seria prova eloquente) e enfim – infelizmente – pela escassez da correspondência, o que torna o período muito mais difícil de ser seguido do que o precedente.

As relações oficiais entre o Brasil e o Japão tinham começado somente em 5 de novembro de 1895, com a assinatura do *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação* entre os dois países, e quando foram criadas as representações nas duas capitais. A ausência de uma correspondência mais farta impede qualquer conhecimento preciso das

atividades do romancista no consulado de Yokohama, assim como as etapas do conhecimento do país (leituras, viagens, encontros). Com exceção do número reduzidíssimo de documentos, que iremos citar, só restam mesmo algumas referências tardias feitas pelo próprio Aluísio Azevedo nas cartas, e alguns depoimentos de amigos, sem falar num certo número de informações, bem magro, no texto de *O Japão*. Dessa forma, é impossível afirmar, por exemplo, se Aluísio Azevedo continuou no Japão suas atividades de agente de imigração, as quais ocupavam grande parte de seu tempo em Vigo. Lembremos somente que o primeiro grupo de imigrantes japoneses com destino ao Brasil deixou Kobe bem mais tarde, em 28 de abril de 1908. Essa primeira etapa do processo de imigração japonesa em direção ao Brasil tinha sido, todavia, precedida por certo número de contatos preliminares entre os grandes fazendeiros paulistas e os representantes das autoridades japonesas, e que isso data precisamente do ano de 1897.

Aluísio Azevedo chegou a Yokohama em primeiro de outubro de 1897, depois de uma passagem de alguns dias em Paris; ele abandonara suas antigas funções em primeiro de julho do mesmo ano. Da etapa parisiense, existe um vestígio importante na redação de *O Japão*: a utilização de documentos franceses como fonte, e particularmente a obra de Georges Bousquet, que teremos muitas vezes ocasião de mencionar. Quanto ao embarque, ocorreu em Marselha, ponto de partida obrigatório da linha de navios para o Extremo Oriente das Messageries Maritimes. Numa carta posterior a Lúcio de Mendonça (de 26 de dezembro de 1900), Aluísio Azevedo resume as dificuldades que encontrou para exercer seu novo cargo:

> O Dionísio (general Dionísio Cerqueira, Ministro das Relações Exteriores), por falta de verba ou por economia, decidiu fazer-me seguir para o Japão ainda na qualidade de vice-cônsul, percebendo eu apenas as ajudas de custas a essa categoria correspondente, mas com a promessa formal de que, desde que eu lá estivesse, seria promovido a cônsul. Fui, e só ao fim de um ano, graças ao meu irmão Artur e ao meu bom amigo Graça Aranha, o Senado, de acordo com o Dionísio, resolveu, em minha intenção e só para me valer, transformar o consulado geral em Yokohama em dois consulados simples, suprimindo um chanceler e um vice-cônsul, de modo a não haver nenhuma alteração na verba orçamentária votada para as despesas consulares naquele

> império. E só faltava a sanção da Grande Besta (o presidente Prudente de Morais) que aliás tinha sido previamente ouvido sobre o caso do respectivo ministro. O Aranha e o Artur davam a coisa por feita e escreveram-me nesse sentido; mas o Salafrário (sempre o mesmo presidente), em vez de me nomear, nomeou Jacinto Ferreira da Cunha (que publicará, inclusive, um pequeno livro sobre o Japão, *Memórias de um cônsul no Japão*, Nápoles, 1902), sobrecarregando desse modo o Tesouro com uma ajuda de custo de cônsul para o Extremo Oriente, que é a mais cara do Corpo Consular, e ainda com os gastos da minha repatriação, equivalentes à metade da outra despesa; despesas que se evitariam se as cousas seguissem o rumo ajustado. E quando o general Dionísio, depois de ceder à pressão presidencial, perguntou ao Salafrário por que lhe fizera faltar ao prometido, arredando um candidato que lhe parecia digno, o Salafrário lhe respondeu que 'a pedra da bexiga passara para o sapato...' referindo-se a uma quadrinha do 'Gavroche' (o mordaz Artur Azevedo) no *País* a respeito da enfermidade vesical daquela besta, quando o Manuel Vitorino (o vice-presidente) acabava de receber o formidável coice que o pôs fora do Governo. De sorte que, porque meu irmão publicou uma quadrinha satirizando aquele tipo, o tipo nem só não me deu o lugar que se criou para mim, como ainda me prejudicou seriamente no meu futuro.
>
> (...) E a cousa chegou a este extremo pelo seguinte processo: a nomeação do tal Cunha era *ipso-facto* a minha exoneração por extinção do lugar. O Henrique Lisboa, então ministro no Japão, telegrafou ao Dionísio sobre as desvantagens da minha retirada daquele país (conhecia ele de leitura o livro que eu estava engendrando sobre *Dai Nippon*) e o Dionísio, que me julgava lesado, resolveu conservar-me como vice-cônsul honorário, pago, com os mesmo vencimentos anteriores, pela verba de Extraordinários do Exterior. Consultou-me sobre o caso por telegrama, e eu resolvi ficar para poder continuar a fazer o meu livro. Note-se que o telegrama me surpreendeu já em S. Francisco da Califórnia, perdendo eu três meses nesse passeio forçado, e quase naufragando à volta, a bordo do vapor inglês *Coptic*.

Nessa longa carta, além da instabilidade da situação de Aluísio Azevedo e da referência à redação do livro, aparece a dupla estada no Japão, interrompida por um falso retorno do cônsul ao Brasil, via Estados Unidos, a bordo do navio inglês *Coptic* (da Ocidental and Oriental Steamship Co.). Foi durante a escala americana de São Francisco que Aluísio Azevedo recebeu o telegrama do Ministério das Relações

Exteriores pedindo que regressasse ao Japão, o que de fato fez, a bordo do mesmo navio, que, peripécia suplementar, quase naufragou, investido por um tufão, o restante da viagem tendo sido feito à vela.

Outro acontecimento importante, com repercussões diretas no destino do livro sobre o Japão, e datado dos últimos dias da primeira estada de Aluísio Azevedo em Yokohama, é a assinatura do contrato de venda de toda a obra do editor H. Garnier. O documento é de 11 de setembro de 1897, e o romancista fez-se representar no Rio de Janeiro pelo amigo Graça Aranha. A venda dos direitos autorais era da importância de dez contos de réis, soma que Aluísio Azevedo pedirá mais tarde a Graça Aranha para enviar, de maneira a financiar uma edição japonesa da obra. Vamos deixar a outro amigo do escritor, Afrânio Peixoto, o cuidado de contar o que se passou entre Aluísio Azevedo e seu procurador Graça Aranha, e que fez com que o projeto da edição japonesa do livro fracassasse:

> Foi assim que se expatriara. Estivera no Japão. Tão diversa e forte sentiu que era a nova civilização desse velho povo, que, mais do que os trabalhos e propósitos, se lhe impôs a vontade de um livro. (...) O Japão continuava o país fabuloso, dos *samurais* e das *musumês*, das primaveras e dos outonos magníficos. Japão de porcelanas e de biombos. Versão apenas mais edulcorada, do Cipango dos quinhentistas e dos leitores céticos de Fernão Mendes Pinto. Loti escrevera um livro, que fez fé, mercê do estilo xaraposo e do esnobismo dos diletantes que aí acharam todas as fantasias estafadas sobre o Japão.
>
> Aluísio não era só um poeta e por isso quase lhe enjoara essa ridícula e insípida *Madame Chrysanthème*. Sentiu ao invés a sugestão profunda e forte da alma japonesa, e quis guardá-la em algumas páginas para virem dizer nos antípodas todo esse encanto inesperado de antigas virtudes, desconhecidas ou esquecidas no Ocidente, todos esses propósitos não dissimulados, que elaboravam, assimilando-as, as vantagens técnicas de que é feita a civilização europeia. O Japão, como viemos a vê-lo, já aí se achava numa profecia, fácil pois que era a de um observador que sabe ver e que não colabora com a sua imaginação ou o gosto estranho de seu público para ajeitar e amaneirar a documentação criteriosa. O Artista, porém, não seria desatendido, e o livro daria, materialmente mesmo, do papel às gravuras, feito e impresso no Japão, uma demonstração material de gosto e de cultura, comentando a narração

das crenças, tradições, poética, costumes e virtudes públicas e privadas dos japões.

Aluísio contava para isso, pois não queria publicar apenas mais um livro amarelo de três francos e cinquenta, com a restituição legítima dos direitos de autor, um tanto morosamente reconhecido pelos seus editores, aos quais, certo da pouca diligência em solver compromissos deslembrados, teve de ameaçar com o oficial de justiça. A reparação amigável que lhe ofereceram, pela propriedade de suas obras aí editadas, para de vez regularem os recíprocos direitos, produziu mais de uma centena de contos.

Aluísio, ausente, esperava o dinheiro para mandar imprimir o livro no Japão, quando recebe carta do seu advogado, um homem de letras (trata-se, é claro, de Graça Aranha) que do próprio juízo decidira transformar o letrado em proprietário. Havia o reclame nos jornais por edificações em Copacabana e um pedaço de terras e areias, uma praia encantadora, se trocaram por aquele dinheiro. Estava Aluísio proprietário, e o livro sobre o Japão, já que não podia mais ser publicado, como o desejara, não o seria mediocremente. Tão fundo foi o desapontamento e despeito por essa imprudência do seu procurador, que nem os títulos da sua nova propriedade quis o romancista haver e conservar. Eles ficaram por aí, e só agora, na última viagem ao Rio (refere-se à estada de novembro a dezembro de 1910), e ainda por interposto amigo (Florindo de Andrade), isso se liquidou: as terras e os títulos de posse, obtidos, passaram adiante, apenas já valorizados por uma delonga de dez anos (o terreno, comprado por 10 contos, foi vendido por 50 contos).

Mas o livro sobre o Japão não se publicara. O que ele vira, outros viram também, e, mais felizes o disseram. O que ele pronunciara, sem o divulgar fora publicado pela ação, na história, naquele conflito de uma guerra tremenda (a guerra russo-japonesa, de fevereiro de 1904 a setembro de 1905), na qual se começou a repelir a Europa para o Ocidente. Dia a dia o livro ia sendo conhecido e sabido por todo o mundo sem que fosse impresso e lido. Um livro esgotado e inédito. Agora já pareceria feito de lugares comuns e as deduções e profecias seriam cousas passadas: a novidade e a perspicácia de observação seriam até pela malícia havidas como arranjo e embuste, pela crítica como desinteressantes e ociosas.

Aluísio, desgostoso, não quis mais escrever. Do Japão lhe ficara essa mágoa profunda e uma saudade que talvez fizesse esquecer a outra. Vi muitas vezes no seu gabinete de trabalho, em Nápoles, uma tela de seda com uma imagem encantadora: era Satô, uma criatura formosa, quase ocidental na sua miúda

> face morena, mas com a graça tênue e sutil, de recato e de simplicidade, das *musumês*, já lendárias. Trouxera-lhe a efígie, desenhada por um hábil artista do país, já que o não pudera acompanhar. Os pais velhos, numerosa parentela, impediram a esposa de seguir o seu conquistador branco, para o outro lado da terra. Aluísio era esquivo e discreto nos seus sentimentos: pensei num romance, desses íntimos que os mesmos romances não contam. Quando me falou nela, porque lho perguntei, disse apenas isto, em palavras soltas, olhando-as com os olhos compridos; chamava-se Açúcar, se os nomes se podem traduzir, e deverá ser uma pessoinha doce e amável, porque mais de dez anos, e outro mundo de permeio, não lhe privaram de uma saudade.

Para completar o episódio do uso abusivo dos dez contos de réis pelo procurador Graça Aranha, acrescentemos (já que Afrânio Peixoto, com um pudor que é compreensível, faz somente alusões) que por ocasião do retorno ao Brasil, Aluísio Azevedo, proprietário legítimo da soma, constatou que a escritura de compra do terreno tinha sido feita em nome do procurador. O nome de Aluísio Azevedo não aparecia em nenhum dos documentos, o que dá origem ao litígio que só terminará em 1910, durante a última viagem do escritor ao Rio, que pôde então se ocupar diretamente da questão, e receber enfim, alguns meses mais tarde, o produto da venda do terreno.

A única carta conhecida e datada da estada de Aluísio Azevedo em Yokohama é a que escreveu ao irmão Artur Azevedo em 14 de agosto de 1898 (o documento é inédito no Brasil e faz parte das muitas contribuições para o conhecimento da biografia do escritor, contidas na tese do Sr. Jean-Yves Mérian, *Aluísio Azevedo, vie et oeuvre (1857-1913)*, Universidade de Rennes, 1980. Ela vem completar o clássico *Aluísio Azevedo – uma vida de romance*, de Raimundo Menezes, particularmente no que toca à formação do romancista, e o clima intelectual de São Luís do Maranhão, às condições materiais da produção literária no Rio de Janeiro do fim do Império e aos arquivos conservados pelos herdeiros de Aluísio Azevedo em Buenos Aires):

> Querido Artur,
> Deixei Mito anteontem e com ele ficou a estrada de ferro; agora viajo em *congo* e cá estou em Oda, província de Mitachi, onde a pobre população me olha como se fosse bicho raro. Deixei a minha mala em Mito e só trouxe uma

maleta de mão; lá se me ficou também o tinteiro e o papel, obrigando-me a escrever-te a pincel e nanquim. Este papel em que te escrevo é feito em rolo donde se vai gastando à proporção que se precisa (estava bom para Rui Barbosa) e o tinteiro correspondente é muito curioso, é uma caixinha de tinta. Desta mania de ficar conhecendo o verdadeiro Japão e a legítima vida japonesa, tenho experimentado das boas. Do que eu trazia de provisão da comida europeia, nada mais me resta e começo a familiarizar-me com a pitança japonesa. O grande caso é que meu livro há de ser verdadeiro, porque hei de entrar no coração do japonês como estou penetrando no íntimo do seu país e dos seus costumes. Imagina que meu quarto é do tamanho de uma cama e que não me deixam dormir às escuras, para não ser perseguido por maus espíritos.

Nunca estou só; tenho sempre ao meu lado duas ou três musumês encarregadas de afastarem o tédio que imaginam que eu tenha; já tomei banho com toda a família e tive a ocasião de rir amarelo na rua; apesar de já não sair senão de quimono, os garotos acompanham-me e alguns me dão surriada. Vim encontrar aqui a única japonesa verdadeiramente bonita de corpo que até agora tenho visto; é escultural apesar de pequenita; uma Vênus cor de âmbar, é risonha, com duas covinhas na face. O congo de que falei tem este feitio: (há um desenho como descrição, Aluísio Azevedo foi também caricaturista profissional) eis a minha lanterna: (novo desenho). Trouxeram-me o almoço (desenho). Pintei de preto (desenho) para fazer saber qual a parte do corpo que fica nua. Até breve. Não posso continuar senão o papel não cabe no envelope.

Teu Aluísio.

Para encerrar a lista de documentos sobre a experiência japonesa de Aluísio Azevedo, falta citar o único texto que o autor publicou efetivamente sobre o assunto. Trata-se de "Japonesas e Norte-Americanas", ensaio destinado ao *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1904. Seria inútil reproduzi-lo aqui, pois foi várias vezes editado. Contento-me de fornecer a referência para consulta: por exemplo, numa edição recente e acessível – *Aluísio Azevedo* in "Literatura Comentada", Abril Educação, 1980, seleção de textos e estudos por Antônio Dimas. Ao referir-se a esse texto, a crítica normalmente afirma ser um fragmento do livro sobre o Japão. Há de se fazer uma ressalva. "Japonesas e Norte-Americanas" não foi extraído,

exatamente, dos manuscritos, parciais, mas acabados que a Academia Brasileira de Letras conserva. Talvez a ideia já tivesse sido esboçada por Aluísio Azevedo nas notas preliminares ao livro, talvez o assunto devesse integrar um dos capítulos, ou então, também é possível, foi redigido expressamente para o Almanaque. Mas há um aspecto mais interessante. Esse texto é um tanto desconcertante, espantoso, por suas ideias arquiconservadoras sobre a mulher. "Japonesas e Norte-Americanas" é uma apologia da mulher oriental enquanto exemplo de submissão e de virtudes domésticas tradicionais, em oposição à mulher americana, liberada, mas já contaminada pelos mesmos vícios que afetam a sociedade masculina. Ora, a argumentação de Aluísio Azevedo sobre esse debate é vizinha da que utiliza quando discute o problema da modernização do Japão, em contato com a civilização Ocidental (grosso modo, o assunto dos capítulos 3, 4 e 5 de *O Japão*). Aluísio Azevedo é um ferrenho defensor do isolacionismo japonês (lembremos, desde já, que o Japão foi forçado a abrir suas portas ao Ocidente em meados do século XIX, o que provocou grandes transformações em suas estruturas tradicionais), e se deixa voluntariamente convencer pelos argumentos do nacionalismo exaltado. Em ambas as discussões, apesar da diferença de fundo, o seu raciocínio segue entretanto uma mesma linha de pensamento. Aluísio Azevedo afirma que o Japão só teria a perder no convívio com as grandes potências imperialistas ocidentais, pois não tardaria a adquirir as mesmas taras congenitais (desrespeito dos valores cavalheirescos, ambição desmedida, decadência das velhas formas de arte em proveito do industrialismo banal, etc.).

Por outro lado, quando faz o elogio da mulher japonesa, opõe como contrário a figura da americana que, copiando as maneiras masculinas (assim chama o direito a um trabalho idêntico, livre escolha na vida sentimental, possibilidade de conviver socialmente em pé de igualdade, etc.), acabou por perder todo um patrimônio de virtudes, a felicidade dentro da submissão, sabedoria que o escritor afirma bem viva ainda entre as japonesas. Ora, não vale a pena entrar no debate, tanto um quanto o outro, enquanto tal, e aqui. Mais importante é sublinhar o parentesco dos dois textos, da maneira de conduzir as duas discussões, a necessidade de colocá-los lado a lado para uma melhor compreensão da atitude de Aluísio Azevedo, e da coerência de suas ideias.

Por fim, voltando à permanência do escritor em Yokohama, acrescentaríamos que as funções diplomáticas no Japão terminaram no último ano do século passado, por um decreto de 22 de dezembro de 1899, que enviava o cônsul Azevedo a La Plata, na Argentina. A carreira, a seguir, será movimentada; por essa razão apresentamos num quadro cronológico as várias mudanças, após a temporada japonesa, e sempre no exercício da carreira diplomática:

1899 Por decreto de 22 de dezembro de 1899, Aluísio Azevedo é nomeado cônsul honorário em La Plata, Argentina.

1900 Posse em 1º de março, depois de breve passagem pelo Rio de Janeiro.

1903 Em 31 de março, Aluísio Azevedo é titularizado pelo Ministério das Relações Estrangeiras, após intervenção direta em seu favor do próprio ministro, o Barão do Rio Branco.
Em 16 de junho, toma posse nas novas funções em Salto Oriental, Uruguai.
Em 3 de novembro chega em Salto Oriental a notícia da transferência para Cardiff, Inglaterra, que Aluísio Azevedo acolhe com alegria.

1904 Em 7 de janeiro, Aluísio Azevedo deixa Salto Oriental.
Passagem pelo Rio de Janeiro, durante os meses de janeiro e fevereiro.
Partida para Bordeaux, no começo de março.
Em 1º de abril, Aluísio Azevedo assume seu cargo em Cardiff, depois de viagem a Paris e Londres.

1906 Um decreto de 3 de dezembro o nomeia em Nápoles.

1907 Em 1º de fevereiro, partida de Cardiff.
Em 13 de março, posse em Nápoles, depois de viagem a Paris e passeio pela Europa.

1908 Morte do irmão, Artur Azevedo.

1909 No outono, visita de Afrânio Peixoto e começo de sólida amizade entre os dois escritores. Aluísio Azevedo confessa-lhe o desejo de escrever um romance inspirado em *Os Sertões* de Euclides da Cunha, publicado em 1902.

1910 Um decreto de 29 de julho nomeia Aluísio Azevedo cônsul de 2ª classe em Assunção, Paraguai.
Em agosto, na ilha de Ischia, redação da novela *O touro negro*.
Na metade de outubro, embarque em Gênova, depois da partida em Nápoles em 9 de setembro e de uma viagem turística ao norte da Itália.
Estada no Rio de Janeiro, em novembro e dezembro, última viagem ao Brasil.
Em 14 de dezembro, Aluísio Azevedo redige o testamento, pelo qual metade dos seus bens passam à Sra. Pastora Luquez, sua governanta desde La Plata, e às duas crianças desta, Pastor e Zulema.
Em 30 de dezembro, Aluísio Azevedo é promovido cônsul de 1ª classe.

1911 Em janeiro, posse em Assunção.
Em 30 de setembro, Aluísio Azevedo é nomeado adido comercial do Brasil para a Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile, e transferido para Buenos Aires.

1913 Dia 21 de janeiro, morte do escritor, com 60 anos de idade, em Bueno Aires, vítima de um ataque cardíaco.

O JAPONISMO

Não é possível apresentar *O Japão* de Aluísio Azevedo sem fazer-se referência a um contexto artístico, cujas fronteiras ultrapassavam as preocupações individuais de um escrito isolado, e mesmo as do meio

nacional em que vivia. Escrever sobre o Japão no final do século XIX implicava aderir a uma tendência artística, a um gosto, cuja primeira característica era a de ser cosmopolita. Europeus, americanos do norte e do sul, homens de letras ou artistas plásticos, o público cultivado em geral, achavam-se sensibilizados, fascinados, pela última grande descoberta do Ocidente, por sua última grande viagem – o Japão. E a reação a esse encontro, que vai da *Madame Butterfly* de Puccini aos escritos de Lafcadio Hearn, da decoração dos interiores "fin de siècle" à grande revolução da pintura, que é o impressionismo, é o que se poderia chamar de japonismo.

Se, no depoimento que citamos há pouco, Afrânio Peixoto explicava que Aluísio Azevedo abandonara o projeto do livro, em parte, pelo sentimento de que o bom momento de publicá-lo tinha passado, é porque este não se iludia da característica de "corrida" à novidade, própria dessa tendência. Houve dois contatos entre o Ocidente e a civilização japonesa. O primeiro, historicamente, se passou no século XVI. Contato num único sentido, missionários jesuítas, portugueses e espanhóis, e negociantes, trazem em suas caravelas o Ocidente ao Japão: a sua fé e as armas de fogo. A aventura termina com o extermínio em massa dos cristãos japoneses e o fechamento autoritário e absoluto das fronteiras do país aos estrangeiros, no início do século XVII. No Japão, a posse e o uso das novas armas resultaram na centralização do poder nas mãos de um único clã, depois de meio século de lutas terríveis. E, desse Japão, o Ocidente trouxe os maravilhosos biombos, do Museu das Janelas Verdes de Lisboa. O segundo encontro é o do século XIX, a verdadeira descoberta, e a grande subversão, de uma e de outra parte. As apropriações mútuas, o processo gradativo de conhecimento, acompanham-se de uma assimilação progressiva, de obras que vulgarizam e põem em dia as aquisições. *O Japão* de Aluísio Azevedo se encaixa nesse continuum. Daí seu interesse, quando o olhamos com quase um século de recuo; daí sua fragilidade, visto num momento em que, dia a dia, os conhecimentos da civilização japonesa se aprofundavam.

A obra de Aluísio Azevedo, o maior representante entre nós do naturalismo, se abre e se fecha numa vereda paradoxal: o exotismo. Como compreender que a Itália das ilhas Lípari e de Nápoles, sonhada em *Uma lágrima de mulher*, o primeiro romance, e as raízes do Extremo Oriente, desvendadas em *O Japão*, possam se harmonizar no interior da obra do discípulo brasileiro de Émile Zola? Então, a preocupação com a realidade

sem disfarce, hipertrofiada, como queria o chefe da escola, e como a encontramos nos romances cariocas de Aluísio Azevedo, pode rematar pela fuga em direção de outros mundos, na submissão ao estranho?

Talvez pudéssemos aplicar a ele o julgamento, mais geral, do crítico Pierre Jourda, para quem "não há nenhum escritor notável no século XIX (...) que não tenha trazido sua contribuição a essa pesquisa vasta, conduzida através do mundo, em todos os países e em todos os tempos: românticos, realistas, parnasianos, naturalistas, simbolistas, pertençam a que escola pertencerem, todos os escritores – grandes e medíocres – fizeram seu sacrifício a uma moda que, graças aos progressos das relações internacionais, tornou-se uma atitude normal de nossos espíritos. A massa de obras interessadas de perto ou de longe pelo exotismo é, então, considerável" (*L'exotisme dans la littérature française depuis Chateaubriand*, p. 276). Assim, da América de um Chateaubriand ao Oriente Médio de um Eça de Queirós ou Flaubert, dos índios de José de Alencar à China de Gustave Mirbeau, uma mesma busca é conduzida pelo escritor do século XIX, num mesmo desejo de descobrir o novo e o estranho, e de representá-lo. Assistimos, na verdade, no fim desse século, a uma espécie de renovação do sentido romântico da fuga, atitude de ordem espiritual, aguçada pelas conquistas técnicas que tornavam possível o alargamento geográfico do conceito do exotismo, para além dos limites do Mediterrâneo ou da América. Não é significativo que esses escritores do exotismo "fin de siècle" tenham sido muitas vezes viajantes profissionais, diplomatas (Aluísio Azevedo, Eça de Queirós e mais tarde Paul Claudel), oficiais da Marinha (Pierre Loti, Wenceslau de Moraes, e no começo do século, Victor Segalen), ou simplesmente eternos errantes como Lafcadio Hearn? Não é também significativo que por volta do fim do século, esses escritores viajantes, indo cada vez mais longe, tenham o sentimento de participar a uma espécie de corrida em direção do novo? A propósito, em uma de suas cartas, Lafcadio Hearn (que viveu muitos anos no Japão, e que começa a publicar sobre o Japão em data muito próxima à da chegada de Aluísio Azevedo) confessava: "E meu sonho era frequentar as velhas cidadelas portuguesas e espanholas em ruínas, subir o Amazonas e o Orenoco e descobrir romances de que ninguém suspeitava. Teria podido fazer isso e escrever livros que se venderiam ainda daqui a vinte anos..." (*The Japanese Letters*, p. 93). É ainda significativo que essa literatura de inspiração exótica tenha um aspecto bem cosmopolita – um pouco

como a Yokohama em que Aluísio Azevedo viveu dois anos –, reunindo escritores de origem diferente, entre os quais o exemplo mais perfeito é o próprio Lafcadio Hearn, grego de nascimento, filho de pai irlandês, mas de origem romena, e de mãe grega, cidadão americano tendo vivido muito tempo nas Antilhas antes de ir ao Japão, onde se casou e se converteu ao budismo. E o Japão, aberto recentemente às relações internacionais, oferecia a esses homens de letras condições excepcionais de interesse: a distância, um período longo de isolamento, uma civilização e um passado prestigiosos. E valor suplementar: a modernização acelerada do país tornava-o aos olhos dos ocidentais um espetáculo único, porque efêmero. E o arrepio percorre as páginas de todos os japonistas:

> A visão de um soberbo couraçado japonês na baía de Mionoseki, outro dia, me encheu de desgosto. O monstro esplêndido apareceu-me como presságio de um futuro tão mais sombrio e mais artificial do que o presente (*The Japanese Letters*, p. 86).

A respeito disso, se procurarmos compreender melhor o abandono da redação de *O Japão*, e por que o atraso imposto à edição lhe foi fatal, é em grande parte na natureza do assunto que encontraremos a resposta, o país tradicional que se transformava rapidamente em potência moderna, impondo-se antes de mais nada aos que tentaram descrevê-lo, a rapidez. Mais que um projeto literário malogrado, foi o instantâneo que se perdeu.

A data da redescoberta do Japão, depois de um longo período de reclusão voluntária que começa no século XVII, corresponde à do restabelecimento das relações diplomáticas do país com o Ocidente, em meados do século XIX. Os tratados que regiam essas relações foram numerosos, o primeiro com os Estados Unidos, em 1854; seguido por outros, com a maioria dos países europeus, em 1856; com Portugal em 1860; e, enfim, bem mais tarde, com o Brasil em 1895. As obras literárias de inspiração japonesa apareceram uns trinta anos após os primeiros tratados. Aqui estão alguns pontos de referência cronológicos, dados pelas obras e autores mais significativos:

Edmond de Goncourt (1822-1896)

- *Outamaro, le peintre des maisons vertes* 1891
- *Hokousai* 1896

Lafcadio Hearn (1850-1940)

- *Glimpses of Unfamiliar Japan* 1894
- *Kokoro: Hints and Echoes of Japanese Inner Life* 1896
- *In Ghostly Japan* 1899
- *Kotto* 1902
- *Kwaidan* 1904
- *Japan, an Attempt of Interpretation* 1904

etc.

Pierre Loti (1850-1924)

- *Madame Chrysanthème* 1887
- *Japoneries d'Automne* 1889
- *La troisième jeunesse de Madame Prune* 1905

Wenceslau de Moraes (1854-1929)

- *Traços do Extremo-Oriente* 1895
- *Dai-Nippon* 1897
- *Os serões no Japão* 1905
- *O culto do chá* 1905
- *Paisagens da China e do Japão* 1906
- *Bon-Odori em Tokushima* 1916
- *Relance da História Japonesa* 1924
- *Relance da Alma Japonesa* 1928

A vista fornecida pelas datas citadas informa-nos a respeito da existência de uma verdadeira "geração" de escritores japonistas, publicando suas obras em datas muito próximas. Ainda uma vez, o fenômeno explica por que Aluísio Azevedo possuía o sentimento de ter deixado passar o momento de publicar seu livro, ao mesmo tempo que o situa com relação a essa corrente literária. Se o processo de edição do livro tivesse tido sucesso, Aluísio Azevedo se colocaria entre os pioneiros, pois *Madame Chrysanthème* e *Japoneries d'Automne* de Pierre Loti pertencem a um gênero mais romanesco que "científico". Os dois livros foram escritos depois de uma estada curta no Japão, três meses, verão e outono de 1885, enquanto o navio em que o oficial Pierre Loti servia, fazia escala em Nagasaki. O sucesso dessas obras foi considerável, *Madame Chrysanthème* que revelou o Japão a tantos leitores, e que se tornou sua

própria imagem, era um livro de visão estreita, e muito injusta, protótipo do que chamaríamos hoje de literatura colonial. Um estudo recente (Setsuko Ono: A Western Image of Japan, 1972), lembra, através de uma análise estatística, que Pierre Loti servia-se em suas descrições do Japão, ou em seus comentários sobre a civilização japonesa, de um repertório de adjetivos, quase que exclusivo, e sistematicamente utilizado, todo ele em torno dos campos semânticos de "pequeno", "artificial", "polido", "animal", "monótono", "frágil", "velho", "cerimonioso", "numeroso", "servil", "simples", "limpo", "amarelo", etc. Essas palavras, ou seus sinônimos, retornam incessantemente, insistem, e terminam por imprimir uma imagem. Dado o sucesso extraordinário das obras de Pierre Loti, a visão do Japão nessa época passava forçosamente por esse filtro. Assim, é comum encontrarmos nos escritores posteriores, inclusive em Aluísio Azevedo (há uma referência explícita ao problema no depoimento de Afrânio Peixoto), uma rejeição enérgica de Pierre Loti, e um desejo de reparar o dano.

Levantar o problema da imagem que Pierre Loti deixou do Japão tem o seu lugar aqui, na medida em que ela determinou a escolha do gênero de obra que os escritores posteriores, entre eles Aluísio Azevedo, decidiram escrever. A análise subjetiva e superficial sendo afastada, escritores como Wenceslau de Moraes, Lafcadio Hearn e Aluísio Azevedo, todos três contemporâneos, deixaram obras muito próximas pelo espírito, cuja primeira característica comum seria a de estarem num terreno limítrofe entre a literatura propriamente dita e a reportagem erudita. Esta era possível graças à existência de obras especializadas sobre a civilização japonesa, que esses escritores consultavam e citavam e que permite preencher lacunas consideráveis de conhecimento, normais ao considerarmos a complexidade do problema, as dificuldades da língua e a novidade do assunto. Entretanto, são homens de letras, e não especialistas num domínio científico qualquer. Era normal, então, que as obras especializadas sobre o Japão não fossem suficientes a esses escritores que sentiam a necessidade de soprar nelas um pouco da "verdadeira" vida japonesa, e de completá-las, como indicam suas frequentes declarações. Muitas vezes também, e tomando em consideração a novidade do assunto, esses escritores sentiam-se à altura de fornecerem suas interpretações. Aluísio Azevedo, por exemplo, a propósito das agitações políticas dos anos 1860 no Japão, dirá: "Bem sei que os europeus e norte-americanos,

naturalmente por decoro, não contam deste modo nos seus livros sobre o Japão os fatos que vou aqui narrando...” (p. 84). Ou então, em sua carta a Artur Azevedo: “O grande caso é que meu livro há de ser verdadeiro, porque hei de entrar no coração do japonês como estou penetrando no íntimo do seu país e dos seus costumes” (p. 16).

Os propósitos de Lafcadio Hearn, em sua correspondência, são muito próximos aos de Aluísio Azevedo, sobre a necessidade de estudar diretamente o Japão: “(...) trabalho com sinceridade no sentido artístico, e (...) seria capaz de melhores obras desde que pudesse obter conhecimentos mais vastos sobre assuntos que tratei somente enquanto amador até agora” (*The Japanese Letters*, p. 54). Ou ainda: “Falta saber ainda se serei capaz de escrever um bom livro sobre o Japão. Se conseguir, serão necessários anos de trabalho contínuo e sério sem um verdadeiro lampejo. Os menores acontecimentos nesta vida oriental são tão diferentes dos nossos, e tão complexos em suas relações com outros fatos que, para explicá-los, é preciso tempo e paciência consideráveis” (p. 55).

A propósito desses problemas, voltemos alguns anos atrás. Entre a abertura do Japão aos países ocidentais em 1854, e *Madame Chrysanthème* em 1887, que é a obra pioneira da literatura japonista, esses trinta anos prepararam e tornaram possível o estudo aprofundado do Japão pela publicação de obras especializadas, ou por sua vulgarização nas narrativas de viagem. Estas últimas são anteriores à eclosão das obras literárias de inspiração japonesa, sem terem desaparecido, entretanto, após a sua moda. Enumerar todas essas crônicas de viagem escapa ao nosso propósito; todavia, notemos que os autores citados, Aluísio Azevedo, Lafcadio Hearn e Wenceslau de Moraes, e mesmo Edmond de Goncourt (ver, por exemplo, a nota 39 do 2º capítulo), utilizaram todos e sem exceção, fontes ocidentais eruditas como ponto de partida de seus escritos. E mesmo os autores que permaneceram inúmeros anos no Japão, como o português Wenceslau de Moraes, e o americano Hearn, não escapam a essa regra. Eles o confessam frequentemente, Wenceslau de Moraes, por exemplo, servia-se inclusive dos livros de Lafcadio Hearn como fonte, o qual, a seu turno, mantinha uma correspondência farta e informativa com Basil Hall Chamberlain, japonólogo americano ilustre. E Aluísio Azevedo seguirá o mesmo caminho, adotando como base informativa a narrativa de viagem de Georges Bousquet, jurista francês que permaneceu no Japão entre 1872 e 1876, e que foi também uma das

fontes consultadas por Edmond de Goncourt, e sobre o qual voltaremos a falar de modo mais aprofundado.

Esses homens de letras, desejosos de empreender obras fiéis à complexidade da civilização que tinham escolhido como assunto, encontravam-se na obrigação de recorrer a uma ciência mais aprofundada que a própria, nessa matéria. Não seria justo concluir afirmando que a viagem ao Japão se fazia no interior de suas bibliotecas, porque a experiência vivida e o conhecimento livresco se alternavam. Na carta já citada de Aluísio Azevedo ao irmão, por exemplo, temos: "Desta mania de querer ficar conhecendo o verdadeiro Japão e a legítima vida japonesa tenho experimentado das boas", completado em seguida por algumas peripécias que atestam seu desejo de embeber-se a alma e os costumes do país. Lafcadio Hearn possuía sentimentos muito semelhantes: "creio que é somente depois de ter vivido assim alguns anos, que poderei atingir o *kokoro* (coração, espírito) do povo – da vida religiosa e emotiva da família. Aí está minha única ambição" (p. 62).

Mencionamos rapidamente, até agora, os dois estudos de Edmond de Goncourt sobre a arte japonesa, contemporâneos, entretanto, das obras que nos interessaram até aqui. Além do caráter de estudo especializado, o escritor Edmond de Goncourt, do ponto de vista cronológico, pertence a uma geração um pouco anterior à dos autores citados, nascidos todos eles entre 1850 e 1857. Além disso, deixamos à parte *Outamaro* e *Hokousai* para termos a ocasião de mencionar um movimento estético, um pouco anterior, mas de grande importância. Antes de interessar os escritores, o Japão tinha já sido descoberto pelos artistas plásticos, e a revelação terá consequências consideráveis. E, nesse domínio, o papel dos irmãos Goncourt foi de primeiro plano, sendo, em grande parte, responsáveis pela voga dos objetos de arte japoneses. Um historiador atual (J. Chastenet: *Histoire de la Troisième République*, p. 239) refere-se à mudança de gosto nos interiores das casas burguesas do fim do século:

> (...) a moda do bibelô e do "bric-à-brac" prevaleceu de ora em diante sobre a do movel artístico bem executado e dos bronzes de qualidade; é o reino dos "interiores artísticos" atravancados de tapetes do Oriente, armas damasquinadas, antifonários, paramentos bordados, gabinetes espanhóis, defumadores persas, biombos de Coromandel, sedas chinesas e marfins japoneses. Aqui, como em toda parte, o gosto se dirige ao exótico, ao

precioso, ao torcido. Algum tempo mais, e chegaremos às evanescências "fin de siècle".

Assim, antes de se tornar literário, o japonismo foi decorativo. Acompanhando essas transformações, é necessário mencionar o papel predominante que exerceu a descoberta das artes plásticas japonesas, na grande revolução impressionista. Nesse domínio, os escritos de Edmond de Goncourt sobre os pintores japoneses foram de grande valia. Um historiador do impressionismo (P. Francastel: *L'impressionisme*, p. 110-111) lembra a cronologia do movimento e da ação dessas obras literárias:

> A descoberta do Japão partiu de início dos próprios artistas. Foi inesperada e espontânea, espalhou-se em seguida na literatura. Monet, na Holanda, depois em Londres, concentrou sua curiosidade nos papéis de embalagem vindos do Extremo Oriente. Logo depois, o Japão tornou-se acessível em Paris, mais do que em qualquer outra parte, graças à abertura das célebres lojas de Desoye (desde 1862), de Byng e de Hayashi. Entretanto, a utilização sistemática dessa nova fonte de ideias não aparece nas artes francesas senão sob a influência de Whistler. (...) O papel dos Goncourt vem em seguida, são eles que foram iniciados pelos artistas, e sobretudo por Whistler, ao lado de quem convém também citar o gravador Bracquemont. A parte dos Goncourt é a de terem sido vulgarizadores. A visão deles do Japão é a mais literária possível, penetrada de retórica e de verbalismo, da mesma forma que a compreensão deles do século XVIII. Mas é exatamente por isso que foram maravilhosos iniciadores: colocaram ao alcance do público, que só compreende a linguagem falada, as curiosidades de uma elite que certamente tiveram o mérito de apreciar.

Para terminar, e de modo rápido, lembraríamos que a descoberta das estampas japonesas pelos pintores impressionistas foi determinante, sobretudo no terreno da paginação, da disposição de personagens e de objetos na tela. E raros foram os pintores dessa época que não prestaram uma homenagem à fonte japonesa de inspiração: o retrato de Émile Zola, por exemplo, por Manet, verdadeiro panfleto da renovação pictórica, tem como fundo uma parede recoberta de estampas japonesas. Van Gogh foi também grande admirador da arte japonesa, de que o irmão Théo era colecionador (o novo museu Van Gogh de Amsterdã, aliás, reuniu numa

sala o acervo de estampas e as pinturas japonistas de Van Gogh). E até mesmo o retrato, em estado de esboço, de Émile Zola, por Cézanne, do Museu de Arte de São Paulo, lembra a dívida de todos esses pintores com o Japão – Émile Zola acha-se sentado no chão, à japonesa, com um quimono branco.

> O Exotismo no Tempo. Para trás: a história.
> Fuga do presente desprezível e mesquinho.
> Os noutra parte e os outrora.
>
> Victor Segalen

Victor Segalen, outro viajante, outro japonista, já em nosso século, nos sugere a existência de outro eixo do exotismo, cuja dimensão não é a do espaço, exotismo geográfico, mas a do tempo, e seu terreno se torna então a história. As duas direções, todavia, não se excluem.

Mal saído de dois séculos e meio de vida fechada, e da qual muitos aspectos permaneciam ainda intactos, o Japão surpreendeu os viajantes ocidentais que o descobriram na segunda metade do século XIX. Mas eram também tempos de mudanças. As observações sobre a intrusão do modernismo e do cosmopolitismo no Japão tradicional são frequentes, engraçadas por vezes, quase sempre irritadas, porque tudo isso significava o desaparecimento de uma imagem de encanto: as *geisha*[1], os quimonos, os juncos do Mar Interior, o Japão dos *samurai* e do Tôkaidô, essa estrada que ligava a capital dos *shôgun* às demais províncias, e por onde passavam os cortejos dos senhores feudais.

Lafcadio Hearn exprime essa sensação:

> O Professor Chamberlain disse-me outro dia que a variabilidade dos sentimentos que se experimenta pelo Japão parece a oscilação de um pêndulo – que um dia pende para o pessimismo, e no dia seguinte para o otimismo. Sinto muitas vezes esse sentimento, e sem dúvida o senhor também o conheceu. Mas

[1] Nota do revisor: embora a palavra *gueixa* esteja dicionarizada em português, manteve-se, nesta edição, a grafia utilizada por Luiz Dantas em sua tese – *gheisha*, que respeita as regras de transliteração do japonês para idiomas latinos: os sons de /x/ e /ch/ são representados por /sh/. A palavra não foi pluralizada (a despeito do artigo 'as'), em virtude de Dantas ter optado por incluir essa palavra em itálico, indicando provavelmente que o termo se encontra em sua forma estrangeira, diferentemente de 'quimono'. O leitor poderá observar que a mesma regra é mantida em outras palavras, em itálico, como *samurai, shôgun,* dentre outras.

> o sentimento pessimista coincide geralmente com alguma experiência do Novo Japão. Ao passo que o sentimento otimista se refere ao Velho Japão. (...) Mas com que horrível rapidez o Japão se moderniza! (*The Japanese Letters*, p. 144).

Essa recusa do novo, que traria o Japão para a posição das sociedades modernas – logo, conhecidas – obrigava esses observadores a buscar refúgio, ou na história japonesa, ou então, fisicamente, nos cantos do país poupados pelas transformações. É significativo, a propósito disso, que Wenceslau de Moraes tenha escolhido, no fim da vida, a cidadezinha de Tokushima, provincial e sonolenta, mas ainda ligada às velhas formas de existência; ou que Lafcadio Hearn, vivendo sempre nas cidades do interior, detestasse as grandes aglomerações da costa; ou que Aluísio Azevedo, sempre segundo a carta ao irmão, tenha ido procurar em Mito o verdadeiro Japão.

As páginas das *Japoneries d'Automne* de Pierre Loti estão cheias dessas considerações sobre um passado desaparecido e dos contrastes com uma modernidade que o nivelava com o Ocidente. Diz Pierre Loti: "E é também um retalho do verdadeiro Japão que acaba de desaparecer, nessa curva do caminho, que acaba de entrar na eternidade das coisas passadas – já que esses costumes, nem esse cerimonial, não se verão nunca mais" (ele descreve a passagem da imperatriz imperial, numa festa dos crisântemos em Kyoto). Ou então: "Gritos, colisões, sacudidelas. Há de tudo em meu caminho, o velho Japão ainda extraordinário, o novo Japão ridículo; há também bondes elétricos, campainhas, cartolas e 'macfarlanes'". A propósito de Nagasaki:

> É quase uma festa, rever todo esse mundo feminino, gentil, nessa baía tão linda. Ao menos aí, persistem ainda tantos recantos do passado! E encheremos ainda uma vez nossos olhos, nossas memórias, com mil coisas que findam, que desaparecerão amanhã, para deixar lugar à mais vultar feiúra.

E a obra de Aluísio Azevedo refletirá de modo exemplar esse desejo de projeção no tempo, esse exotismo da história. Não é fácil escolher exemplos dessa atitude no texto, pois os cinco capítulos do manuscrito são todos eles consagrados à história. Entretanto, tomando-se uma descrição do período Tokugawa, que se caracterizou pelo isolamento do país (1624-1853), encontramos o seguinte:

> (...) a vida era fácil e simples, o país abundante, o clima em geral benigno, os patrões afáveis, o caráter do povo risonho e doce, como recomendou Ieiás, a fartura das terras e das águas afastava toda e qualquer insurreição de inferiores famintos contra superiores fartos; o patriarcalismo dos costumes, a sobriedade, o gosto da nudez, a ausência da moda, o enlevo pela natureza punham a população ao abrigo dos apetites brutais e dos vícios caros e vaidosos de que se fazem os pronunciamentos e as plutocracias. Não se acusava no corpo da nação o menor sinal dessa implacável moléstia oriunda dos Estados Unidos da América do Norte – a Febre do milhão, a cujo alucinador contágio nenhum país ocidental escapou até hoje (...). (p. 82)

Nesse longo desenvolvimento, são colocados em oposição os períodos de antes e depois da chegada dos ocidentais ao Japão, as virtudes de um e as ameaças do outro. O mais importante, todavia, é o sentido dessa "fuga", em direção do passado. Esse exotismo da história resulta na criação de um mundo idealizado, de onde estão ausentes as contrariedades do presente. Esse Japão dos Tokugawa é a terra onde se realizam os sonhos da sociedade ideal de Aluísio Azevedo. Por essa razão, não é certamente necessário verificar se as afirmações são válidas, a utopia se desprende naturalmente. A sinceridade e a justeza de Aluísio Azevedo não devem, entretanto, ser postas em dúvida, por essa razão. Muito mais fundamental que a exatidão do fato histórico narrado parece a atitude do observador, a escolha que faz. A respeito do texto citado há pouco, "Japonesas e norte-americanas", é inútil verificar também se está conforme à realidade, tanto para um, quanto para outro caso. A mulher japonesa é realmente feliz no papel que a sociedade determina; a mulher americana corresponde realmente ao retrato feito por Aluísio Azevedo? Trata-se de uma polêmica inútil, porque a "verdade" se encontra no fato que a mulher japonesa (ou a sua imagem) se ajusta às concepções da mulher ideal de Aluísio Azevedo. Na medida em que essa justaposição é possível, o exotismo exerce seu papel. Daí a constante decepção, a propósito do Japão em via de modernização, dos viajantes, daí a busca constante de recantos onde o velho país se tivesse refugiado, seja geograficamente, seja por intermédio do estudo de sua história. Para concluir a evocação dessa atitude espiritual, da elaboração utópica através do exotismo, citaremos um historiador atual (K. G. Milward: *L'oeuvre de Pierre Loti et l'esprit "Fin de siècle"*, p. 133-134), para quem o escritor

"(...) se recorda das lembranças de seres e de coisas que não conheceu, e chega um momento em que se evade violentamente do penitenciário de seu século, com toda liberdade, numa outra época... em alguns casos, é um retorno aos tempos consumidos, às civilizações desaparecidas, aos tempos mortos; em outros casos, é um impulso em direção do fantástico e do sonho (...)".

AS FONTES DA OBRA

Por duas vezes, encontramos no texto de *O Japão* referência a Georges Bousquet, jurista francês, autor de um livro volumoso sobre este país. Citado também por Edmond de Goncourt, *Le Japon de nos jours* (Hachette, Paris, 1877, 2 vol., p. 428 e 469) tornou-se hoje um livro raro, somente disponível nas bibliotecas especializadas da França. O próprio autor não é mencionado em nenhum dicionário bibliográfico, do século XIX, ou contemporâneo. E mesmo as obras mais aprofundadas, embora mencionando a passagem do jurista pelo Japão, não preenchem para nós as lacunas bibliográficas. Todavia, alguns esclarecimentos sobre o personagem poderão nos ser dados pelo próprio Georges Bousquet, no prefácio de sua obra:

> Chamado no começo de 1872 a exercer, junto ao governo japonês, as funções de conselheiro jurídico, permaneci no Japão quatro anos, e não perdi nenhuma ocasião para colher ao vivo a vida exterior e íntima desse povo ainda mal conhecido. Vi brotar sob os meus olhos uma civilização muito mais antiga, tão refinada e não menos madura do que a nossa. Sensibilizado pela diferença entre suas flores e as da nossa civilização ocidental, fui levado a escavar até as raízes, a interrogar suas manifestações estéticas e morais sobre a estrutura dessa nação, a procurar sua psicologia em suas obras. Prossegui esse exame enquanto observador desinteressado e consciencioso, sem sistema, nem preconceito; falo na qualidade de testemunha livre.

Pela extensão, e pela variedade dos assuntos tratados, que vão das noções elementares de geografia e da história japonesa, até as considerações políticas, ou artísticas, *Le Japon de nos jours* constituía uma espécie de síntese e de atualização dos conhecimentos sobre o Japão durante esses anos 1870.

Na obra, numerosas são as notas que mencionam autores especializados, franceses, ingleses ou alemães, e as publicações contemporâneas, como, por exemplo, os jornais editados em inglês em Edo (a atual Tóquio) ou Yokohama, o que caracteriza o livro como obra de vulgarização exemplar, ao mesmo tempo variada pelas suas preocupações, atualizada na informação, e enriquecida, enfim, pelo testemunho do próprio autor, viajante incansável.

O interesse que podemos manifestar por *Le Japon de nos jours*, de Georges Bousquet, vem da sua ampla utilização, por Aluísio Azevedo, como fonte de informações, e até mesmo como modelo, a partir do qual ele estrutura o seu livro. De fato, os cinco capítulos que constituem o manuscrito de *O Japão*, panorama e reflexão sobre a história do país, das origens míticas até a guerra civil que precede a Restauração Meiji, em 1863, correspondem à mesma divisão, e em parte, ao mesmo conteúdo da "Introdução" da obra de Georges Bousquet.

A relação entre os dois autores é completa. Aluísio Azevedo utiliza as informações colhidas em *Le Japon de nos jours* como ponto de partida, como garantia de exatidão. Sob esse ponto de vista, sua escolha foi judiciosa, pois a obra de Georges Bousquet, como já lembramos, era uma síntese excelente dos conhecimentos da época. Entretanto, Aluísio Azevedo, ao empreender *O Japão*, não estava propondo ao público brasileiro um resumo de uma obra de vulgarização francesa. A distância que vai de um autor a outro repousa sobre uma diferença de intenções. Aluísio Azevedo, escrevendo sobre o Japão, permanece o romancista, cuja primeira preocupação é a literária. E como a melhor demonstração é sempre o exemplo, nas notas, que chamamos "Chaves para a compreensão", citamos várias vezes as passagens de Georges Bousquet que serviram de base para Aluísio Azevedo. A comparação é eloquente, pois a contribuição do autor francês é sempre de caráter informativo, e nunca estilístico (há um ou dois casos de inspiração mais direta, mas são excepcionais), e a própria informação acha-se transfigurada para resultar num efeito que poderíamos chamar de romanesco. Assim, por várias vezes, o acontecimento histórico é simplificado em suas peripécias, reduzidos os nomes dos personagens e comparsas, lendas pitorescas são introduzidas, ou grandes cenas de batalhas, dramáticas, alternadas, com descrições de períodos de paz; todas essas manipulações do dado histórico bruto, denotando a preocupação constante e primordial do autor com

sua prosa, com o ritmo do livro, mais do que com o relato puramente histórico. O partido que Aluísio Azevedo toma é o literário, sempre, e Georges Bousquet é autor de uma reportagem sobre o Japão. Acompanhar as transformações efetuadas por Aluísio Azevedo, a partir de *Le Japon de nos jours*, é ver brotar a literatura da sua matéria primordial e concreta.

A comparação entre Georges Bousquet e Aluísio Azevedo também ilustra a posição dos dois autores, enquanto intermediários entre o público leitor, não iniciado, e o conhecimento erudito, além do qual se acha a civilização do país, com toda sua complexidade. No caso de Aluísio Azevedo, essa superposição de intermediários, acha-se acrescida de um elemento, pois Georges Bousquet, por sua vez, também se interpõe entre a erudição, propriamente dita, e o público, sendo ele próprio um vulgarizado igualmente. O interesse da informação, entretanto, não se acha diminuído por essa razão. A obra que Aluísio Azevedo oferece possui um interesse de natureza diferente. O público que atinge é um público mais vasto. Poderíamos, a propósito disso, evocar novamente o papel dos irmãos Goncourt, enquanto promotores da arte japonesa. Nem o *Outamaro* nem o *Hokousai* são estudos "científicos", propriamente, ou completos, sobre os dois pintores. Entretanto, estão saturados da personalidade do escritor Edmond de Goncourt, e enriquecidos pela transformação literária.

A obra de Georges Bousquet, completada de modo secundário por outros textos, perceptíveis aqui e ali ao longo do livro, constitui o conjunto de subsídios necessários à elaboração dos capítulos que Aluísio Azevedo consagra à história do Japão. Entretanto, os acontecimentos posteriores à assinatura dos primeiros tratados diplomáticos com o Ocidente, época que poderíamos situar de modo aproximado por volta dos anos 1860, e matéria dos capítulos 4 e 5 de *O Japão*, são de ordem polêmica. A chegada dos americanos, o espetáculo apresentado por seus navios modernos, a vapor, a imposição dos tratados de comércio tiveram como primeira consequência a queda do shogunato, o regime político da família Tokugawa, ou, em outros termos, o desaparecimento do Japão antigo. Essas mudanças violentas foram explicadas por duas correntes de historiadores. A primeira considerava que somente os estrangeiros eram responsáveis pelo desaparecimento das antigas formas de governo, que repousava no isolamento completo do país. A segunda corrente, em direção da qual pendem hoje os historiadores,

lembrava que a ação dos ocidentais foi a de precipitar acontecimentos já há muito tempo preparados. A primeira tese, evidentemente, era cara aos meios políticos japoneses que, embora promovendo a modernização do país a partir dos anos 1860, mantinham ainda vivos os sentimentos xenófobos contra o Ocidente, tese que só poderia reforçar as posições dos escritores japonistas, como Aluísio Azevedo, nostálgicos dessas tradições que desapareciam sob seus olhares e de que eles se sentiam, enquanto ocidentais, responsáveis.

Essa digressão serve para explicar a escolha efetuada por Aluísio Azevedo, no sentido de preferir fontes japonesas às ocidentais, quando, em seu livro, trata desses acontecimentos, matéria dos dois últimos capítulos, sobretudo. Ao contrário das obras de Georges Bousquet, claramente nomeado no livro, as fontes japonesas de Aluísio Azevedo permanecem anônimas. São mencionadas na seguinte passagem: "Assassínio? suicídio? natural explosão do desespero? Ninguém o explica. Um romance japonês conta o episódio muito dramaticamente (...)" (p. 89). Logo, a fonte japonesa é romanesca, cuja tradução não deveria colocar maiores dificuldades ao diplomata, instalado em Yokohama, tão cosmopolita, onde os intérpretes ao serviço dos funcionários estrangeiros deveriam ser numerosos. É evidente também que o acesso aos arquivos do escritor, conservados pelos herdeiros em Buenos Aires, permitiria resolver melhor o problema. E essas fontes japonesas fornecem a maioria das informações contidas nos capítulos finais do livro. Sobre o aspecto, poderíamos tecer alguns comentários.

Antes de mais nada, no que toca à objetividade dessas informações. Comparando os fatos narrados por Aluísio Azevedo e um grande número de obras históricas atuais, percebemos que esse "romance" japonês merece várias reservas, em particular no que se refere à cronologia, e mesmo, à exatidão dos acontecimentos. É verdade que a época que vai de 1860 a 1863, objeto dos capítulos finais, é confusa por natureza, rica de peripécias e reviravoltas, no interior de um regime político complexo. Logo, o terreno era propício a todas as interpretações, as quais, mesmo, e talvez sobretudo, vindas de japoneses em meio a um contexto passional, nessa época de mutações, não poderiam pretender à objetividade. Por outro lado, se consultarmos os escritores ocidentais contemporâneos de Aluísio Azevedo, seja Wenceslau de Moraes, seja Lafcadio Hearn, também interessados, em suas obras, em propor um panorama histórico

do país, perceberemos que fornecem bem poucas informações sobre esses anos do terrorismo nacionalista japonês. O próprio Georges Bousquet é sucinto demais sobre esses acontecimentos, não podendo fornecer a Aluísio Azevedo todas as informações de que tinha necessidade.

Logo, a solução proposta por Aluísio Azevedo, embora insatisfatória sob o ponto de vista, exclusivo, da exatidão e "objetividade" históricas, é original. Para preencher as lacunas dos historiadores ocidentais, mas, sobretudo, para retificar eventuais desvios de interpretação, ele apela para uma informação direta. Para nós, hoje, a discussão em torno do problema da ruptura do isolamento do Japão no século XIX tornou-se menos fundamental. Isso, após tantas transformações históricas ocorridas no Japão, e depois dos progressos feitos pelos historiadores, capazes hoje de nos fornecer informações mais seguras e completas.

Resta ao leitor atual, todavia, o interesse da obra de Aluísio Azevedo (pondo de lado o aspecto literário) enquanto proposta de solução às dificuldades de escrever um livro "autêntico" sobre o Japão. Em face a uma civilização rica e complexa, em face a obstáculos à observação, como o desconhecimento da língua e a ignorância dos mecanismos históricos, Aluísio Azevedo apela para intermediários. Um, Georges Bousquet, era ocidental; o outro, o autor do "romance", de quem sabemos tão pouco, japonês. Tanto um quanto o outro compensam as suas insuficiências recíprocas aos olhos do romancista. Esses dois informadores conduziram Aluísio Azevedo em direção do "verdadeiro" Japão? Era esse, em todo caso, o objetivo que procurava atingir.

O MANUSCRITO

O livro inédito de Aluísio Azevedo sobre o Japão coloca ao leitor, logo de início, algumas questões a elucidar. A primeira delas, a do próprio título, o escritor, em sua correspondência, ou através dos depoimentos de amigos, menciona a obra como sendo a que escrevia sobre o Japão, ou sobre Dai Nippon, sem lhe atribuir exatamente um título definitivo. O texto que apresentamos, o manuscrito autógrafo conservado pela biblioteca da Academia Brasileira de Letras traz um nome, *O Japão*, pelo qual a obra é mencionada por um dos biógrafos de Aluísio Azevedo, Raimundo de Menezes. Título que conservamos. Já um outro crítico, e amigo do romancista, Afrânio Peixoto, refere-se ao inédito japonês

como *Agonia de uma raça*. E para encerrar a lista, a biografia mais recente de Aluísio Azevedo, a de Jean-Yves Mérian, designa os cadernos que os herdeiros do escritor conservam em Buenos Aires, contendo apontamentos e esboços, pelo nome de *O Japão tal como ele é*. Essa multiplicidade de títulos faz supor, evidentemente, que Aluísio Azevedo, enquanto vivo, não fixara sua escolha sobre nenhum deles, para um livro que nunca pôde publicar, nem concluir completamente.

A segunda questão é a que toca o próprio conteúdo do manuscrito. O texto que apresentamos aqui são os originais preparados para a edição por Fernando Nery, que foi secretário da biblioteca da Academia Brasileira de Letras de 1923 a 1948: cinco capítulos, num total de 237 páginas. Esse fragmento importante do livro acha-se perfeitamente acabado, não apresentando marca alguma de modificação essencial. As alterações são de pequena monta, o escritor riscando um adjetivo e substituindo-o por outro, retificando aqui e lá pontuação e ortografia. Entretanto, é um fragmento, a parte terminada do conjunto não concluído da obra. O fragmento que Aluísio Azevedo apresentava aos amigos para leitura, como sabemos que o fazia, através da sua correspondência, ou pelo depoimento de Afrânio Peixoto. Esses cinco capítulos de *O Japão* contêm uma apresentação, histórica e cultural, dessa civilização ao público brasileiro; uma espécie de primeiro contato do nosso país com essa parte do mundo recém descoberta, que era o Japão no século XIX.

Uma questão fica em aberto, entretanto, é a que se refere ao projeto global do livro. Como Aluísio Azevedo tencionava completar e concluir o seu estudo? A resposta só pode ser fornecida quando for possível a consulta dos cadernos de notas que os herdeiros do escritor conservam até nossos dias em Buenos Aires, última residência do diplomata. Jean-Yves Mérian, autor da biografia recente, já mencionada, tendo feito a viagem de Buenos Aires para a consulta dessa documentação, pôde reproduzir e estudar mais demoradamente as páginas iniciais das anotações de Aluísio Azevedo sobre o Japão. Do exame dessas reproduções (cedidas com muita amabilidade pelo crítico), pode-se observar que se trata de um esboço, a escrita desenvolvendo-se nas páginas direitas do caderno, as notas e as observações para alterações posteriores nas páginas esquerdas.

Completaríamos essas considerações introdutórias, com um esclarecimento sobre a origem desta edição. Trata-se, inicialmente, de uma tese de doutoramento em literatura brasileira, apresentada em

1980 na Universidade de Aix-en-Provence, França, sob a direção do Professor Claude-Henri Frèches. E é necessário exprimir aqui o nosso agradecimento à acolhida solícita que a Academia Brasileira de Letras nos reservou e ao auxílio precioso dos amigos Roseli Vieira do Nascimento e Jorge Coli.

Mas, ao projetarmos sua edição no Brasil, procedemos a algumas modificações. Embora as edições críticas universitárias, com suas regras próprias, tenham suas razões de ser, pensamos que a divulgação do texto inédito de Aluísio Azevedo junto ao seu verdadeiro público, deveria vir despojada, o mais possível, do caráter de estudo universitário, de modo a ocupar e representar o seu papel real. Foi assim que transcrevemos *O Japão* de Aluísio Azevedo integral e separadamente, colocando as várias notas ao texto num capítulo à parte: "Chaves para compreender *O Japão* de Aluísio Azevedo". Isso permite que o leitor permaneça em contato com a prosa do romancista, evitando-se as interrupções de leitura que a consulta das notas implica, e que terminam por romper a magia do texto literário. Mas as notas, entretanto, no caso preciso de *O Japão*, são dificilmente dispensáveis. Aluísio Azevedo faz parte da primeira geração de escritores ocidentais a se interessar pela civilização desse país, recentemente descoberto, que foi o Japão no século XIX, e, como já lembramos, os instrumentos de conhecimento de que dispunha em seu tempo não são comparáveis aos que temos hoje. Logo, o envelhecimento e mesmo a superação desses conhecimentos são inevitáveis. Por essas razões, as notas são necessárias, pondo em dia, comparando as afirmações de Aluísio Azevedo com as interpretações dos historiadores atuais. Esse trabalho (também acompanhado de citações dos japonistas contemporâneos, e de reflexões pessoais que refletem também o nosso entusiasmo por essa civilização), longe de diminuir o interesse do texto de Aluísio Azevedo, permite, ao contrário, restituí-lo ao leitor, acompanhado da sua função primordial, enquanto introdução ao Japão. O aspecto informativo sendo assim atualizado, o texto torna-se compatível com as exigências dos conhecimentos atuais. Por outro lado, a função literária do texto permanece intacta, pois nesse terreno a passagem do tempo não deixou o menor traço.

Como conclusão, lembraríamos que o conjunto de notas e comentários a *O Japão* encontra-se reunido num capitulo isolado, "Chaves para a compreensão", cuja consulta poderá ser feita à vontade do leitor,

concomitante ao texto literário, separadamente, ou ao acaso dos pontos mais obscuros. Essas notas possuem indicações de referência, o que permite retornar ao texto de Aluísio Azevedo. Nessa mesma preocupação de restituição respeitosa, conservamos a ortografia dos nomes japoneses, propostas pelo autor, pois refletem o seu cuidado com uma adaptação à língua portuguesa[2]. Só nas notas é que adotamos o uso atual, em matéria de transcrição fonética. Esperamos enfim, ao editar o manuscrito de *O Japão*, chamar a atenção do leitor sobre essa obra excepcional, não somente pela sua posição na carreira de Aluísio Azevedo, mas também por suas altas qualidades literárias.

Luiz Dantas

[2] Nota do Revisor: Optou-se, nesta edição, por manter a grafia do original de Aluísio Azevedo, havendo atualização gráfica basicamente de topônimos como Tôquiô (para Tóquio), Pekin (para Pequim) na *Apresentação* e nos *Comentários* de Luiz Dantas, por já fazerem, tais termos, parte do léxico da língua portuguesa.

Introdução

Graças à recente vulgarização das crônicas japonesas[1], dantes inacessíveis a todo e qualquer estranho, poucos segredos haverá de virgindade inteira sobre o Japão remoto, e nenhum absolutamente a respeito dos fatos políticos que no moderno determinaram a restauração micadoal[2], podendo-se num punhado de capítulos despretensiosos dar exata notícia do que foi aquele passado, outrora tão misterioso e sem fundo, e do que vem a ser ao justo essa famosa revolução que num momento de frenesi histórico derrocou, em nossos dias, um mundo insondável de tradições acumuladas durante vinte e dois séculos de sigilo nacional. Isto, conquanto um pouco fora do meu programa, faz-se indispensável para clareza do resto desta singela obra de impressões pessoais; sem contar que o caso é de si bonito e novo, pois começa poeticamente por uma lenda maravilhosa e risonha, palpitante de quimeras e ficções divinas, e acaba na mais engravatada e burocrática monarquia constitucional[3], com os seus ministérios de casaca bordada, com as suas secretarias de Estado e os seus competentes amanuenses de calças puídas, e até, acreditai se quiserdes! com o pálido bacharel apenas desabrochado da academia sem outro ideal na vida além de apanhar por empenho qualquer emprego público.



1º CAPÍTULO

JIMMU TENNÔ

JINGÔ KOGÔ - YORITOMO

Um dia, o tonante Izanangui, que habitava com a formosa e divina Izananmi[4] o empíreo celeste, indiferentes ao mundo ainda descampado, teve a fantasia de sondar com a ponta ciclópica da sua lança de deus as profundezas do oceano e, ao recolhê-la d'água, as gotas que escorreram e pingaram no mar viraram-se numa ilha esmeraldina, Awaji[5], da qual os dois altos amantes, cansados do céu impassível, fizeram o éden dos seus amores terrestres e sensuais. Izananmi, meiga e fecunda, deu deles então à luz da vida as oito mais bonitas ilhas de Dai-Nipão e logo, para as não deixar tristes e desertas, produziu do seu ventre trinta e cinco kamis ou deuses[6] já humanizados pelo amor sexual feito por ela na terra. Dentre esta nova sucessão de Izananmi surtiu Amateras[7], deusa do sol, a dona do divino espelho[8] de Shinto[9], em cuja luz a sua futura descendência mortal e sensitiva poderia, e nos escassos tempos e dias aziagos do porvir, contemplar-lhe o rosto amigo e ler-lhe nas benignas feições os desígnios providenciais[10]. Amateras, cônscia do que lhe reservava o destino, queria também ser fecundada, mas, orgulhosa dos seus incompensáveis encantos, não achava entre deuses e kamis varão assaz luzido e belo para o amor do seu corpo, e então, num singular enlace, concebeu um filho com os ardentes carbúnculos do seu próprio diadema de princesa celestial[11]. O filho, da têmpera rija e cristalina das gemas que o geraram, foi posto na ilha de Kiuciu, que ele povoou de

heróis[12], vindo dois de seus descendentes[13], guiados pelo divino falcão de oito cabeças[14], a atravessar o Mar Interior e a cair sobre o Japão central, de pronto por ambos conquistado contra o poder dos maus deuses e homens rebeldes que o ocupavam[15].

Um desses dois conquistadores, Iware Hito, foi o primeiro soberano do Japão e morreu, com mais de um século de idade, 585 anos antes de Jesus Cristo. Seu nome póstumo é Jimmu Tennô[16], como está na História e com o qual abre o almanaque de Gotha a lista cronológica e genealógica dos Micados e Shoguns de Dai-Nipão[17]; ocupa hoje o trono o seu descendente em linha reta Mutsu Hito[18], que é o 122º da divina série micadoal*.

Assim, o atual Imperador, apesar da sua constituição parlamentar, apesar do seu prosaico uniforme de General de Divisão, é nada menos do que descendente direto da formosa Deusa do Sol e tem com certeza na augusta fibrina centelhas das luzes cambiantes do ilustre diadema seu antepassado; sacrossanta procedência donde lhe deriva indiscutível supremacia sobre todos os seus compatriotas terrestres e logo o direito absoluto de ser, nem só obedecido e cegamente respeitado por eles como soberano, mas adorado como divindade que é[19] e como foram todos os seus consubstanciais antepassados.

O espelho por Amateras, transmitido carinhosamente a seus filhos, representa o símbolo da religião shintoísta[3], à qual não pode o Micado renegar sem com ela renegar também a qualidade divina da sua própria essência. O Shintoísmo é pois no Japão ainda hoje a religião do Estado[20]; mas a religião popular e verdadeiramente querida, talvez por mais

* Shogun significa o que os jornais da Europa nas suas notícias sobre o Japão chamavam, e ainda chamam, por engano "Taikum". O título de Shogun existe desde um século antes da era cristã, mas a princípio designava apenas o Chefe militar ajudante d'ordens do Micado, quando era este ainda comandante das forças e dirigia em campo as milícias nacionais. Nada há pois de comum, além do nome, entre esse remoto cargo e o de Suserano criado por Yoritomo e mais tarde desenvolvido por Ieiás, que tomou então, privativamente, o subtítulo de *Tai-Kum* (Grande Senhor). Este subtítulo desapareceu com o mesmo Ieiás, único que a ele tinha direito, deixando aos Shoguns seus descendentes o de Sei-Tai-Shogum, que já quer dizer coisa muito diversa como verá depois o leitor. Tai em japonês tem precisamente a mesma significação que Dai; pode-se pois, escrevendo contra o uso, mas sem errar, dizer *Tai-Nippon* em vez de *Dai-Nippon* e *Dai-Kum* em vez de *Tai-Kum*.

[3] Nota do Revisor: na presente edição, a grafia de *shintoísta* e seus derivados foram mantidos conforme o original de Aluísio Azevedo – com 'sh'. Na ortografia atual, *xintoísta*.

folgada e vistosa, é o Budismo[21], introduzida no país pelos coreanos no século sexto da era cristã.

Esta tão negativa preferência do Japonês pela religião alheia[22] levou hábeis casuístas, zelosos da divina procedência do trono, a tecerem em épocas hoje longínquas sutis relações entre os dois cultos, aliás bem divergentes na forma externa como no íntimo espírito; laços de origem e de doutrina estabeleceram-se engenhosamente entre o letárgico Buda e a palpitante deusa do sol, permitindo assim aos fiéis de ambas as seitas queimarem o seu incenso e os seus papéis dourados facultativamente aos pés do altar de uma como da outra divindade. E destarte conseguiu o trono, sem abrir luta com a nação, ou antes sem insistir na luta começada, guardar íntegro o seu caráter divino e permitir que o povo conservasse o seu culto pueril pelo espetaculoso Budismo, alegremente exercido em paz ao lado da pobre e desguarnecida religião do Estado. Buda no Japão ganhou um nome japonês: chama-se "Ammiddah"[23].

De Jimmu Tennô até duzentos anos depois de Jesus Cristo (860 da era japonesa) o Japão pouco mais seria do que uma extensa região completamente bárbara e desconhecida, em luta constante entre as suas tribos de caráter nômade e guerreiro, cujos vestígios ainda hoje se encontram puros ao extremo norte da ilha de Yezo onde se refugiaram e habitam os cabeludos Ainos e os quase extintos selvagens Koropukgurus[24]; mas por aquela época, a célebre imperatriz Jingô Kogô[25], divinizada hoje com o nome de Hachiman Daibosatsu no seu templo de Otokoiama[26], resolveu, sob inspiração do céu, organizar e ela própria conduzir, acompanhada do seu fiel valido Take-no-utschi, uma grande expedição contra a Coreia, então tributária da China que florescia à sombra da dinastia dos Thsin[27].

A expedição obteve o melhor resultado possível: ao fim de três anos volvia à pátria a gloriosa imperatriz, senhora da vassalagem de três reis vencidos com a submissão da Coreia. Logo porém ao partir para a guerra, Jingô Kogô[28] notara-se pejada e, como esta imprevista circunstância lhe podia estorvar os planos militares, ela, invocando a proteção dos deuses, amarrou uma pedra no ventre. Produziu ótimo efeito o talismã: o céu atende às suplicas da guerreira e a gestação esperou miraculosamente os três largos anos da campanha. Ao fim desse tempo a imperatriz, de volta aos seus penates, recolhe-se apressada ao castelo sem atender a aclamação nem parabéns, corre ao quarto, desaperta-se,

lançando fora couraça e capacete, e deixa-se cair por terra nos braços do marido a quem, entre gemidos de mulher, explica o caso maravilhoso. O feliz cônjuge prosterna-se, agradecendo aos céus a graça e o benefício, e ela entrementes dá à luz o príncipe Ojin[29], mais tarde divinizado com o título de Deus da Guerra, a cuja alta influência foi logo, nem era de esperar coisa melhor, atribuída toda a honra da vitória.

Com esta vitória sobre a Coreia, entra no Japão a civilização chinesa[30], que no continente vizinho tinha já nessa época chegado ao seu máximo desenvolvimento, assim nas artes, como na literatura e na moral filosófica de Kang, conhecido no Ocidente pelo ilustre nome de Confúcius[31]. E a imigração, que logo se fez caudalosa, vem espontaneamente favorecer a ação da corrente civilizadora; chamados pelos japoneses ou puxados uns pelos outros, começam os chins a instalar-se no arquipélago fronteiro; "de uma só vez, diz a crônica por intermédio de *Georges Bousquet,* dezessete distritos do sul do Celeste Império arribam em massa para os verdejantes portos de Kiuciu"; o erudito Wang Ien[32], maior poço de ciência que possuía a Coreia, é atraído às cortes do micado Ojin para iluminá-lo de perto, e com ele atravessa o Mar do Japão um fator decisivo – o alfabeto chinês[33]. O Japão começa a ler e a escrever e não se forra a sacrifícios para aumentar o seu cabedal de luzes; acumula de garantias e favores os artistas, artesãos e operários de valia, que logo acodem avidamente da outra banda asiática de ferramenta em punho; chama a si cabalísticos astrólogos, facultativos e alquimistas, carregados de misteriosas retortas e alfarrábios. E com esta gente da sabedoria do tempo vem o segredo da porcelana; vem a bússola; vem a indústria da seda; vem a arte de construir casas de mais de um andar; vem, com as primeiras noções de astronomia, a organização cronográfica e o calendário; vem a fabricação do papel e da tinta de Nankin; vem o moinho de pilar o arroz, e as rodas hidráulicas substituem a mó girada a braço vivo; vem o relógio com o seu maquinismo movido pela água; vem a metalurgia, e descobrem-se minas preciosas e cunha-se a primeira moeda de metal na terra dos micados; e finalmente vem a imprensa, e estampa-se as literárias primícias japonesas, entre as quais o mítico "Kodziki", a mais remota história escrita do Japão. Foi ditada esta história por uma mulherzinha de fenomenal retentiva, a quem o Imperador Jimmu no século sexto ordenara de guardar

na memória todos os passos e episódios da vida pública japonesa, transmitidos até aí de geração em geração pela voz dos trovadores e menestréis ambulantes.

E o Japão acerta afinal o passo do seu progresso com o da China e entra, por diante, a caminhar tão seguro e firme, que em breve já não se contenta só com imitar os translados da mestra e vai por conta própria modificando alguns deles para melhor e mais bonito; e já em 643 manda à metrópole da sua civilização o primeiro embaixador que veio ao mundo, o Adão dos diplomatas — Onono-Imokô[34], encarregado de regular a favor da sua pátria os tributos de guerra, que a Coreia começava a saldar, e de estabelecer a permanência de uma comissão japonesa na China para estudar ciências ocultas e reveladas.

Todas essas maravilhas, perfeitas pelos nipons entre o ano 284 e o 703 da nossa era[35], só muitos séculos depois foram sabidas e exercidas pela então agreste Europa, onde todavia por tal modo se desenvolveram e apuraram que é agora a cultura ocidental, hoje rematada e extrema, que, refluindo, vem civilizar de novo a velha terra do Oriente, de cujo seio abundante Árias nasceu para gerar novas e mais formosas raças.

Rezam entretanto as crônicas indígenas que não foi por mero espírito de generosidade que o governo chinês cedeu ao vizinho oriental a sua civilizadora emigração; sobre a primeira leva de emigrados corre uma lenda que não resisto ao desejo de contar:

> A certo imperador da China, notável só pela assombrosa estupidez e tartárica dureza de entranhas que o distinguiam, meteu-se em cabeça escapar à lei fatal da morte e pôs logo em ação toda a sua autoridade para que lhe descobrissem o segredo de perpetuar a vida. Imaginai daí o sangue que não correu por causa disto! Mas Jokufu, médico e astrólogo da corte[36], propôs-se afinal realizar o desejo do tirano, contanto que lhe facultasse este os meios de obter um misterioso filtro para isso indispensável, e o qual consistia no extrato de certa flor só existente nas ilhas vulcânicas de Nipão, flor de tal melindre que, para nada perder da sua amaviosa virtude, tinha que ser colhida por mãos juvenis de imaculada pureza. O imperador estava por tudo, autorizou o médico a organizar o pessoal de que houvesse mister e abriu a régia bolsa para todos os custos; pôs-se então o astrólogo em diligência e escolheu um por um, cuidadosamente, entre a parte melhor do povo, trezentos rapazes e trezentas e uma raparigas que, de corpo e alma, lhe pareceram os mais

> perfeitos do país, e com esta alegre companhia fez-se de velas para as plagas do Sol Nascente. O monarca, se conseguisse afinal realizar por outro meio o seu sonho de vida perpétua, ainda agora estaria à espera do facultativo, cujo fim era só escapar à crueldade do déspota a quem servia, e tentar vida nova em país novo no meio de uma alegre colméia de patrícios por ele escolhidos a dedo.

Fosse este ou não o ponto inicial da emigração chinesa, o fato é que só com esta começa verdadeiramente a história do Japão, como é também daí que começa e se vai estendendo pelos séculos novos a lenta e surda elaboração homogênica da raça, até conseguir fixar o seu tipo, depois da eterna luta etnológica, em que os elementos contrários se repelem entre si e os de afinidade eletiva se combinam e se fundem para sempre. E assim, pouco a pouco, de século a século, se vão destacando e acentuando as castas em volta de um centro comum, espiritual e supremo, que é o micado; começam então as agrupações sociais, a formação das classes: de um lado condensa-se o lavrador[37], que nunca mais deixará os campos produtores e será o passivo e silencioso lastro da nação inteira; de outro lado constitui-se o militar, a quem o agricultor sustenta, confiando-lhe a guarda das suas terras lavradas, e o qual há de ser no futuro o "Samurai"[38], suscetível de enobrecimento pelas armas, e em que o feudalismo vindouro encontrará cavaleiresco esteio para a sua violenta expansão; de outro lado concentra-se a aristocracia de sangue, criada e mantida tranquilamente pelos fidalgos da família micadoal, parentes do imperador ou da imperatriz, e de cujo núcleo privilegiado se formará a classe principesca dos "Kugês", que serão conselheiros áulicos e pares do trono, gozando da prerrogativa exclusivíssima de fornecer da sua descendência as mulheres do soberano, legítimas como ilegítimas, com direito qualquer delas a dar herdeiros à coroa. E desta nobreza consanguínea dos kugês, combinada com a outra militar dos samurais, resultará o "Daimo", que já é o puro chefe feudal[39], com senhorio e rendas territoriais e faculdade autoritária para lançar impostos, estabelecer tenças, fortificar castelos, construir navios e ferir batalhas. E uma vez retalhado o país em principados autônomos, começarão estes em viva guerra a disputar entre si a supremacia, até que uma família triunfe, aniquilando as outras, e crie o poder suserano do "Shogun"[40], isto é, o chefe dos chefes feudais, o generalíssimo dos príncipes

militares, só dos militares, porque quanto aos do conselho áulico, esses continuarão exclusivamente sob a alçada espiritual do micado.

A original instituição do Shogunato, que redundou em cisão do governo soberano é, a contar depois da conquista da Coreia, o marco mais saliente da antiga história política japonesa. Até essa época, 1185, os micados governaram unitariamente; oitenta e um se sucedem no trono, por hereditariedade, sem interrupção, desde Jimmu Tennô até Antoku; daí para cá a série continua firme e seguida, mas já ladeada pelo shogunato que se apossou do poder militar e civil, deixando ao imperador apenas o espiritual e convertendo-o num simulacro de Papa privativo do Estado, embastilhado por uma etiqueta ainda mais inexpugnável que as muralhas do seu *gocho* imperial; verdadeiro ídolo, que o povo devia adorar, mas sem ver, sob pena de morte ou do esvazamento dos olhos, e para quem as estradas públicas eram rigorosamente veladas, "Porque – diz o primeiro shogun na sua proclamação – a terra vulgar e rasa é indigna de pôr-se em contato com os divinos pés do filho dos deuses".

O primeiro shogun foi o grande Yoritomo[41], príncipe inteligente e bravo, celebrizado em prosa e verso na literatura japonesa. Era ele então o último vestígio da família Minamoto[42], cruamente exterminada pelos Taíras. De todos os feudos, inimigos irreconciliáveis, que procuravam firmar, cada um de per si, a sua hegemonia pelo aniquilamento dos rivais, só essas duas casas haviam resistido, e o duelo final e decisivo que se travou entre elas deixou os Taíras inteiramente senhores do campo. Yoritomo escapou miraculosamente à carnificina; teria dez ou doze anos quando o resto de sua família, sobejado à sanha das pelejas, fora passada pelas armas inimigas; fizeram-no prisioneiro e iam matá-lo, apesar da tenra idade, quando uma mulher compassiva intercedeu por ele, obtendo dos Taíras deixarem-no viver.

O último descendente dos Minamotos cresceu pois entre os destruidores da sua estirpe, afagado pelas mesmas mãos que o fizeram órfão; mas posto homem casou-se calculadamente com a filha de Hojô, de cuja influência militar contava ele tirar partido. Recolhe-se com a mulher às províncias mais remotas do Japão, organiza em sigilo como o herói do Rubicon uma coorte de bravos e, depois de algumas vitórias fáceis, alcançadas só com o fim de engrossar as suas hostes, arroja-se sobre os Taíras, bate-os em terra, cerca-os por todos os lados, sem dar quartel a nenhum, e acaba por exterminar o que deles resta em um

decisivo combate naval nas águas de Daneíra[43]. Feito isto e repelida uma invasão de mongóis[44] que abalançava a independência do país, Yoritomo, declarando-se Primeiro Vassalo do Imperador, a quem rende pública homenagem e em cujo poder espiritual, só espiritual, jura defender de qualquer pretensão externa ou interna, assume o posto de comandante em chefe das armas com o título de Bakufu ou Shogun[45]. Estabelece a sua corte em Kamakura[46], guarnece-a de artistas, poetas e aprazíveis sábios, fundando nesse distrito uma segunda capital do Estado, sede do poder civil e ao mesmo tempo o centro de operações das forças militares do norte, em flagrante oposição à de Kioto, ao sul, onde, na imperial custódia do espiritualismo sacro, ostraceava o pobre Micado com o seu conselho de mãos finas e perfumadas, muito feitas à difícil execução da música religiosa, mas de todo alheias ao manejo das armas de combate.

E eis aí como se deu a estranha cisão no poder soberano do monarca, criando-se quase ao nível do trono a suserania shogunal, que aliás só atingiu ao auge da sua autoridade anômala quatro séculos depois quando Ieiás fundou de vez a sua dinastia e tornou a função hereditária, fazendo desde essa época a Europa acreditar até há bem pouco tempo que o Japão mantinha dois imperadores, como se vê pelos seus ajustes internacionais com ele firmados dentro já do nosso século. Naquela época é já com efeito o shogun quem governa, mas ainda é o imperador quem reina, pois que teoricamente nada pode decidir o chefe militar sem a sanção do micado.

Yoritomo fez da sua capital uma cidade relativamente importante e poderosa, cidade todavia de madeira e bambu que, depois dele e da sua curta descendência direta, desapareceu substituída por infinitos arrozais e canteiros de hortaliça; a estrada de ferro passa hoje por ela ligando-a a Yokohama e Tókio; do seu passado fausto só perduram alguns ídolos e reconstruídos templos. É aí, nesse ameno canto mal povoado, que está o famoso Buda de bronze "Daibutsu"[47] de que em lugar competente darei a descrição. O fundador do Shogunato morreu em 1199, com cinquenta e três anos de idade, depois de quatorze de indiscutido e absoluto poder.

Com a sua morte desencadeia-se o feudalismo militar que ele sistematizara, e desde essa época até 1573, tendo tido vinte e seis micados e vinte e quatro shoguns, o Japão mal encontra alguns momentos de refolga entre as implacáveis guerras civis que o

dilaceram[48]. O militarismo degenera em paixão e invade às raias da vesânia, lavra por todas as classes, apodera-se de todos os espíritos, e a nação inteira desfalece moralmente arriscando retroceder às tontas para o barbarismo primitivo; desaparecem os artistas, desaparecem os obreiros, a gleba corrompe-se e pega em armas; os poetas arribam da pátria com as asas sujas de sangue, e até os sacerdotes, os meigos bonzos de crânio raspado e túnica branca, dantes fechados na sua fé sinistra que lhes vedava comer carne, beber licores e tocar em mulheres, endurecem de alma e fazem-se guerrilheiros; os santuários do budismo convertem-se em fortalezas e arsenais; o monastério de Higeizen, maior de todos, às margens quietas do formoso lago de Biwa[49], com os seus quinhentos templos boscarejados de sagradas cliptomérias, transforma-se em reduto inexpugnável, onde as súplicas do próprio Micado são repelidas com duras blasfêmias e pedradas. Alguns japoneses, caindo de fome, vendem-se então como escravos para as Filipinas e para a China, levando olhos e alma consumidos de fitarem inutilmente o frio espelho de Amateras, a deusa-mãe degenerada.

É nesse largo e negro período de decomposição geral que os militantes samurais, homens d'armas, com direito a usar duas espadas e direito a deixar crescer a barba, se desenvolvem e consubstanciam numa classe privilegiada e turbulenta, podendo comer, beber e dormir pelas locandas e hospedarias de todo o país sem obrigação de pagar os gastos, pronto sempre a qualquer deles a castigar com a morte o kuli ou plebeu que ousasse contrariá-lo no meio das suas correrias e aventuras soltas. Como desdobramento espúrio dessa classe de fundo cavaleiresco em que, seja dito com justiça, havia por vezes mau grado a dura escuridão dos tempos, altruísmo nacional e nobreza de sentimentos, esgalhou a facção fragueira dos roninos[50], homens que não são já soldados, mas nem por isso menos ardidos e belicosos; gente de arma encoberta e arbitrária, mas com quem podiam os príncipes senhoriais contar em caso de guerra, transformando em instrumento de ação política o que era desclassificado produto do meio corrompido; fatores e auxiliares inconscientes, ora do bem, ora do mal, vigoroso elemento étnico, cujo naturalismo heroico se dispersava à toa numa exaltação brigalhona e constante, às vezes generosa, quase sempre porém inconfessável e perversa, porque lhes faltava, a esses como aos seus originadores, o sustinente ideal piedoso

que continha na mesma época os seus congêneres ocidentais, pondo ao lado da espada ensanguentada desses tempos cruéis o lírio místico da fé cristã. Mas, nos curtos intervalos da guerra, dessa guerra civil que durou perto de quatro séculos; o ronino volvia-se salteador e pirata[51], ao passo que o samurai, depostas transitoriamente as duas espadas, ia para o campo administrar a própria fazenda e criar os filhos para dá-los depois ao seu príncipe e senhor, ensinando-lhes desde o berço que os deveres da vida militar são carga pesada como as armas e que a morte nas batalhas é leve como a pluma.

Esta desoladora situação, em que o país esteve prestes a desfazer-se em sangue, e em que apenas prosperaram os artefatos e produtos industriais concernentes à arte da guerra[52], só veio a ceder, esbarrando de encontro à ação bravia de três grandes vultos consecutivos: Nobunaga – Taiko Sama – Ieiás, e dissolvendo-se enfim de todo contra a maquiavélica resistência do último destes, que é incontestavelmente o maior homem do Japão medieval, como por si mesmo julgará o leitor, se tiver a paciência de ler o seguinte capítulo.

2º CAPÍTULO

NOBUNAGA[1] — TAIKO-SAMA — IEIÁS

Nobunaga, filho do príncipe de Owai[2], é um espírito claro e forte, porém ímpio, servido por uma vontade enérgica e resoluta. Bate em 1573 a poderosa família Achikanga, que então mantinha no poder o seu décimo quinto shogun por ela imposto — Yochi Aki, e alça mão das rédeas do Estado, fazendo-se "Daijin" ou Grande Ministro do Interior[3].

Como subiu em luta aberta com os daimos, cuja supremacia militar tem em mira destruir em favor do poder áulico, desiste da eleição shogunal, mas também não consente que elejam outro, deixando vago esse cargo que depois de Yoritomo não havia sofrido interrupção, e entra a governar em nome diretamente do Imperador, a quem assim consegue soerguer um pouco do fundo rebaixamento político em que o tinha deixado o feudalismo militante.

Uma vez seguro do poder não são todavia os daimos a sua primeira preocupação, mas sim a milícia religiosa[4]; é que os budistas, riquíssimos e cheios de prestígio nos seus alcáceres monásticos, com vassalos próprios colhidos entre os mais terríveis samurais e roninos, se haviam constituído em uma força de guerra superior à dos próprios príncipes feudais, porque a seu favor laborava o espírito religioso do povo. Ora, Nobunaga compreende que, governando em nome do Imperador e sendo o Shintoísmo a religião do Estado, seu poder não passaria de ficção se persistisse de pé a arrogância dos sacerdotes budistas; para firmar pois o

princípio da sua autoridade e o prestígio moral do governo, era preciso antes de mais nada aniquilar a supremacia dos bonzos; empresa que a todos se afigurava a mais louca das quimeras, já pelas convenções espirituais estabelecidas pelo trono entre as duas religiões dominantes, já pela boa organização das forças de que dispunham os budistas, já pelo mau efeito que produziria nas camadas populares o caráter sacrílego do sucesso, e já enfim pela solidariedade que existia entre os sacerdotes de Buda e certos príncipes poderosíssimos do norte.

Foi então que Nobunaga, em má hora para os seus patrícios, pensou em tirar partido do Cristianismo que por esse tempo prosperava exuberantemente ao sul do Arquipélago[5], depois das suas tentativas quase frustradas no continente chinês. O Japão havia sido descoberto, acidentalmente, pelos portugueses em 1542, como explicarei adiante; São Francisco Xavier[6], acompanhado de frades Agostinianos, Dominicanos e Franciscanos[7], tentara desembarcar em 1549 no porto de Kaugosima; repelido, seguiu para Yamaguchi e depois para Kioto, conseguindo afinal estabelecer-se ao sul com o seu humilde exército de missionários. Foi tal o bom êxito dessa piedosa campanha, reforçada mais tarde pelos jesuítas espanhóis, foi tão fecunda a catequese, que, na época de Nobunaga, trinta anos depois do início dela, havia no império duzentas igrejas católicas e meio milhão de convertidos[8], entre os quais principescas famílias de Kiuciu e muita gente da melhor nobreza que chegou a chamar por sua conta novos missionários europeus; tanto assim que em 1581 o príncipe Sendai enviava ostensivamente uma embaixada a Felipe II de Espanha, e aos papas Gregório XIII e Sixto Quinto[9], apresentando- lhes os votos dos católicos do Extremo Oriente.

Pois bem, Nobunaga, político hábil e homem cético, achou meios de chamar a si os cristãos novos e com estes conseguiu levantar as forças de Kiuciu contra os budistas, assaltando logo, sem dar tempo aos daimos de acudirem, o monastério de Heijeizen que, depois de formidável resistência, foi tomado e reduzido a cinzas com o despojo dos que o defendiam. Em seguida, antes que lhe esfriassem as armas, volta-se para o de Hang-wanji em Osaka[10], onde se praticava a seita Chichiu; neste porém volvia-se o feito muito mais duvidoso, o monastério tinha cinco redutos exteriores, guarnecido de fossos e valas; e não perdera a ocasião de engrossar as suas forças enquanto o outro era atacado. A primeira investida foi como se os assaltantes se abismassem num sorvedouro

infernal, os sitiadores só tiveram notícia do resultado dela vendo descer as águas mortas do canal um enorme e sinistro junco carregado até as bordas de orelhas e narizes decepados; era tudo que voltava da expedição. Nobunaga insiste; ataca de novo e de novo é repelido, e afinal, à força de atividade e pertinácia, logra vencer o primeiro reduto, e depois o segundo, o terceiro, todos os outros, e penetrar enfim no coração ardente da alcaçova e escala a formidável cidadela, que arrasou no meio de uma hecatombe de vinte mil associados, bonzos, samurais, roninos, servos e concubinas.

Destruída a resistência budista foi fácil ao temeroso general fazer o mesmo com a dos daimos, cujas tentativas de reação conseguiu logo ao nascedouro afogar em sangue, podendo ele depois disso dedicar-se de corpo e alma ao seu grande plano de reorganização feudal para dar ao Império a unidade que lhe faltava e remodelá-lo pelo seu peculiar ponto de vista cesariano, talvez, quem sabe? na intenção de, arvorando-se ditador, alçar-se com o próprio cetro pelo qual se batia agora; mas, ao lançar em 1582 os primeiros alicerces do vasto edifício, caiu para sempre atravessado no coração por uma flecha que ninguém nunca descobriu donde partira.

Sua obra porém não morreu com ele: Nobunaga contava desaparecer de um momento para outro, e havia preparado para secundá-lo um homem cheio de vida e perfeitamente na altura da situação, um herói que ele inventara, um cabo de guerra, sem família e sem títulos, que fora seu palafreneiro, seu "betto", e de quem o General nos últimos combates tinha feito, nem só seu ajudante de campo e confidente nos segredos do Estado, mas depositário dos seus futuros planos políticos e por eles responsável.

Entra pois em cena o extraordinário Hideyochi, conhecido na História pelo original cognome de Taiko-Sama[11].

Nada tendo por si que justificasse a ambição, além do prestígio pessoal, começa por voltar-se contra os descendentes do seu próprio benfeitor[12], usurpando-lhes pelas armas o direito de sucessão no governo e obrigando-os ao extremo de rasgar o ventre para esconderem na morte voluntária e nobre a infâmia da derrota. Ato contínuo, lança-se como um raio para as províncias de Nagato, cujos príncipes e daimos se haviam levantado a contestar-lhe o poder, e sobre eles investe com tal fúria que é de um assalto que os leva de vencida, mandando logo incendiar estâncias e castelos, e varrer a ferro e fogo os campos arrasados.

Ninguém pode imaginar a que ponto de vertigem heroica chegou nessa época entre os japoneses o desprezo pela vida. Enquanto Taiko-Sama é ruidosamente aclamado em triunfo na frente das legiões vencedoras, que arrastam os prisioneiros escravizados e expõem na ponta dos chuços quarenta mil cabeças de vencidos, Chibatá, um dos melhores e mais altos samurais de Nobunaga[13] e que, fiel à descendência do extinto chefe, se recusara reconhecer a autoridade do usurpador, vê-se encurralado com a mulher e alguns últimos companheiros de desgraça no seu castelo de Fukui no principado de Hechisen, sem outra expectativa além da rendição do inimigo que o não poupará de certo. Não se aflige entretanto; ao contrário, arma um festim e durante toda essa sua última noite, ordena que em volta dele fervam as danças e as cantigas sensuais das "gueichas". Ao raiar da aurora, em meio do prazer, Chibatá enche pela vez extrema a taça com que vai celebrar o brinde fatal, o adeus para sempre; antes porém de levá-la aos lábios e de entoar o cântico da morte, chama junto a si a esposa e diz-lhe, pousando-lhe uma das mãos na cabeça enquanto com a outra empunha o copo fatídico:

> – Tu, minha flor, como mulher, podes sair do castelo; entre as gueichas e bailadeiras ninguém te reconhecerá... Não tens, como eu e os meus companheiros d'armas, o dever de morrer cá dentro... Vai! Dou-te com gosto a liberdade, e desejo que no domínio de outro homem possas encontrar melhor sorte e prosseguir na virtude de que me deste todas as boas mostras. Vai! Podes sair, adeus!

Ela, por única resposta, toma-lhe das mãos o copo que ele havia enchido e é a primeira a romper o cântico funerário, o hino dos vencidos com honra.

O coro responde e todos se prosternam para morrer. Calam-se de novo e, no meio do lúgubre silêncio, acrescenta a esposa ajoelhando-se aos pés do marido:

> – Meu senhor, não me tires o direito de findar com orgulho ao teu lado; morta pelas únicas mãos a quem me devo...

Abriu o kimono e apresentou o colo nu: ele, desviando os olhos, arranca da espada e fere-a no coração. Depois, voltando-se para os mais, gritou:

– Yake – haraii!

Era a voz para o incêndio e para o suicídio geral, de modo a que não encontrasse o inimigo, no meio das cinzas ensanguentadas, nenhum troféu nem despojo com que pudesse ornar a vitória.

Taiko-Sama, que em virtude da sua baixa procedência não podia ser eleito shogun, nem mesmo grande ministro ou chefe de conselho, faz-se Administrador Geral, título que é precisamente a tradução daquele cognome com que ele passou à História; mas depois, submetendo à mão armada os príncipes feudais e jungindo ao Estado a função das diversas seitas monásticas, dilatou por tal modo o seu predomínio político, e por tal modo se fez senhor do país inteiro, que, em 1586, impôs à Corte Imperial que o elegesse Kuambaku[14], isto é, nada menos que – Vice Imperador.

Esse cargo, até aí honorário e só preenchido pelos membros superiores da família micadoal dos Fujiwara com direito simultâneo à presidência do conselho privativo da coroa, tornou-se então efetivo e de poderes amplos, pois de um lado, aos olhos dos senhores feudais, representava a soberania aristocrática do trono como intermediário entre este e a nação, e do outro, perante o monarca, representava a nobreza armada e autoritária dos daimos que em Taiko-Sama reconheciam o seu chefe militar.

A golpes de energia, cada vez mais pronta, o Vice Imperador estabelece a paz em todo o território nacional e, a poder de boa administração, consegue reorganizar a agricultura, desenvolver a indústria e lançar as primeiras bases do comércio exterior[15], que ainda não existia; mas, precisando por cálculo dar expansão ao elemento militar, sobre-excitado e aguerrido durante tantos séculos de luta civil, concebe o gigantesco plano de conquistar para o Japão a China e a Coreia[16], a pretexto de que já não pagavam impostos pela imperatriz Jingô Kogô; e, durante cinco anos, prepara-se para a formidável empresa, com grande contentamento dos daimos e dos samurais. Levanta fortificações; organiza esquadra; disciplina admiravelmente as forças de terra, e afinal, em 1592, comandando ele em pessoa, atira-se com oitenta mil homens sobre o continente asiático, atacando a Coreia pelas ilhas Iki e Tsusima.

Feliz em todas as batalhas, tendo já subjugado três partes da península coreana, cujo rei fugiu diante dele, invade a China e logo vê, pelo bom êxito

da primeira investida, sorrir-lhe no horizonte da guerra a vitória completa. Senhor e cônscio da sua fortuna que nunca desmaiara, dispõe-se, num alegre frenesi de ambição e glória, a ir, com as suas próprias mãos, fincar nas venerandas muralhas de Pekin o triunfante guião do Sol Nascente. Condu-lo a sua estrela – não recuará! O colosso asiático retrai, treme, dominado pela vontade irresistível desse homem que nasceu das próprias armas e como as armas se arroja. O grande Celeste Império vai, para sempre talvez, cair em poder da menor e mais atrevida nação do Oriente! Taiko-Sama concentra as suas forças já multiplicadas, reúne em volta de si os seus primeiros generais; nesse momento cíclico, porém, 15 de setembro de 1598, uma febre cerebral o acomete em pleno conselho deliberativo[17], prega com ele em delírio ao fundo da sua tenda de campanha e dentro de uma hora o mata.

A junta regencial que ele havia deixado a governar o Império, ao saber do ocorrido, dá ordem às forças japonesas de recolherem incontinenti, sem mesmo negociar pazes com a China, abandonando desse modo uma campanha começada sob os melhores auspícios e abrindo mão do que já estava conquistado sobre a Coreia. Dizem uns que houve, nessa estranha medida da Regência, perversa intenção de quebrar a fama póstuma do feliz dominador, alvo de muita inveja e ódio entre os seus próprios ministros; outros afirmam até que estes contavam já com o fato, pois em segredo estava de longa data resolvido o envenenamento do chefe.

Taiko-Sama, entretanto, além do grande nome que deixou como general estratégico e valente, goza na história do seu país da reputação de exímio administrador; alguns comentadores estrangeiros o comparam a Henrique IV, que nessa mesma época sufocava em França as revoluções da Liga. Entre muitas outras coisas, a pátria deve-lhe os trabalhos de fortificações em Kioto e Osaka, o aperfeiçoamento da indústria da porcelana e o desenvolvimento do comércio holandês, único que logrou fixar-se no país apesar dos vexames que em seguida sobrevieram. Se Taiko-Sama conseguisse viver mais alguns anos, é natural que o Japão desde esse tempo entrasse em relações com o resto da Europa, pois isso fazia parte dos seus planos políticos herdados de Nobunaga, planos totalmente destruídos pelo homem fenomenal que os sucedeu.

Sim, o maior vulto, maior e derradeiro, dessa limitada galeria de homens típicos do Japão antigo, vai surgir agora em Ieiás[18], levantando um novo marco na vida histórica da pátria[19] e separando a sua época das épocas anteriores. A esse guerreiro, estadista e legislador a um tempo,

caberá a glória de levar a efeito com um golpe decisivo o vasto plano de unificação feudal, concebido pelos seus dois grandes antecessores, e transubstanciar definitivamente a alma da nação inteira, moldando-a pela harmoniosa complexidade do seu próprio talento original e criador.

Espírito sutil e forte, pela face contemplativa do gênio que o animava, mas sem o menor escrúpulo sentimental como todo homem de ação. Ieiás apresenta o arquétipo da ambição inflexível e regrada e do egoísmo político levado à transcendência de ideal filosófico. E de alta linhagem, vem da família Tokugawa, colateral dos Minomotos donde procedeu Yoritomo, pertence por conseguinte à divina raça dos Micados. E pouco antes se havia unido a uma irmã de Taiko-Sama, a qual desdenhou depois por infecunda.

Esse homem sem entranhas, mas que conhecia profundamente o coração humano, pode ser chamado, a justo título, o Confúcius do Japão, pois dele, e só dele, saiu o célebre estatuto constitucional das "Cem Leis", sucinto e sábio código que dirigiu o espírito público de sua pátria, desde esse rente começo do século XVII até a contemporânea restauração micadoal de 1868, e com cujo vibrante feixe de sentenças mosaicas conseguiram seus descendentes, em quem aliás, à exceção do primeiro filho, não houve um só capaz de secundá-lo[20], governar a nação durante dois séculos e meio de paz fecunda e esplêndida prosperidade transformando-a, do grupo anárquico de sesmarias feudais que era, em um Estado homogêneo, de caráter próprio e distinto, capaz, dessa era em diante, de impor-se ao mundo inteiro pela pureza original da sua arte, pela inexcedível perfeição da sua indústria, pelo requinte da sua afável cortesia e pelo nunca desmentido altruísmo patriótico dos seus heróis.

Para governar teve que bater-se com os Príncipes do Sul e do Oeste coligados contra ele[21], e jamais nenhum outro usurpador japonês, que este também o foi empossando-se do direito hereditário de Hideyori, filho de Taiko-Sama, encontrou para galgar o Poder tão forte oposição pelas armas; mas nessas refregas, em que seus inimigos têm em pé de guerra cento e vinte e oito mil homens e ele apenas setenta e cinco mil, Ieiás realizou tais prodígios de valor, que os seus próprios vencidos o aclamaram entusiasmados.

Depois de uma campanha de guerrilhas e escaramuças, fixou-se o combate decisivo para o dia 1º de outubro de 1600. As duas legiões tinham de encontrar-se no extenso planalto de Sekigahara, na província

de Mino. Avistam-se ao raiar daquele dia e avançam de longe uma contra outra com igual denodo. Os Príncipes de Satzuma comandam a direita dos Coligados, Konichi o centro, e Tchidá, um cristão, dirige a esquerda[22], levando no loudel uma cruz vermelha sobre o peito; Ieiás faz o comando em chefe das suas forças e não tem consigo outro general.

Disparam-se os primeiros tiros de bombarda; começa a fuzilaria de arcabuzes; mas nesse instante cai dos céus um terrível nevoeiro, e estende-se como lúgubre mortalha sobre o campo da peleja, cegando todos os combatentes. Os Coligados param, perturbam-se; Ieiás porém avança firme por entre a espessa bruma, recomendando aos seus de não fazerem alarme, e rojando-se que nem o tigre quando fareja a presa descuidosa.

Rasga-se num relance o nevoeiro de alto a baixo, o sol de novo inunda os arraiais, atroa os ares o alarido bélico, e os Coligados estremunham, dando de surpresa pela frente com o inimigo, que feroz se atira sobre eles. Começa logo então, desordenadamente, a luta corpo a corpo, numa confusão estrepitosa de homens, armaduras, cavalos e carretas, que se arrastam de roldão com um só impulso. Ninguém mais se entende; cruzam-se os ferros, partem-se azagaias, arrancam- se punhais; é cara a cara, e a pulso a pulso que a luta se incendeia.

Meio-dia. O sol a pino e a vitória indecisa. Um momento mais de resistência dos Coligados e os Tokugawas terão de ceder à desproporção do número. Ieiás pressente a derrota; voa num galope à retaguarda, toma a frente das forças de reserva e avança com elas, empunhando o seu branco pendão de rosas malvas. Ruflam metálicos tambores à vista dos brasões do Chefe; tam-tans retinem; os búzios ressoam à laia de trombetas; maior levanta-se o clangor das hostes, e, de um arranco, Ieiás rompe as fileiras dos daimos assombrados. Quem pode resistir a um tal arranco? "Decepar! Decepar!" grita ele aos seus guerreiros, dardejando a alabarda fumegante de sangue. E os fracos fogem; e os fortes apunhalam-se, para não deixar essa honra aos inimigos.

Ao declinar do sol, Ieiás era senhor do campo, distribuía postos militares e, pela primeira vez no Japão, armava, sob a sua espada, cavaleiros os samurais que se haviam distinguido na batalha. Para essa nova formalidade, semente de uma nobreza submissa com que ele havia de engrandecer-se na paz, pede o seu capacete emplumado, aparelha-o na cabeça e diz, ao abrochar-lhes os loros de seda escarlate:

– É só depois da vitória que um General deve ornar-se com este festivo toucado de gala![*]

Na manhã seguinte fez a sua entrada triunfal em Hikone e depois em Osaka, no meio da aclamação unânime de vencedores e vencidos. Os príncipes do Sul e do Oeste, de cabeça baixa, humilhados, franquearam-lhe os seus domínios em troca do indulto, que ele, contra a norma até aí estabelecida, cedeu com uma clemência já de perfeito soberano em que pese a desgraça dos seus súditos.

E a partir desse momento, o herói de Sekigahara ficou sendo, se não logo de direito, mas incontestavelmente de fato, dono e senhor absoluto do Japão. Em 1603 restabelece o Shogunato, cujo posto assume, convertendo-o agora em poder hereditário, e criando assim, ao lado da velha dinastia dos Micados a nova dinastia dos Tokugawa. A Suserania Shogunal deixa de ser desde então revogável pela Coroa e dependente da vontade dos daimos, para se arrogar foros de pura autocracia aristocrática, perdendo de todo o primitivo caráter subalterno de intermediário entre a Nobreza militar e o Trono místico. Não podendo Ieiás tomar do Micado também o título para si, inventa o de Tai-Kum (Grande, Primeiro ou Maior Senhor), o qual, em boa lógica, não passa de um sinônimo do outro. E assim se consumou essa estranha duarquia que, duzentos e cinquenta anos depois, tanto enleio e perplexidade veio a produzir nas relações internacionais do Japão. O Império, sem deixar de ser império, passou a ter duas autoridades paralelamente heráldicas e majestáticas, igualmente supremas e respeitáveis – o Micado, a quem a nação inteira venerava como um Deus e o Shogun, a quem ela temia como um Rei absoluto; as grossas rendas do Estado logo se derivaram para as mãos deste, não indo para as do outro mais que as sobras, porque ao primeiro

[*]Esta frase é célebre no Japão, e o capacete que serviu a Ieiás na batalha de Sekigahara existe ainda no museu de um dos templos de Nikko, erguidos em honra do grande Legislador[23], como igualmente existem algumas peças de sua ficha d'armas, e mais o seu tinteiro com o competente pincel e outros vários objetos que foram de seu uso, quais tive todos ocasião de ver, perfeitamente conservados, apesar do seu irrefragável aspecto de vetustês. Nenhum desses artefatos do começo do século XVII revelam ainda a elegância de estilo que se observa, a saltar aos olhos, nos congêneres do meado do mesmo século em diante; o que é sem dúvida a melhor demonstração da influência exercida pelos Tokugawas sobre o desenvolvimento da arte japonesa; arte só verdadeiramente perfeita e digna de alta admiração durante o reinado da referida dinastia até a sua decadência. Tinha ele com efeito pelejado todo o dia de cabeça descoberta, apenas resguardado por uma tira de pano a que os japoneses chamam "Atsimaki"

cabia, com os seus punhos fortes; prover todas as ineludíveis e ásperas coisas cá da terra, ao passo que o segundo, de palmas finas e defumadas, tinha de haver-se apenas com as boas e complacentes coisas do céu.

Triste nobreza é essa, da consaguinidade requintada e puída pelos séculos, que assim desfibra o organismo de uma geração até reduzi-lo àquele mítico estado de semideus, ambígua e desclassificada condição social, inteiramente desaproveitável para o menor dos interesses da vida coletiva. É o que se deu com essa ilustre descendência de Jimmu Tennô, homem tal que tomou a terra dos Ainos e fez dela o seu Japão divinizado, haveria, com o correr dos tempos, de acontecer fatalmente à própria sucessão dos Tokugawas, cujo último príncipe hereditário, se não houvera degenerado de todo em contemplativo místico, seria logo em seguida à Revolução, como adiante verificará o leitor, o poderoso Rei de um Estado independente e novo, que os seus prosélitos, fiéis ao testamento de Ieiás, lhe tinham preparado na vasta ilha de Yezo[24], ao verem em 1869 perdido para sempre no resto do Império Japonês a metade do Trono que lhes legara o fundador da dinastia.

O Tai-Kum não quis deixar a geração da sua Casa sem um frisante subtítulo como com aquele não deixou a si próprio, e deu-lhe o de *Seitaishogun* (Sei – Tai – Shogun), que é já nada menos do que um programa político desdobrável em questão social. *Sei* era, em longínquas datas o nome do General encarregado especialmente de expulsar do país os bárbaros invasores; *Tai* já o leitor o sabe, quer dizer "Grande" e Shogun, não o ignora tampouco, "Comandante Geral das forças militares"; podendo-se pois traduzir aquele sobrenome de uma só palavra por toda essa frase: "Generalíssimo destinado a expulsar do Japão os estrangeiros". E é com efeito desde essa transitiva época que se converte em feição nacional, e se arvora em fórmula do Governo, o nativismo japonês, que até aí não passava de um frouxo e curto reflexo produzido pelo da China. O sistema político de Ieiás baseia-se na mais estreita e orgulhosa reclusão; o país deve fechar-se hermeticamente contra o resto do mundo e só contar consigo para viver.

Diz um dos artigos do famoso código:

> "Quando de todo não for possível evitar a presença de quaisquer bárbaros no Império, convém nesse caso tratá-los com a máxima reserva e fria polidez, cuidando ao mesmo tempo de intimidá-los logo com a exibição de respeitável aparato bélico, de armas esplêndidas e bem disciplinadas, e de

> forte e feliz aparência da mais brilhante prosperidade; dar-lhes por favor o que com boas maneiras peçam para as suas urgentes necessidades pessoais, mas deles não aceitar, sob pena de castigo, nada em que transpareça sombra de obséquio ou sinal de gratidão e estima".

E o legislador decreta a pena de morte para o súdito japonês que se afastar das águas territoriais da sua pátria, compreendidas dentro de um tiro de flecha; estabelece a forma que devem ter os barcos mercantes, cortando-lhes a proa em linha reta, de modo a que não possam alongar-se das costas do país; proíbe toda e qualquer navegação que não seja a de cabotagem, e começa a pensar nos meios de pôr barra afora os estrangeiros que se acham estabelecidos no arquipélago; ideal mais tarde realizado, exceto com o Holandês, único de quem se não revoltou o brio contra as duras e humilhantes condições impostas pelo Governo. Ieiás, ao contrário do que fez Nobunaga, que se ligara aos Jesuítas portugueses e espanhóis, vexa-os e persegue-os sistematicamente, obrigando alguns a fugirem para Formosa e para a China, não ainda por motivos religiosos, mas porque tiveram aqueles a leviandade, neles com efeito imperdoável, de envolver-se na política do país[25].

Pouco depois estalou a ordem de expulsar para todos os missionários[26]; mas Hideyori, filho de Taiko-Sama, de cujas mãos Ieiás usurpara o poder, abraça a causa dos católicos[27], com eles engrossa as forças de que dispunha; e faz do seu castelo em Osaka um árdego centro de resistência contra o Governo. O Tai-Kum, acompanhado por Hidetada, seu filho mais velho e intransigente secundador, corre ao lugar da sedição e, depois de bloquear e tomar a fortaleza, redu-la a cinzas. Hideyori, ao lado da mãe, desapareceu com esta, devorados ambos pelas chamas, e os que escaparam de morrer na peleja ou no incêndio, caíram no poder do vencedor. E então, como podiam sobrevir novos pretendentes que, à semelhança do filho de Taiko-Sama, se ligassem aos católicos; e, como Ieiás queria opor-se a todo o custo a qualquer troca de idéias com os estrangeiros e cortar pela raiz as relações com a Europa, resolveu dirimir esse último estorvo dos seus planos e, depois de fazer passar à espada os prisioneiros, ordenou a matança geral dos cristãos; poupando apenas aqueles que abjurassem e em público tripudiassem sobre um crucifixo[28], como fizeram os holandeses.

Muitos católicos, porém, preferiram deixar que lhes despedaçassem o corpo a terem de despedaçar a alma pelas próprias mãos e, afrontando

o furor do déspota, agruparam-se foragidos, e ganharam, sem esperanças de salvação terrestre, os rasos sertões desse país feito de litorais. O descaroável Tokugawa lançou-se pronto no encalço deles, e os míseros acossados, impelidos pela aflição, concentraram-se nas ruínas do castelo de Chimabara, em Nagasaki[29], enorme pardieiro ao abandono, perto do golfo. A resistência era impossível, mas a angústia e o desalento viraram-se em força cataléptica, e o Tai-Kum teve de lançar mão da artilharia e dos seus veteranos de Sekigahara para tomar de assalto aquele pobre baluarte do desespero. Uma onda voraz de lanças acirradas rebenta dentro do arraial em ruínas, e trinta e sete mil cristãos são trucidados, enquanto outros, fugindo mal feridos às férreas garras do inimigo, arrojam-se das altas fragas do Pappenberg nos abismos do golfo.*

Foi completa a exterminação dos apadrinhados da Cruz, e com o sangue desses mártires secou para sempre na terra do Extremo Oriente a árvore do Cristianismo, já então frondosa e aromática, e à sombra da qual haveria sem dúvida de germinar; eflorescer e frutificar com o tempo o que hoje falta à nação japonesa para ser uma nação perfeita; malogrados bens, cuja semente todavia fora posta naquela mal-aventurada terra pela mão piedosa de São Francisco Xavier, o imortal Apóstolo das Índias.

E Ieiás, uma vez fechado e mais os seus compatriotas[30] dentro do torrão nativo, demarca e traça, com mão segura e taumaturga lucidez de espírito, a linha de conduta para essa nação que já era inteiramente dele, não escapando ao seu encabrestante código das "Cem Leis" nenhuma das classes e subclasses, nem mesmo as excrescências sociais, como por exemplo o enxurro dos roninos que ficaram reduzidos à triste condição de espiões políticos, porque no entender do Confúcius japonês, o segredo de bem dirigir um Estado consistia principalmente em saber utilizar com vantagem todas as moléculas, boas e más, de que se constitui o complexo organismo de um povo. Eis o que, com o seu pitoresco estilo, diz... (a página do manuscrito perdeu-se!). Aplique cada qual a si próprio este principio e só não será feliz quem não quiser, pois do saber viver nasce o sorriso, e do sorriso nasce a fortuna. A vida é sempre um útil instrumento de felicidade; o caso esta em saber servir-se dele. Depois de disciplinar hierarquicamente a população, fixar em regras os limites dos canteiros sociais, traçando o lugar preciso de cada grupo,

* 1638.

de cada família, de cada indivíduo, com a tábua rigorosa dos seus direitos e dos seus deveres, Ieiás penetra com a lei pelo íntimo da vida privada e regula como se deve comer, beber e até sentir. Ao Samurai, entre outras muitas coisas, recomenda ele:

> Não consinto que a mulher se envolva no ato mais insignificante da tua vida pública, como por tua parte não intervenhas no seu governo doméstico. Não deve a galinha vir cá fora ao terreiro cantar ao romper d'alva, nem deve o galo meter-se no ninho a chocar os ovos. Esta é a lei.

Firma quais hão de ser daí em diante os recíprocos deveres entre as duas clássicas Nobrezas que encontrou estabelecidas, e quais as novas relações que devem existir entre a Corte micadoal e o Shogunato; conserva as regalias dos Daimos e assegura-lhes o senhorio feudal, exigindo porém que venham todos eles periodicamente a Gotten Yama para testemunhar ao Shogun a sua fidelidade[31] política; faz o elogio e multiplica as honras da classe militar, agora regularmente constituída pelos Samurais, mas impõe que ela se não arme senão à ordem do Shogun e só em caso de guerra por este oficialmente declarada; e finalmente cria uma nobreza à parte, exclusivamente sua, dá-lhe senhorios e direito de levantar castelos; faz enormes concessões de principados territoriais à sua descendência viva e por nascer, e, à semelhança de Yoritomo em Kamakura, estabelece uma nova capital em Yedo, que mais tarde devia chamar-se Tókio[32].

Quanto ao Imperador, invulnerável símbolo, ligado por mil vínculos morais à própria alma do povo e superior a todas as lutas partidárias, vendo o Tai-Kum que jamais poderá afundá-lo na terra, nem varrê-lo para os lados, toma o expediente de despedi-lo para o céu; quer dizer, enquanto com uma das mãos lhe cerceia até o extremo a autoridade política, chegando a vedar-lhe à Corte intervir nos negócios do Estado, com a outra lhe dilata exageradamente o prestígio divino, e faz dele a sumidade metafísica e ultraespiritual do Governo, transformando-lhe o trono em um altar sem Deus, a submissão e a fidelidade dos seus súditos em um culto religioso e vago, balbuciado apenas por cerimônias convencionalmente piedosas e distraídos votos de fé; transcendentalizando-lhe enfim a supremacia até lhe apagar de todo o último vestígio de realidade e dar com ela em águas de quimera. Nesse trono mágico, já sem vislumbre do cetro nem

de coroa, não se assenta um monarca, ergue-se uma sombra divina; desprendida do solo, e cuja fronte se vai perder no infinito por entre nuvens de sonho alucinado; miragem hereditária de um poder supremo que existiu há dois mil anos; símbolo abstrato de uma onipotência que nada pode.

Já nem sequer é o Papa privativo do Japão esse pobre Imperador nº 108[33], é um mito, é uma alegoria eponímica, é um fantasma que veio do céu e voltará para lá, sem haver tocado com as plantas na imundície terrena, atravessando a vida amortalhado na sua alva de gorgorão sem mácula, apenas guarnecida ao meio das amplas mangas com as heráldicas crisântemas imperiais; cativo espectro, cujo mesquinho âmbito de ação, o Tai-Kum foi, com as suas garras implacáveis, cada vez mais apertando até que o restringiu aos degraus do santuário, onde brilha já vinte e dois séculos, inalteravelmente, o espelho de Amateras, mãe formosa da ante-humana dinastia do prisioneiro. E agora, aí, de rastros, a única missão dessa alma penada, que ainda não habita o céu e nunca viveu na terra, é orar, suplicando noite e dia aos seus antepassados do empíreo a salvação espiritual desse povo simples e querido dos deuses, que, lá fora, nas estradas cheias de sol, correndo atrás do arroz de cada dia, esfervilha feliz e risonho, orgulhoso de se ver isolado do resto bárbaro do mundo pela mão ciosa e férrea de Tokugawa Ieiás, a quem, de resto o então rei da Inglaterra, Jacques I[34], chama no alto da sua respeitosa correspondência desse tempo: "Sua Majestade, o Shogun do Japão".

Tendo estabelecido a sua capital em Yedo, o Tai-Kum faz edificar por trezentos mil obreiros o famoso "Chiro Shogunal"[35], de abundantes e tortuosos canais, que ainda hoje são a felicidade dos olhos de quem passeia em Tókio; inexpugnável propugnáculo para aquelas épocas de fôlego largo e tiro curto, e atualmente gracioso parque e sui-generis palácio imperial de Sua Majestade Mutsu Hito. E aí, pois, há pouco menos de trezentos anos, instalava-se Ieiás com a sua esplêndida Corte[36], em que luziam, na vistosa gala de seda e ouro, cinquenta e cinco fidalgos do seu Conselho Privado, originalmente intitulados "Chimaguns"; e os nobiliárquicos "Matsudairas"[37] cortesãos honorários e adventícios que, em caso de necessidade, tomavam parte no Conselho; e os "Hattamotos", em número de oitenta mil, que eram os vassalos diretos dos Tokugawas e gozavam da subida honra de poder assistir às cerimônias shogunais; e os "Gohemins", nobreza puramente militar, ganha na guerra, formando

a Ordem de Cavalaria japonesa instituída no campo de vitória de Sekigahara, aos quais não era dado penetrar nos recintos majestáticos do Shogun, mas que podiam dirigir-lhe a palavra em acampamento ou nas praças fortificadas; e enfim os infinitos Samurais, menos que cavaleiros, um pouco mais que simples soldados, a quem cabiam os postos subalternos de comando no efetivo das forças, com direito a ganhar título de nobreza e de transmitirem aos filhos as suas vantagens militares, e ainda com a prerrogativa, para eles muito estimada, de poderem trazer, em vez de uma, duas espadas à cinta; estes, como os fidalgos de alta linha, não casavam senão dentro da própria classe, tomando porém do povo as concubinas que quisessem.

Ieiás, como para se não servir da religião do Imperador, ou talvez cedendo ao seu temperamento ostentativo de homem de espírito, para o qual o fausto e o brilho estético eram viva necessidade como era o aplauso público, toma sob a sua égide o Budismo que ainda se não tinha levantado do abatimento em que o deixara Nobunaga; restaura-lhe suntuosamente os altares e traça com apurado bom gosto o homérico plano dos templos de Nikko na Montanha Sagrada, destinando-os à magnificente necrópole das suas próprias cinzas e das de sua dinastia; templos aonde levarei ainda o leitor e que são indubitavelmente os mais belos, mais artísticos e mais opulentos de todo o Japão antigo e moderno.

Com a direção inteiramente nova que Ieiás deu ao espírito de sua raça, imprimindo-lhe o cunho original do seu próprio espírito, criou-se a renascença japonesa; depois dele as artes e as letras ressurgem em plena eflorescência[38], atingindo no século seguinte um grau de elevação e pureza a que nunca até aí tinham aspirado sequer. A sua minuciosa e individualíssima lei deu logo ao Japonês tal consistência e tal homogeneidade de caráter, que desde então a vida desse povo ressalta harmoniosa, inteiriça e original, como uma bela obra concebida e realizada de um só jato por um autor de gênio. Fechando ele ciosamente a sedutora pátria à curiosidade importuna e à grosseira cobiça dos ocidentais, foi que conseguiu fazer, nem só a unidade nacional, mas a glória artística do Japão. E a esse largo feriado de reclusão e de paz, durante o governo dos Tokugawas, que o mundo culto deve o século XVIII do Extremo Oriente, o século de Hokusai[39] e Utamaro[40], para citar apenas dois nomes já vulgarizados por Edmond de Goncourt[41]; século em que o Japonês se constituiu em primeiro e mais poderoso artista decorador de todos os tempos.

Ieiás morreu em 1616, ao fim de treze anos de um verdadeiro reinado, legando aos seus herdeiros, circunscritos na família de três filhos, um poder, por tal modo identificado com a nação que eles o conservaram até nossa época, apesar de não lhe ter concedido a natureza, como já disse, mais de um descendente capaz de secundá-lo. Os shoguns da dinastia Tokugawa foram dezoito[42], principiando por Ieiás e acabando em Stotbachi, deposto pela restauração micadoal[43], que em 1867 extinguiu a instituição do Shogunato e restituiu às mãos do Imperador o poder supremo que havia delas escapado desde o remoto ano de 1185[44].

Depois de Nobunaga, Taiko-Sama e Ieiás nenhum grande vulto político apareceu antes da revolução. Essa gloriosa trindade é um arquipélago isolado na atlântica história da idade média japonesa; e o povo, que jamais deixa escapar sem uma nota satírica os seus verdadeiros heróis, define os três na seguinte velha e homônima canção.[45]*

Nobunaga
Se o melro não canta,
Mando-o eu matar!

Taiko-Sama
Se não canta o melro,
Fá-lo-ei cantar!

Tokugawa
Se o melro não canta,
Não vai a matar!
Espero que o melro
Se ponha a cantar.

---

* Em japonês:
Nobunaga
Nakazumba Koroshite
Shi mae hototo gisu!

Taiko-Sama
Nakazumba nakasete
Miseyo hototo gisu!

Tokugawa
Nakazumba naku toki
Kiko hototo gisu!

3º CAPÍTULO

O COMODORO PERRY – II KAMMON[1]

Foi sem dúvida o insólito advento dos estrangeiros no Japão[2], de 1853 em diante, o que, provocando a guerra civil em todo país, determinou a queda do Shogunato e a sequente restauração do unitarismo imperial. Aqueles porém não conseguiriam penetrar e instalar-se no território, ou pelo menos muito mais caro lhes custaria o feito, se não fora a ardilosa política e traiçoeira audácia de um homem, cuja memória é ainda hoje execrada pelos japoneses da velha têmpera; e o qual de resto pagou com a vida nas mãos dos roninos semelhante ato, nem só contrário à vontade do Micado de então, Komei, pai do atual[3], como inteiramente oposto às aspirações da nação, que era nessa época profundamente nativista, desde a sua mais alta à mais baixa camada social.

Esse homem fatídico é o Daimo de Hikobe[4], Ii Kammon no Kami*, que durante muito tempo exerceu o cargo de "Tairô", ou primeiro-ministro, do Shogun Tokugawa Yeçada[5], e depois, com a morte deste, passou a ser o poderoso Regente do Shogunato durante a menoridade do sucessor, Tokugawa Iyemochi[6], príncipe de Kii, criança de treze anos.

* Ii é o seu apelido de família; *Kammon no Kami*, nome com que o Regente passou à História, não é mais que honorário subtítulo do seu posto e quer dizer "Fiscal das Cortes Imperiais".

Mas, para bem explicar como se deram os fatos, é preciso voltar atrás. O primeiro Ocidental que pôs pé no Japão, assinalando com obras a sua presença, foi um português, Mendes Pinto, em 1542[7]. Antes deste, consta que no século XIII Marco Polo havia já desembarcado no arquipélago[8], se é com efeito o Japão o que ele nas suas famosas memórias chama "Zipangri" ou "Cipango"; tais revelações porém, verdadeiras ou fantasiosas, sem merecerem até hoje inteiro crédito nem dos próprios compatriotas do autor, não deixaram de si nenhum resultado positivo; podendo-se pois concluir que a passagem do ilustre navegador veneziano pelo nipônico Império do Sol Nascente é caso de efeito inteiramente nulo e que ninguém afirma com segurança. Com Mendes Pinto a coisa muda de aspecto, não se contentou o investigador português com descrever as suas aventuras, muito mais desenvolvidas sobre o Japão e em nada menos interessantes que as do outro, foi a Macao e de lá conseguiu trazer para o arquipélago São Francisco Xavier e mais trinta jesuítas[9] que, uma vez instalados em Kiuciu, atraíram novos, até formarem um núcleo forte e próspero de catequistas, ao qual não tardaram de incorporar-se os espanhóis e logo depois os holandeses, arrebatados estes últimos, não pela fé, mas pela cobiça.

Qual veio a ser nos primeiros trinta anos a boa fortuna dessa pacífica expedição já o leitor conhece, mas o que talvez ainda não saiba é que, à vista de tal êxito, os holandeses, a quem tanto faltava espírito evangélico quanto sobrava o de ganância[10], receando lhes viessem aqueles a fazer mais tarde concorrência comercial, principiaram a guerreá-los com a mais feia e intrigante deslealdade; como eram protestantes, afetaram pertencer a religião muito diversa da dos portugueses e, calcando aos pés o Crucifixo e fazendo toda a sorte de ridículas manifestações anticatólicas, perseguiram os missionários a ponto de fornecerem a Ieiás a artilharia[11] com que este exterminou os cristãos na célebre hecatombe de Chimabara.

Foi com esses e outros lances de igual jaez que os holandeses obtiveram, sob o governo de Tokugawa Iyemitsu, filho e sucessor de Ieiás[12], o privilégio de ficar no arquipélago, enquanto eram todos os mais estrangeiros enxotados e logo corridos a bala[13] e ponta de azagaia. A despeito porém de tanta baixeza e tanta humilhação, permanecia latente no espírito do Shogun o desejo de varrê-los também pata fora do país, de sorte que os não deixava respirar com imposições e

exigências cada vez mais cruéis. A um tal Francisco Caron, que em 1640 era o chefe da feitoria[14] holandesa em Hirado, intimaram secamente para demolir todas as edificações por ele e seus patrícios construídas, porque dizia o mandado, se afastavam um pouco da forma arquitetônica nacional imposta pelas "Cem Leis", e os bons homens dos Países Baixos submeteram-se a isso sem o menor protesto e até com vivo e afetado empenho de bem cumprir as ordens do Governo, na esperança, já se vê, de que tais mostras de sujeição abrandassem os rigores oficiais e lhes facultassem a eles continuar a auferir os belos lucros que proporcionava o seu tráfico sem concorrência. Maximiliano Lemaire, que, com a morte de Caron, o substituiu[15], obteve afinal do Governo, à força de súplicas e juramentos de solidariedade, concessão para construir uma ilha ao pé de Nagasaki, feita com a terra de uma colina próxima, para estabelecer nela a sua feitoria que não tinha onde abrigar-se. Essa ilha artificial, em hemiciclo, forma lisonjeira aos Tokugawa, cujo escudo era um leque de ouro com as rosas malvas do brasão de Ieiás no centro, chamou- se Dechima[16] e foi o escasso recinto em que, durante trinta e dois anos, vegetaram os holandeses no Japão, sem família e sem direitos, privados de licença de arredar pé do presídio, a não ser com mil formalidades e só durante certas horas do dia, enchiqueirados lá dentro debaixo de uma fiscalização draconiana; não podendo receber da pátria por ano mais do que um navio, e sem vênia de entreter relações, fora das comerciais, com os japoneses e, ainda menos, com as japonesas, às quais era rigorosamente vedado o ingresso na ilha, como a toda e qualquer mulher estrangeira, menos a asiática, era defesa, sob pena de morte, a entrada no Império.

Semelhante reclusão teve, como era de prever, consequências ridículas. Nesse tempo não comiam ainda os japoneses outras viandas senão de aves e peixes; o boi era um animal sagrado, o porco desprezível e o carneiro inaclimável no território, apesar das diligências nesse sentido tentadas pelos chineses e coreanos; ora, os holandeses, que não estavam dispostos a amargar, além do que já sofriam do Governo, os rigores da cozinha japonesa, faziam vir todos os anos da Europa um bom carregamento de gado ovelhum e caprino; quanto ao bife nem era bom falar nisso – animal consagrado! Assim, quando mais tarde, depois de muita lamúria, permitiu o Shogun que as "musmês" da mais baixa extração fossem ter à ilha Dechima e isso somente na ausência

do sol, o povo começou de alcunhá-las de "Ovelhas" e "Cabras"[17], qualificativo com que ainda agora grande parte dele estigmatiza a japonesa que partilha com qualquer ocidental o fruto do paraíso.

Mas o fato é que foram os holandeses os únicos europeus a permanecer no arquipélago desde 1625, época da expulsão definitiva dos estrangeiros, até 1853, quando um grito de alarma e de cólera ecoou por todo o país[18], arrancado pela arrogância do Comodoro norte-americano Perry[19], que se apresentara nas águas japonesas com uma esquadrilha composta de quatro navios de guerra, a reclamar o direito de ancorar, deter-se e traficar nos proibidos portos de Chimoda e Hakodate[20].

Dai Nipão* já não era o mesmo quanto ao naturalismo espontâneo dos costumes. Duzentos e cinquenta anos de profunda paz e desenvolvimento artístico, impostos pelos Tokugawas, tinham abafado o ardor bélico e turbulento dessa raça que agora se elevava já mais além de 40 milhões de indivíduos[21]. Os acaroados arneses e as decorativas espadas de Massamore e da família Miotchim, os mais primorosos alfagemes da idade média japonesa, jaziam havia muito dependurados nos altares domésticos, como venerandas relíquias dos tempos heroicos e dos antepassados valentes. Os príncipes e daimos viviam então tranquilos, a gerir as suas terras patriarcais, desistidos das antigas rivalidades de classe e descuidosos das armas; os respectivos samurais, dantes tão árdegos e revessos, eram agora os seus agentes de confiança na administração dos feudos. Mas, se por um lado haviam a preguiça e a voluptuosidade invadido a aristocracia e a nobreza militar, por outro os artistas, os operários e a gente da gleba se tinham apurado pelo esforço inteligente ou pelo trabalho subalterno. Não se contava um só analfabeto no país.

É com efeito durante aquela extensão pacífica que atingiram a sua mais linda plenitude as artes e as indústrias japonesas, caindo depois vertiginosamente com a revolução e ameaçando hoje em dia desaparecerem para sempre, estioladas de todo pela macaqueação da arte europeia e do industrialismo cosmopolita e banal[23]. Os artistas japoneses, então diretamente protegidos pelos daimos senhoriais, não

---

Dai-Nipão (Dai-Nippon) quer dizer "Grande Japão"; erram certos europeus, inclusive Larousse no Dicionário, quando chamam Nippon a grande ilha central[22] do arquipélago, em vez de Hondo, que é seu único e verdadeiro nome. Nippon é sinônimo de Japão, e assim se escrevem as duas palavras seguindo a ortografia japonesa.

faziam obra de afogadilho destinada ao comércio, que só em muito pequena escala existia no Japão. Como tinham vida garantida pelo príncipe a que serviam, e absolutamente despreocupada de necessidades materiais ou de ambições burguesas, trabalhavam sem impaciência, sem pressa de acabar, e só cuidosos da perfeição e requintado esmero. Daí essas inverossímeis maravilhas de laca, de bronze, de esmalte, de mosaico, de porcelana, e todas as outras mil inapreciáveis coisas, das quais neste sincero livro muito tenho que vos referir; coisas que nunca mais se repetiram depois daquele tempo áureo e que, — infelizes dos olhos futuros! — nunca mais se farão em parte alguma do mundo.

E que o governo feudal dos daimos era, contido pelas sábias e humanas leis de Ieiás, nem só paternal para o povo, mas talhado de molde a favorecer a expansão do talento artístico. Com uma obra d'arte perfeita obtinham-se foros de nobreza, tença vitalícia e até hereditária, se acontecia neste caso, como era então muito comum, exercer a família do artista a mesma profissão que o chefe. Uma alçada, de imediata confiança do Governo Central, composta de cinco membros[24] e dispondo de duzentos agentes de tradicional integridade, tinha a seu cargo a fiscalização da gerência dos principados, e, uma vez por ano, passava em revista todos os oitenta e quatro distritos do Império, recolhendo, uma por uma, as queixas e reclamações do povo; o protocolo de tudo isso seguia para Yedo a ser estudado e julgado pela Corte Shogunal, que punha em confronto essas partes populares com as contidas nos relatórios, também anuais, apresentados por cada um dos daimos governadores. Em caso de denúncia de crime grave, o Shogun fazia vir à sua presença os interessados, acareava-os em plena audiência e, se o daimo tinha razão, entregavam-lhe o delinquente para ser punido como de lei; mas, se ficava justificada a razão de queixa contra o príncipe, o Shogun anotava o depoimento das testemunhas com o seu parecer, e os autos subiam, pro forma, às mãos da Corte do Imperador que, imediatamente, em nome do Micado, convidava o daimo criminoso a abrir honradamente o ventre com a sua *katana* de fidalgo. E nunca se dava o caso de semelhante convite deixar de ser atendido com toda a solicitude, nem só porque ele significava áulica deferência prestada a um nobre do Império, corno também porque, se o criminoso não se prevalecia do privilégio, passava pelo negro vexame de acabar menosprezadamente decapitado, enforcado ou crucificado, conforme o dia da semana em que caísse a execução.

O produto de cada feudo era consumido pelo próprio feudo, não havia por bem dizer outra permuta fora da produção industrial e da produção agrícola; o mercador intermediário não estava classificado, porque também não existia ainda capital em giro de especulação. O organismo político do Estado, como a própria economia do povo, achavam-se na mais sinérgica integridade de equilíbrio e força; neles se não acusava nenhum dos vírus que na Europa perturbaram e destruíram o sistema congênere; não havia questão religiosa; não haviam rivalidades dinásticas em luta, nem reivindicações filosóficas e populares contra o direito divino do Trono ou contra a autonomia civil e militar do Shogun; não haviam tendências igualitárias transbordamento industrial dos limites que às competentes classes lhes traçavam as leis ieiasinas; a vida era fácil e simples, o país abundante; o clima em geral benigno, os patrões afáveis, o caráter do povo risonho e doce, como recomendou Ieiás, a fartura das terras e das águas afastava toda e qualquer insurreição de inferiores famintos contra superiores fartos; o patriarcalismo dos costumes, a sobriedade, o gosto da nudez; a ausência da moda, o enlevo amoroso pela natureza, punham a população ao abrigo dos apetites brutais e dos vícios caros e vaidosos de que se fazem os pronunciamentos e as plutocracias[25]. Não se acusava no corpo da nação o menor sinal dessa implacável moléstia oriunda dos Estados Unidos da América do Norte – a Febre do milhão, a cujo alucinador contágio nenhum país ocidental escapou até hoje; o dinheiro ainda servia só para ser gasto e não para ser multiplicado pela tabuada dos filhos de Israel; o capital ainda não era capital, era coisa secundária, não se tinha transformado em força viva e roda dentada que engrena, arrasta, mastiga e babuja a moral, o talento, o amor e o caráter da melhor porção do mundo moderno. Ninguém se azafamava correndo atrás dos galopantes cavalinhos de Dona Isabel, e não havia por conseguinte encontrões, nem choques, nem trambolhões; suicídios só por amor, por desafronta de honra ou em piedosa homenagem à morte de um amado chefe, militar ou doméstico, a quem por íntimo e espontâneo voto de lealdade se tivesse consagrado a vida. O Shogun era olhado pela população como um pai severo e bom, e o Micado como um taumaturgo padroeiro, compassivo e brando, em cuja influência divina contavam todos para obter entrada no céu. A Nobreza, abençoada e quieta, desfrutava em respeitável paz os prazeres do espírito adubados com as delícias coreográficas que lhe davam entre

sorrisos as *maikos*[26] e as *gueichas;* livre e ainda forte para gozar, já impotente e manietada para levantar desordens. O povo pelo seu lado tinha tudo o que lhe desejava o coração ainda simples: as suas festas civis e religiosas, os seus espetáculos e justas de lutadores, os seus arraiais e os seus fogos de artifício. As relações sociais e as regalias públicas eram, como as relações e as regalias dos poderes constituídos, metodicamente e pontualmente exercidas e observadas. Enfim – a nação era feliz.

Durante esse largo período de bem-aventurança, as várias tentativas de quebrar o isolamento japonês, empreendidas pelos ingleses, pelos espanhóis e pelos russos, abortaram completamente. A disposição geográfica do terreno e as especiais condições meteorológicas do clima e da latitude eram vigilantes cúmplices do Tokugawa no seu apertado código das "Cem Leis"; eram a melhor garantia da estreita reclusão em que desejavam viver os donos do país, caprichoso arquipélago armado com mais de três mil e oitocentas ilhas perigosas, de costas escudadas por tufões e ciclones infernais. Qual seria o louco aventureiro que entestasse contra tais sinistros para ir lá dentro, em terra firme, dar talvez, por entre homens, com ainda mais duros rochedos e mais ferozes tempestades? Assim pois, o decreto de Iyemitsu, fechando positivamente o Japão em 1625 a todo e qualquer ocidental, depois de expelir, à exceção dos ostráceos holandeses, os poucos que lá restavam, não se via uma só vez desacatado até a revoltante chegada dos americanos. E seja dito de passagem que, no modo de fazer respeitar essa lei, o Japonês foi sempre, assevera-o Georges Bousquet, tão lógico e firme quanto cortês e humano[27]. Por ocasião de qualquer daquelas investidas europeias, negou-se ele com boas razões e boas maneiras a franquear a pátria, sem jamais empregar inúteis violências; desde todavia que a pretensão saltava para o terreno da arrogância, como sucedeu com a Rússia, o Japonês arrancava da espada e não a recolhia de novo à bainha enquanto o perturbador da paz do seu Estado não desarvorasse das águas territoriais. O Tokugawa porém, dois séculos antes, não contara com a descoberta da aplicação do vapor que, no começo do nosso, veio neutralizar as defesas naturais do seu país, transformando os oceanos, de abismos isoladores que eram, em laços de união entre todos os continentes do velho e do novo mundo. Com o vapor ao serviço da avidez, podiam os modernos fenícios abordar às costas japonesas e, sem risco de avaria, insinuar-se por entre esses sirtes e recifes com que contava Ieiás para

guardar a sua frágil e humana obra contra as danosas ambições do resto do mundo cobiçoso, fechando-a naquela natural custódia que lhe parecia invulnerável por ser feitura das mãos de Deus.

Ora, a América do Norte em 1852 sonhava com uma nova e grande linha marítima que unisse pelo Oceano Pacífico a Califórnia à China[28], fazendo escala pelo Japão, e por isso queria que lhe franqueasse este, ao norte o porto de Hakodate em Yezo, e a leste o de Chimoda em Izo. Era esta a razão ostensiva e oficialmente declarada, mas a oculta e talvez mais palpitante, não passava da mesma que várias vezes movera as outras nações ocidentais a pôr, não os pés, mas as garras no Extremo Oriente; quer dizer: era, nada mais, nada menos, do que a curiosidade de verificar se no misterioso arquipélago havia de fato muitas riquezas, como constava; e, caso houvesse, fazer de conta que elas não tinham dono.

Bem sei que os europeus e norte-americanos, naturalmente por decoro, não contam deste modo nos seus livros sobre o Japão os fatos que aqui vou narrando; dizem todos os autores, pelo menos os meus conhecidos, que a revolução existia em estado latente no Império Japonês e que a chegada do Comodoro Perry nada mais fizera do que precipitar-lhe os efeitos[29].

E preciso muita má-fé, ou não, ter sequer cheirado as crônicas japonesas, para sustentar semelhante falsidade histórica! nem sei como não afirmam logo que o pobre Japão se achava em viva guerra de extermínio e que eles, americanos, lá foram, impelidos pelos próprios sentimentos de humanidade. Seria desse modo a burla mais engenhosa e mais completa.

O país nunca tivera época de tão inteira paz e nunca vivera tão despreocupado de lutas. Esta é que é a verdade! Como se deram os sucessos vou eu dizê-lo francamente, porque entre o assaltante atrevido e a vítima sacrificada, claro está que me coloco ao lado desta.

Eis o caso. Não sendo o Comodoro Perry atendido na primeira vez, ameaçou que voltaria para o ano seguinte e que empregaria a força se as suas reclamações fossem de novo rejeitadas.

Pode-se facilmente calcular o efeito produzido por tal audácia no espírito desse povo, que para mais de dois séculos vivia tranquilo e feliz, fechado no seu canto, sem nada pedir a ninguém, nem de ninguém precisar, tão indiferente e alheio ao resto do mundo que ignorava até que se houvesse descoberto do outro lado deste a navegação a vapor. O efeito foi fulminante; uma profunda perturbação logo abalou o país

inteiro. A nação dividiu-se em dois partidos; um pequeno e tímido, outro enorme e forte; o dos curiosos, dos comodistas ou medrosos, que eram pela admissão dos estrangeiros; e o dos nativistas radicais, que clamavam energicamente a favor da repulsão pelas armas. Este último partido compreendia a nação quase inteira.

O Shogun hesitava, e compreende-se a sua hesitação, porque é fácil de compreender a responsabilidade; a resistência, sem visos de bom êxito, iria pôr de novo em pé de guerra, e logo de intriga e de ambição política, os daimos que administravam agora tranquilamente os principados, e iria acordar nos samurais o instinto brigalhão e turbulento a tanto custo, e com tanto sacrifício de sangue, reprimido pelo fundador da sua dinastia; mas, por outro lado, se o mensageiro Americano fosse admitido e conseguisse do governo japonês tratados de paz, comércio e amizade; com o do seu país, não seria isto igualmente, por modos diversos, a destruição completa da obra de Ieiás, cuja garantia única de estabilidade tinha os seus alicerces no mais completo isolamento? Sem contar que, o fato de se não chamar oficialmente a nação às armas não queria dizer que ela se não levantasse amotinada e a guerra civil não rebentasse do mesmo modo e produzindo as mesmas funestas consequências.

Entretanto, o Shogun Yeçada[30] no seu enleio descobria uma tangente para escapar ao dilema, era a contemporização, a meia promessa que não dá nada e ganha tempo na expectativa de uma solução aceitável. Foi a esse farrapo de esperança que se agarrou o desgraçado.

E já sobre a hesitação deste começavam os príncipes do sul a fazer carga[31] política, quando o mais inesperado dos fatos veio decidir tudo e precipitar os acontecimentos: o hipotético Imperador, com quem ninguém contava, esqueceu-se de que o seu destino era ser o fantasma nº 121 e rezar para aí de gatinhas defronte do espelho até que os céus para si de feita o arrebatassem, tira-se dos seus cuidados, interrompe os seus mistérios e intervém diretamente no Governo do país, pronunciando-se com firmeza sobre a endiabrada questão.

Era a primeira vez que tal coisa sucedia desde que os Tokugawas tinham hereditariamente a posse do poder executivo. E o fato, posto que extraordinário, vinha tão a propósito naquele momento, também único e muito angustioso para a vida nacional, que ninguém, a não ser o Shogun, pareceu estranhá-lo.

Espalhou-se logo no ambiente um profilático aroma de milagres. Sim! o filho dos altos deuses descia pelo seu pé à terra vil dos homens; a palavra inspirada baixava, como a luz dos astros, lá das místicas alturas, para vir inspirar o povo querido do peito de Amateras; e essa palavra bendita fazia estremecer a multidão como se fosse a voz de uma alma do outro mundo.

A boca do santo falou e disse:

> É preciso, quando esses bárbaros tornarem cá, varrê-los para longe, como se varre a poeira com a vassoura. O súdito que proceder de outro modo ofende a vontade do meu coração.

Esta simples ordem do divino fantasma de Kioto fez vibrar, com um arrepio aceso, a alma de todo aquele bom povo[32], que nesse tempo era ainda, como o foi até aos últimos instantes da revolução, ingênuo e casto. Àquelas poucas palavras do Imperador dissolveu-se logo por encanto a pequena facção política favorável aos estrangeiros. Mas o Shogun, em cujo espírito a indecisão cedera afinal abrindo pelo lado da impossibilidade da resistência, expediu imediatamente um poderoso emissário para junto da Corte Imperial, Hayachi, príncipe de sangue, que aliás não foi sequer atendido pelo Imperador; mandou um segundo, na aparência decisivo pelo seu grande prestígio naquela Corte, da qual havia sido já o mais belo ornamento, Hotta Bishu, que apesar de tudo porém, não conseguiu melhor resultado; então o Shogun correu em pessoa para lá[33]. Era também a primeira vez que um Tokugawa ia ao lado do Trono curvar o joelho antes de decidir sobre os negócios do Estado. Definitivamente uma das conchas da balança política começava a pesar mais e a descer, procurando equilibrar-se com a outra. A posição do Imperador tinha sido até aí a mais alçada justamente por ser a mais leve.

O Shogun expôs ao Micado a verdadeira situação do país e falou-lhe com franqueza; mostrou- lhe o perigo interno de armar os mais poderosos príncipes e disse-lhe quais eram as probabilidades negativas da resistência. Os americanos viriam fortes, e atrás deles estava a Europa inteira, a espreitar a situação, esperando o resultado da empresa para dela tirar partido!

– É preciso varrê-los! exclamou sinteticamente o Monarca.

– O melhor, insistiu o outro, seria aceitar uma conferência com Perry, fazer cara alegre e, por meios hábeis, com boa diplomacia, tratar de mistificá-lo, prometendo pouco e não dando nada...
– Isso é um paliativo que a ninguém aproveita!
– Mas que ganha tempo, durante o qual nos prepararíamos para a resistência e para a vitória neste momento impossíveis...
– Não engoliriam semelhante isca!
– Os ocidentais não conhecem absolutamente o mecanismo político do Japão... nem sequer sabem ao certo qual é o verdadeiro chefe do Estado[34]; seria fácil por conseguinte engodá-los durante muito tempo, sem nada lhes ceder de positivo.
– Mas cedendo sempre...
– Cedendo sombras de concessões... Que pode valer um simulacro de tratado, sem a assinatura do Imperador, e que...

Yeçada não conseguiu concluir a frase, porque Komei, ouvindo falar em tratado com os estrangeiros, teve um terrível assomo de cólera e bradou, com os lábios trêmulos e os olhos apopléticos:

– Um tratado?! Nunca! E preciso varrê-los! Se o Shogun, que é o Comandante das Forças, desobedecendo as minhas ordens, não der quanto antes providências para repelir os bárbaros, eu próprio chamarei às armas os príncipes japoneses e irei em pessoa comandá-los!

Pobre Imperador! Tarde voltava ele à vida. Estremunhava agora como a Bela adormecida no bosque, e com a agravante de que não levara apenas um século a dormir. As suas intenções eram as melhores, a sua vontade enérgica e leal, o seu patriotismo legítimo e puro; mas a complicada rede de fórmulas e etiquetas, que em volta do arbítrio lhe teceram durante o sono gerações inteiras de áulicas aranhas manhosas, torcia-lhe o gesto e quebrava-lhe a ação. Nenhuma das suas ordens foi cumprida, posto não deixasse nenhuma de ser acatada com a máxima reverência; as Cortes, os Ministros, os Daimos, ninguém, como o próprio Shogun; zombava dele, isso não! mas delas zombavam todos; ninguém o contradizia, cada qual porém, a dizer que sim, ia fazendo o que melhor lhe convinha, contemporizando, iludindo os decretos, e dando tempo

a que a situação por si mesma abrisse brecha para qualquer lance decisivo ou para qualquer escapada.

O Shogun ainda hesitou, ainda roeu as unhas durante alguns dias, mas, percebendo que os insofridos príncipes do sul já por conta própria se proviam para a guerra, chamou a nação às armas, dando aos daimos liberdade de levantar exército e construir navios de combate[35]. E o país inteiro, ao grito de "Morram os Bárbaros!"[36] ferveu em apercebimentos vertiginosos para defesa do território. Principiaram febrilmente as obras de fortificação; construiu-se dentro de poucos meses o forte de Chinagawa, guarnecido logo com artilharia fabricada em Nagasaki, pelos aprendizes dos fundidores holandeses. Os donativos choviam de todos os lados; o dinheiro desencadeou-se espontaneamente correu a rodo; o príncipe de Satsuma fez lançar n'água dois grandes navios de forma europeia e ofereceu-os ao Estado; outros daimos o imitaram; o príncipe de Mito, então detido à ordem do Governo no seu próprio castelo desde 1841[37], por se ter, como intransigente nativista, contraposto ao forasteiro Budismo, foi absolvido e chamado para tomar o comando em chefe da defesa marítima do país. "Era este príncipe, diz a mais recente das crônicas japonesas, um homem de energia e coragem, com dois sentimentos únicos no coração – cego fanatismo pelo Imperador e ódio ainda mais pelos estrangeiros".

Yeçada, desiludido e sagaz[38], tinha para si, sem ânimo contudo de dizer palavra, que todo aquele apresto bélico ingenuamente improvisado pelo patriotismo, e todo aquele santo e brioso entusiasmo dos seus compatriotas nada valeriam contra o bombardeio de um só encouraçado moderno, cujas baterias de grande projeção e certeza de mira podiam de longe, fora do alcance de qualquer insulto, fazer à terra o dano que lhe aprouvesse; e em sobrecarga do seu desalento e da sua inconsolável tristeza, notou, sempre de si para si, que o pavilhão arvorado pelas novas milícias já não era o do leque de ouro encentrando as rosas malvas da casa dos Tokugawas, com o qual, depois de Ieiás, pelejaram sempre os japoneses; mas sim a bandeira branca de globo vermelho no centro, representando o sol oriental. Era já o pendão do Império que se levantava em desafronta da pátria comum. E viu nisto Yeçada um mau presságio para a sua dinastia.

Justo um ano depois da primeira investida, o Comodoro Perry, pela primavera de 1854, surgiu de novo[39] nas águas japonesas, e agora com

uma esquadra de oito vasos de guerra de alto bordo, duzentas bocas de fogo e quatro mil homens de abordagem. Era com estes argumentos diplomáticos que os Estados Unidos da América do Norte contavam entrar em relações de paz e amizade com o Shogun, única potência que os ocidentais conheciam no Japão e à qual davam o título de soberano.

A imponente esquadra bordejou orgulhosa todo o arquipélago, e foi fundear a leste em frente à barra de Yokohama. O povo miúdo, cuja curiosidade era muito maior que o terror, corria às praias a contemplar boquiaberto aqueles estranhos monstros que invadiam as suas águas virgens de vapor, vomitando fumo negro e atroando os ares com ameaçadores berros de fera infernal e faminta; faminta ainda se não sabia de quê. Afinal a cada ronco dos monstros, os indígenas quase nus saltavam a rir torciam-se em gargalhadas de prazer; alguns, concheando as mãos na boca, respondiam ao mugido feroz com um sibilante e zombeteiro silvo de garoto; e, enquanto o povinho se divertia com o caso, o Shogun, sem querer ferir de frente a vontade do Micado, que ao apontar da esquadra lhe dera aviso terminante de dispor as forças em ordem de batalha, e sem querer também produzir a irreparável ruína de sua pátria, assanhando os ograis monstros que rondavam para a devorar, reuniu conselho extraordinário e chamou em seu socorro parecer dos príncipes Gosankês e de outros de bom aviso; mas ninguém lhe valeu na aflição; uns, encolhendo os ombros, confessavam não encontrar saída para semelhante conjuntura outros entendiam que o melhor seria cumprir à risca a vontade suprema do Imperador, desse por onde desse, ainda mesmo com o sacrifício do país inteiro; e nenhum, ou por intransigente convicção ou pelo receio do estigma público, nem por sombras alvitrava a hipótese de travar acordo no que pretendiam os invasores. O Shogun, coitado! esse arfava cabisbaixo e tíbio, escondendo o rosto entre as duas mãos. Não sei se chorava.

Passam-se dias. Os americanos já não pedem, exigem, sob pena de começar o bombardeio, a resposta do memorandum que, em nome do Governo da República, enviaram por um oficial de patente superior à "Sua Majestade o Shogun do Japão". Marcam afinal um prazo de espera e, no dia precisamente em que terminava esse prazo fatal, Yeçada é encontrado morto, estendido de bruços sobre os degraus do seu trono shogunal[40].

Assassínio? suicídio? natural explosão do desespero? Ninguém o explica. Um romance japonês conta o episódio histórico muito

dramaticamente e diz que o mísero sucumbiu estrangulado pela perplexidade.

Com este fato, resolveram os americanos suspender a intimação e esperar, de fogos apagados, que o Estado tivesse novo chefe.

Surge então à ribalta da história contemporânea do Japão a já anunciada figura de Ii Kammon no Kami[41], príncipe de Hikone, ao qual, na sua qualidade de primeiro-ministro ou chefe de gabinete, competia tomar as rédeas do Governo até a sagração do novo Shogun. Ora, o sucessor de Yeçada, como já disse, era uma criança de doze anos, e o príncipe de Hikone trata logo de assumir a Regência do Shogunato, o que conseguiu, a despeito da forte oposição levantada por Mito e outros intransigentes daimos do sul[42].

Vai a situação mudar de aspecto. Ii Kammon dispunha de todas as qualidades políticas que faltavam ao seu perplexo antecessor, audácia, energia, resolução, astúcia e sangue frio; talento não sei se o tinha e espírito nativista posso afiançar que não. Inspirado de outro modo, esse homem de valor, havendo por si a nação inteira pronta a reagir com entusiasmo até a morte, pregaria uma boa peça aos americanos, que afinal poderiam sim arrasar o país de um extremo a outro, esmigalhá-lo, mas não poriam os pés lá dentro, ficando-lhes perante o resto do mundo a odiosa responsabilidade do vandalismo cometido. Era essa a vontade da Nação; vontade insustentável decerto para o futuro, mas sem dúvida reveladora do sábio instinto de uma raça que defende a sua hegemonia, a sua originalidade, o seu caráter nacional; como nos mostrarão os fatos posteriores.

O primeiro ato público do Regente foi dar balanço às forças deixadas pelo falecido Shogun e logo providenciar para completá-las, formando um efetivo superior ao dos primeiros daimos. Ninguém se negou a ajudá-lo nesse empenho, todos convencidos de que Ii Kammon se fortificava para resistir aos estrangeiros, quando em verdade o fazia para impor à nação pelas armas o seu programa político. Depois, sem se preocupar absolutamente com a opinião do Micado, nem com a da Nobreza e ainda menos com a do povo, recebe em audiência privada o próprio Comodoro Perry, que o toma pelo verdadeiro Imperador do Japão e firma com ele um tratado[43], não provisório como queria o outro, mas decisivo, e cedendo mais do que pretendia o Americano, pois além de Chimoda em Izo e Hakodate em Yezo, lhe abriu mão também do porto

de Nagasaki a oeste de Kiuciu. Como complemento desta medida, envia, por conta própria, uma embaixada à América do Norte[44], a qual saiu do Japão sem o público dar por isso; em seguida por decreto concede a todo súdito japonês o direito de afastar-se das águas territoriais do país e quanto quisesse e pelo tempo que lhe parecesse. Este golpe nas "Cem Leis" foi ostensivo e forte.

O povo, sempre agarrado às praias, vê com alegre surpresa a esquadra americana começar a dispersar-se, a esgalhar por todos os lados do Pacífico e afinal sumir-se no horizonte, sem fazer para a terra sequer um bocejo de fogo; respira, inteiramente estranho ao que vai pelos misteriosos bastidores shogunais, e deveras maravilhado pela habilidade desse Regente, cujo governo se abre assim aos olhos aflitos do público por um tão lindo milagre político; mas os verdadeiros nativistas, a quem no seu vigilante amor da pátria sobressaltavam tristes pressentimentos, esses franzem o sobrolho e não participam da confiança geral.

Outras potências estrangeiras, que espreitavam de perto a solução da cartada americana[45]; mal fariscaram o bom êxito da expedição, acudiram logo nas águas dos Estados Unidos e surgem por sua vez nas costas do requestado arquipélago. Ii Kammon recebe-as todas de braços abertos e sucessivamente vai assinando novos tratados com a Inglaterra, com a Rússia, com a Holanda e mais tarde com a França que foi então a última a apresentar-se, concedendo-lhes, além da abertura dos portos já franqueados à América do Norte, a de mais um que valia por dois, o de Kanagawa, a cuja alçada se prendia Yokohama ainda nesse tempo sem maior importância.

Às honras e zumbaias oficiais prestadas ao Regente por esses gratos expedicionários da Europa, respondeu como Imperador magnânimo, fazendo salvar as fortalezas e hasteando o pavilhão nacional. O povo via tudo isto intrigado, sem nada poder compreender do que se passava. E a bordo dos próprios navios estrangeiros lá seguiam em segredo novos embaixadores japoneses destacados para diversos pontos do Ocidente.

Não tardou a chegar ao Japão Townsend Harris[46], enviado pela República Norte-Americana como ministro residente para acompanhar de perto o bom desempenho do tratado concluído entre os dois países. Só então foi que, alcançando os ouvidos do Imperador e caindo no domínio público a notícia dos atos arbitrários do Regente e até onde subira a sua audácia, rebentou o descontentamento da nação e transformaram-se em

desespero febril a desconfiança e a ansiedade que às ocultas ardiam no ânimo dos nativistas.

Traição! Traição! bradavam de toda parte. E Mito, pondo-se à frente dos revoltados, decidiu tomar contas ao pérfido governante. Ii Kammon, bem provido de forças, recebeu-os à bala e golpes de bacamarte, mandando decapitar no próprio teatro da ação os que pôde apanhar com vida.

Era a guerra civil que recomeçava depois de dois séculos e meio, como previra Yeçada; e ela agora seria inevitável e terrível, porque acabava de abrir-se a divergência entre a Corte do Imperador e a do Shogun. Contra esta se levantavam já, ao exemplo de Mito, todos os príncipes do sul, e a seu favor acudiriam logo os do norte, fiéis à dinastia dos Tokugawas que do norte provinha.

Ii Kammon, homem de ação por excelência e disposto a não partilhar o poder com quem quer que fosse, trata antes de mais nada de pôr Mito fora de combate e descobre meios de responsabilizá-lo como conspirador contra o Shogunato, cuja soberania devia ser por princípio fundamental do Império reconhecida e respeitada pelos daimos sob sua alçada. Para documentar a acusação obtém com muita astúcia e audácia da entibiada Corte do Micado a correspondência secreta[47] dos príncipes do sul, feita ainda em tempo do seu frouxo antecessor; publica-a lardeada de negros comentários e acompanhada das mais injuriosas censuras, e acaba condenando Mito ao exílio perpétuo[48] e os fidalgos de sua casa ao completo afastamento dos negócios públicos.

Depois, receoso de uma provável coligação sulana contra o seu predomínio, arroja-se incontinenti em fúria desabrida sobre os príncipes de Tosa, de Tozamma e de Uwajima e sobre os quatro daimos de Sikok, que eram os mais vivos correligionários de Mito e os mais intransigentes inimigos da expansão internacional; bate-os a todos, consegue fazê-los prisioneiros; manda executar na praça pública o intrépido Tatewahi com a centena de cúmplices do seu heroico nativismo, e passa pelas armas uma multidão de samurais e homens do povo.

Não se sentindo ainda bem seguro do perigo, ordena, como medida preventiva, a captura, com arresto de armas, dos príncipes de Owari, de Gazen e de Echizen, todos três membros da Casa Imperial e os quais até aí não se tinham absolutamente pronunciado a respeito dos atos do Governo.

Era demais! Um grupo de roninos, dezessete apenas, afiam as adagas, cobrem o corpo com um capucho de palha espetadiça à moda dos kulis do campo, e atiram-se firmes para Yedo. Escondem-se às portas de Sakurada, aguardando a passagem do déspota, que tem essa manhã de atravessar por aí para chegar ao inexpugnável chiro dos shoguns.

Esperam mais de três horas. Tempo nevoado e frio apesar de estarem já a 23 de março desse ano famoso na história do Japão, 1860. Afinal surge o lobo no seu palanquim de charão dourado, ao meio de uma refulgente escolta em que as galas brilham tanto quanto as armas. Saem-lhe os roninos pela frente e, fazendo da capa escudo, às cutiladas se atiram sobre eles. Desfeito o séquito, despedaçam a liteira e arrancam pelas pernas Ii Kammon, a quem cortam a cabeça[49], para ir no mesmo instante levá-la ao chefe dos nativistas.

O príncipe de Mito, rejubilando com a dádiva sangrenta, manda expô-la na ponte mais concorrida da capital com o seguinte letreiro, estampado em letras vermelhas sobre uma pele de hiena: "Esta é a cabeça de um traidor, que violou as santas leis do Japão admitindo estrangeiros na pátria".

Os assassinos, seguindo a usança nobre entre os japoneses do tempo, foram solicitar da justiça a pena capital que lhes cabia, apresentando por escrito as razões morais que os levaram a cometer o atentado. O memorial, depois de expor todos os atos reprováveis da vida pública do Regente, concluía assim:

> "Esse monstro em suma, por medo ou por espírito de perfídia, e a pretexto de necessidade política, firmou com os bárbaros tratados feitos clandestinamente, contra a vontade do Imperador e contra a vontade do povo japonês; crimes tais que não encontram perdão nos deuses, nem nos homens. E nós pois, representantes da cólera nacional, deliberamos castigar o grande culpado com a morte, dando a nossa vida em holocausto à felicidade da pátria".

Um grupo de oito samurais de Ii Kammon, fiéis à memória do chefe, juraram sobre o seu cadáver ainda quente que em breve, para vingá-lo, poriam as mãos sobre o príncipe de Mito.

4º CAPÍTULO

Eliminaram Ii Kammon, mas o grande fato estava consumado, bem ou mal os tratados concluídos, e o Japão aberto aos estrangeiros.

Em breve, à semelhança da América do Norte, os Estados europeus entravam de mandar os seus representantes diplomáticos, e atrás destes surgiam logo, de focinho arregaçado e palpitante, os primeiros furões comercias, os farejadores de negócios virgens de exploração, os avançados de Ashaverus que aí já vinha se arrastando azafamado de saco vazio às costas; enquanto do arquipélago muitos indígenas curiosos, estalando por gosto o ocidental fruto até aí proibido pelas "Cem Leis"[1], muniam-se de ouro e tomavam às pressas o primeiro barco a sair para a China, com medo de que, uma vez morto o Regente, não fosse de novo trancada a autorização de viajar pelo estrangeiro. Esta leva tão espontânea, quase toda de gente moça e rica, na melhor parte inteligente e ávida de aprender coisas novas; haveria no futuro de influir também nos acontecimentos políticos do país.

Quanto ao que neste ia por dentro, agora a grande questão pública era apurar se valiam ou não valiam os tratados apenas com a assinatura do Shogun. O Imperador abanava as mãos e sacudia os ombros, declarando a quem lhe ia falar em credenciais e *exequatur* que não lhe constava haver nenhum compromisso formal[2] entre o seu império e qualquer Potência estrangeira; e que de sua parte evidenciassem ao novo

Regente a necessidade de desenganar semelhantes importunos antes de ser preciso lançar mão dos meios extremos. Ao mesmo tempo decreta a retirada de todo o forasteiro que se ache no território sem clara e positiva autorização do Micado, e delega a Mito essa incumbência, repetindo-lhe numa carta escrita de seu próprio punho, a frase da vassoura e da poeira com que ele havia ressuscitado do outro mundo para acudir ao momento crítico.

Visionário! Agora já não era uma simples esquadra que flutuava nas águas japonesas, era uma formidável armada constituída pelo contingente marítimo das principais potências do mundo. Dir-se-ia um congresso universal nas costas do Japão, porque, além das bandeiras que de tão longe vinham por defender os seus tratados, outras novas iam chegando desejosas de entrar também em fala com a sedutora esfinge do Extremo Oriente.

E os radicais elementos patrióticos do altaneiro Sul coração do Império, sequiosos por descarregar em alguém ou alguma coisa a raiva de cruel despeito em que ardiam, nada podendo fazer contra o verdadeiro objeto do seu impotente desespero, voltaram-se contra a instituição a que pertencera o causador de tio irreparável desastre nacional; tomando porém o Shogunato para alvo dos golpes que precisavam descarregar, forçoso era opor-lhe em campo de combate a bandeira de outro poder, pelo qual se batessem e pelo qual, no momento da vitória, substituíssem o do vencido, resolveram então, depois de muito bem discutir o caso, adotar o unitarismo do Trono como ideal político. Mito, consultado, aplaudiu-os e deu-lhes de conselho que procurassem pôr à sua frente os príncipes do extremo sul[3].

Foi desse modo que se formou, para logo se desenvolver maravilhosamente, o partido popular do Imperador, coisa que até aí nunca tinha existido no movimento político do país. Ora, como o pobre Soberano, no seu empírico patriotismo, punha antes de tudo a preocupação de expulsar os estrangeiros, o novo partido, por cair-lhe em graça, fez o seu lema com o grito de guerra "Honra ao Micado! Fora os bárbaros!", apesar de compreender perfeitamente a impossibilidade de levar a efeito nessa ocasião tão adorado sonho.

Assim pois vinha à luz o partido do Imperador já com um plano de mistificação urdido contra o seu próprio chefe, disposto a servir-se da mesma maromba que caíra das mãos fracas de Yeçada e que servira

Ii Kammon para equilibrar os seus primeiros passos no governo, pois como esses iria dizendo ao Micado que se constituía e fortificava só com o fim de bater os estrangeiros, quando a sua real intenção era, pelo menos antes de cuidar doutra coisa, combater o Shogunato[4].

Os daimos do sul, ligando-se a esse elemento popular, não calculavam o alcance que contra eles próprios poderia ter a campanha empreendida, não previam que a unificação do poder do trono iria absorver também o dos principados; e contavam ingenuamente que, abolido o Shogunato, o Império voltaria sem dúvida ao regime feudal de antes de Yoritomo, quando os príncipes governavam ao lado do Imperador e não estavam sujeitos à alçada do Shogun. Quanto ao que pensava a Nobreza e Povo com respeito aos estrangeiros, era opinião corrente que qualquer ação decisiva seria impossível contra eles enquanto existissem a Corte e as forças shogunais para defendê-los dentro do país, desde porém que o Imperador concentrasse na mão todo o poder e comandasse diretamente os daimos, claro estava que a questão seria prontamente resolvida.

Eis aqui em que estado se achava o país nas vésperas da sua grande revolução. A terrível guerra civil que se ia abrir, isto é, a luta de parte dos príncipes e parte do povo contra a instituição do Shogunato ou contra a dinastia dos Tokugawas, era pois consequência direta dos atos de Ii Kammon e não tinham raízes em nenhum fator político precedente à chegada do Comodoro Perry, como pretendem os ocidentais nos seus livros sobre o Japão.

Alçando-se o partido do Imperador até a esfera dos príncipes do sul, que eram muito unidos e poderosos[5], converteu-se em força disciplinada capaz de fazer frente à do Shogun, contra a qual ninguém até aí se atreveria a levantar o braço. Para ter o leitor ideia justa da importância dessa campanha, convém lembrar-lhe quão extensa permanecia então a autoridade shogunal. Além das suas inveteradíssimas tradições, mantidas por enorme família e filtradas durante dois séculos e meio ininterruptamente até os íntimos refolhos da alma da nação, era mais que considerável a força material de que dispunha, graças à maravilhosa posição por Ieiás escolhida para sede do seu poder. O grande homem havia nem só aproveitado admiravelmente as condições topográficas do Império como a dos elementos militares que encontrou disseminados por todas as províncias, cujos castelos fortificados se acharam sempre

nas mãos de príncipes por muitos laços jungidos à família Tokugawa e à instituição agora ameaçada. A zona Tokugawal propriamente dita era a enorme bacia de Kuanto na parte leste da grande ilha central do Japão, compreendendo oito províncias cercadas de montanhas abruptas que lhes serviam de natural defesa, com os seus despenhadeiros inacessíveis, não deixando ao inimigo outro ponto estratégico mais que a cidade de Hokone na província de Izo, entre as duas bacias de Suruga e de Sagami, lugar este precisamente onde Ieiás estabelecera as barreiras dos seus vastos domínios territoriais e em que lhe era fácil verificar uma a uma as pessoas que neles penetravam. Nessas oito províncias de Kuanto residiam os oitenta mil hattamotos, vassalos diretos dos Tokugawas, os quais por sua vez, como nobres, tinham nos samurais inferiores os seus vassalos próprios. Toda essa gente se levantaria em massa ao primeiro apelo do chefe suserano.

Yedo, capital do Shogun e centro das suas operações militares, está no fundo de um golfo, cuja boca estreita era defendida de um dos lados pela fortaleza de Futsu e do outro pela de Kannonzaki, e tinha, como tem, as costas guardadas por uma anfractuosa cordilheira de montanhas que só dão uma garganta praticável, a de Akonê. Em volta, para além das penedias e quebradas, todos os príncipes fortificados, menos o de Mito em Hitachi e Chimoosa, eram simpáticos à causa dos Tokugawas; e para o norte até Hakodate em Yezo, e para o sudoeste, e na ilha de Sikok, até certo ponto da ilha de Kiuciu ao sul, não havia um daimo inimigo dela, podendo por conseguinte as forças do Shogun moverem-se por toda a parte, certas de que só poderiam encontrar auxílio e proteção. Os únicos pontos do Império que escaparam à imensa rede estendida por Ieiás eram, além de Hitachi e Chimoosa a noroeste, o extremo sul da ilha de Kiuciu, onde se acham as províncias de Ocumi e Satzuma, e o extremo oeste de Hondo em que existe a de Nagato. E foi precisamente destes pontos que rebentou a guerra.

Havia assumido a regência do Shogunato Ando Tsusima[6], como ministro sucessivo do príncipe de Hikone[7]. É um comparsa sem feitio próprio, com quem não vale a pena gastar muitas palavras em descrevê-lo; sumir-se-á daqui a pouco nos bastidores, substituído pelo dono legítimo do papel, Iyemochi, que reclama o seu cargo e entra a exercê-lo antes mesmo da maioridade comum, no Japão fixada aos vinte anos; comum, disse eu, porque a dos membros da família imperial é

privilegiadamente contada dos dezoito anos em diante, e a dos príncipes Tokugawas era a partir dos quinze.

Como esperavam todos, Ando Tsusima, galgando o poder, declarou logo sustentar os atos e a norma política do seu antecessor, mas ao mesmo tempo, para fazer crer que não persistiam divergências entre o Shogunato e o trono micadoal, abriu mão do príncipe de Mito[8], a quem Ii Kammon havia condenado ao exílio perpétuo e a quem o Imperador agora por último delegava a expulsão dos estrangeiros; e faz melhor: consegue a aliança do seu jovem chefe Iyemochi com uma princesa ainda mais jovem, irmã legitima do Micado; pomposo casamento que se realizou em 15 de dezembro de 1860[9].

Nada disto porém impediu que continuasse cavado o abismo entre as duas Cortes, como não impediu que se desse, para mais agravá-lo, o seguinte revoltante fato: precisando Mito recompor uma parte desmantelada das trincheiras do seu castelo e estando com toda a gente ocupada, mandou chamar de fora alguns pedreiros; apresentaram-se oito sujeitos com o traje característico daquele ofício e armados de picaretas, martelos e alavancas (no Japão cada artífice trazia sempre o seu uniforme próprio). Confiou-lhes o príncipe o trabalho e foi em pessoa mostrar o que havia de fazer. Os oito operários desceram com ele ao fundo das fortificações e lá, vibrando as ferramentas que levavam, o trucidaram e mais a dois pajens que o acompanhavam. Aos gritos destes últimos, acudiram as sentinelas, mas antes já os assassinos tinham galgado os fossos e mergulhado nas valas[10] sem deixar rastros de si. Eram os oito samurais que em Yedo sobre o cadáver de Ii Kammon haviam jurado vingar-lhe a morte.

Semelhante crime, tão vil e traiçoeiro, tão contrário aos usos cavaleirescos do japonês do tempo, achou enorme repercussão na alma generosa do povo, a quem sem dúvida não desagradava um homem que só tinha coração para amar o seu imperador e odiar os estrangeiros; pelo menos todas as classes armadas, até mesmo as hostes do Shogun, viam em Mito a legítima e briosa expressão do velho sentimento nacional. A nódoa daquela covardia chegou para todos os samurais que foram de Ii Kammon; alguns rasgaram o ventre sentindo-se desonrados; e, sabendo-se que Iyemochi ao ouvir falar do monstruoso crime, tivera um mau sorriso e nenhuma providência dera para castigar os criminosos, nobreza e povo começaram a ver nele um Tokugawa degenerado e um

dinasta perverso, apesar da sua extrema juventude e natural donaire que o faziam simpático aos olhos da nação. O Imperador, desde esse fato, começou a desdenhá-lo.

Com a morte do seu idolatrado chefe, os nativistas de Hitachi e Chimoosa sentem-se desamparados, ali tão cerca de Yedo, valhacoito do estrangeirismo, e tão longe do extremo sul, onde palpitava o coração da pátria. O sucessor natural de Mito era uma criança[11] e no horizonte político da nação não havia ainda então apontado o vulto juvenil e petulante de Mori Daízen, príncipe de Nagato[12], parente do assassinado, e que foi quem o secundou no ardor da convicção e na audácia franca de sustentá-lo pelas armas.

À falta de sinceridade e firmeza nos chefes nativistas, ganhava terreno a causa dos estrangeiros, fortalecida agora pela veemência do novo Shogun; herdeiro de muito ódio e muita sede de vingança contra os inimigos da sua dinastia. Mas, enquanto com mil disfarces, e às pressas se levantavam em Yedo, no Coten Yama, terreno de propriedade particular dos Tokugawas, os edifícios destinados às legações ocidentais, ia minando o país nas mais fundas camadas até aí indiferentes à agitação política, um surdo mal estar, uma angustiosa desesperança no futuro, um desses perigosos descontentamentos do povo, que são já princípio de raiva e revolta contra os que governam. Entretanto, nem uma só parcela de tal repugnância pública visava a pessoa do Micado, porque o pobre povo, na sua instintiva vidência, compreendia, adivinhava, que contra os invasores da pátria, só havia agora em campo duas vontades sinceras – a dele próprio e a do Imperador, dois utopistas, dois ignorantes da vida nova, dois ludibriados pelas ambições dos outros, desses outros que só faziam política de intriga, tratando cada qual do seu particular interesse. O Shogun, a Corte Shogunal, a Corte Imperial, os príncipes do Sul, os príncipes do Norte, todos disputavam entre si o maior quinhão de domínio público sem cogitar nenhum deles da ferida que fazia gemer a pátria apunhalada.

Mas esse contínuo gemido sem socorro pode transformar-se em uivo de tempestade feroz[13]; aquele surdo e recalcado desespero pode de súbito fazer-se aspiração nacional e rebentar com fúria, devorando todos os poderes constituídos para só deixar firme e de pé as duas expressões sinceras da nação – O Micado e o povo. Foi isto o que não souberam ver, o Shogun, nem os senhores feudais, nem a Corte do Imperador,

nem o seu próprio partido. É fácil enganar diplomatas estrangeiros, mal conhecedores do verdadeiro mecanismo político do país que os engana; é fácil mistificar um monarca espiritual, sofismar-lhe as ordens e torcer-lhe a vontade ao sabor dos ministros que ele supõe governar; mas iludir um povo ferido no seu patriotismo, isso deixa de ser difícil para ser impossível e só pode ter consequências desastrosas para o temerário que o surpreender. E foi isso justamente o que aconteceu. Muitos soldados começam logo a abandonar entristecidos os seus nobres chefes, a quem de corpo e alma obedeciam, para se incorporarem à ventura, sem patentes nem garantias, aos grupos sediciosos que se vão formando entre os samurais do sul e os roninos de todo o Império. O recente partido do Imperador estala em pedaços, e cada cisão é mais uma nuvem sinistra que vai bandear-se com a tempestade iminente. Em breve de Hitachi e Chimoosa, as duas províncias viúvas do único príncipe com que contava o povo, surgem multidões armadas que chegam até às portas da capital do Imperador, soltando o mesmo grito de guerra do partido despedaçado, mas agora não como simples embuste para agradar ao chefe e sim fazendo dele o sincero programa do seu ideal político. "Honra ao Micado! Fora os bárbaros!" é agora um ardente grito d'alma e há de ecoar por todos os recantos do país até a explosão da mina.

E começam os saques e as pilhagens, porque toda essa gente que grita, de mãos arrancadas para o céu e olhos desvairados pelo ódio, já não trabalha nem ganha com que comer. O terror invade os campos abundantes e os centros populosos por onde voa essa multidão devastadora, mas ninguém, por medo ou espontânea cumplicidade, não se atreve a denunciar um deles. E das mãos do lavrador e do operário arrancam as ferramentas para as transformar em armas de combate.

Todavia, essa gente, que os alheios historiadores do Japão tratam com tão negro e desabrido rancor; essa gente que exerce a pilhagem para não morrer de fome, nada mais quer do que a deixem morrer gloriosamente defendendo a pátria ferida e sem socorro, a tenda em que vivem honrada e feliz e que agora, tão mesquinha! parece abandonada dos seus divinos príncipes e dos seus humanos deuses. Essa alucinada farândola, que lá vai, legião de espectros! – a correr, uivando através dos campos e das cidades, de província em província, de castelo em castelo, anda doida, como seu Imperador, à procura de uma espada que a conduza contra os malditos abutres que lhe invadem o ninho paterno. É morto

porém o grande Mito, o homem que partiu o coração em duas conchas, para encher uma de amor nativo e com ela dar de beber à sua raça, e a outra de ódio envenenado reservada às que viessem lá de fora banquetear-se no inviolável e sagrado arquipélago de Amateras; é morto o grande Mito, e os príncipes que aí restam de pé, nem parecem descenderem dos preclaros daimos dos tempos heroicos – Satzuma negou-se a comandar o bando desamparado; negaram-se outros; negaram-se todos.

Então, como as primeiras bolhas de uma efervescência subterrânea, irrompem por aqui e por ali, em plena rua das duas capitais e das cidades imediatas, represálias cruéis[14] já ensopadas em sangue: no dia 14 de janeiro de 1862 assassinam em Yedo a golpes de machado o Secretário da Legação norte-americana, Heusken[15], então interinamente encarregado de negócios, e que acabava de representar papel saliente nas pretensões internacionais do seu país; em 15 de julho do mesmo ano, o templo cedido pelo Shogun à Inglaterra para aí fazer funcionar provisoriamente a sua Legação, é atacado durante a noite e são estranguladas as duas sentinelas inglesas[16] que o guardavam e destruídos todos os móveis, escudo d'armas, bandeiras, livros e papéis que havia dentro; em seguida é uma tentativa de morte contra Ando Tsusima, que escapou gravemente ferido e inutilizado para o resto da vida, tendo de abandonar por vez o Governo no qual persistia em atividade como ajudante d'ordens de Iyemochi; depois foi uma descarga de arcabuzes contra um grupo de cinco estrangeiros que passeavam no Tokaido e o assassínio do inglês Richardson[17]; logo adiante o incêndio da nova Legação da Inglaterra, cujo edifício se acabava de construir no parque de Goten Yama em Kioto; e outros, e outros desforços se sucederam, e outros e outros terão de vir, e as provocações por parte dos nacionais se irão multiplicando cada vez mais cruas e destemidas. O bando impetuoso avulta e enrobustece de dia para dia; já não é a humilde farândola que suplicava um braço armado, é agora um indômito vulcão que rola de norte a sul, de leste a oeste, deixando atrás de si o arquipélago aceso na cólera por ele desencadeada; é um baluarte ambulante que à nação inteira se impõe pelo desespero da causa que o agita; é uma força tempestuosa, desordenada e cega, que depois de varrer a necrópole dos Tokugawa em Nikko, decepando as centenas de ídolos de granito celebrados dos shoguns passados, vai à Corte Imperial tomar-lhe contas pela infame lentidão e covarde cautela que estão pondo seus membros

em cumprir as ordens do Chefe do Estado, e vai depois ao castelo do próprio Imperador para pedir-lhe que se não deixe ludibriar por mais tempo, que abandone a sua túnica celestial, envergue as armas dos seus antepassados de antes de Yoritomo e venha cá fora à rua, entre o seu povo, repelir à frente dele os bárbaros atrevidos.

O soberano não aceitou o alvitre, mas atendeu comovido aos que reclamavam; chegou a mandar, contra todas as fórmulas da etiqueta micadoal, descer as portas do chiro, abrir as portas do sagrado recinto e mostrar-se à multidão, envolto espectralmente da cabeça aos pés, num enorme véu todo negro, que lhe não deixava transparecer o menor vislumbre das suas formas de homem.

A multidão prosternou-se com um gemido de súplica, emborcando por terra, braços estendidos, rosto colado ao chão. E aquela imóvel sombra divina, daquele mistério todo negro, uma voz saiu e ressoou, amiga e humana, no meio do religioso silêncio, como um balbuciar de bênçãos enviadas pelo céu. A boca do santo falou pela segunda vez, para dizer:

> – O espírito dos meus avós penetrou vossas entranhas e é convosco! A vossa vontade é a vontade do meu coração, e ela se fará verdade, se os Deuses a quem pertenço me não tomarem antes para junto de nossa mãe formosa e cheia de luz. Em nome de Amateras vos digo que torneis ao vosso lar pelo caminho da satisfação: vou remeter ao Shogun ordem terminante para repelir os bárbaros. Ide vós, e que os olhos de Izananmi vos acompanhem pela estrada!

Cerrou-se o reposteiro do santuário e desapareceu o divino espectro. A multidão ergueu-se com um suspiro de consolo, e foi feliz e reconfortada de esperança que retirou do sagrado reduto, bradando o seu grito de guerra contra os estrangeiros e em honra do Micado.

Este, cumprindo o que acabava de prometer, expediu logo ao Shogun por cinco kugês uma ordem escrita de seu próprio punho, na qual, descobrindo-se de novo, fazia já sentir bem ao vivo a sua ascendência monárquica. Os emissários partiram a galope para Yedo[18] e o bando de nativistas atirou-se a correr na mesma direção.

Eis o que dizia a carta do Imperador:

> Desde a primeira vinda dos tais americanos, Eu Micado, dei ordem para varrê-los do meu Império. Não fui atendido. Meu coração vive agitado dia e noite, porque até hoje nada se decidiu com respeito à expulsão dos bárbaros. Entre as forças regulares do Estado e as forças vivas da Nação não existe a menor coerência; de sorte que, em vez de guerra com o inimigo exterior por mim determinada, é a guerra civil que ameaça agora devorar e país. Para evitar esta tão grande calamidade e outras que depois ainda sobrevenham, pois a desgraça é má e medrosa e nunca se apresenta desacompanhada, recomendo ao Shogun que delibere positivamente sobre a expulsão dos invasores, e leve quanto antes esta minha irrevogável ordem ao conhecimento de todos os príncipes fortes do Império. O Shogun, na qualidade de Comandante em Chefe dessas forças, há de achar meios estratégicos de pôr em execução as minhas ordens. Tal é o seu dever e tal é a minha vontade de Imperador.
>
> Vigésimo oitavo dia do quinto mês" (25 de junho de 1862). [19]

Os nativistas não tardaram a surgir em Yedo, reclamando a execução da ordem imperial e declarando ao Shogun que se achavam prontos a expulsar os bárbaros, se lhes desse ele elementos para a luta. Por única resposta, Iyemochi, que se havia prevenido, mandou destroçá-los pelos seus oitenta mil hattamotos.

Seguiu-se uma infernal tragédia, porque os visionários tentaram resistir e assaltar o castelo e foram completamente esmagados, deixando mais de vinte mil mortos no campo da sua heroica temeridade. Os que conseguiram escapar à rápida carnificina despejaram-se como demônios pelas ruas de Yedo, a lançar fogo em quarteirões inteiros da vastíssima capital. Mas naquele mesmo decreto do Imperador estava implicitamente imposta a anistia dos implicados nos sucessos contra Ii Kammon, e o Shogun, para não desobedecer de frente ao Soberano, teve que desencadear por suas próprias mãos os príncipes inimigos do Shogunato, Owari, Echízen, Uwajima e os outros postos em liberdade[20] vão apresentar-se logo ao Micado e passam, por ordem deste, a exercer altos cargos na Corte Imperial, ou são restabelecidos na posição oficial que dantes ocupavam; por outro lado, o Monarca resolve punir com a supressão parcial nas rendas os daimos que se tinham posto ao lado de Ii Kammon[21].

Como se vê, já em fatos se traduzem os sonhos do divino fantasma e a situação política começa a definir-se. Os príncipes de Satzuma e de Tosa, acompanhados pelo de Nagato, o jovem e ardente Mori[22] que até então não tinha aparecido na cena política, vão também apresentar-se ao Imperador e oferecer-lhe os seus serviços na defesa do Trono. Esses três príncipes formavam o mais poderoso núcleo de resistência entre todos os daimos do Império. Komei recebeu-os nadando em júbilo e entregou-lhes logo a guarda e segurança da sua capital, agora a regurgitar de população com o enxurro fugitivo dos litorais; gente fraca e desarmada que, no momento do perigo, ia abrigar-se estarrecida de medo à protetora sombra do filho dos deuses. Volvia esse povo, como no princípio da sua formação étnica a agremiar-se em torno do centro espiritual da sua raça.

Para a sagrada Kioto voltavam-se todas as vistas, e os fidalgos não ligados diretamente ao Shogun por interesses dinásticos de família, cargo público ou solidariedade política, entraram de abandonar Yedo que era nessa época, como ainda é hoje, a maior e mais importante cidade do Japão; nos rastros da nobreza seguem também os artistas e os obreiros, e afinal os mercadores, com a tenda às costas, arribam por sua vez. É o abandono palpável da capital do homem mau. O restante da população levanta-se em massa, e da noite para o dia a incomensurável Yedo despovoa-se de todo, não ficando lá senão os Tokugawas, os hattamotos, e a Corte de Iyemochi com as suas duas câmaras, e os seus samurais e funcionários permanentes.

Por essa ocasião, a 15 de abril de 1863, o Ministro plenipotenciário da Inglaterra, em termos arrogantes, reclama uma indenização[23] de cem mil libras esterlinas pelo assassínio de Richardson, desculpas formais pedidas pelo Governo Japonês ao Governo daquela Potência, e a execução dos criminosos diante de uma força naval da Marinha Britânica que iria à terra só para esse fim; e mais vinte e cinco mil libras pelos feridos em diversas ocasiões, e mais dez mil pelas duas sentinelas mortas no ataque à legação provisória, limitando em vinte dias o prazo para uma resposta categórica e declarando que, no caso de recusa ou negligência por parte do Governo Japonês, passaria a questão às mãos do Comandante em Chefe das forças navais de Sua Majestade Britânica nas águas do Extremo Oriente, o Almirante Kuper[24], para que tomasse este as medidas coercivas que lhe parecessem acertadas.

Bárbaros lhe chamavam os filhos do país, e com razão, porque bárbaro não é só o que comete barbarias, é também todo aquele que comete barbaridades.

5º CAPÍTULO

A ABERTURA

O leonino arreganho não produziu porém o efeito que esperava o leão, e as ovelhas acabaram por lhe fazer amargar um bem mau quarto de hora. Contavam sem dúvida os britânicos que as coisas se passariam como pouco antes na sua brutal e desumana expedição de Changai[1]. – Q*uia nominor leo!* mas os japoneses não eram chineses, não tremeram de medo com as ameaças da Soberana dos Mares, ao contrário, mal o Micado teve notícia da atrevida reclamação, expediu ostensivamente o seguinte manifesto aos trinta e seis mais importantes dos duzentos e sessenta e dois principais daimos do Império[2], no qual transparece toda a singela fortaleza de sua alma:

> Meus príncipes. As gentes desses navios de guerra ingleses, que por teima estão aí fundeados em Yokohama, pedem-nos contas pela morte de alguns de seus compatriotas assassinados em nosso país, e como satisfação querem não sei quais e quantas coisas, de que nem vale a pena tratar, porque nenhuma delas sem dúvida lhes será concedida. Mas, como a formal e desprezível recusa há de dar em resultado a guerra imediata, preparai-vos para ela com ânimo seguro. De minha própria mão vos envio Eu, Micado, este aviso para que estejais prontos no primeiro momento. A campanha será aberta por mim em pessoa.

O que há de mais notável neste ato é o modo pelo qual o Imperador já se dirige diretamente aos daimos, a quem chama "Meus Príncipes", pondo assim inteiramente de lado a autoridade shogunal. E não pára aí a inesperada ação do ex-fantasma de Kioto: calculando este que o astucioso Shogun lhe poderia destruir a obra tão bem começada, trata de isolá-lo dos ministros estrangeiros e de evitar que entre eles se tramem novas maquinações contra os seus planos; manda chamá-lo com a máxima urgência, dizendo-lhe que lhe precisa fazer em segredo de Estado importantíssimas revelações. Iyemochi cai no laço e vai a Kioto[3]. Declara-lhe o Micado, em confidência íntima, achar-se o país em crise, e que pois a capital do Imperador e os seus arredores devem ser defendidos pelas forças permanentes do Estado confiadas ao Shogun; e que decidida como está a expulsão dos estrangeiros, haverá guerra provavelmente e daí negociações e ajustes a fazer pelo competente Poder Executivo debaixo das vistas do Chefe da Nação; o que só pode ter lugar no porto de Osaka por ser o mais próximo da Corte Imperial (trinta e poucas milhas de distância); e mais que, declarada a guerra, competirá ao Shogun assumir o comando geral das forças e entrar logo em ação.

E, depois de uma pausa, em que o silêncio foi absoluto, o Micado acrescentou, franzindo levemente as sobrancelhas:

> – Será essa ocasião, meu jovem Shogun, a de melhor patenteardes a lealdade devida ao vosso Imperador e de pordes em relevo a vossa dedicação pela causa pública, usando daquela mesma energia e veemência com que repelistes à mão armada o miserável bando de maltrapilhos e famintos que vos foi importunar em Yedo!

Iyemochi fingiu não compreender e disse com um meio sorriso:

> – Mas... tenho então de abandonar o governo do país? ... Parece-me que...
> – Não vos dê isso cuidado, príncipe, atalhou o Imperador, far-vos-ei substituir durante a guerra por pessoa competente. Cumpra cada qual o seu dever observando as minhas ordens e o resto ficará por minha conta, que também saberei cumprir com o meu. Na ocasião solene de assumirdes o comando das armas, confiar-vos-ei, de mão a mão, a mesma sacrossanta espada que o imortal fundador da vossa dinastia recebeu diretamente das divinas mãos do meu antepassado Goyo Zei[4], quando tiveram que repelir, em condições

talvez piores que as de hoje, a primeira invasão ousada pelos bárbaros do Ocidente nesta nossa terra tão bem fechada dentro das "Cem Leis" por Tokugawa Ieiás, e a qual os descendentes deste pretendem agora abrir à cobiça e à sensualidade dos nossos inimigos! (Iyemochi tossiu sem levantar os olhos.) Aprontai-vos para a guerra seguro da vitória, Tokugawa Iyemochi! Hão de chegar-vos à boca o peixe e o *sakê* do triunfo![*] Com a espada de Goyo Zei não podereis sair senão vencedor; além de que, é minha intenção ajudar-vos pelo meu lado, suplicando ao poderoso espírito de meus avós que lá das sublimes alturas vos proteja diretamente na patriótica expedição. Confiai nisso! e ficareis satisfeito comigo, suponho eu, pois creio não ter regateado convosco as minhas graças.

Iyemochi curvou-se até poder olhar pela frente os seus próprios joelhos e respondeu:

– Satisfeitíssimo, Imperial Senhor! Longe de haverdes regateado as vossas mercês, confundistes o meu cabal imerecimento com tanta prodigalidade. Vou daqui, sem perda de um instante, dar todas as providências para que as vossas sagradas ordens sejam cumpridas à risca... Parto imediatamente para Yedo e...

– Não! contrapôs o Imperador. Convém aos interesses do Estado que vos quedeis em Kioto; dar-vos-ei parte quando for oportuno o tornardes à vossa capital. Por enquanto vos deterei amigavelmente ao meu lado e, para que nada vos falte aqui, vou mandar pôr à vossa disposição os domésticos de que houverdes mister e, além das gueichas e menestréis mais escolhidos do meu kókio (harém), uma guarda de honra na altura da vossa condição.

O Shogun baixou a cabeça sem responder palavra[5]. Estava prisioneiro. O coração naturalmente lhe estalava de cólera, mas na sua fisionomia não transluziu dela o menor vislumbre, porque não era debalde que os chins durante muitos séculos tinham ensinado ao Japonês o segredo da inalterável compostura do gesto, a fria ciência búdica de governar com a vontade a expressão do rosto no meio das mais fortes

[*] Era clássico e simbólico costume no Japão mandar o Micado ao príncipe que obtivesse qualquer bonita vitória pelas armas um mimo de peixe seco salgado e um barril de sakê. O sakê é uma bebida branca, fermentada e alcoólica, feita de arroz, medeia entre aguardente e cerveja, é mais forte do que esta e muito menos que a outra.

comoções morais, anestesiando os nervos condutores e impedindo-lhes levarem ao semblante nem a menos lúcida centelha do oculto incêndio, tapando a tempestade interior com uma indecifrável máscara de cadáver; triste e amarela ciência que é bem da Ásia, e que só poderia ter sido refinada a tal extremo por uma raça velha, impassível e hipócrita como a raça chinesa.

Foi com o mais fino e perfeito sorriso nos lábios e com a mais airosa reverência que o galante chefe dos Tokugawas se afastou do seu carcereiro, a recolher aos principescos aposentos de papel de seda que lhe haviam destinado no chiro imperial.

E aqui tem o leitor como conseguiu o Micado fechar na mão a influência do Shogun. Produziu logo o fato grande escândalo nos paços de Sua Majestade; ninguém atinava como poderia funcionar daí em diante a administração pública, pois que o Imperador não haveria de ser ao mesmo tempo poder deliberativo e poder executivo. Qual então seria agora o seu intermediário para com os daimos, se o chefe dos príncipes ficava preso em Kioto? Iria o Monarca chamar à alçada do Trono as Cortes Shogunais de Yedo? Mas isso, – que lhes valesse Amateras! – daria uma balbúrdia de todos os diabos! rosnavam entre si, perplexos e formigantes os cortesãos imperiais, que nada entendiam de administração e viam periclitar muito a sério o seu doce e defumado ócio.

Entretanto Komei, sem consultar nenhum dos seus Conselhos, nomeia o prestigioso Owari para substituir em Yedo o Shogun durante a guerra[6]; encarrega Nabeschima, daimo com direito à sua inteira confiança, de defender militarmente a vasta bacia de Kuanto, onde se acha aquela capital, e entrega ao príncipe de Hizen, de quem já conhece a lealdade, a direção das forças marítimas que devem proteger as duas baías de Suruga e Sagami e as costas da península de Izo. E a todos os daimos, cujos principados confinem com o litoral, ordena que se recolham às competentes províncias e que se provenham para a guerra.

Quanto à indenização inglesa, nada, nem a mais ligeira referência nos seus atos oficiais; apenas, entre as instruções secretas dadas a Owari, no momento da partida deste[7], recomenda-lhe que, a todas as perguntas do Ministro inglês sobre o caso, vá respondendo sempre que o Shogun, em razão de interesse público e ordem direta do Imperador, se acha, por tempo indeterminado, ausente da sua capital, e que só ele pessoalmente pode dizer qualquer coisa sobre o assunto, pois foi o Shogunato quem,

lá por conta própria; engendrou essa pantominice dos tratados, da qual, como contrária que é às leis do país, não cogita o Chefe da Nação, nem está disposto a cogitar; e mais que, se os ingleses impugnassem tais razões com ofensas graves, então prendesse o Ministro e todos os mais que pudesse da mesma nacionalidade, facultando-lhe todavia os meios de comunicarem à sua esquadra que serão irrevogavelmente enforcados na praia à primeira manifestação hostil partida de bordo para a terra.

Nada disso porém chegou a acontecer. Terminado o prazo dos vinte dias, quando a Nação, já disposta para a guerra, contava que o Almirante Kuper resolvesse lançar mão das tais medidas coercivas com que o Ministro a ameaçara, eis que este, à vista da ausência do Shogun, oferece um novo prazo de igual tamanho, e depois ainda outro, que naturalmente não seria o último, se um fato decisivo ocorrido em Yokohama, onde havia então o único *settlement* existente no Império, não viesse de modo imprevisto torcer o rumo da questão.

É que, enquanto no litoral se armavam as fortalezas e no interior as eminências das montanhas, e enquanto os Tokugawas, tendo à frente os príncipes Aidzu, Ongasawa e Joren In, recorriam a todos os meios para libertar o seu chefe das mãos do Imperador, começava em Yokohama a formar-se o vácuo em volta dos estrangeiros que aí residiam, em número maior do que era de esperar da má vontade dos donos da terra. Sem causa apreciável, sem nenhuma justificativa, nem o menor comentário, organizava-se, pela calada e metodicamente, a emigração do elemento indígena, de uma à outra ponta do *settlement.*

Que significaria isso?... Que novidade haveria?... Ninguém o explicava, e, um atrás do outro, lá se iam esgueirando os empregados do comércio e os serventes domésticos naturais do país, alguns até abandonando o saldo a receber, sem nenhum deles declarar ao patrão porque deixava o serviço, nem para onde se punha. Qual seria o motivo de tão estranha greve?[8] Os operários largavam a obra ao meio, perdendo o que estava feito; desmanchavam-se ajustes vantajosos; retiravam-se compromissos e palavras; fechavam-se casas comerciais e particulares depois de absolutamente esvaziadas; cambistas, negociantes, corretores, bufarinheiros, kurumaias, kulis, todos enfim que constituíam o elemento nacional no *settlement*, desertavam silenciosamente, sem mostras de ressentimento, nem tristeza, carregados de trouxas e com a filharada às costas. Afinal, um ou outro retardatário, preso por interesses de alta

monta, liquidava às pressas, sem olhar prejuízo, as últimas transações e, já com as bagagens e a carroça ou o barco à espera, despedia-se para sempre.

E então?

Os europeus, a olharem de boca aberta uns para os outros, sem atinar nenhum com a razão daquele súbito abandono, viram-se reduzidos aos seus recursos pessoais, porque já não havia quem os servisse; muito *gentleman* teve que escovar as próprias botas, e muita *lady* que pôr o avental de cozinheira; e começaram logo a imaginar em iminência toda a sorte de perigos, acabando, como era natural, por apoderar-se deles o pânico, que ao fim de alguns dias tomava já as proporções de intolerável angústia.

E no meio desse sobressalto terrível, dessa expectação de uma desgraça que ninguém explicava, ou cada qual explicava a seu modo para maior ansiedade e desespero de todos, no meio dessa incógnita calamidade que ia rebentar sem se saber donde, nem quando, começaram a chegar, como um sopro de morte, as primeiras notícias de que as forças japonesas já se mobilizavam ganhando os litorais; que o Imperador havia marcado o dia definitivo para a expulsão dos estrangeiros, e que o "Bando dos Roninos", como chamavam eles aos agitados nativistas, já em fúria descia a estrada do Tokaido na direção de Yokohama para invadir e saquear.

Os ingleses, que eram os mais de perto ligados ao instante desastre e eram também os mais afligidos pelo terror, foram agarrar-se ao seu Ministro pedindo-lhe garantias de vida e de propriedade. Houve reunião de diplomatas, conselhos de autoridades navais, de chefes de corporação e companhias; trocaram-se notas entre as diversas legações presentes; e afinal o Ministro inglês comunica oficialmente aos seus compatriotas que "As forças reunidas nas águas japonesas sob o comando em chefe do Almirante Kuper não eram suficientes para proteger a colônia, garantir a existência e os bens dos súditos de Sua Majestade Britânica, residente no *settlement* de Yokohama, e que por conseguinte convidava os mesmos a tomarem até o dia 26 desse mês (julho de 1863)[9] as medidas que lhes parecessem necessárias para se porem ao abrigo da guerra marcada para aquela data".

E esta?

Foi pior que uma bomba explosiva tão inopinado *ultimatum* da Chancelaria inglesa, caindo em cheio sobre a ávida e orgulhosa colônia,

cujos membros, justamente nesses dois últimos anos, tinham em grande número feito vir da Europa as competentes famílias para junto de si. E semelhante confissão de fraqueza por parte dos enviados oficiais da mais forte Potência marítima que ali se achava, punha, nem só os ingleses, mas todos os estrangeiros de Yokohama, em estreitíssimo apuro: se a Grã-Bretanha não podia proteger os seus súditos quanto mais os outros Estados!

E para onde diabo queria o Ministro inglês que fugissem os seus compatriotas? Para onde, se de um lado estavam as forças japonesas, aos milhares e assanhadas de ódio; e do outro o Oceano, sem um só navio que os abrigasse, pois os existentes eram todos indispensáveis para o combate? E como os ingleses, os mais se encheram de pavor; holandeses, russos, alemães, norte-americanos e franceses viam-se já encurralados no estreito *settlement,* com suas famílias e seus haveres, dentro de um círculo de fogo, exterminados até o último por uma guerra feroz e bárbara, feita a ponta de azagaia e bombas incendiárias como usavam os japoneses.

A agonia foi terrível. A cada momento contavam com o ataque do bando assolador. Então, nem era de esperar menos de tão superiores raças, acudiu ao alto espírito de todos os representantes estrangeiros as ideias filantrópicas e os deveres morais da civilização. Foram lembradas, na ardente eloquência dos momentos críticos, todas as conquistas humanitárias feitas até esse ponto do nosso século de luz pelo Internacionalismo liberal e triunfante! "Para que a guerra? — pergunta oficialmente o Coronel Neale, em nome de todos os diplomatas residentes em Yokohama, no seu longo Manifesto de 19 de julho de 1863[10] dirigido ao Governador de Kanagawa e daquela cidade. — Para que a guerra, se o fim da Europa no formoso Oriente é a confraternização e a paz? Em vez de lutarmos, melhor será que nos entendamos e que nos amemos. O que por si impõe antes de mais nada, como indeclinável necessidade do progresso humano, é que o nobre, o corajoso Povo Japonês, a tantos títulos obrigado moralmente a compreender as nossas boas intenções, resolva por uma vez abandonar essa ideia de má vontade e resistência contra os povos amigos, contra os seus irmãos do Ocidente, que o procuram para a consorciação universal, e nos abra os braços e nos receba como nós outros em nossos países fazemos, nem só com os japoneses, mas com todo e qualquer indivíduo proveniente seja de que nação for".

O manifesto em que vinha este tópico de requentada ternura produziu o seu efeito, graças aos Tokugawas que trabalhavam ativamente contra a guerra. Desceu logo de Yedo uma Embaixada presidida pelo transator Sakai Ukio, ministro do Shogun e amigo dos estrangeiros, com o qual chegaram os ingleses à fala e logo entraram a negociar as pazes, ficando inteiramente de parte a pendência da indenização.

Entre os nativistas porém o efeito do manifesto foi bem diverso. Um deles chegou a litografar um violento libelo que fez espalhar por Yokohama e no qual, entre muitas coisas, dizia:

> Com que então esse Colosso Europeu, esse roncador atrevido, até aqui tão arrogante nas suas indevidas reclamações, encolhe-se agora diante do perigo, porque, diz ele, receia lhe matem a mulher e os filhos?! Mas não foi o perigo que os foi buscar à casa; foram eles que vieram buscar o perigo à casa alheia! Que se aguentem! se lhes é duro o transe, mais dura é a pedra em que a sua audácia nos converteu o coração! Tremem pela mulher, os filhos; e nós? nós acaso não teremos também família, que vivia feliz e tranquila ao nosso lado, e agora se vê, talvez para sempre, privada do seu chefe que, em vez de cuidar dela; anda à aventura das armas para defender a outra sua família maior, que é a pátria?! Que é feito das tais medidas coercivas do famoso Almirante Kuper? Pois então, apesar de todo esse espetaculoso aparato de força; apesar dessas numerosas máquinas de guerra contra as quais só temos para opor o nosso brio nacional; apesar da tão celebrada ciência e tão decantada coragem desses orgulhosos donos dos mares alheios; apesar dessas dragonas de ouro e desses chapéus de pluma que fizeram rebentar de medo o Imperador da China nas profundezas empedradas de Pekin; pois, apesar de tudo isso, nós, os japoneses, esparsos e mal disciplinados, sem outra arte na guerra mais do que a luta corpo a corpo e sem outra força além da própria coragem e da convicção patriótica, por tal modo os aterramos que, à primeira notícia de um ataque eventual, declaram-se impotentes para defender o território cinicamente ocupado contra a vontade do dono, e escondem-se atrás das saias da família, a pedir pazes com fementidas palavras de ternura?! Para que então gritaram tão alto?! Por que nos ofenderam, se não tinham coração para resistir?! Não! Nós, como o nosso Imperador, não queremos a paz, nem queremos amizade com estrangeiros! Guardem eles para si a sua civilização e os seus progressos e com eles se fartem para longe de que lhos não pediu! Resistiremos até o

> fim! Se os degenerados Tokugawas conseguirem reter os Daimos, não conseguirão jamais reter o nosso ódio mortal e a enorme sede de vingança que nos devora; e nós, que já não temos outro chefe, além dos deuses e do Micado, havemos de tapar com terra a boca que nos insultou!

Quando subiu ao conhecimento do Imperador a proposta de paz, fez ele logo enviar, como resposta, a todos os representantes diplomáticos estrangeiros as seguintes singelíssimas palavras:

> Meu Povo não quer relações com estrangeiros. A cada momento a gente do país está matando ou está com vontade de matar ingleses, e a Inglaterra quer que se pague. O meu Governo fez já quanto pôde a ver se as coisas se acomodavam, nada porém conseguiu, nem conseguirá, em razão do entranhado ódio do meu Povo pelos estrangeiros; ódio que aperta de dia para dia que nem o sol do mês de agosto. Assim resolvi fechar definitivamente os portos e convidar por bem os estrangeiros a que se retirem do país para evitar novas questões.

Enquanto o Micado procedia deste modo, tão franco, tão superior e tão singelo, o Ministro inglês, de mãos dadas ao da França[11], obtinham ambos corresponder-se com o Shogun e, aproveitando a falsa posição política em que se achava este perante o Imperador e perante o povo, de um prisioneiro e do outro desprezado, propunham-lhe secretamente uma aliança ofensiva e defensiva, comprometendo-se a auxiliá-lo com as forças navais de que dispunham, caso ele quisesse readquirir o alto poder que lhe havia escapado das mãos.

Este fato não precisa comentários; basta dizer que é um caso histórico corrente em todas as crônicas japonesas, mas que nenhum europeu ou norte-americano o narra de modo claro e positivo nos seus livros.

Compreende-se que aos estrangeiros não conviesse de maneira alguma o aniquilamento do Shogun, principalmente depois que o Imperador declarara não cogitar dos tratados lá entre eles feitos; compreende-se ainda que, conhecendo aqueles um pouco melhor agora o mecanismo da política japonesa e reconhecendo ter pisado em falso, quisessem a todo custo salvar de modo airoso a própria situação; mas o que se não compreende é que essa gente civilizada não tivesse um pouco

de consciência ou de escrúpulo em urdir o mal, que estava a tramar contra a paz e os direitos desse pobre povo, a quem pediam pazes em nome da filantropia e do amor universal. Positivamente tinham os japoneses razão em chamar-lhes bárbaros! E note-se que, se por um lado os diplomatas estrangeiros se mostravam desumanos, por outro se revelavam inábeis, porque pretender destronar o Micado era pisar muito mais em falso ainda do que ter tomado o Shogun pelo Imperador do Japão como fizeram na primeira descaída. Seria mais fácil arrasar o Fuji Yama ou transladar para a Califórnia o Daibutsu, como diligenciaram os yankees na sua impertinente megalomania, do que pôr abaixo o divino espectro de Kioto do místico pedestal em que havia dois mil e duzentos anos imperava. Tentando semelhante coisa, o que conseguiriam os estrangeiros havia de ser, e com efeito foi, ensanguentar a presa que acossavam e agravar a desgraça dos Tokugawas, a quem aliás deviam gratidão por serem esses no país a única força ativa que os não desprezava, nem odiava. Verá depois o leitor em que espécie pagou o Inglês aos descendentes de Ieiás essa excepcional proteção, sem a qual todavia não teriam penetrado no sedutor arquipélago, senão depois de arrasá-lo com a sua civilização de grande alcance forjada na universidade de Krupp[12].

O Shogun, coitado! acolheu com as duas mãos a proposta que solicitamente lhe levavam os dois civilizadores ministros; mas, ao aconchegá-la reconfortado ao peito, picou-se logo num espinho que ia dentro dissimulado no embrulho, era o *ultimatum* da indenização.

> – Ah! isso era sagrado! explicou o inglês; antes de mais nada, convinha satisfazer Sua Majestade Britânica a respeito daquelas belas cento e tantas mil libritas reclamadas. Sem isso não havia negócio feito!

E o que a isto se seguiu é inacreditável. O Shogun que, apesar de tudo, dispunha ainda do Tesouro público e era por si mesmo e sua família imensamente rico, entrou com o Ministro inglês no seguinte acordo. Pagava as cento e cinquenta e cinco mil libras esterlinas, mais que fossem, porque a questão não era de dinheiro; pagava, com uma condição porém – o Ministro inglês havia de comprometer-se, sob palavra de honra, a guardar segredo, de modo que o fato não transpirasse dentro do Japão e que jamais, em nenhuma hipótese, fosse sabido pelo Micado, nem pelo povo.

O Inglês aceitou. Pudera! E a indenização foi efetivamente paga em segredo, às quatro horas da madrugada do dia 24 de agosto de 1863[13]. O dinheiro foi levado à Legação da Inglaterra em carretas de mão e dentro de cunhetas abarrotadas de muito boa moeda de prata e ouro.

Vergonhas de parte a parte. Ah! mas o Japão heroico e brioso não tinha morrido com a família Tokugawa. Enquanto essas baixezas se mercadejavam no balcão da Chancelaria londrina com um indigno descendente de Ieiás, o destemido Mori, o príncipe de Nagato[14], em cujas veias corria o mesmo sangue de Mito, ao saber do ocorrido, corre às fortalezas do litoral, denuncia o revoltante caso e toca com os seus três frágeis navios[15] para as águas de Chimonoseki na entrada do Mar Interior, onde se ostentavam vasos de guerra de todos os Estados ocidentais com pretensões no Japão, e aí, cercado de seus samurais intransigentes e protegido pelas baterias de terra, lavrou o protesto da honra nacional, cuspindo balas sobre aqueles, do primeiro ao último, ao mesmo tempo, sem medir forças, nem escolher bandeiras. Bombardeou o navio inglês *Euryalus,* os franceses *Kien-Chan, Tancrède,* os norte-americanos *Pembroke* e *Wyoming,* o alemão *Semiramis,* e o holandês *Medusa,* que ficou incendiado, a arder no meio daquelas águas profanadas, com a triunfante pira do patriotismo, ali acesa por um raio vingador para iluminar a eterna desafronta.

Agora, que vencessem os estrangeiros! só venceriam já esbofeteados!

CHAVES PARA COMPREENDER O JAPÃO DE ALUÍSIO AZEVEDO

1º Capítulo

[1]: "(...) à recente vulgarização das crônicas japonesas (...)"

Referência a duas obras, o *Kojiki* (narrativa das coisas antigas), que Aluísio Azevedo cita, e o *Nihongi* (Crônicas do Japão), textos mitológicos e históricos contando a origem do universo, a aparição dos seres e dos deuses, a instituição da nação japonesa e o reinado dos primeiros imperadores. A primeira obra foi terminada em 712 de nossa era, a segunda, oito anos depois. Os redatores desses textos inspiraram-se nos recitativos dos bardos e na tradição oral, compilando e ordenando mitos e lendas nacionais.

Se Aluísio Azevedo menciona a descoberta recente dessas crônicas, da parte do público ocidental, isso se deve às tradições inglesas do *Kojiki* e do *Nihongi,* feitas por Basil Hall Chamberlain e William George Aston, respectivamente, e publicado em 1833 e 1896. Os tradutores eram japonólogos ilustres e, até hoje, esses trabalhos, fartamente comentados, servem de referência. Entretanto, Aluísio Azevedo não consultou diretamente as tradições inglesas das crônicas, mas tomou conhecimento delas através de resumos e transcrições nas obras de divulgação da época. Assim, quase toda sua documentação provém de Georges Bousquet (*Le Japon de nos jours et les Echelles de l'Extrême Orient, de 1877*), jurista francês que Aluísio Azevedo menciona, e autor de uma obra destinada

ao uso do público não especialista. Podemos sem dificuldades comparar as informações fornecidas pelos dois autores e, por vezes, constatar imprecisões, inevitáveis nesse gênero de publicação e se considerando também os progressos feitos após essa época pelos historiadores do Japão.

[2]: "(...) a restauração micadoal (...)"

Chamada hoje, mais frequentemente, Restauração Meiji (em japonês: Meiji Ishin). A palavra Meiji pode ser traduzida por "administração brilhante" ou "governo esclarecido". Sob esse nome é designada a revolução política cujo resultado mais sensível foi a abolição do shogunato e o estabelecimento de uma nova forma de governo, em torno do Imperador. Esse processo se desenvolve entre os anos de 1853 e 1868, marcado por três tipos de mudança. Em primeiro lugar, a abertura dos portos aos estrangeiros (assunto do 3º capítulo de *O Japão*), depois da chegada do Comodoro Perry em 1853, o primeiro ocidental a romper o isolamento no qual o Japão se encontrava desde o século XVII, e a consequente assinatura de tratados de comércios com os Estados Unidos, em 1858, assim como com a França, Inglaterra, Rússia e Países Baixos. Em seguida, a restauração de um governo central único, sob as ordens do Imperador (no século XIX, diz-se "Micado"), depois que o décimo quinto *shôgun* Tokugava Yoshinobu tivesse renunciado formalmente ao seu poder, em 1867. Por último, a modernização das instituições, com a abolição dos domínios feudais, uma nova administração do país, novo sistema monetário, instituição do serviço militar obrigatório e introdução das técnicas ocidentais. Essas medidas e a consolidação do governo central far-se-ão a partir de 1868, data do coroamento do novo Imperador Mutsuhito, que abre a era Meiji (1868-1912).

[3]: "(...) e acaba na mais engravatada e burocrática monarquia constitucional (...)"

Tal era o sistema político da era Meiji. A "Constituição do Grande Império Nipônico" – é o seu título – foi promulgada em 11 de fevereiro de 1889, após quase vinte anos de elaboração e revisões. Ela esteve em vigor até 1945. Segundo essa constituição, pertence ao Imperador o comando supremo do Exército e da Marinha (e daí o seu "prosaico uniforme de

general de divisão", que observa Aluísio Azevedo, p. 46), é o Imperador que declara a guerra, proclama a paz ou assina tratados. É o Imperador também que escolhe o primeiro-ministro, após recomendação de um conselho de antigos. A constituição de 1889 instituía um parlamento com uma Câmara dos pares, cujos membros – alguns deles – eram nomeados vitaliciamente, e uma Câmara dos deputados, eleitos pelo sufrágio universal. As primeiras eleições ocorreram em julho de 1890. A ideia de uma constituição não fazia parte das tradições japonesas, e foi o desejo de aceder rapidamente à igualdade diplomática com o Ocidente que os levou a adotá-la. Lembremos, por último, que Georges Bousquet, autor da obra que Aluísio Azevedo consulta tantas vezes, fazia parte da equipe de juristas franceses que assessorava o governo nipônico nessa tarefa.

[4]: "(...) o tonante Izanangui, que habitava com a formosa e divina Izananmi (...)"

ou melhor, Izanagi-no-kami (ou -no-mikoto) e Izanami-no-kami (ou -no-mikoto), nomes que se traduzem respectivamente por "o Macho que convida" e "a Fêmea que convida". As crônicas japonesas começam pela narrativa da criação do mundo e das divindades, ou *kami:* do caos original surgem sete casais divinos, enumerados simplesmente pelos nomes e títulos, sem que a verdadeira origem seja descrita ou explicada. Na oitava geração, entretanto, a lenda se torna mais palpável com a história de Izanagi e de Izanami, que recebem a ordem de reunir, e não por sua própria fantasia, como sugere Aluísio Azevedo, num grupo compacto as ilhotas que vagavam no espaço, formando assim o arquipélago japonês. Diz o *Kojiki*, com sua expressão arcaica e esotérica:

> Ora, todos os Kami celestes ordenaram às duas divindades Izanagi-no-Mikoto e Izanami-no-Mikoto de reparar, de consolidar essa terra errante e, ao mesmo tempo que lhes confiavam essa tarefa, ofereceram-lhes uma divina lança resplandecente. No momento em que esses dois kami se encontravam na Ponte Flutuante do Céu, mergulharam a lança divina, agitaram-na em círculo no sal marinho e retiraram-na fazendo marulhar a água. Nesse momento, as gotas salgadas que caíam da lança superpuseram-se e tornaram-se ilhas. Assim nasceu a ilha de Onogoro.

> Tendo descido do Céu nessa ilha, ocuparam-se em levantar o Augusto Pilar Celeste e em construir um pavilhão de oito toesas.
> Izanagi-no-Mikoto perguntou à sua esposa: 'Como é feito teu corpo?' Esta respondeu: 'Meu corpo desenvolveu-se... desenvolveu-se mas há um lugar que não se desenvolveu'. Então Izanagi-no-Mikoto proclamou: 'Meu corpo desenvolveu-se... desenvolveu-se mas há um lugar que desenvolveu demais. Assim, penso que se eu enfiar e tapar o teu lugar não desenvolvido com o meu lugar desenvolvido demais, daremos nascimento à terra. Como imaginas o nascimento?' Izanami-no-Mikoto respondeu: 'Dessa forma'. Então, Izanagi-no-Mikoto proclamou: 'Agora tu e eu vamos girar em torno de Augusto Pilar Celeste e unirmo-nos'. Tendo feito o juramento mútuo, ele declarou: 'Tu vais girar a partir da direita e eu a partir da esquerda, a fim de encontrarmo-nos'. Depois de terem girado, Izanami-no-Mikoto falou em primeiro lugar: 'Oh, que homem encantador!' Izanagi-no-Mikoto prosseguiu: 'Oh, que moça encantadora!'. Depois de terem dito isso, Izanagi-no-Mikoto disse à esposa: 'Não é conveniente que a mulher tenha falado em primeiro lugar'. Apesar disso, uniram-se em seu quarto e tiveram um filho: Hiruko (sanguessuga). Abandonaram-no, deixando-o derivar numa embarcação de caniços. Depois deram à luz a ilha de Awa (franzina)...

Aluísio Azevedo, que não utiliza diretamente o texto do *Kojiki* apresenta o mesmo mito servindo-se das informações fornecidas por Georges Bousquet. Citemos a passagem como comparação.

> O casal divino não observou a mesma continência que os seus predecessores: um dia em que se encontravam na ponte celeste situada entre os céus e as águas – onde se acredita reconhecer a via láctea – veio-lhes a ideia de sondar a profundidade dos mares; o deus mergulhou sua lança, e as gotas que escorreram quando ele a retirou formaram uma ilha – Awadsi – onde desceram, e que foi o cenário dos primeiros amores terrestres. O idílio que seguiu pelos seus detalhes ingênuos a atrapalhação dos heróis de Longus (volume 2, p. 67).

É curioso observar como Georges Bousquet se esquiva, com o seu pudor bem próprio do século XIX, do diálogo entre as duas divindades. Ele o resume fazendo referência às aventuras pastorais e eróticas de Dáfnis e Cloé, no romance latino homônimo. A mitologia pagã sempre

vem em socorro, fornecendo uma espécie de paravento ou retórica hipócrita, para aquilo que o homem do século XIX nunca ousa dizer...

A comparação entre Georges Bousquet e Aluísio Azevedo, na passagem citada, é muito eloquente. As imprecisões se mantêm, e os dois períodos, quase idênticos, só se diferenciam pelo partido literário que toma o nosso autor.

Ainda a propósito do mito Izanagi e Izanami, convém lembrar o parentesco dele com uma lenda que nos vêm da Índia, onde os deuses Chiva e Vichu procuram as origens de um pilar, que se revelará mais tarde ser o falus do mundo e símbolo do poder de Chiva.

A união de Izanagi e Izanami é relembrada ao Japão perto do bosque sagrado do templo de Ise, por dois rochedos ligados entre si por uma corda de palha, todo ano substituída durante uma cerimônia, no começo de janeiro.

[5]: "(...) as gotas que escorreram e pingaram no mar viraram-se numa ilha esmeraldina, Awaji (...)"

Como vimos na nota precedente, na citação integral da passagem de *Kojiki* , a ilha formada pelas gotas que escorrem da lança de Izanagi chama-se Onogoro. Awa é o nome do segundo filho do casal divino, uma ilha também.

É interessante seguir a evolução de conhecimento sobre o Japão através dessas obras de divulgação, pois elas acompanham os progressos efetuados pelos especialistas. Assim, no caso da vasta obra do escritor português Wenceslau de Moraes, muito mais dilatada no tempo, numerosas correções são feitas ao fio das publicações. Do *Dai Nippon* publicado em 1897 (um ano depois da chegada de Aluísio Azevedo em Yokohama) até o *Relance da História do Japão*, de 1923, diferenças sensíveis de informação aparecem. Citemos, como exemplo, a passagem da criação do mundo, por Izanagi e Izanami. Wenceslau de Moraes, com sua prosa inconfundivelmente lusitana, diz:

> Se acreditai em lendas – e não é mau que acrediteis –, convencei-vos do que eu já disse algures, se bem me lembro. Admita-se comigo, que um dia algumas gotas de água caíram da lança do deus Izanagi, que se entretinha a profundar o mar; e dessas gotas milagrosas nasceu a ilha de Awaji, onde o deus se foi gozar os seus amores com a deusa Iranani (p. 76).

O mesmo episódio será descrito no *Relance da História do Japão*, quase trinta anos depois:

> Então, todas as divindades celestes encarregaram o deus Izanagi e a deusa Izanami de fazer consolidar e procriar a terra movediça, dando-lhes uma lança milagrosa, com que eles, sobre a ponte flutuante do céu (o arco-íris), agitaram as águas; e, erguendo após a lança milagrosa, dos pingos de água que caíam formou-se a ilha de Onogoro (...) (p. 35).

[6]: "(...) produziu do seu ventre trinta e cinco kamis ou deuses (...)"

Literalmente, "seres colocados acima". Na religião xintoísta, os *kami* são espíritos que habitam em certas forças da natureza, certos mortos ou certos objetos familiares. Uma fonte, um vulcão, uma floresta, um utensílio agrícola, o antepassado de uma família podem ser venerados como *kami.* Eles são objeto de um culto ao mesmo tempo purificador e propiciatório. No começo do pensamento religioso japonês, as forças e os fenômenos da natureza, em suma, tudo o que era grande e extraordinário foi venerado enquanto *kami* de qualidades éticas, mas a ideia original se aproxima do animismo.

[7]: "(...) Dentre esta nova sucessão de Izanami surtiu Amateras (...)"

Ou Amaterasu-o-mi-kami, ao pé da letra "Suprema divindade que ilumina o Céu". O informante de Aluísio Azevedo, Georges Bousquet, descreve mais longamente a origem desse *kami:*

> O último dos deuses que Izanami concebeu de modo carnal foi o do fogo: deu à luz a ele com tantas dores (pudor ainda de Bousquet, pois o *kami* do fogo, no momento do parto queima o sexo de Izanami, e é dessas queimaduras que a deusa morre) que partiu apavorada para a região das trevas, onde seu esposo veio procurá-la. Contaminado por esse contato impuro, entregou-se a uma purificação de onde nasceram uma multidão de deuses e, por último, de seu olho esquerdo, Amateras, tão linda e brilhante que iluminava o céu e a terra e que Izanagi transformou em deusa do céu (...) (volume 2, p. 67).

A viagem de Izanagi até o reino da Morte ou das Trevas, em busca da esposa, as ordens que recebe de não contemplar Izanami, a desobediência,

a descoberta do corpo da esposa decomposto, coberto de vermes, irreconhecível, a fuga de Izanagi perseguido pelas fúrias infernais e as cerimônias purificadoras a que se submete, todos esses episódios, de modo evidente, se aparentam ao mito grego da descida de Orfeu aos Infernos, em busca de Eurídice. E também de um mito ainda mais antigo, egípcio este, o dos esposos Isis e Osíris. Nos três exemplos a mesma sequência: morte, enterro, busca e perseguição; nos três casos, sociedades agrárias primitivas.

Amaterasu, a deusa solar, é a divindade mais elevada da mitologia xintoísta e antepassada da família imperial, como bem insiste Aluísio Azevedo. Não parece evidente, à primeira vista, a razão da escolha de Amaterasu como antepassado do Imperador, já que ela é somente um elo na longa linhagem de *kami,* como vimos. Entretanto, a escolha não é arbitrária, pois foi Amaterasu que encarregou seu neto (e não seu filho, como afirma Aluísio Azevedo, p. 45), o príncipe Ninigi de reinar na fértil planície do Yamato, o que é a própria justificativa da autoridade que o Imperador detém. É o que faz com que o Imperador ocupe uma posição única e incontentável, pois o sangue divino da deusa transmitiu-se até ele através de uma linha ininterrupta e exclusiva de imperadores. Em toda a história do Japão, não há um só Imperador que não tenha pertencido à mesma dinastia.

Como vemos, na civilização japonesa nenhum abismo separa os deuses dos homens. Subir o curso da história é reencontrar as fontes mitológicas, de onde tudo decorre. A própria noção de divindade, ao cabo do percurso, é simplesmente a fronteira, no mundo do além, de uma projeção das proezas do passado longínquo, sem que em nenhum momento o continuum se tenha rompido. Tudo o que existe é sagrado, porque tudo o que existe nasceu dos mesmos antepassados, pertence a uma mesma família. Não estranhemos então que duas crônicas antiquíssimas, o *Kojiki* e o *Nihongi,* com suas narrativas lendárias, seus deuses e heróis, ora virtuosos, ora briguentos ou rancorosos, mas criadores dos homens, do universo e das instituições, tenham servido de base, até o fim da Segunda Guerra Mundial, aos estudos das origens do Japão. Não estranhemos, por essa mesma razão, que Aluísio Azevedo retrace a "história" do Japão começando por sua lenda.

[8]: "Amateras, deusa do sol, a dona do divino espelho (...)"

Numerosas são as narrativas mitológicas em torno da deusa Amaterasu. Uma das mais célebres é o episódio da caverna, que explica a origem

desse espelho simbólico. Entre as divindades nascidas das abluções de Izanagi, depois de seu retorno dos infernos, e além da própria Amaterasu, encontramos seu irmão Susanô-o-no-Mikoto, dotado de um gênio turbulento. Ao passo que Amaterasu vai reinar nas planícies celestes, Susanô governará as regiões marinhas, aqui embaixo. Seu comportamento violento (destruição dos diques protetores dos arrozais de Amaterasu) leva-o à discórdia com a irmã. Depois de uma briga, apavorada, Amaterasu se refugia numa caverna e fecha a entrada com uma pedra enorme. Todo universo ficou mergulhado numa obscuridade total. Os deuses e deusas então se reuniram para deliberar sobre os meios de tirar a suprema divindade do esconderijo. Tentaram trazer um galo para chamar o sol pelo canto, atrair Amaterasu depois, pendurando joias diante da entrada da caverna, e no meio delas, um espelho. Puseram-se em seguida a cantar e a dançar. Foi o riso deles que provocou a curiosidade de Amaterasu, que abriu a entrada do esconderijo. Um deus empurrou nesse momento a pedra que impedia o acesso à caverna, e o universo foi novamente iluminado, e a alternância das noites e dos dias foi restabelecida.

Georges Bousquet não fez referência ao mito, mas aos atributos da divindade, no que é seguido por Aluísio Azevedo:

> O espelho lembra aquele dado por Amateras a seus descendentes, quando enviou-os para governar o mundo, dizendo-lhes que seria suficiente olharem nele para verem a alma da mãe e encontrarem a verdade, por conseguinte; ela ajuntou a ele um sabre e um globo de cristal, que ainda são conservados pela casa imperial (volume 2, p. 72).

Retifiquemos uma só das afirmações de Bousquet – não se trata exatamente de um globo, mas de uma corrente com joias – e o conjunto estará perfeito. Até hoje os teólogos xintoístas discutem a respeito da significação esotérica dos três tesouros imperiais, sem chegarem a interpretações definitivas. Outrora, a legitimidade do Imperador era provada pela possessão desses objetos. Quanto ao "Divino Espelho", conservado no templo de Ise, discute-se sobre a matéria de que é feito, ferro, cobre, ouro? Diz-se que ele se encontra guardado em dois cofres de ouro sucessivos, colocados numa caixa em forma de túnel, por sua vez revestida com uma série de sacos de seda, série que aumenta de uma unidade toda vez que se reconstrói o templo de Ise, isto é, todos os

vinte e um anos. Pretende-se também que o Imperador Meiji fechou, ele mesmo, o espelho num cofre cilíndrico de ouro puro. Por outro lado, crê-se que o sabre possui mais ou menos 1 m de comprimento e está fechado num pedaço de madeira de canforeira, colocado por sua vez num cofre de pedra. Possui-se ainda menos precisões sobre as joias, substância, cor, forma. Supõe-se tratar de pedras semipreciosas, multicores. Estão fechadas num cofre com cantos retangulares, medindo 30 x 19 x 15 cm. Todo esse mistério, e a ignorância dos arqueólogos, que não podem datar com precisão esses objetos, provém de serem eles objetos sagrados, intocáveis, e de não haver nessa matéria nenhum precedente admissível. Até bem pouco tempo atrás, era impossível estudar até mesmo o que tocasse aos imperadores; nenhuma escavação dos túmulos imperiais tendo sido permitida até o término da Segunda Guerra Mundial. E a respeito da possibilidade de datação dos tesouros imperiais, tudo permanece conjectura. Para terminarmos, citemos a interpretação normalmente admitida sobre a significação dos objetos, que provém dos princípios do Confucionismo: o Espelho, o Sabre e as Joias identificam-se, respectivamente, às virtudes do conhecimento, da bravura e da caridade.

[9]: **"(...) Shinto (...)"**

Palavra de origem chinesa significando o "caminho dos deuses" (*shin*, deus; *tô* ou *dô*, caminho), em oposição a *butsudo* (o caminho do Buda). Com efeito, o termo só foi criado após a introdução do Budismo no Japão, sob o reino do Imperador Yômei (585-587 de nossa era), para estabelecer a distinção entra as crenças ancestrais japonesas e a nova religião. Retomando o problema do significado das crônicas antigas, o *Kojiki* e o *Nihongi*, documentos do começo do século VIII, compreendemos melhor agora qual o seu valor político. No momento em que a influência chinesa era tão esmagadora, a invasão do budismo chinês tão completa, o Japão sentiu necessidade de preservar a sua especificidade. Dessa forma, compilando seus mitos e lendas, colocando em ordem o culto dos deuses e dos antepassados, redigindo as crônicas nacionais, o Japão tentava contrabalançar a presença cultural chinesa. E o xintoísmo se constitui então nessa mesma época, enquanto conjunto de crenças coerentes; cria até um nome para designar – até então desnecessário – preocupado que estava em guardar, irredutível, o núcleo da cultura japonesa.

O *shintô* se baseia no culto das forças naturais. Esse caráter animista exclui, por conseguinte, toda ideia de doutrina propriamente dita, ou mesmo de regras de moralidade, sobretudo, de proselitismo, pois se trata de uma religião unicamente nacional. Entre os aspectos mais importantes, é preciso sublinhar a função dos interditos e o culto da pureza. O grande templo de Ise, por exemplo, controla estritamente a presença dos visitantes e isso até nos nossos dias. Se a noção de pecado é alheia ao *shintô*, a contaminação física é o objeto de um grande número de gestos rituais de purificação. São considerados impuros o sangue, o parto, o cadáver, a doença, entre outros. Aliado a esse culto da pureza, o *shintô* se reveste de uma grande simplicidade. Nenhum verdadeiro santuário; veneram-se as divindades ao ar livre, escolhendo-se um lugar pitoresco (rio, gruta, cascata). Esses lugares acham-se isolados do mundo profano por uma simples paliçada, e anunciados pela presença dos *gohei* (tirinhas de papel recortadas de modo especial e penduradas a bambus), ou então pela elevação de um *torii* (pórtico em madeira ou pedra, composto de duas barras verticais cobertas por uma viga horizontal, alteada nas pontas). No interior dos santuários, não há representação de divindade alguma; só o espelho redondo, atributo de Amaterasu, é exposto em cima de um pedestal de madeira. As cerimônias de *shintô* compõem-se de oferendas e recitações de ladainhas. O Imperador representa um papel essencial, descendente direto dos deuses, e sacerdote supremo (ver também "a religião do Estado", capítulo 1, nota 20). É possível enumerar três tipos de culto: do imperador e dos antepassados (o próprio Imperador vai anualmente ao templo de Ise para transmitir os seus votos à deusa solar); naturista, prestado durante as cerimônias agrárias que acompanham as etapas da rizicultura; e por último, da fecundidade, durante as celebrações rituais dos nascimentos e dos casamentos. Como conclusão, transcreveremos o historiador japonês Ariga (citado na obra de François Toussaint, p. 76):

> Se o *shintô* ensina as origens das ilhas, não trata nem do presente, nem do futuro. O Confucionismo discute sobre o presente, mas não mantém nenhuma ligação com o passado, nem com o futuro. Se temos dificuldade em admitir que a vida humana termina com o presente e que se refletimos que a maioria dos homens pensa no futuro, não nos espantaremos que um tão grande número de japoneses tenha preferido abraçar o budismo.

[10]: "(...) contemplar-lhe (...) nas benignas feições os desígnios providenciais".

Acrescentamos um comentário de Geroges Bousquet (volume 2, p. 75-76) que, mesmo sem ter um eco direto no texto de Aluísio Azevedo, esclarece particulamente a função do espelho simbólico:

> (...) os homens, criaturas divinas, fazem o bem naturalmente, porque a idade dos deuses continua sobre a terra e eles só têm que seguir o seu "caminho"; ora, os deuses possuem um representante permanente, é o imperador. Seu espírito está em harmonia perfeita e constante com sua divina mãe; só precisa escutar sua voz, e eventualmente pedir seus conselhos para conhecer a verdade sobre todas as coisas; é suficiente então, para seguir o "caminho dos deuses", obedecer às vontades do Micado. Eis então, como a ausência de uma lei moral termina na teoria de obediência passiva. O poder não é somente a fonte da autoridade temporal e espiritual, mas é ainda o representante da verdade absoluta.

[11]: "(...) concebeu um filho com os ardentes carbúnculos do seu próprio dilema de princesa celestial".

O texto de Georges Bousquet, muito sucinto nesse ponto, não esclarece as origens da primeira geração de Amaterasu. Entretanto, Wenceslau de Moraes (*Dai Nippon*, p. 76) dá uma descrição espantosamente próxima da de Aluísio Azevedo, o que faz pensar em uma fonte comum a ambos. Eis o texto:

> Feito das joias que ornavam a fronte de Amaterasu, nasceu um menino, que a mãe, com a benevolência de todas as divindades, consagrou a altos destinos. Desce à ilha de Kiuciu o filho da deusa do sol, e ali por duas gerações governam os seus descendentes; seguidamente, dois deles atravessam o mar interior, guiam-nos a ave de oito cabeças e a espada milagrosa; conquistam o Nippon central aos deuses e aos homens rebeldes; e um, Iware Hito, de seu nome póstumo Jimmu Tenno, foi o primeiro soberano do Japão unido; morreu em 585 antes de Jesus Cristo. A cadeia dinástica vem até hoje sem interrupções; o micado, o imperador, descende assim diretamente do sol, é seu presente; e como tal merece a obediência e a adoração de todos os seus súditos.

[12]: "O filho, (...) foi posto na ilha de Kiuciu, que ele povoou de heróis (...)"

Esse personagem é o príncipe Ninigi-no-Mikoto, neto da deusa, na verdade, e não filho como afirmam Aluísio Azevedo e os seus contemporâneos. Ninigi, acompanhado de numerosas divindades desce no alto da serra Takachiho, na ilha de Kyushu. Ele é o antepassado desse clã cuja linhagem ter-se-ia perpetuada até nossos dias. Antes de deixar o céu, Ninigi recebeu de sua avó, Amaterasu, três dádivas, um colar, um espelho e um sabre, sobre os quais já falamos, atribuídos do poder imperial e nos quais também se vê os símbolos da lua, do sol e do raio.

[13]: "(...) vindo dois de seus descendentes (...)" [de Amaterasu]

Na verdade quatro, os quatro netos de Ninigi-no-Mikoto que vão participar da conquista do Yamato, sob o comando do caçula, Iwarehiko.

[14]: "(...) guiados pelo divino falcão de oito cabeças (...)"

Trata-se de uma ave fabulosa, o *yatagarasu,* enviado a Iwarehiko por sua avó Amaterasu. A origem desse animal é o *yangwu* dos contos chineses, descrito como sendo vermelho e vivendo no sol. Daí talvez a associação, o sincretismo, levado a efeito pelos relatores das crônicas japonesas com a deusa solar Amaterasu. O resumo da saga de Iwarehiko, transcrito por Aluísio Azevedo, apresenta algumas imperfeições de ordem cronológica. A ave *yatagarasu* surge só tardiamente na história, bem depois que os três irmãos de Iwarehiko estivessem mortos, e no momento exato em que este está para desistir de continuar sua conquista.

Lembremos, para terminar, que os historiadores atuais submetem as crônicas antigas a um exame minuncioso a fim de localizar as origens de cada uma das lendas, verdadeiro quebra-cabeça de influências e intercâmbio asiáticos. Sob esse aspecto, bastaria lembrar aqui que a preponderância da deusa Amaterasu no panteão xintoísta e seu papel na cosmogonia japonesa possuem uma explicação interessante de mencionar. Muito antes que essas lendas se tivessem formado, as práticas religiosas do Japão pré-histórico apresentavam o aspecto de um culto solar, comum, aliás, à Coreia e à Sibéria. Aparecem então mais coerentes

esses símbolos, a ave fabulosa, o galo da lenda da caverna, e o próprio espelho circular de Amaterasu.

[15]: "...o Japão central, (...) conquistado contra o poder dos maus deuses e homens rebeldes que o ocupavam".

Os "acontecimentos" descritos nas antigas crônicas japonesas, com suas inúmeras peripécias, em que deuses e homens se confundem, evoluindo em épocas recuadíssimas, retraçavam na verdade episódios muito mais recentes do que não queriam deixar transparecer os redatores. Assim, os companheiros e os irmãos de Iwarehiko, que subiram o arquipélago japonês, a partir da ilha de Kyushu, para virem se instalar no Yamato, segundo a saga, constituem a origem da dinastia que reinou nessa região a partir do século V. De fato, os chefes sucessivos são originários de uma mesma tribo e impuseram sua denominação sobre o arquipélago todo, unificando-o politicamente. O que os historiadores hoje buscam é a sua verdadeira origem: descendentes de aventureiros polinesianos que naufragaram na costa de Kyushu, ou chefes de tribos coreanas que partiram em busca de novas terras? Esses próprios historiadores veem, em alguns episódios de batalhas e marcas de submissão, alusões a encontros possíveis entre tribos de uma mesma origem, que teriam emigrado em épocas diferentes em direção das ilhas japonesas. A saga termina na paz, o velho guerreiro Iwarehiko distribuindo entre seus companheiros as terras do Yamato: passagem da vida nômade à sedentária.

[16]: Jimmu Tennô

(Tennô: imperador) – nome póstumo de Kamu Yamato no Iwarehiko, personagem mítico, primeiro imperador do Japão ao qual fazem referência as crônicas (ver também: "a recente vulgarização das crônicas japonesas", capítulo 1, nota 1), fundador em 660 A.C. da única dinastia japonesa. Descendente direto da deusa solar Amaterasu-ô-mi-kami, é depois de um longo périplo através do arquipélago japonês que teria estabelecido e consolidado sua dominação na planície fértil do Yamato, onde se desenvolveu a civilização antiga do Japão. Aliás, esse nome de Yamato serve para designar o Japão antigo. Para estabelecer sua dominação. Iwarehiko teria vencido em 663 A.C. os Ebisu, ocupantes primitivos do

arquipélago nipônico. Tal é a história lendária contada pelos redatores das crônicas. A tradição celebra sua intronização no "primeiro dia do mês lunar do 58º ano cíclico do Galo" (dia 11 de fevereiro de 660 A.C.).

Em nossos dias, os historiadores são de uma outra opinião. É só a partir do século V de nossa era, logo, quase um milênio depois da datação mítica das crônicas, que a região do Yamato estaria sob a dominação de uma dinastia bem estabelecida, com chefes saídos de uma mesma tribo. O périplo de Iwarehiko, conquistando e expulsando os habitantes primitivos do Japão, deve ser a transfiguração lendária de fatos reais, que ocorreram, todavia, bem mais tarde. Se considerarmos que a redação das crônicas é do século VIII de nossa era, trezentos anos, aproximadamente, após os acontecimentos, compreenderemos que esses textos demonstram uma vontade política de fazer recuar o mais longe possível as origens da casa reinante, até confundi-las com as origens do próprio universo.

[17]: "(...) Dai Nipão (...)"

Dai Nippon (o grande Japão). A expressão foi empregada a partir da época Meiji e é imprópria para designar simplesmente o Japão, pois traduz na verdade uma concepção do país bem precisa, ao mesmo tempo poderoso e em expansão, e que o militarismo japonês no fim do século não deixaria de pôr em prática.

[18]: "(...) Mutsu Hito (...)"

Cujo nome póstumo é Meiji Tennô (Kyoto 1852 – Tóquio 1912) e que reinou de 1867 a 1912 (ver também, "a restauração micadoal", capítulo 1, nota 2). O reino desse imperador, que corresponde à era Meiji, marca a história do Japão com numerosíssimas transformações. Se a chegada dos ocidentais em 1853 provocara uma onda de xenofobia, e Aluísio Azevedo nos fornece a respeito inúmeras informações, pontuadas às vezes por manifestações muito violentas, essa reação mudou de aspecto a partir de 1868. Os ocidentais continuavam representando uma ameaça para o Japão, que decidiu enfrentá-la reforçando sua capacidade bélica, apoiada num militarismo exacerbado. Numerosas mudanças foram postas em execução, cuja única finalidade era a transformação do país em nação militarmente poderosa. Foi necessário de início acabar com os vários

centros de decisão e organizar um governo central em torno do Imperador. Esse reforço da autoridade imperial permitiu, aliás, ao país atravessar um duro período de agitação e miséria, provocado pelo aparecimento brusco da revolução industrial, que perturbava completamente as instituições nacionais. Medidas foram tomadas a esse fim, às quais seria preciso acrescentar a mudança da capital de Kyoto para Edo, que tomou então o nome de Tóquio (a capital do Leste) em setembro de 1868. A instalação da corte na cidade e no castelo dos *shôgun* é rica de significado, quanto à vontade de absorção dos poderes deste último pelo *tennô.* A antiga divisão do país em domínios feudais foi também suprimida; em troca, o Japão foi organizado em divisões (*ken*) administradas por funcionários. Em 1869, o Japão possuía 42 *ken,* e três distritos urbanos correspondentes às grandes cidades. Em seguida, seria importante mencionar a unificação dos exércitos feudais em benefício de um exército imperial único, e a modernização necessária do material. O serviço militar obrigatório foi criado, de três anos de duração, o que constituía uma medida hábil num país em que o porte de arma era considerado uma dignidade. Por volta de 1890, numa época em que se media a potência das nações pela extensão de suas colônias, o Japão já estava entrando em concorrência com os maiores países ocidentais. É então que se abre um período marcado pela extensão da influência japonesa no continente asiático, pelo imperialismo triunfante das vitórias sobre a China (1894-1895) e sobre a Rússia (1904-1905).

Mutsuhito não governou nunca sozinho, apesar da importância de seu papel. Ele era antes um símbolo, e o respeito de que sua pessoa estava envolvida impede qualquer conhecimento mais aprofundado sobre ele. Dotado de uma grande atividade, era alguém apaixonado por sua missão. Seu maior mérito foi cercar-se de conselheiros competentes. Morreu em 30 de julho de 1912, com 60 anos de idade; no dia dos funerais, o general Nogi e a mulher, à moda antiga, mataram-se, vestidos de um kimono branco, o que faz pensar que nem tudo desapareceu do Japão tradicional...

[19]: "(...) o atual Imperador (...) adorado como divindade que é (...)"

A etimologia da palavra *tennô* deixa-o explicito: o Celeste (*ten*) Soberano.

[20]: "O Shintoismo é pois no Japão ainda hoje a religião do Estado (...)"

Essa afirmação só é aceitável no interior de uma época histórica precisa. Durante o período Meiji, com efeito, e além dele, até o fim da Segunda Guerra Mundial, o *shintô* representou um papel oficial de religião de Estado. Tomava a forma de um culto cívico reunindo os cidadãos em torno da pessoa do Imperador, para fins patrióticos. Esse fenômeno, entretanto, é próprio ao período de que Aluísio Azevedo foi um dos observadores. Acrescentemos que esse "*shintô* de Estado" serviu de base ideológica ao restabelecimento da autoridade imperial, mas, sobretudo, ao expansionismo japonês.

Essa questão é muito importante para a compreensão das posições que tomará Aluísio Azevedo, a partir do 3º Capítulo de seu livro, diante dos acontecimentos que marcaram a reviravolta modernizadora e ocidentalizadora do Japão. Digamos desde já, e resumidamente, que Aluísio Azevedo atribui exclusivamente ao Ocidente a responsabilidade da queda do shogunato e das transformações que fizeram desaparecer o Japão tradicional. Ele nega toda possibilidade de uma evolução interna, de uma mudança latente que minava o sistema político anterior, e que teria explodido em plena luz do dia no momento em que o aparecimento dos navios americanos e a "abertura" forçada dos portos serviram de estopim ao que se preparava já há longa data. Entretanto, e apesar das posições generosas de Aluísio Azevedo, o movimento parece ter sido já anunciado desde o início do século. Um dos aspectos das mudanças que se preparava, foi o interesse renovado pelos antigos textos xintoístas, as crônicas japonesas de que já falamos. Explica Georges Bousquet o fenômeno:

> Viu-se então, tanto em Kioto quanto na província de Mito, governada por um *daymiô* associado à corte contra o shogunato (o príncipe de Mito, tantas vezes mencionado por Aluísio Azevedo), surgir uma escola de shintoístas exegetas, cuja tentativa faz pensar involuntariamente à que o imperador Juliano imaginou para ressuscitar o paganismo agonizante. Esses teóricos da religião nacional esforçam-se para separá-la de todos os elementos estranhos, e transformá-la em arma contra o budismo, há muito tempo instalado como senhor e mestre, e contra os *shôgun*, detentores de fato do poder administrativo. (volume 2, p. 76)

Citaremos em seguida um exemplo significativo desse exemplo dos "xintoístas exegetas", que preparavam ideologicamente a mudança do regime político. O exemplo é extraído de um dos próprios historiadores da escola de Mito:

> Nossa Terra Divina situa-se lá onde o sol nasce, e onde a energia primordial brota. Os herdeiros do Sol ocuparam o Trono Imperial de geração em geração sem interrupção desde tempos imemoriais, e a posição do Japão no coração da terra faz dele o ponto de referência de todas as nações... Hoje, os bárbaros do Oeste, os órgãos inferiores, os pés e as pernas do mundo, atiram-se através dos oceanos e ousam igualar-se às nações mais nobres... Também é evidente que os Ocidentais, por seus erros e excessos, estão preparando a própria queda. Mas o processo vital da Natureza é feito de geração e de corrupção, e o Céu pode ser vencido pela força coletiva dos homens, reunidos em grande número; a menos que grandes homens apareçam, que obtenham a assistência do Céu, toda a ordem da Natureza será uma presa dos Bárbaros.
> Fonte: Aizawa Seishisai – 1782-1863 – *Shiron* (Nova Doutrina) citado por Jacques Mutel, *Le Japon* – la fin du shogunat et Le Japon Meiji, p. 26.

[21]: "(...) a religião popular e verdadeiramente querida, talvez por mais folgada e vistosa, é o Budismo (...)"

Encontramos em Georges Bousquet:

> Assim como a doutrina de Confúcius, o budismo não chegou ao Japão senão pelo intermédio da China, nos meados do sexto século. Depois de ter atravessado nesse país fases diversas e ter só se estabelecido definitivamente no sexto século, ele chegou à Coreia, e de lá passou ao Japão. É no ano de 552 depois de Jesus (1212 da era japonesa) que um príncipe coreano apresentou oficialmente à corte diversos ídolos e alguns livros budistas (Volume 2, p. 81).

Esse príncipe coreano se chama Syong Myong, rei de Paik-tjiei, e ofereceu ao imperador japonês Kimmei uma estátua em bronze do Buda, acompanhada de objetos religiosos e de uma carta citada no *Nihongi*, uma das crônicas antigas. Ei-la:

> Esta doutrina é de longe a melhor entre todas as doutrinas, mas ela é difícil de compreender... Ela pode fazer surgir bênçãos e retribuições felizes, sem preço, sem limite, e fazer conhecer o incomparável Despertar. Assim como um homem que possui tantos tesouros quanto queira, e que os usa como quer, assim são os tesouros dessa maravilhosa doutrina: os pedidos são atendidos, nada é esquecido. Além disso, ela veio da longínqua Índia aos três reinos Han, onde quem quer que seja que a tenha recebido, a venera. O rei Myong, de Paik-tjiei, teu servidor, enviou seu vassalo Nuri-shichikei para transmiti-la ao Império e propagá-la nas províncias, a fim de que a palavra do Buda se realize: "Minha lei se propagará ao Leste".

Trata-se entretanto de uma data oficial, porque a introdução dos textos búdicos era bem anterior. Durante todo o IV e V séculos de nossa era, famílias chinesas e coreanas, fugindo de instabilidade do continente, vieram instalar-se no arquipélago. Entre eles, monges budistas e leigos, praticando o budismo, favoreceram a instalação dessa religião no Japão. Assim, em 585, em face da hostilidade de duas grandes famílias, os Monobe e os Nakatomi, o budismo foi provisoriamente repudiado. Entretanto, encontrará proteção junto a uma família não menos poderosa, os Soga, e em 587, após combates entre partidários e adversários, o budismo triunfou definitivamente. Durante o reino da Imperatriz Suikô (593-623), e graças às atividades de propagação do budismo pelo príncipe Shôtoku-Taishi (574-622), regente para os negócios da administração, esta religião pôde implantar-se plenamente no país. Quando o regente morreu, contavam-se quase mil monges, repartidos entre numerosos monastérios construídos com fundos públicos. A religião chinesa ganhou dessa forma milhares de dirigentes, e viram-se numerosos imperadores em seguida abandonarem as atividades oficiais para levar a vida monástica. O budismo, a partir do século XVI, conhecerá um longo declínio, e a revolução Meiji dar-lhe-á um golpe fatal, decretando a separação de seu culto, do *shintô*. Essse movimento pregava a pureza das crenças ancestrais, e a hostilidade ao budismo, considerado como estrangeiro. Foi graças ao forte enraizamento popular, que pôde atravessar este período. Depois da última guerra, com o descrédito do *shintô,* o budismo novamente ocupa um lugar de primeiro plano no Japão.

[22]: **"(...) negativa preferência do Japonês pela religião alheia (...)"**

A afirmação provém diretamente de Georges Bousquet: "É preciso acima de tudo tomar em consideração esta inclinação própria do

temperamento japonês pela imitação; dessa forma foi rápida a difusão do budismo". (Volume 2, p. 85)

Os lugares-comuns, assim como as pessoas ruins, têm vida longa, é sabido. A ideia de um Japão copiador de técnicas e civilizações estrangeiras encontra-se em todos esses viajantes que assistiram às transformações da era Meiji; e essa ideia permaneceu bem viva até nossos dias. O imediato pós-guerra e o "milagre" tecnológico do Japão fornecem argumentos suplementares e reforço a ela. É verdade que, muito mais do que para nós, as mudanças do Japão de Meiji tinham com que espantar essas testemunhas pela rapidez com que o país assimilava e reproduzia o Ocidente. Lembremos entretanto que o Japão ocupa um lugar particular entre as nações pela sua insularidade. Já foi comparado à Inglaterra em face da Europa, mas ao contrário desta, parceiro à altura das outras potências europeias, o Japão tinha diante dele o gigante chinês. Civilizadíssima, homogênea, maciça, o peso de tal vizinhança só poderia ser ressentido como inquietante; embora a China fosse também, e desde sempre, fonte de cultura e benefícios. Logo, a distância entre os dois níveis culturais foi reforçada pela desproporção dos parceiros; ao invés de lentas e anônimas infiltrações, o Japão sempre teve consciência da origem do empréstimo, o que provocou certos fenômenos muito característicos na história japonesa. Assim, assistimos continuamente a um movimento pendular, de abertura e de absorção das influências estrangeiras, seguidas por períodos de isolamento, em que os elementos estranhos são lentamente assimilados, até resultarem em produtos originais. O Japão não copiou mais que as outras culturas universais, o processo é que é diferente. Daí o seu nacionalismo exacerbado, daí, por exemplo, a necessidade – no momento mesmo em que a China esteve tão presente partir do século VI – de catalogar e de organizar os elementos da sua civilização ameaçada, redigindo as crônicas antigas. Poderemos compreender da mesma forma outras crises semelhantes da sua história, assim como os dois contatos com o Ocidente, geradores de trauma, um no século XVI e outro, mais tarde, após um período de isolamento, depois da chegada dos americanos na segunda metade do século XIX.

[23]: "(...) Ammiddah (...)"

Precisemos que Amida não é o personagem histórico, mas uma das manifestações do Buda, particulamente popular no Japão. Seu nome

original é Amithâba ("luz incomensurável do Buda"), que designa um Buda fabuloso, secundário na Índia, mas objeto de um culto importante, não somente no Japão, mas igualmente na China e na Coreia. Esse Buda radiante é suposto se encontrar na "Terra Pura do Paraiso", onde ele espera a vinda de todos os seres. Os que renascem nesse paraíso escapam ao ciclo das transmigrações, e gozam nesse lugar todas as alegrias. Para obter essa renascença, era preciso pensar em Amida com fervor, e pronunciar a oração "Namu Amida-Butsu" (Adoração ao Buda Amithâba) muitas vezes por dia. A simplicidade dessas práticas é uma das razões da conversão de um número tão grande de gente simples ao amidismo. Poderíamos completar o quadro do culto híbrido de Amida, citando ainda uma vez Georges Bousquet:

> Assim, ainda que a teoria budista não se acomode com a ideia de um paraíso, o budismo japonês admite um 'goku-raku', onde as almas daqueles que viveram bem devem permanecer, em meio a prazeres eternos, esperando sua absorção na essência absoluta. É o destino dos pouco entusiastas, que durante a vida não conseguiram realizar o desprendimento perfeito.
> Quanto aos maus, eles passam por um lugar de castigos, "djin-koku", onde serão atormentados durante um tempo mais ou menos longo, e de modo mais ou menos terrível, segundo a gravidade dos seus pecados. Jemma, juiz supremo, examina suas ações, que veem se reproduzir num grande espelho que ele tem nas mãos. Entretanto, os suplícios não são eternos; seus parentes, na terra, podem, através de suas orações e pela intercessão de Amida – o Buda japonês – obter para eles uma atenuação da pena, e reduzir a duração dos tormentos, o que confere um valor inestimável aos sacrifícios domésticos consagrados à memória dos defuntos; suas almas passam então para os corpos dos animais acusados das mesmas inclinações de que esses infelizes têm de expiar a falta, serpentes, sapos, insetos, etc… depois voltam enfim aos corpos humanos e podem então merecer uma eterna felicidade. De toda forma, a alma dos animais, da mesma substância que a dos homens, emanação também da inteligência, goza da mesma imortalidade. É fácil ver nesses dogmas um pensamento estranho ao fundador do budismo, enxertado na doutrina originária, a fim de lhe dar uma forma perceptível e popular. (Volume 2, p. 83)

[24]: "(...) na ilha de Yezo onde se refugiaram e habitam os cabeludos Ainos e os quase extintos selvagens Koropukgurus (...)"

Uma primeira observação, a ilha de Yezo, como a chamam os autores do século XIX, é a Hokkaido atual. Hoje em dia, o grupo étnico dos Ainu atinge somente uns dez mil indivíduos, confinados em Hokkaido, precisamente, nas Sakalinas e nas ilhas Kourilas. Os Ainu são reconhecíveis por seus caracteres somáticos (pele morena clara, cabeça dolicocéfala, forma dos olhos do tipo europeu, sistema piloso abundante). A origem dos Ainu permanece controversa; não há nenhuma prova sólida que eles se tivessem instalado em todas as ilhas do arquipélago desde tempos imemoriais, e que teriam sido pouco a pouco expulsos em direção do norte. Tudo o que se pode afirmar é que faziam parte dessas populações que as velhas crônicas designavam sob o nome de *ebisu, emishi* ou *ezo*. A língua era aglutinante e legou ao Japão atual inúmeros topônimos (o monte Fuji, por exemplo). A mais recente hipótese afirma que os Ainus são descendentes de populações australóides vindas do sul, e que se teriam mestiçado no Japão com elementos subárticos.

Quanto aos "selvagens Koropukgurus", mencionados por Aluísio Azevedo, em língua Ainu "koropuk-guru" designa o homem das cavernas, os primeiros habitantes de Hokkaido, e não outras tribos.

[25]: "(...) a célebre imperatriz Jingô Kogô (...)"

Toda a passagem de Aluísio Azevedo sobre a guerreira provém diretamente, quase literalmente, do comentarista francês Georges Bousquet. É muito interessante aqui comparar os dois escritores, pois, embora seguindo ao pé da letra Bousquet, Aluísio Azevedo transforma a prosa um tanto insípida do primeiro, dramatizando o episódio, vertendo-o num estilo cuja preocupação é mais literária, do que informativa. Eis o texto:

> Durante muitos séculos, a resistência dos Aborígenes e as guerras intestinas desafiaram a turbulência belicosa dos Japoneses. Quando a redução dos últimos Ainos deixou ociosa a atividade guerreira de seus vencedores, estes dirigiram mais longe os olhares e vieram se chocar com as populações asiáticas. A conquista dera senhores ao Japão, a conquista trouxe uma civilização já

> pronta. É a uma mulher que cabe o mérito. No ano de 860 da era japonesa (200 depois de Jesus Cristo), a imperatriz Zingu-Kogo, sob o conselho dos deuses, organizou e conduziu ela própria, com a ajuda de seu fiel servidor Take-no-utchi, uma expedição contra a Coreia, província tributária da China então florescente sob a dinastia dos Thsin. A expedição teve pleno sucesso. A imperatriz vitoriosa percebeu, no começo da campanha, que estava grávida, mas obtivera das potências celestes um talismã – uma pedra amarrada em sua cintura – para retardar o parto. Voltou apressadamente ao palácio de Chikuzen, em que ela então morava, para dar à luz um imperador, Ojin, divinizado mais tarde sobre o nome de Hachiman, deus da guerra, ao qual atribuiu-se a honra da vitória. Os Coreanos foram submetidos a um tributo; é esse tributo cuja reclamação tardia, ultimamente, quase que fez explodir a guerra entre os dois países. Mas aconteceu como sempre, os vencedores bárbaros tornaram-se os verdadeiros tributários dos vencidos. (Volume 1, p. 18-19)

[26]: "(...) divinizada hoje com o nome de Hachiman Daibosatsu no seu templo de Otokoiama (...)"

A veneração de Hachiman é na verdade muito complexa, e sob esse nome homenageiam-se três *kami* e não um só. Essa tríade é composta normalmente de Ojin Tennô (o filho de Jingô), Jingô Kogô e Chûai Tennô (o marido de Jingô). O número de templos *shintô* dedicados a Hachiman é elevadíssimo, quase 50.000, e são muito populares.

Sobre o templo de Otoko-yama encontramos as seguintes informações curiosas:

> No seu lugar atual encontrava-se provavelmente desde uma alta antiguidade uma fonte sagrada, ao *kami* da qual ainda está consagrada Iwa-shimizu-sha (a cidade). Ora, a cidade se situa no centro de colinas que se fecham em círculo, onde o único acesso normal é o leito de um rio que o atravessa. Decidiu-se então criar o templo a Hachiman bem perto de Iwa-shimizu-sha, no alto do Otoko-yama, que é um ponto estratégico importante, e isto não somente por razões materiais, mas também por razões mais abstratas. Com efeito, uma tradição chinesa admitida em todo o Extremo Oriente quer que o sudoeste (*ura-kimon*) seja a "porta do desastre" pela qual passam todas as calamidades. Por conseguinte, é preciso proteger particularmente contra o que vai nesta direção, e o anglo N.O. é o ponto mais vulnerável. Durante

> inúmeros séculos, esta teoria tomou uma tal importância que, nos palácios imperiais, arranjava-se de modo que o canto N.O. não fosse convexo, mas côncavo. Naturalmente a defesa da capital era inseparável da do Império. Durante os onze séculos em que Kyoto permaneceu a capital do Império, o Imperador veio pessoalmente rezar em Iwa-shimizu-hachiman-gû cada vez que o país correu um perigo grave. Foi o caso, precisamente, durante a invasão mongol do século XIV e quando a marinha da guerra dos Estados Unidos veio pela primeira vez ameaçar as costas japonesas no século XIX. (Jean Herbert, *Les dieux nationaux du Japon*, p. 260)

[27]: "(...) dinastia dos Thsin (...)"

Que hoje costumamos ortografar Hsin, dinastia fundada em 23 antes de Jesus Cristo, e que durou até 280 de nossa era.

[28]: Jingô Kôgô

(Kôgô: imperatriz) – esposa do imperador Chûai, que reinou entre 192 e 201 de nossa era, e que se tornou regente após a morte do marido. É sempre segundo as crônicas antigas que conhecemos a saga dessa imperatriz conquistadora, cujo reino é marcado pelos primeiros contatos com a civilização chinesa. Em 201, Jingô não divulgou imediatamente a morte de seu marido, tomando o cuidado de se fazer proclamar regente nesse meio de tempo. Em seguida, aliada ao seu primeiro-ministro Takenouchi no Sukune, e graças a práticas mágicas, Jingô prepara o ataque contra o reino de Silla na Coreia. A campanha foi coroada de êxito e os reis coreanos obrigados a pagar um tributo anual ao reino do Yamato. A lenda conta igualmente que Jingô, no começo da campanha militar, sentiu os primeiros sinais da futura maternidade, que ela conseguiu retardar durante três anos. De volta ao Japão, deu à luz um filho que foi imediatamente reconhecido como príncipe herdeiro, e que subiu ao trono mais tarde, sob o nome de Ojin Tennô, em 270. Aluísio Azevedo dá, aliás, a versão completa e dramatizada da lenda (pp. 47/48), assim como faz referência ao talismã de Jingô.

Ainda uma vez, é necessário determinar-se a parte da lenda e da história a propósito desses personagens míticos. Jingô era, segundo os historiadores modernos, de origem coreana, provavelmente (seus

conhecimentos de magia o atestam), e a expedição guerreira só teria sido o desembarque no continente de uma tribo instalada no arquipélago japonês, e aparentada a uma tribo fixada na Coreia. Esse exército teria sido chamado a fim de ajudar a expulsar invasores vindos do norte, e as marcas de submissão dos coreanos, segundo a lenda, nada mais seriam que marcas de simpatia e agradecimento a um parente que veio em socorro de outro parente. Quanto ao filho de Jingô, diz o historiador François Toussaint:

> Quando morreu, Chûai Tennô deixou dois filhos de um casamento precedente. Teria sido normal que um deles tivesse assumido a sua sucessão. Mas, Takenouchi no Sukune manobrou no sentido de fazer proclamar imperador o filho que Jingô Kôgô tinha trazido no ventre durante a expedição da Coreia. Para que sucedesse com certeza a Chûai Tennô, havia um meio prático que era deixar à mãe a missão de prosseguir na função de regente que detinha no momento da morte de seu marido (*Histoire du Japon*, p.66).

[29]: "(...) o príncipe Ojin (...)"

Ojin Tennô que subiu ao trono no primeiro dia do primeiro mês do ano que seguiu à morte de Jingô-Kôgô, com 70 anos de idade. Seu reinado vai de 270 até 313 de nossa era.

[30]: "(...) entra no Japão a civilização chinesa (...)"

Se a saga de Jingô-Kôgô pertence ao domínio da fábula, é verdade entretanto que a história do Japão só começa com a chegada da civilização continental, que vem transformar as tradições do estado do Yamato. Os contatos são muito antigos e datam do primeiro século de nossa era. O apogeu desse intercâmbio vai se situar entre o século VI e o VIII; a data de introdução do budismo em 552, oficial, é bem a marca disso. Depois de um curto período de resistência, não somente a religião chinesa obterá a proteção imperial, mas em 604 o regente Shôtoku-Taishi (ver também, "budismo", capítulo 1, nota 21) vai promulgar a *Constituição dos 17 artigos*, síntese do pensamento chinês, de inspiração búdica e confucionista. A partir de 607, todos os anos partirá para a China uma embaixada que reunia certo número de indivíduos escolhidos pelas

capacidades em diversos domínios, literário, filosófico, pictural ou religioso. Os membros dessas missões permanecem no país durante um ano, às vezes mais, aperfeiçoando os conhecimentos, para tornarem-se educadores pioneiros, ao regresso. Em 645, esses "agentes de modernização" conseguirão um golpe de estado que vai inaugurar a era Taika ("da grande mudança"), cujos objetivos serão fazer do Japão a réplica fiel da China dos Tang. A longo prazo, essas influências não deixarão uma marca profunda no domínio administrativo e político, mas serão completamente decisivas nas mentalidades.

[31]: "(...) Kang, conhecido no Ocidente pelo ilustre nome de Confúcios (...)"

Atualmente ortografado K'ung Tzu (551? 479? A.C.).

[32]: "(...) o erudito Wang Ien (...)"

Wang Jin, também conhecido por Wani ou Wangi. As crônicas antigas contam como, sob o reino de Ojin Tennô, um embaixador chamado Achiki, que ficou no Japão para ensinar ao príncipe herdeiro o chinês, citou o nome do mestre Wang Jin, chamado logo em seguida à corte japonesa. Este introduziu no país os primeiros textos chineses, os dez volumes do *Lun Yu* e o *Ch'ientzu-wen* ("Texto dos mil ideogramas"). Graças às cópias desses documentos, os estudantes podiam ao mesmo tempo aprender os caracteres chineses e iniciarem-se no conhecimento da literatura. A data fornecida pelas crônicas, o III século, logo após as campanhas de Jingô Kôgô, é inexata, seguramente; os historiadores contemporâneos preferem situar a chegada de Wang Jin durante os primeiros anos do V século.

[33]: "(...) atravessa o Mar do Japão um fator decisivo – o alfabeto chinês (...)"

Durante um período longo (do III ao VIII séculos) os japoneses utilizaram o chinês como língua para as suas escrituras oficiais. Só ao cabo desse período é que conseguiram criar um sistema para escrever a própria língua, usando os ideogramas chineses. Isso se fez com certa

dificuldade. O chinês comporta um número enorme de monossílabos, eis porque é fácil representá-los por caracteres distintos. A língua japonesa, ao contrário, é formada de polissílabos, com inúmeras inflexões; um alfabeto fonético ser-lhe-ia completamente apropriado. Ora, a adaptação consistia no emprego dos caracteres chineses como equivalente fonético de cada sílaba japonesa, e tirando-lhes qualquer significação própria.

[34]: "(...) o Adão dos diplomatas – Onono-Imokô (...)"

É o seguinte Shôtoku (ver também, "entra no Japão a civilização chinesa", capítulo 1, nota 30) que enviou Ono no Imoko à China com a intenção de estabelecer com ela relações diplomáticas e de introduzir a cultura continental de modo mais intenso. Ao contrário da data proposta por Aluísio Azevedo, a primeira embaixada de Ono no Imoko deixou o Japão em 607. Ele voltará à China no ano seguinte, acompanhado desta vez de estudantes e bonzos.

[35]: "Todas essas maravilhas, perfeitas pelos nipons entre o ano 284 e o 703 da nossa era (...)"

O ano de 284 é a data, segundo as crônicas antigas, da chegada no Japão de Wang Jin. O ano de 285 é considerado tradicionalmente como o da adoção oficial da escrita chinesa, embora a data real se situe em torno de 405. Em 701, de preferência a 703, o Japão completa a série de reformas institucionais começadas em 645, conhecidas também pelo nome de reforma Taika (ver também, "entra no Japão a civilização chinesa", capítulo 1, nota 30). Essas medidas, que moldaram as estruturas políticas japonesas segundo o modelo chinês, são concretizadas pela adoção de dois códigos, o código de Taika (645), que já mencionamos, e o de Tahio (701), que completa o primeiro, nacionalizando e distribuindo todas as terras, ao mesmo tempo em que centraliza o poder nas mãos do imperador. Essas profundas transformações do Japão sob a influência chinesa fazem pensar, sem dúvida, na modernização do Japão durante a era Meiji, com a diferença que o modelo seguido então foi o Ocidente. O fenômeno ilustra o que esboçamos há pouco (ver "negativa preferência do Japonês pela religião alheia", capítulo 1, nota 22), isto é, as relações muito particulares que sempre mantiveram o Japão com as culturas de importação. O processo passa por crises agudas de aceitação ou rejeição, e por longos períodos de maturação, após os quais a originalidade

japonesa, real, poder-se-á exprimir enfim. Qualquer "interpretação" do Japão atual deveria tomar em consideração essas constantes da história nipônica. Lembremos, por último, que tanto as transformações pró-chineses, quanto as pró-ocidentais se realizaram durante períodos em que a autoridade do imperador foi fortemente reforçada.

[36]: "(...) Jokufu, médico e astrólogo da corte (...)"

Essa lenda é de origem chinesa. O médico Jokufu chegou ao Japão no ano de 221 A.C. e estabeleceu as primeiras relações entre os dois países. Foi enviado pelo imperador Shi-Houang à procura do elixir da longa vida. A tradição japonesa menciona-o sob o nome de Zokuden, e atribui a ele a introdução dos primeiros livros de Confucius.

[37]: "(...) de um lado condensa-se o lavrador (...)"

As reformas de inspiração chinesa regulavam de modo minucioso a utilização da terra. Os terrenos agrícolas e a produção foram inteiramente submetidos ao controle do Estado. O território e a população foram recenseados em registros, assim como os utensílios, e divididos segundo categorias. Segundo os vários estatutos, os indivíduos recebiam partes mais ou menos importantes dos arrozais públicos. O regime dos impostos seguia esses diferentes estatutos; havia um imposto territorial calculado com base na colheita (até três por cento), e um imposto que tocava os indivíduos (diversos trabalhos obrigatórios). Embora a distribuição das terras tenha sido fundada na igualdade dos súditos, o recrutamento dos inúmeros funcionários necessários a esse sistema tão burocrático obedecia a princípios de nascimento. Nessa organização do país, eram privilegiados também, além dos funcionários, as instituições religiosas e os nobres, igualmente proprietários de arrozais, mas muito mais consideráveis que os distribuídos aos lavradores. Certos historiadores chegam ao ponto de comparar o Estado antigo japonês com um sistema de escravidão generalizada.

[38]: "(...) Samurai (...)"

Ao pé da letra, "Aquele que está ao lado". Há um sinônimo em japonês: *bushi*.

[39]: "(...) o 'Daimo', que já é o puro chefe feudal (...)"

Durante os séculos X e XI, depois do fracasso da centralização à chinesa, viu-se aparecer no Japão múltiplas propriedades agrícolas livres, chamadas *myôden* (*den*: arrozal; *myô*: nome). Cada uma dessas propriedades conserva o nome de seu primeiro proprietário. Frequentemente, abreviava-se esse nome em *myô*. Assim, *daimyô* quer dizer literalmente propriedade com um número grande de *myô* (*dai*, já sabemos, é "grande"). Da mesma forma, chamava-se *shômyô* o proprietário de um número pequeno de *myô*. Ora, para defenderem os seus bens, os *daimyô* e os *shômyô* começaram a armar-se e constituíram o núcleo da posse dos guerreiros. Mais tarde, quando surgiu a partilha do poder entre o imperador e o *shôgun*, os *daimyô* tornaram-se naturalmente os vassalos diretos deste último. Para serem considerados *daimyô*, era preciso que o feudo produzisse pelo menos 10.000 *koku* (unidade de capacidade utilizada para o arroz; por volta de 180 litros) de arroz por ano.

[40]: "(...) Shogun (...)"

Sei-I-Tai-Shôgun, ao pé da letra: generalíssimo (*tai shôgun*) encarregado de subjugar (*sei*) os inimigos (*i*). Esse título apareceu em 1192, dado pelo Imperador ao chefe do clã Minamoto. Conferia poderes militares totais, bem como administrativos e políticos. A instituição durou até o século XIX, e cinco famílias se sucederam:

Minamoto	(1192-1226)
Fujiwara	(1226-1252)
Família imperial	(1252-1333)
Ashikaga	(1338-1573)
Tokugawa	(1603-1868)

[41]: Minamoto Yoritomo (1148-1199)

Tornou-se em 1192 o primeiro *shôgun* da história do Japão. Yoritomo é um personagem típico do Japão medieval, que se caracteriza pela desagregação do poder imperial, e pelo progresso da nobreza provincial que termina por assumir as responsabilidades políticas. O meio do século

XII é marcado por choques contínuos de duas famílias rivais, os Taira e os Minamoto, e é só após a vitória definitiva sobre os primeiros, na batalha de Dan no Ura (1185), que o general Yoritomo imporá ao país uma administração militar, a qual, em nome do Imperador, governará o Japão durante sete séculos. Yorimoto conseguiu organizar um sistema administrativo baseado na hierarquia militar, vivendo em simbiose com a burocracia do palácio do imperador. Ele controlava esta última, sem, entretanto, eliminá-la.

[42]: "Era ele então o último vestígio da família Minamoto (...)"

Algumas precisões são necessárias. O golpe de estado pró-chinês de 645 (ver também, "entra no Japão a civilização chinesa", capítulo 1, nota 30) contou com o apoio de um personagem importante da corte, pertencente à família Fujiwara, cuja influência, a partir dessa época, não cessou de crescer. Graças a casamentos sucessivos, entre membros da corte e dos Fujiwara, estes últimos passaram a controlar de modo absoluto a corte imperial. A partir do século X, monopolizaram a maioria dos postos administrativos, e dominaram a vida artística e intelectual do país a tal ponto que os historiadores designam esse período brilhante com o nome de Fujiwara. Entretanto, o período será marcado também pelo declínio das instituições de inspiração chinesa, isto é, pela desagregação do poder imperial em proveito da ascensão da nobreza provincial. Essa ascensão faz surgir um novo personagem em cena, o *daimyô*, verdadeiro barão feudal, grande proprietário rural e guerreiro. Se essa última classe surgiu pela necessidade de defender as terras, alianças logo vão se constituir entre amigos ou parentes e formar clãs mais ou menos poderosos. Segundo os acontecimentos da corte, esses guerreiros provinciais serão chamados a tomar parte dos litígios e vão envolver-se, assim, diretamente nas disputas da família Fujiwara. No século XII, dois partidos antagonistas na corte chamarão os dois principais clãs da época, os Minamoto, do norte do país, e os Taira, cujos domínios se estendiam em torno do Mar Interior. É o começo de um perído de guerras civis, que vai terminar por assegurar a supremacia dos Minamoto.

Já que Aluísio Azevedo lembra que esses episódios tinham sido "celebrizados em prosa e verso na literatura japonesa" (p. 51), completemos que dois são os romances, famosíssimos, que tratam do

assunto, o *Heike monogatari* e o *Genji monogatari*. Somente o primeiro romance é de inspiração guerreira e histórica, o seu assunto é o declínio da casa Taira. O autor do *Heike monogatari* é desconhecido, e este romance, de doze volumes, foi escrito entre 1220 e 1240. O segundo, o muito célebre *Genji monogatari* é obra de uma mulher, Murasaki Shikibu (978-1015), escrito entre 1000 e 1010. Esse "roman-fleuve", 54 capítulos, é de uma dama da corte, e descreve as aventuras e os estudos de espírito de um príncipe imaginário, Genji. Essa obra-prima reflete uma corte refinadíssima, às vésperas de transformações políticas que provocarão a cisão do poder em favor dos *shôgun*. É a idade de ouro da prosa japonesa e da vida de corte, num momento em que, nesse meio social, consideravam-se todas as questões de Estado como entediantes e em que se consagrava o melhor da vida às intrigas amorosas, cultivando o *mono no aware* ("a simpática tristeza das coisas deste mundo")…

[43]: "(...) decisivo combate naval nas águas de Daneíra (...)"

Três guerras foram necessárias para assegurar a vitória dos Minamoto. O resultado das duas primeiras, em 1156 e durante o inverno de 1159-1160, foi favorável aos Taira. Esses vencedores provisórios se instalaram na corte, em Kyoto, com o chefe, Taira Kiyomori. Senhor da capital, Kiyomori tentou estender sua autoridade sobre o país inteiro, baseando sua política nas do Fujiwara. Sem interferir diretamente nos negócios da corte, tomou para os seus os postos mais importantes e uniu, por casamento, seus familiares aos Fujiwara e aos príncipes. Entretanto, os vinte anos de ditadura dos Taira não foram fáceis. Todos os feudos ligados aos Minamoto eram centros de resistência, o clero budista não lhes foi nunca inteiramente favorável, sem contar as agitações numerosas, provocadas por bandos armados. Até mesmo os membros da própria família Taira, que ficaram na província, mais tarde iriam se aliar aos inimigos, descontentes com a política. Só após a morte de Kiyomori em 21 de março de 1181, é que os combates recomeçaram entre os clãs rivais. A batalha decisiva deu-se no mar, ao largo da praia de Dan no Ura (perto da cidade atual de Shimunoseki) em 25 de abril de 1185. No fim dos combates, a viúva de Kiyomori que guardava com ela o pequeno imperador Antoku, com sete anos, jogou-se com ele às águas.

[44]: "(...) Feito isto e repelida uma invasão de mongóis (...)"

Existe aqui um problema de cronologia no texto de Aluísio Azevedo. Não é exatamente Yoritomo que enfrentará a ameaça mongol, mas o regime que ele instaurou, quase um século mais tarde. As duas tentativas chinesas de ataque ao Japão são de 1274 e de 1281.

[45]: "(...) o título de Bakufu ou Shogun (...)"

A primeira expressão existia muito antes da instituição do shogunato por Yoritomo. É de origem chinesa e servia para designar a residência do chefe da guarda imperial (*bakufu*: tenda militar). Yoritomo, fundador do shogunato em Kamakura, recebeu muitos títulos, entre os quais esse de chefe da guarda do palácio imperial. Por isso, sua residência foi chamada *bakufu* e, por extensão, a sede do governo shogunal e a própria instituição.

[46]: "Estabelece a sua corte em Kamakura (...)"

Várias razões determinaram a escolha de Kamakura como sede do governo dos *shôgun*. Minamoto Yoritomo tirou a lição dos erros cometidos pelos Taira, vivendo em contato com a corte, em Kyoto, tomando parte nas querelas, tomando gosto ao luxo. Ele preferiu mudar-se da capital imperial, como se deixasse à corte a aparência de ainda governar. O Imperador continuava vivendo como antes, cercado de ministros, com sua etiqueta, seus cortesões, suas mulheres. Yoritomo foi instalar-se perto das propriedades rurais de seu clã, ao norte, não longe da atual baía de Tóquio. Os dois poderes podiam então viver em simbiose, pois a corte não atrapalhava em nada o *bakufu*. Kamakura, por outro lado, oferecia a vantagem de ser um lugar estrategicamente favorável, porque permitia a Yoritomo controlar todo o interior da região, e permanecer geograficamente próximo de seus aliados. Ele colocou entretanto um emissário pessoal para vigiar a corte, representando ao mesmo tempo o papel de embaixador.

[47]: "Daibutsu (...)"

São chamadas *daibutsu* (*dai*: grande; *butsu*: buda) todas as representações do Buda tendo mais de um *jô* e seis *shaku* (mais ou

menos 4,85 m), segundo a iconografia búdica. O *daibutsu* de Kamakura, de bronze dourado, tem três *jô* e sete *shaku* (mais ou menos 11 m) e foi consagrado em 1252, e é considerado como a maior estátua de bronze do mundo.

Lembremos que na referência ao buda de Kamakura, Aluísio Azevedo deixa entrever o que conteriam os capítulos subsequentes do livro não terminado. Aproveitamos a ocasião para inserir uma curta passagem de outro japonista contemporâneo de Aluísio Azevedo, o português Wenceslau de Moraes, que publica, dois anos depois (*Dai Nippon*, 1897, pp. 159-160) a descrição seguinte da mesma estátua:

> E que lhes direi do Daibutsu de Kamakura? É bem mais recente o deus (do que o de Nara). Conta a tradição que o xogum Yoritomo, que em 1192 escolheu Kamakura para sua capital, concebera o desejo de doá-la com uma imagem, que recordasse à piedade o famoso Buda de Nara. Morrendo antes de realizar o seu intento, uma dama da corte se encarregou de colher donativos para a empresa, dando o enternecedor exemplo de ceder os seus ordenados em favor dela; um templo foi erguido, e a estátua fundida pelo ano de 1252. Este bronze é considerado como uma das maravilhas da arte japonesa. Vi-o, como toda a gente o vê; pela vizinhança de Kamakura com Yokohama, onde especialmente a onda dos visitantes se retarda, é bem mais conhecido do que o Buda de Nara. A este, ao bronze de Nara, quero, porém, bem mais. Imaginem que de longa data um incêndio devorou o templo, que não mais se pensou em reconstruir; o Buda, posto que belo nas formas, hoje assim em plena luz surdindo de uma clareira rodeada de verdes cedros, perde da sua majestade, lembra uma decoração de jardim; menos amplo do que o outro, ainda mais se afigura reduzido, projetando-se na amplidão do azul da paisagem; e para cúmulo de desprestígio tiveram os bonzos a lembrança de permitirem aos visitantes o ingresso pela barriga dentro do deus, negra catacumba sem entranhas, é claro, onde bruxuleiam lâmpadas e fumegam incensos. Um fotógrafo vive ao lado, espreitando a turba; ainda há poucos dias uma gentilíssima excursionista, que eu tive o prazer de conhecer, vinha, como toda a gente vem, avizinhar-se do deus e oferecer os seus sorrisos frescos à objetiva da câmara escura. Não, em Kamakura não se respira o solene misticismo de Nara.

A estrada de ferro, mencionada pelos dois autores, foi a primeira construída no Japão e inaugurada em maio de 1872. Por Kamakura passa hoje o famoso trem expresso Tóquio-Osaka.

[48]: "(...) as implacáveis guerras civis que o dilaceram (...)"

Entre a nomeação de Yoritomo como *shôgun* em 1192 e o fim da idade média japonesa em 1573, duas famílias conservaram esse cargo, os Hôjô (família dos sogros de Minamoto Yoritomo) e em seguida os Ashikaga, que tomaram o poder em 1338. O que carcteriza a ação dos primeiros é que governaram o país manipulando *shôgun* fantoches, normalmente muito jovens e escolhidos entre os Fujiwara ou mesmo na família imperial. O período traz o nome Kamakura por causa da capital dos Hôjô. O acontecimento mais importante da época Kamakura foram as tentativas de invasão por parte dos Mongóis, a mais considerável sendo a de 1281. Nesse ano partiu para o Japão uma frota impressionante composta de navios chineses e coreanos com 150.000 homens e um exército com novas invenções introduzidas na China pelos bons préstimos de Marco Polo, tais como catapultas e canhões. O Japão foi milagrosamente salvo do esmagamento por um tufão que soprou dois dias consecutivos (14 e 15 de agosto de 1281) e que destruiu completamente essa "invencível armada". O vento milagroso foi chamado de *kamikase* (ao pé da letra: "o sopro dos deuses"), e todos nós sabemos que a mesma expressão foi de novo usada durante a última guerra.

Foi um imperador que ameaçou, curiosamente, a hegemonia da família Hôjô. Em 1331, o imperador Go-Daiko fomenta uma revolta, aproveitando a desagregação do regime e no mesmo ano a família Hôjô será massacrada em sua capital por um exército sob o comando de Ashikaga Takauji. Contrariando as esperanças de retorno ao poder, o imperador Go-Daiko será expulso de Kyoto pelo general Takauji. Este último colocará no trono um membro de um ramo colateral da família imperial e durante sessenta anos o trono japonês será dividido por dois monarcas rivais, fenômeno semelhante ao que ocorreu com os papas em Avignon. Só em 1392 a questão será resolvida, com o retorno do imperador em desgraça a Kyoto. O título de *shôgun* passa entretanto às mãos dos Ashikaga, que o conservarão até em 1573. Esse período tomou o nome do bairro de Kyoto ocupado pela família Ashikaga, Muromachi. Os Ashikaga não tiveram nunca o poderio dos Hôjô, e a época de Muromachi foi, como bem sublinha Aluísio Azevedo, a mais negra de toda a história do Japão. Os responsáveis de todas essas lutas internas e sangrentas eram, na maioria das vezes, os *daimyô*, em guerra

perpétua com os rivais, que tentavam dominar pelo poder dos castelos e fortalezas, a extensão das terras e o número dos soldados.

[49]: "(...) o monastério de Higeizen, maior de todos, às margens quietas do formoso lago de Biwa (...)"

O monastério de Hiei-zan tornou-se célebre pelo exército de *sôhei* ("monges guerreiros") e pelos conflitos que o opuseram aos monastérios vizinhos, verdadeiras lutas armadas que duraram desde o meio do século X até o fim do século XVI. O lago de Biwa, a seu turno, com os seus 60 km de comprimento, tomou esse nome devido à forma. Em japonês, *biwa* é o nome de um instrumento de música, uma espécie de alaúde, cujo formato sugeriu a analogia.

[50]: "(...) a facção fragueira dos roninos (...)"

De modo literal, o homen (*nin*) da onda (*rô*), logo, "homem flutuante, levado pela onda". Eram aqueles que desertaram o feudo de origem e que se moviam em outros territórios, guerreiros sem senhor nem terra. A origem do fenômeno dos *rônin* foi frequentemente os impostos exorbitantes que forçavam os lavradores a abandonar o campo.

[51]: "(...) o ronino volvia-se salteador e pirata (...)"

A partir do século XIII desenvolveram-se importantes relações comerciais entre o Japão e a China, e a pirataria era frequentemente o meio para isso, numa época em que não era muito fácil estabelecer a distinção entre ela e o comércio. Os piratas japoneses, os *wako*, atacavam o litoral chinês em bandos maciços. Muitas vezes, o comércio substituía a pilhagem. Os wako tinham as bases mais importantes nas margens do Mar Interior, e o número de *rônin* era particularmente elevado nos navios de Sekigahara e de Osaka.

[52]: "(...) apenas prosperaram os artefatos e produtos industriais concernentes à arte da guerra (...)"

Ao contrário, na verdade. Apesar da situação política da idade média japonesa, notáveis progressos econômicos e culturais foram efetuados.

Os Asikaga foram grandes mecenas, e viu-se surgir modos de expressão artística que iriam mais tarde incorporar-se de modo indissolúvel ao patrimônio japonês. Seria preciso mencionar simplesmente, e de início, a aparição do *nô*, o drama lírico cuja perfeição coincide com a era de Muromachi; o *kadô* ou arte dos arranjos florais; a arte dos jardins que fizeram de Kyoto a Meca dos arquitetos paisagistas, e por fim, a célebre cerimônia do chá.

Durante o período de Muromachi, o comércio exterior toma grandes proporções, ligado a uma indústria florescente, papel, tecelagens, fabricação de biombos e leques decorados, e também a indústria das famosas espadas curvas, superiores às de Damasco ou Toledo.

2º Capítulo

[1]: Nobunaga

Oda Nobunaga (1534-1582). Por volta do meio do século XVI, assiste-se no Japão à reconstituição de uma autoridade única no conjunto de arquipélago, em oposição à divisão extrema dos feudos, característica do passado feudal. Oda Nobunaga, modesto *daimyô*, é o primeiro de uma série de grandes chefes militares, que sonharam com essa reunificação. Nasceu numa província próxima da atual Nagoya, saindo de uma família sem fortuna, embora hábil e trabalhadora. Em 1560, Nobunaga teve de enfrentar a cobiça de alguns vizinhos, respondendo-lhes pela guerra, e é dessa época que data sua primeira experiência militar. Em seguida, graças a heranças e alianças, pôde aumentar de forma considerável suas terras. Em 1568, entusiasmado pelos sucessos e levado pela ambição, tomou conta da capital imperial, que se tinha tornado também a capital da família Ashikaga, Kyoto. O medo dos habitantes se transformou pouco a pouco em respeito, pois a disciplina dos soldados de Nobunaga e sua capacidade administrativa deram a Kyoto uma segurança e uma ordem há muito tempo desaparecidas. Em 1573, como o *shôgun* Ashikaga Yoshiaki tivesse apoiado diretamente um de seus adversários, Nobunaga o depôs e com ele desapareceu a linhagem dos Ashikaga, detentores do poder shogunal desde 1338. Durante dez anos, ao longo de batalhas e repressões

brutais, Nobunaga fez aumentar suas possessões. Enfrentou resistências diversas, como a dos fanáticos da seita Ikkô ou a dos monges soldados dos monastérios do monte Hiei (ver também, "Higeizen", capítulo 1, nota 49), que ele atacou e incendiou. Nobunaga soube utilizar as armas de fogo que acabavam de ser introduzidas no Japão pelos ocidentais, construiu arsenais, onde fundia o bronze dos sinos dos monastérios para a fabricação dos primeiros canhões. Esse general soube manter boas relações com os primeiros missionários cristãos porque, na verdade, contava servir-se deles para a importação da pólvora e do chumbo e de armas necessárias às campanhas. Nobunaga morreu em plena guerra, traído por um dos seus chefes aliados.

[2]: "Nobunaga, filho do príncipe de Owai (...)"

Província de Owari, região próxima de Nagoya atual e muito rica em agricultura. Entretanto, Nobunaga não é filho dos proprietários do domínio Owari, mas os Odas, sua família, tinham a gerência dessas terras, que souberam administrar bem, ao passo que os verdadeiros proprietários residiam em Kyoto. Os proprietários eram a família Shiba.

[3]: "(...) fazendo-se 'Daijin' ou Grande Ministro do Interior".

Título de origem chinesa e originário da antiguidade japonesa. À cabeça de *Dajokan* (ministério encarregado da administração suprema) encontravam-se um *dajô-daijin* (grande ministro) assistido por um *sa-daijin* (ministro da esquerda) e um *daijin* (ministro da direita), e eventualmente um *nai-daijin* (ministro do centro).

[4]: "(...) a milícia religiosa (...)"

As lutas entre monastérios foram frequentes da metade do século X até o fim do século XVI. Estes possuíam vastos domínios feudais, era-lhes necessário criar as próprias milícias para, ao mesmo tempo, fazer reinar a ordem no interior, e se defenderem contra as ambições exteriores. Essas milícias eram compostas de leigos e de religiosos de categoria inferior, conhecidos pelo nome de *sôhei* (monges guerreiros). O fenômeno explica em boa parte a atitude para com o budismo e o catolicismo dos

três capitães que tentaram realizar a unificação do Japão. Num primeiro tempo, era-lhes necessário desarmar os monastérios, pois, mais que os inúmeros barões feudais, eram os monges que constituíam uma ameaça. Para consegui-lo, Nobunaga e, mais tarde, Hideyoshi apoiaram abertamente a ordem dos missionários jesuítas, que tinham entrado no Japão em 1549. Estes últimos chegavam ao Japão em navios de comércio que, por sua vez, podiam fornecer as armas de fogo, garantia de vitória nessas guerras de unificação. Os resultados excepcionais que a primeira prédica cristã obteve, nessa época, são explicados em boa parte pela utilização que os *daimyô* faziam do contato com os europeus. Não era esse o único fator de sucesso porque, ao mesmo tempo, o monarquismo búdico tinha perdido seu prestígio, e os convertidos mudaram, mais do que de fé, de pastores.

Tão logo desarmados, os monges budistas reencontraram o favor dos chefes guerreiros, e o catolicismo apareceu então como uma ameaça de divisão. A proibição do culto ocorreu em 1587, no momento em que se contava mais ou menos 150.000 convertidos no Japão, e as primeiras perseguições começaram em 1596.

[5]: "(...) Cristianismo que por esse tempo prosperava exuberantemente ao sul do arquipélago (...)"

Os portugueses desembarcaram em 1542 na ilha de Kyushu e, a partir desse primeiro contato, essa ilha importante do sul do arquipélago será a zona privilegiada das relações deles com o Japão; daí vem a importância dos estabelecimentos religiosos situados em Kyushu. O desenvolvimento de Nagasaki principalmente, no oeste de Kyushu, até então porto pequeno de pesca, está estreitamente ligado à presença de mercadores e de missionários europeus. Mais tarde, em 1580, os jesuítas receberão, durante uma visita oficial com Nobunaga, a concessão de um terreno excepcional em Azuchi, às margens do lago Biwa, para a construção de uma igreja e de um seminário.

[6]: "São Francisco Xavier"

Nascido em 7 de abril de 1506 no castelo de Xavier, na Navarra, Espanha, e morto no Cantão, em 3 de dezembro de 1552. Após os primeiros estudos

na Espanha, Francisco Xavier veio a Paris, onde residiu de 1525 a 1535. Durante esse tempo, completou a formação e encontrou Inácio de Loyola. Em 1536, Francisco Xavier se encontra com certo número de companheiros velhos da Sorbonne em Veneza onde esperam a ocasião para embarcar em direção da Terra Santa. Francisco Xavier será ordenado em junho de 1537. Mais tarde, em 1540, por intermédio do embaixador em Roma, o rei de Portugal, D. João III, pede ao Papa missionários para as colônias das Índias. Foi graças à indicação de Inácio de Loyola que Francisco Xavier foi escolhido, partiu para Lisboa e embarcou para Goa, em 1541, com 35 anos exatamente.

Francisco Xavier, nomeado núncio apostólico pelo Papa, recebeu dele amplos poderes e o encargo de visitar as fortalezas portuguesas. Durante uma de suas viagens encontrou o japonês, Anjirô (nome que também aparece sob as formas de Angero, Anger, Yajirô – provavelmente Ângelo), que se tornou em seguida o primeiro cristão do Japão, cronologicamente. Tinha cometido um crime e embarcou num navio português com destino à Índia. No caminho, em Málaca, encontrou Francisco Xavier, que o converteu. O que contou sobre o Japão convenceu Francisco Xavier a vir pregar a religião católica. Em abril de 1549, Francisco Xavier deixou Goa, acompanhado pelo Pe. Cosme Torrez e João Fernandez, e por quatro cristãos japoneses, que deviam servir de catequistas. Em 15 de agosto seguinte, chegaram a Kagoshima e a prédica começou imediatamente. Xavier, para isso, pediu autorização ao *daimyô* de Satsuma, com o qual fez amizade. Depois de muitas dificuldades com os monges budistas que exigiam a partida dos missionários, Francisco Xavier preferiu Hirado para se fixar, onde chegou em 1550. No mesmo ano, Xavier foi chamado em Kyoto, onde pôde pregar durante um mês, mas sem resultados aparentes. Francisco Xavier permaneceu no Japão dois anos e meio e só o deixou em novembro de 1551. Mesmo sem ter tido completo sucesso com sua prédica, por causa da oposição dos bonzos e do clima de guerra civil, deixou as bases das atividades futuras. No momento da partida, havia no país 1500 cristãos e quatro estabelecimentos religiosos em Kagoshima, Hirado, Yamaguchi e Bungo. Francisco Xavier morreu em 1552, em Cantão, sem ter podido realizar o sonho de catequizar a China, e foi canonizado em 12 de março de 1662.

[7]: "(...) acompanhado de frades Agostinianos, Dominicanos e Franciscanos (...)"

Imprecisão de Aluísio Azevedo, pois as ordens mencionadas chegarão bem mais tarde ao Japão. Citamos um historiador jesuíta do século XVII, o Pe. Antonio Francisco Cardim (*Batalhas da Companhia de Jesus na sua gloriosa Província do Japão*, p. 8-9):

> A glória da christandade de Japão incitou as sagradas religiões de S. Francisco, S. Domingos e Santo Agostinho a entrarem em Japão abrindo aquelles incultos campos da gentilidade semeados da idolatria, cortando, arrancando, plantando, cultivando e regando com seu suor e sangue aquella nova planta de Japão. A primeira religião, que depois entrou, foi a seraphica Ordem de S. Francisco, no anno de 1593... etc.

[8]: "(...) havia no império duzentas igrejas católicas e meio milhão de convertidos (...)"

O número que os historiadores atuais propõem é de 150.000 cristãos no Japão em 1582, no momento da morte de Nobunaga. Mais tarde, no começo do século XVII, esse número deveria ser multiplicado por dois. Entretanto, a estimativa de Aluísio Azevedo é a mesma que os historiadores jesuítas fornecem, como é o caso do Pe. Cardim já citado (*Batalhas da Companhia de Jesus na sua gloriosa Província do Japão*, p. 2-3):

> Do anno 1549, em que o santo apostolo entrou em Japão até do anno de 1590 em que vão quarenta e um annos se baptisaram por industria, trabalhos e mãos dos religiosos da Companhia de Jesus, passante de quinhentos mil adultos Japões, entre os quaes resplandeceram muitos e grandes capitães, ilustres em sangue e feitos heróicos...

[9]: "(...) uma embaixada a Felipe II de Espanha, e aos papas Gregório XIII e Sixto Quinto (...)"

Foi em 20 de fevereiro de 1582 que a embaixada japonesa deixou o porto de Nagasaki, composta por Pe. Provincial Alessandro Valignano e por três jovens nobres japoneses. As finalidades dessa embaixada eram inúmeras; Valignano contava obter favores especiais para as missões japonesas, criando uma atmosfera favorável nas cortes de Filipe II (neste momento, rei da Espanha e de Portugal) e em Roma, na corte de Gregório XIII, grande amigo

dos jesuítas, mas morto antes da chegada da embaixada japonesa, em 1585. O Pe. Valignano prolongou, aliás, sua estadia em Roma, e esperou a eleição do novo papa, Sixto Quinto, no mesmo ano.

[10]: "(...) o monastério de Heijeizen (...) o de Hang-wanji em Osaka (...)"

O monastério de Hiei-zan ("a montanha fria"), que abrigava os partidários da seita Tendai, foi destruído por Nobunaga em 1571, seus habitantes exterminados e todos os edifícios destruídos. Durante o incêndio, muitas obras de arte se perderam e também livros raros. O monastério Hiei-zan se situava no N.E. de Kyoto, a 830 m de altitude e no momento do cerco por Nobunaga ele contava 3.000 monges, aproximadamente.

E o de Hoganji foi destruído em 1576, depois de dez anos de resistência. Hoganji se encontrava em Osaka e era a sede da seita *Shinshû* ("seita verdadeira da Terra Pura"), de caráter fanático, declarando inútil qualquer outro culto que o de Amida. Essas crenças se desenvolveram sobretudo entre as classes populares, e tornaram-se as mais importantes do budismo japonês.

[11]: Taiko-Sama

Esse título designa Toyotomi Hideyoshi (1536-1598). O guerreiro fez a primeira aparição ao lado de Nobunaga durante as primeiras campanhas. Sua origem é obscura e não se soube nunca seu verdadeiro nome. Durante a juventude, fazia-se chamar Kinoshita, "debaixo da árvore", e não tinha família. Hideyoshi foi uma das figuras mais espantosas da história do Japão; iletrado, subiu todos os degraus da hierarquia militar, e tendo atingido o poder absoluto, soube utilizá-lo com inteligência e diplomacia. Até 1580, completou a obra deixada inacabada por Nobunaga e submeteu o país inteiro à sua autoridade. A partir dessa época, Hideyoshi, certamente para canalizar em outra parte as energias de um exército imenso, decidiu levar suas conquistas além das fronteiras japonesas, subjugando a China. Como a Coreia lhe recusasse passagem, invadiu-a em 1592 à frente de um exército de 150.000 homens. Os projetos de Hideyoshi eram grandiosos e visavam a dominação de toda a China. Após os primeiros sucessos, e confiantes em seu número, os japoneses avançaram em direção do norte.

Nesse meio de tempo, a resistência coreana se organizou e um exército foi enviado da China pelos Ming. O corpo expedicionário japonês recuou até suas posições anteriores, e no ano seguinte a evacuação começou, enquanto as negociações se iniciavam. Depois do fracasso das discussões, uma nova expedição é organizada em 1597, mais forte desta vez, 190.000 homens, mas que encontrou uma resistência coreana ainda mais decidida. A guerra foi interrompida pela morte de Hideyoshi, em setembro de 1598, o que forneceu ao Japão uma razão honrosa para retirar seu exército. Os historiadores contemporâneos lembram que, desde 1595, Hideyoshi, até lá prudente e calculador, parecia afetado pela loucura, agravada por questões delicadas de sucessão. Com efeito, em 1596, teve de reunir os *daimyô* e obter deles a promessa de apoio ao seu filho pequeno Hideyori, com três anos então, e que foi nomeado nesse momento regente. Hideyoshi recebeu da corte dois títulos sucessivos, *kampaku* (1585), e *taikôsama* (1586), cujo sentido é aproximadamente o de regente.

[12]: "(...) começa por voltar-se contra os descendentes do seu próprio benfeitor (...)"

Isso é inexato, entretanto. Um dos traços mais característicos de Hideyoshi foi o sentido ilimitado do dever, e a magnanimidade. Depois da morte de Nobunaga (1582), convocou todos os membros do clã Oda para designar um sucessor ao chefe morto. Como os filhos de Nobunaga não chegassem a um acordo, foi escolhido um dos netos e, esperando a maioridade, a administração das províncias foi confiada a um Conselho composto de vários generais, entre eles Hideyoshi. Em 1583, um dos filhos de Nobunaga, Oda Nobutaka, conspirou contra Hideyoshi e foi vencido durante uma batalha. Hideyoshi poupou-lhe a vida e o enviou a um monastério. Depois de algum tempo, Nobutaka preferiu matar-se.

[13]: "(...) Chibatá, um dos melhores e mais altos samurais de Nobunaga (...)"

Shibata, *daimyô* de Echizen, vencido na batalha de Shizugatake em 1583. O episódio da morte de Shibata é contado de modo muito semelhante por Wenceslau de Moraes (*Dai Nippon*, 1897, p. 8):

> Perguntem, por exemplo, o que foi feito do general Shibata? Encontra-se no seu castelo de Fukuyé, cercado pelo inimigo, e a capitulação é iminente; reúne então os seus capitães num último festim; a noite passa-se na embriaguez da música, da dança, dos cantares, do vinho; quando rompe a manhã, Shibata ergue a taça de *saké* numa última saudação, e dirige-se à esposa: – "Mulher, podes sair do castelo e salvar a tua vida; os homens ficam, devemos todos morrer aqui; dou-te a liberdade; possas tu encontrar ainda, esposa de um outro, dias de ventura..." – Ela, a companheira fiel e heróica, despreza esta graça; e a espada de Shibata ergue-se a decepar as cabeças das mulheres, os homens suicidam-se depois de incendiarem o castelo, o inimigo entra, finalmente, na posse de um montão de cinzas, onde fumegam os ossos dos cadáveres.

[14]: "(...) em 1586, impôs à Corte Imperial que o elegesse Kuambaku (...)"

No ano precedente, na verdade. O título de *kampaku*, que a família Fujiwara já tinha trazido no passado, designava o regente de um imperador maior.

[15]: "(...) consegue (...) lançar as primeiras bases do comércio exterior (...)"

As guerras numerosas que puseram fim ao Japão feudal, as campanhas no estrangeiro com as quais sonhava Hideyoshi, tudo isso exigia fornecedores. Por essa razão, a política de Hideyoshi voltou-se voluntariamente para o grande comércio, e o controle direto das grandes cidades comerciantes, como Nagasaki. Encorajou, além disso, a expansão japonesa, estabelecendo empórios nas Filipinas, Sião e Camboja. Mas o essencial de sua atividade foi o controle das terras. Ordenou a criação de um cadastro que cobrisse o país inteiro, feito entre 1582 e 1594. Isso permitiu-lhe conhecer todos os recursos do país, pormenorizadamente, e controlar as atividades profissionais.

[16]: "(...) concebe o gigantesco plano de conquistar para o Japão, a China e a Coreia (...)"

As guerras de Hideyoshi recebem o nome de *Bunroku-Keichô no eki*, e as duas campanhas se desenrolam, a primeira, de 1592 a 1595, e a segunda, de 1596 a 1598. O exército que desembarcou na Coreia em 28 de maio de 1592 contava 150.000 homens, aproximadamente, ao contrário dos números mais modestos de Aluísio Azevedo. Também este último, bem como o seu informante Georges Bousquet, não mencionam as duas campanhas sucessivas, e daí certas imprecisões. Quando Hideyoshi, em 1592, desembarcou na Coreia, deixou em seu lugar o sobrinho, Hidetsugu, que nomeou *kampaku*, e que chamava na correspondência "Ditador Civil da China", por antecipação, e para o qual destina as províncias em torno de Pequim.

[17]: "(...) 15 de setembro de 1598, uma febre cerebral o acomete em pleno conselho deliberativo (...)"

Logo, seis anos depois no início da campanha. Entretanto, Aluísio Azevedo não toma em consideração a existência de duas expedições sucessivas. Assim é que Hideyoshi não participou pessoalmente da segunda, que dirigiu de seu castelo de Fushimi, ao sul de Kyoto, na colina chamada Momoyama, onde aliás morreu com 63 anos de idade. O conselho mencionado por Aluísio Azevedo não estava encarregado de governar o país, já que Hideyoshi não deixara o Japão, mas destinado a assegurar a regência durante menoridade de Hideyori (filho de Hideyoshi, criança ainda), pois o chefe sentia já o declínio da saúde. Foi então esse conselho que resolveu o problema do repatriamento das tropas japonesas em 1598, o que constituía, é verdade, uma condenação da política conduzida até então por Hideyoshi.

[18]: Ieiás

Tokugawa Ieyasu (1542-1616). Ao contrário dos predecessores, Nobunaga e Hideyoshi, que nunca se fizeram chamar de *shôgun*, Iyasu será o fundador da terceira e última dinastia de *shôgun* da história do Japão. Esse período é conhecido pelo nome de era de Edo. Ieyasu é também de origem modesta, filho mais velho de um guerreiro provincial, e continuou a obra de unificação do Japão começada por Nobunaga e continuada por Hideyoshi. A história dos três homens se recorta, são

aliás perfeitamente contemporâneos. Ieyasu, na morte de Hideyoshi, tinha 57 anos, e se destacou durante o período de regência de Hideyori como um personagem de primeiríssimo plano. Ieyasu teve de enfrentar uma oposição forte, vencida definitivamente em 1600, depois da batalha de Sekigahara. Em 1603, fez-se nomear *shôgun* pelo Imperador, e foi instalar-se prudentemente em seu castelo de Edo, nessa época uma vila insignificante, mas que se tornaria em seguida a capital próspera de seu clã, e hoje Tóquio. Em 1605, retirou-se da vida política nomeando um herdeiro moço, embora controlando de longe os mecanismos do poder. A questão da herança de Hideyoshi permanecia aberta, pois seu filho Hideyori era de direito o sucessor do *taikôsama*. Fechado no castelo de Osaka, Hideyori será entretanto vencido definitivamente pelos Tokugawa, que cercaram o castelo muito tempo com um exército enorme e conseguiram conquistá-lo, enfim, em 1616, durante uma batalha em que Ieyasu será ferido e morrerá em seguida.

A obra de Tokugawa Ieyasu foi durável. Depois da batalha de Sekigahara, Ieyasu possuía terras que o colocavam, de longe, no primeiro plano entre os *daimyô*. Além disso, confiscou todas as minas de ouro e prata em seu proveito e monopolizou o comércio de seda pura com a China. Embora não fosse, ele próprio, um legislador (ao contrário do que afirmam os historiadores do século XIX, e entre eles Aluísio Azevedo), deixou aos descendentes a missão de continuar a obra começada por Nobunaga e Hideyoshi, que ele tinha ajudado a perpetuar. Sua dinastia vai consolidar essas conquistas fechando o Japão num quadro legal muito rígido, chamado as "Cem Leis", que durará tal qual até 1868, ao preço do isolamento completo do país, o sufocamento de qualquer inovação ou esboço de mudança social. A vida social toda foi regulada por normas precisas, que definiam o lugar que cada cidadão devia ocupar e manter daí para frente.

[19]: "(...) um novo marco na vida histórica da pátria (...)"

Tokugawa Ieyasu abre o período chamado da *bakutu* de Edo, que se estende de 1603 a 1868, marcado pela sucessão ininterrupta de *shôgun* saídos da família Tokugawa. Não há ruptura com a política de unificação do país começada por Nobunaga; o fechamento do Japão a qualquer contato com o estrangeiro, mais do que um desejo de isolar o arquipélago, demonstrava a vontade de tirar dos *daimyô* qualquer possibilidade de

iniciativa nessas relações, e a decisão de extirpar o cristianismo. Para os Tokugawa, a redução dos lucros do comércio exterior não era em si mesma um mal, enquanto pudessem permanecer os únicos beneficiários.

[20]: "(...) à exceção do primeiro filho, não houve um só capaz de secundá-lo (...)"

Isto é, Tokugawa Hidetada, *shôgun* de 1605 a 1623.

[21]: "(...) os Príncipes do Sul e do Oeste coligados contra ele (...)"

Essa coligação tinha por chefes Ishida Mitsunari, *daimyô* do sul e antigo favorito de Hideyoshi, e Uesugi Kagekatsu, cujas terras se situavam ao norte do feudo dos Tokugawa.

[22]: "Os Príncipes de Satzuma comandam a direita dos Coligados, Konichi o centro, e Tchidá, um cristão, dirige a esquerda (...)"

Konishi Yukinaga, comandante em chefe, morto no campo de batalha, e Ishida Kazushige, feito prisioneiro e executado.

[23]: "(...) um dos templos de Nikko, erguidos em honra do grande Legislador (...)"

Numerosos templos no Japão têm Ieyasu como *kami*. São chamados *Tôshô-gu*, dos quais o mais importante é o de Nikkô, seu mausoléu, construído de 1616 a 1617 por seu filho Hidetada, e aumentado de 1624 a 1636 pelo neto Iemitsu. Até a era Meiji este templo permaneceu metade budista, metade *shintô*, já que suas cinzas tinham sido enterradas segundo o rito budista. Lembremos que, além dos imperadores, certos personagens históricos, tendo prestado serviços consideráveis à nação, podem ser divinizados na região *shintô*.

A visita dos templos da montanha de Nikkô eram etapa obrigatória de todas as narrativas de viagem do século XIX. Há nas *Japoneries d'Automne* de Pierre Loti um longo capítulo consagrado a esse lugar; preferimos citar entretanto Wenceslau de Moraes, *Traços do Extremo Oriente* desta vez (escrito durante a primeira estada do escritor português em 1894 e publicado em Lisboa no ano seguinte):

Nikko, que ainda há pouco impunha a necessidade duma jornada de mais duma semana partindo de Tóquio, com todas as peripécias dos descansos nas *chayas,* com todas as fadigas das cavalgadas ou das liteiras, com todas as surpresas dos panoramas, com todas as ansiedades da expectativa, tornou-se hoje quase que um bairro da capital, mercê da linha férrea, mercê do comboio furta-nos a uma das mais belas maravilhas do Japão, a celebrada avenida de chryptomérias, que desde longos séculos assombrou o caminho aos fúnebres cortejos dos Micados; quase no términus, a linha tangencia-se com ela, atravessa-a sem pejo, dando-vos apenas tempo, pelo que vedes e pelo que supondes, para amaldiçoar a máquina arquejante, que vos arrebata na sua fúria inconsciente.

Do comboio passais imediatamente para o hotel, mediante o gesto de assentimento dado a qualquer tratante da matilha de corretores, que vos assalta. Um hotelzinho banal, é bem de ver, manejado ao *european style*, que é a sua pior recomendação. Depois, aqui tendes Nikko, a sua terra sagrada, os templos rendilhados, os seus túmulos venerandos, o seu fundo de arvoredo gigante, as suas colinas, as suas vertentes, as suas ribeiras, as suas cascatas, a sua ponte de charão vermelho; tudo à mão, a dois passos, como se fora dependência do jardim do hotel. Pelas encostas vão andando vagarosamente os carregadores com os *kagos*, as liteiras indígenas, onde se recostam as *musumés* em peregrinações devotas; pobres peregrinos, levando às costas toda a sua bagagem – a esteira em que à noite se deitam, – caminham a pé, cobertos de poeira, cobertos de suor, porque vêm de longe. E um outro mundo formiga também, veraneando, a que não conseguias furtar-vos, embora vos venha a tentação de o fazer; damas em ricos trajes parisienses, cheias de joias, cavalheiros no rigor da moda, rosa na carcela, invadem todos os caminhos, profanam todos os recessos, aqui improvisando piqueniques, ali jogos de *tennis*, ou simplesmente namoros passageiros; além deparais com uma inglesa, pincel em punho, cavalete em frente, pintando monos ao ar livre; consta que um ministro estrangeiro se aloja num templo, onde dá bailes; e que uns adidos de embaixada ensaiam concertos, com grande espanto dos pardais, que dão por findos os seus. Safa!... Resumindo, se a vossa irritabilidade nervosa afina pela minha, não cessarão de vos afrontar durante o santo dia esses bandos de ociosos de todo o mundo, não se identificando ao meio, antes desnaturando pelos trajes, pelos costumes, pela linguagem, a grande paz solene dos sítios; e invadindo por último à

> noite a mesa redonda do vosso hotel, em cetins rojantes e *smokings* corretos, insaciáveis de *roastbeef* e de batatas. Não indaguei, mas deve haver por aqui algures, de mistura com estas místicas devoções nipônicas, um templozinho protestante, com o seu pastor de almas e a competente consorte (p. 209-211).

[24]: "(...) que os seus prosélitos, fiéis ao testamento de Ieiás, lhe tinham preparado na vasta ilha de Yezo (...)"

Chamada hoje, como já vimos, Hokkaido. Os acontecimentos a que se refere Aluísio Azevedo, fazendo um salto na cronologia, produziram-se entre 1868 e 1869. Um alto funcionário da marinha japonesa, Enomoto Takeaki (1836-1908), no momento da queda do regime instituído pelos Tokugawa, retirou-se com oito navios da força naval shogunal a fim de continuar, em Hokkaido, a luta contra o novo governo. Atacados pelo exército imperial, os assediados tiveram de se render em 1869 e o chefe foi feito prisioneiro. Liberado alguns anos depois, foi chamado de novo a exercer altas funções. É nesse momento preciso que a ilha de Yezo tomou o nome de Hokkaido ("região do mar do norte").

[25]: "(...) tiveram aqueles (jesuítas) a leviandade, neles com efeito imperdoável, de envolver-se na política do país".

O comentário de Georges Bousquet é esclarecedor sobre a questão:

> O que é certo é que a nova religião (o catolicismo) tornou-se o laço político dos feudais que lutavam contra o poder central de Taiko-Sama e os sucessores se esforçavam por concentrar nas mãos. O nome de cristão tornou-se sinônimo de rebelde, e os *shogun*, mestres da aristocracia, não queriam deixar crescer esse fermento da discórdia. O cristianismo ameaçava formar um Estado dentro do Estado; a ideia de um papa estrangeiro, suserano do monarca que era ele próprio o grande pontífice da nação, revoltava o espírito japonês; e também o clero budista, que teria podido viver em boa paz com uma fé muito menos longe da sua do que se poderia acreditar, ameaçado em seus interesses imediatos, atirou-se à luta com furor e encontrou-se suficientemente poderoso para provocar o tufão que deveria arrastar a Igreja. (Volume 2, p. 115-116).

As primeiras dificuldades dos jesuítas com as autoridades japonesas começaram em 1587, quando Hideyoshi lhes deu a ordem de deixar o país num prazo de seis meses. Esse chefe acusava-os de proselitismo e de terem destruídos templos budistas. É necessário lembrar que, nesse momento, a ameaça que representavam os monastérios budistas armados, começava a diminuir. Os jesuítas não deixaram o Japão de modo algum. Podiam ainda contar com a proteção valiosa dos *daymiô* de Kyushu, ainda poderosos, bem dispostos em favor dos cristãos, convertidos eles próprios, por vezes. Em seguida, muitos acontecimentos iriam comprometer a situação, entre outros a concorrência entre missionários de diferentes ordens ou origens. Os jesuítas portugueses detestavam os franciscanos espanhóis, querela ainda mais envenenada a partir da chegada dos primeiros holandeses no começo do século XVII. Vários incidentes ocorreram, alguns reais, outros imputados aos cristãos. Quando se considera as diferentes atitudes dos governantes japoneses com relação aos cristãos, não se podem separar os interesses políticos do aspecto puramente religioso. A tolerância obedeceu muito mais à primeira dessas exigências. É assim que Ieyasu tentou, no começo do século XVII, redistribuir o mapa do cristianismo no Japão, até então dominado por uma concentração importante de jesuítas portugueses na ilha de Kyushu. Atraiu missionários de outras origens, e eventualmente comerciantes de outros credos, como os holandeses e ingleses, para portos situados mais ao norte, como o de Uraga, não longe de sua nova capital, Edo. Essas medidas visavam reduzir o monopólio do comércio com os estrangeiros, até então mantidos pelos *daimyô* de Kyushu. Lembremos, também, que o sul do arquipélago era uma região hostil aos Tokugawa. Entretanto, não se pode subestimar a importância tomada pelos incidentes ocorridos no seio das ordens religiosas como fator de mudança de atitude dos governantes japoneses, cuja repressão tornou-se particularmente violenta a partir de 1617.

[26]: "Pouco depois estalou a ordem de expulsar para todos os missionários (...)"

São duas advertências do *bakufu* feitas aos cristãos, uma de 1612, a outra de 1613. A ordem de expulsão e de proibição torna-se formal em 1614. Entretanto, nesse ano, a família Tokugawa, Ieyasu e Hidetada

encontram-se ainda preocupados, concentrando os esforços no assédio do castelo de Osaka, onde se entrincheirara o herdeiro de Hideyoshi, Hideyori.

[27]: "(...) mas Hideyori, filho de Taiko-Sama, (...) abraça a causa dos católicos ... "

Hideyori estava cercado de um certo número de *daimyô* fiéis à memória de seu pai, e de um número considerável de *rônin* (quase 90.000), alguns dos quais, de fato, cristãos.

[28]: "(...) poupando apenas aqueles que abjurassem e em público tripudiassem sobre um crucifixo (...)"

Para obrigar os convertidos a abjurar, as autoridades japonesas lançavam mão do *fumi-e* ("o ato de pisar as imagens santas"), tabuinhas esculpidas, representando motivos cristãos e imagens e que os convertidos (os "kirishitan") deveriam calcar sob os pés diante dos magistrados. Além dessa prática, os japoneses estavam, a partir dessa época, obrigados a se inscrever em registros e obter, nessa ocasião, certificados de fé búdica. E ao mesmo tempo, os monges budistas foram chamados para converter os cristãos japoneses.

Há, traduzido em português, um romance contemporâneo excelente, de Shusaku Endo, cristão que relata a tragédia dos católicos japoneses durante o século XVII. Trata-se de *O Silêncio*.

[29]: "(...) impelidos pela aflição, concentram-se nas ruínas do castelo Chimabara, em Nagasaki (...)"

A repressão dos cristãos em Shimabara foi o episódio mais trágico das perseguições. A versão dada por Aluísio Azevedo contém algumas imprecisões, que convém esclarecer aqui. Primeiramente, trata-se de uma revolta camponesa, na origem. Esses 37.000 homens, mulheres e crianças que se refugiaram no castelo abandonado de Shimabara, não eram, como afirma Aluísio Azevedo, cristãos vindos de outras partes do Japão. Eram os próprios habitantes da província, perto de Nagasaki fortemente cristianizada. Desesperados por impostos excessivos, tiranizados por um *daimyô* desonesto, a revolta estourou e esses camponeses refugiaram-se no

castelo no fim de dezembro de 1637. Nem todos os revoltosos eram cristãos, embora constituíssem a maioria. Foram necessários três meses para quebrar a resistência dos camponeses, e tropas do governo foram empregadas. O assalto geral deu-se em 12 de abril de 1638, a maioria dos revoltosos sendo massacrada. Uma das consequências desse acontecimento foi a ruptura das relações diplomáticas com Portugal, acusado pelas autoridades japonesas de estar implicado no levante.

[30]: "E Ieiás, uma vez fechado e mais os seus compatriotas (...)"

A passagem induz em confusão, pois Ieyasu, morto em 1616, é inteiramente estranho aos acontecimentos de Shimabara.

[31]: "(...) exigindo porém que venham todos eles (os daimyô) periodicamente a Gotten Yama para testemunhar ao Shogun a sua fidelidade (...)"

Esse sistema instituído por Ieyasu chamava-se *sankin-kotai* ao pé da letra: "rotação" (kotai) "de serviços" (sankin). Segundo a instituição, os *daimyô* eram obrigados a passar, ano sim, ano não, em Edo (residência dos Tokugawa) e a deixar aí mulher e filhos como reféns quando retornassem em suas terras. O objetivo do sistema é claro: impedir revoltas e coligações regionais, arrancar pela raiz toda veleidade de retorno ao passado feudal. Curiosamente, sem que haja nenhuma outra relação senão a coincidência cronológica, na França, e na mesma época, Luís XIV centraliza em Versalhes o poder através de um estratagema comparável. A corte francesa se reúne em torno do rei, não obrigada de modo autoritário, mas atraída de maneira mais sutil, pelo brilho da vida versalhesa, pelas exigências da etiqueta, pelo prestígio mundano. O poder local dos múltiplos senhores feudais desaparece para se concentrar só nas mãos do rei, centro do seu sistema planetário.

[32]: "(...) estabelece uma nova capital em Yedo, que mais tarde devia chamar-se Tókio".

A antiga Edo dos Tokugawa tornou-se, depois da restauração Meiji, a Tóquio atual. Na Idade Média, Edo era só um povoado. Em 1457,

construiu-se um castelo, em torno do qual uma aglomeração começou a desenvolver-se, vivendo sobretudo da pesca. Em 1590 Tokugawa Ieyasu instalou seu governo senhorial em Edo, transformada em *bakufu* no momento de sua nomeação como *shôgun*. A cidade cresceu consideravelmente em seguida, graças sobretudo ao *sankin-kotai*. Edo era assim não só capital administrativa, mas atraía comerciantes e homens de finanças de todas as províncias, pela presença periódica da aristocracia japonesa. Seis décimos da superfície de Edo eram ocupados pelas residências dos *daimyô*. No fim do século XVII, a cidade contava já um milhão de habitantes.

[33]: "(...) esse pobre imperador nº 108 (...)"

Cujo nome póstumo é Go Minôo, e cujo reino vai de 1612 até 1629.

[34]: "(...) o então rei da Inglaterra, Jacques I (...)"

Os ingleses fundaram em "factory" em Hirado, a partir de 1613, depois de contatos feitos com as autoridades japonesas desde 1600; e vem daí a correspondência entre James I (que reinou de 1603 a 1625) e o *bakufu*.

[35]: "(...) o famoso Chiro Shogunal (...)"

O primeiro castelo de Edo, construído desde o século XV, foi reconstruído inteiramente por Ieyasu, que começou os trabalhos, só terminados por Iemitsu, o neto, em 1636. Entretanto, a maioria das construções foi destruída num incêndio em 1657, e apesar dos consertos, o primitivo torreão, imenso, nunca mais foi reconstruído. A partir de 1868, o castelo dos Tokugawa tornou-se a residência do imperador.

[36]: "(...) instalava-se Ieiás com a sua esplêndida Corte (...)"

Depois da batalha de Sekigahara, Tokugawa Ieyasu procedeu a uma nova classificação da aristocracia feudal, classificação complexa, pois os critérios estavam ligados à fidelidade à família Tokugawa, antes ou

depois dessa batalha. Aluísio Azevedo dá um apanhado do problema, que tentaremos completar de modo claro.

Para estruturar essa classificação, o sistema criava também uma hierarquia social de quatro planos, no alto encontravam-se os *daimyô* ou os *bushi*, vinham depois os camponeses, em seguida os artesãos e enfim os comerciantes. Os próprios *daimyô* se subdividiam em três categorias. Na ordem de importância, vinham primeiro os *shimpan daimyô*, ligados aos Tokugawa por laços de sangue; depois os *fudai daimyô* (ao pé da letra, "*daimyô* desde gerações", isto é, vassalos da família do *shôgun* antes da batalha decisiva de Sekigahara); e por último os *tozama daimyô* ("*daimyô* do exterior"), ou os chefes que se submeteram depois da batalha. Essas três categorias reuniam os vassalos diretos dos Tokugawa, reconhecidos como *daimyô* pela importância dos arrozais.

Abaixo desses grandes latifundiários, encontravam-se os *hatamoto* "os que se encontram ao pé das flâmulas e estandartes", com acesso à sala de audiência do *shôgun*. A um grau abaixo, os *gokenin*, e, por último, os simples *samurai*, com direito a trazer dois sabres à cintura e de cortar a cabeça de qualquer plebeu sem nenhuma justificação. Essas categorias todas formavam a aristocracia sob os Tokugawa, repartidas segundo critérios de extensão de terras, mais ou menos 7% da população. Só os camponeses formavam 85%, os artesãos e os comerciantes 6% e, enfim, os desclassificados (*rônin*, cortesãs, acrobatas, etc.).

A administração central propriamente dita, além da autoridade do *shogun*, foi colocada sob o controle de um conselho de anciãos, ou *rôju*, que poderia nomear em certas situações um *iairô*, espécie de ditador à romana, e abaixo do *rôju*, encontrava-se o *wakadoshiyori*, ou o conselho dos anciãos moços (sic). Ambos eram compostos exclusivamente de *daimyô*, que comandavam uma burocracia numerosa de *hatamoto* e *gokenin*.

AS CLASSES SOCIAIS NO JAPÃO SOB OS TOKUGAWA

SHOGUN

NOBRES ou BUSHI 7%
Daimyô do interior:
- *shimpan* (parentes do Tokugawa)
- *fudai* (aliados dos Tokugawa antes de 1603)

Daimyô do exterior:
- *tozama* (aliados dos Tokugawa depois de 1603)

Samurai do *Shôgun:* *hatamoto* (guarda pretoriana) + *gokenin* (seguidores diretos)

Samurai dos *Daimyô*

CAMPONESES 85%
ARTESÃOS E COMERCIANTES 6%
"MARGINAIS" (*ronin, geisha,* lutadores, etc.) 2%

Samurais
(menos de 10.000 *koku* de arroz/ano)

Daimyô
(mais de 10.000 *koku* de arroz/ano)

[37]: "(...) os nobiliárquicos "Matsudairas (...)"

Uma das famílias fazendo parte dos *shimpan daimyô*, isto é, próxima dos Tokugawa por laços de família.

[38]: "(...) depois dele (Ieyasu) as artes e as letras ressurgem em plena eflorescência (...)"

Mais do que no domínio da economia, a marca dos Tokugawa foi sensível nas artes. Lembremos de início o papel preponderante exercido

pelas grandes cidades como focos de atividade cultural e vida social. A civilização urbana é a criação mais original da era Tokugawa. Edo, Osaka e Kyoto polarizavam o comércio e o artesanato, a primeira sendo a mais importante pela passagem periódica dos *daimyô*, a segunda como o porto melhor situado e, enfim, Kyoto, ainda a capital oficial, embora mais tradicional e mais calma. É nessa época que se viu esboçar a figura da *geisha* (ao pé da letra: "pessoa dedicada às artes recreativas"), cortesã, mas também companhia refinada e educada, que sabe dançar, cantar e entreter a conversa. A produção artística estava aliás ligada a esses grandes centros de distração que eram Edo e Osaka. No século XVII, os espetáculos de marionetes eram muito populares, e deram nascimento a um novo tipo de arte dramática, o kabuki ("canto" ka), dança (bu) e artistas (ki). É muito significativo compará-lo ao *no*, profundamente espiritual, estático, pois os dois gêneros são completamente opostos. O *kabuki* utiliza todo tipo de recurso de montagem, o gosto dirige-se aos assuntos movimentados, à ação, à história. A forma poética mais popular de então era o *haiku*, esses poemas curtos de 17 sílabas, que evocavam cenas simples, emoções ou estados de espírito. As artes plásticas merecem ser citadas também. A grande inovação da era Tokugawa foi a estampa, cuja técnica derivava da xilogravura chinesa, mas desenvolvida a seguir, de modo original, no Japão. Esse processo permitia uma tiragem numerosa, abaixando assim o preço de compra. Os assuntos favoritos eram os retratos de atores, de cortesãs célebres ou paisagens. Essa divulgação das estampas se acompanha por um gosto pronunciado pelas estatuetas, enfeites e decoração populares ou realistas. É preciso também sublinhar, nesse resumo, a melhoria de certas indústrias, como a cerâmica, a tecelagem ou a laca, que permitia uma produção de massa de altíssimo nível.

[39]: "(...) o século de Hokusai (...)"

Katsushida Hokusai (nascido em Edo em 1760 e morto na mesma cidade em 13 abril de 1849). Hokusai mudou de nome quase vinte vezes durante a vida, e é só em 1789 que, pela primeira vez, aparece aquele com o qual passará à história. No seu túmulo fez gravar o seguinte epitáfio: "Túmulo de Manji, velho doido por desenho". A sua produção é imensa, quase mil desenhos e quinhentos livros ilustrados por aquele

que foi um dos últimos mestres da estampa. Com efeito, a sua obra coincide já com o declínio dessa técnica, utilizada há quase dois séculos antes de seu nascimento. Hokusai, de origem muito modesta, começou o aprendizado do desenho com cinco anos de idade. Por volta dos vinte, estava já maduro para entrar no atelier de um dos grandes artistas do tempo, Katsukawa Shunshô. A vida de Hokusai obedece à mobilidade de seu temperamento; além das mudanças de nome, mudou 93 vezes de casa; sempre à procura de assuntos novos e de novas técnicas, o seu próprio estilo pessoal era variado. Foi também escritor e publicou um bom número de romances durante o último decênio do século XVIII, para os quais fazia as ilustrações. Hokusai era dotado de um espantoso domínio técnico, o que lhe permitia pintar com todo o tipo de utensílio, e mesmo com os dedos e as unhas (por vezes, o personagem de Hokusai faz pensar em Picasso, por sua capacidade de percorrer todas as formas da criação plástica). Hokusai não recusava desenhar o que quer que fosse, indo dos desenhos publicitários aos eróticos ou populares (tudo isso pareceu evidente durante a monumental e completa exposição sobre o mestre, "Le fou de peinture – Hokusai et son temps", organizada em Paris de outubro de 1980 a janeiro de 1981, no Centro Cultural do Marais. Entre as 434 obras reunidas, tudo, livrinhos ilustrados baratos, caricaturas de tipos populares, animais mitológicos, catálogos ilustrados de insetos e peixes, até as tão célebres séries das "36 vistas do Monte Fuji", ou do "Circuito das cascatas de todas as províncias". Numa sala discreta, cortinas verde-escuro, as estampas eróticas.

A obra de Hokusai conheceu um grande sucesso junto ao público, mas também excitava a admiração dos colegas artistas. Hokusai era apreciado na corte dos Tokugawa, e a propósito disso Edmond de Goncourt conta a seguinte anedota:

> Depois de uma volta de caça ao falcão, o shogun no seu caminho divertiu-se vendo desenhar dois grandes artistas do tempo, Tani Buntchô e Hokusai. Buntchô começou e Hokusai o sucedeu. De início, desenhou flores, pássaros, paisagens, depois, com vontade de distrair o Shogun, cobriu a parte debaixo de uma enorme faixa de papel, com uma tinta de índigo, fez com que seus alunos lhe trouxessem alguns galos, cujos pés mergulhou numa tinta púrpura, fê-los correr sobre a cor azul, e o príncipe espantado teve a ilusão de ver o riacho Tatsuta, com suas correntezas, levando embora folhas de *momiji* (o bordo japonês, de folhas muito rubras).

> Os anos de 1810 e 1820 foram ocupados pelas ilustrações de romances, e também pela publicação de dois cursos de desenho, o primeiro de 1814 e o segundo de 1823. Durante as inúmeras viagens, Hokusai tentou fixar definitivamente o caráter da paisagem japonesa. Ilustram esse desejo as "36 vistas do Monte Fuji", as "Cascatas do Japão", as "Vistas das pontes famosas" ou os "Mil aspectos da água", publicados de 1823 a 1835. Por volta dos anos 1840, o gosto do público foi progressivamente em direção a seu grande rival, Hiroshige. Na mesma época, Hokusai procurou outras fontes de inspiração, como os assuntos clássicos tirados da história do Japão e da China.
> As estampas de Hokusai foram conhecidas na Europa pouco tempo depois da sua morte, e obtiveram imediatamente um grande sucesso. Essa veneração é atestada pelo livro de Edmond de Goncourt (*Hokusai*, de 1869) ou por fatos significativos, como o de Claude Debussy ter composto *La Mer* inspirado pela estampa "O arco da onda ao largo de Kanagawa".

[40]: "(...) e Utamaro (...)"

Kitigawa Utamaro (nascido em Kawagoye em 1754 e morto em Edo em 1806). Graças à sua biografia, escrita por Edmond de Goncourt, e ao sucesso das obras expostas em Paris em 1889, Utamaro tornou-se o primeiro grande pintor japonês a ser conhecido efetivamente no Ocidente. Ao contrário de Hokusai, a vida de Utamaro teve sempre Edo por centro, e não conheceu nunca mudanças notáveis. Edmond de Goncourt a resume dessa forma:

> Segundo os biógrafos, a vida de Utamaro foi bastante uniforme: passa o dia na casa do editor Tzutaya Jûzabro, onde tem um atelier; e à noite no Yoshiwara. E o caminho não era longo do atelier às Casas Verdes (o Yoshiwara é o bairro dos prazeres de Edo), porque a casa do editor está colada ao portal do Yoshiwara. Isso explica o conhecimento aprofundando do artista pelo *Bairro das Flores*.

Utamaro morreu aí também, vítima "de abuso do prazer", segundo precisões do mesmo biógrafo.

Antes de mais nada, Utamaro ficou como o melhor intérprete da beleza feminina japonesa, de que renovou as convenções de representação. Diz Edmond de Goncourt:

> A mulher japonesa é pequenina, pequenina, pequenina e gorduchinha. Utamaro fez dessa mulher a mulher esguia, a mulher que tem a esbelteza das suas impressões, os comprimentos dos pensamentos... O rosto da japonesa é curto, amontoado, um pouco do achatamento das nossas máscaras baratas, e nos traços um nada do ondulado desses pedaços de papelão, enfim esse rosto é, com exceção da suave vivacidade intraduzível dos olhos negros, tal como nos representam na sua forma redonda Harunobu, Koriusai, Shunshô.
>
> Pois bem, Utamaro fez quase um oval alongado desse rosto. É talvez no hieratismo do desenho da figura humana – que em Nippon condena o pintor a reproduzir os olhos só com dois rasgos e um ponto no meio, o nariz por um traço de caligrafia aquilina, mesmo para todos os narizes do Império do Sol Nascente, a boca só por duas coisinhas parecidas com pétalas enrugadas de flor – que Utamaro seja o primeiro a escorregar uma graça teimosa nesses rostos de convenção tão pouco humana, um espanto ingênuo, uma compreensão espiritual, e o primeiro – embora conservando as linhas e as formas consagradas, mas levando-as de modo quase invisível a linhas e formas humanas, em certas pranchas dos belos tempos de seu talento – que tenha posto em volta dessas linhas tantas coisas da vida dos verdadeiros retratos, e ao olhar essas figuras você não percebe mais quase o hieratismo do rosto, desse rosto universal, que em Utamaro tornou-se por milagre uma fisionomia particular para cada ser humano representado nessas imagens.

O gênio de Utamaro tratou também outros assuntos com a mesma felicidade. Ao longo da obra aparecem episódios da vida real, cenas de rua, assuntos mitológicos, e álbuns consagrados aos animais, insetos, pássaros e conchas, em que revela um sentido muito agudo de observação e uma capacidade única na representação de todas as manifestações da vida.

[41]: "(...) dois nomes já vulgarizados por Edmond de Goncourt (...)"

O interesse dos irmãos Goncourt pela arte japonesa é anterior à data de publicação das duas obras sobre Utamaro e Hokusai, de 1891 e 1896, respectivamente. A primeira referência se encontra no famoso *Diário*, com data de 8 de junho de 1861:

> Comprei outro dia na *Porte chinoise* desenhos japoneses, impressos num papel que parece um tecido, que tem a maciez e a elasticidade de uma lã. Nunca vi nada tão prodigioso, tão fantasista, tão admirável e poético como arte. São tons delicados como tons de plumagem, brilhantes como esmaltes, poses, toiletes, rostos; mulheres que têm ar de sair de um sonho; ingenuidades de escola primitiva, encantadoras e com um caráter que ultrapassa Albert Dürer; uma magia que embriaga os olhos como um perfume do Oriente. Uma arte prodigiosa, natural, múltipla como uma flora, fascinante como um espelho mágico.

Acrescentemos que a *Porte chinoise* é o nome da primeira loja de objetos de arte do Extremo Oriente em Paris, instalada no nº 220 da rua de Rivoli, e que se tornou o fornecedor de um grande número de artistas, Baudelaire, Zola, Whistler, Degas, Monet, etc.

A propósito do mercado das estampas japonesas, encontramos a observação seguinte no *Outamaro* de Edmond de Goncourt, ilustrando bem a evolução do gosto e do interesse europeu:

> Essas mulheres grandes e longas, com o corpo todo branco, a dura e negra cabeleira esparramada, com pedaços de vermelho em torno delas, em paisagens palidamente esverdeadas, são imagens de um grande estilo, com um encanto que imobiliza, surpreende, espanta. (Nota) Esta prancha que paguei há cinco ou seis anos, 40 francos, acaba de ser comprada no leilão Burty, por 1.050 francos, pelo Sr. Samuel... (p. 188).

No *Diário* do dia 19 de julho de 1864, os irmãos Goncourt fazem uma tentativa de transposição em literatura da experiência visual: "Esta tarde o sol parece um lacre cor de cereja, colado num céu e num mar de pérolas. Só os Japoneses ousaram, nos álbuns coloridos, esses efeitos estranhos da natureza" (p. 190).

No *Diário* ainda, datado de 25 de maio de 1888, Edmond de Goncourt anota:

> Se eu tivesse ainda alguns anos para viver, gostaria de escrever sobre a arte japonesa um livro do gênero daquele que escrevi sobre a arte do século XVIII, um livro menos documentário, mas ainda mais aprofundado na descrição penetrante e reveladora das coisas. E esse livro seria composto de quatro estudos, um sobre Hokusai, o renovador modernista da velha arte japonesa, um sobre Utamaro, o Watteau nacional, um sobre Korin e outro sobre Ritzono, dois pintores e laqueadores

> célebres. A esses quatro estudos, acrescentaria um estudo sobre Gakutei, o grande artista dos *surimonos*, o que sabe reunir, numa impressão delicada, o encanto da miniatura persa e da miniatura da Idade Média europeia (p. 195).

Desse projeto, nascerão mais tarde os já citados *Outamaro* e *Hokousai*, de 1891 e 1896, mas não os demais estudos.

Para realizar esses trabalhos sobre Utamaro e Hokusai, Edmond de Goncourt contava com algumas informações, as mais diretas sendo as provenientes das atividades de colecionador e de "connaisseur". Além disso, encontramos citadas em seus estudos certo número de obras contemporâneas, especializadas, tais como a *L'art japonais* de Louis Gonse, 1883; as remessas da revista *Japon artistique*, dirigida por S. Bing; os artigos de Théodore Duret na *Gazette des Beaux-Arts*; e também crônicas de viagem, tais como *Voyage en Asie* de Théodore Duret, publicada em 1874; o *Japon de nos jours* de Georges Bousquet, ou os numerosos escritos de Léon de Rosny. O informante privilegiado de Edmond de Goncourt, entretanto, permanecerá Tadamara Hayashi, que vivia em Paris desde 1878, e onde era comerciante de objetos japoneses, e que servia de intermediário entre o escritor e os colecionadores e museus japoneses, ou que representava o papel de tradutor dos catálogos e biografias.

Por vezes, colaboradores imprevistos apareciam, como atesta uma carta citada no prefácio do *Hokousai*:

> Recebi neste inverno uma carta do Japão:
>
> Yokohama (Hospital Geral).
>
> Prezado Senhor,
>
> Queira permitir a um jovem francês que lhe exprima todo o prazer que lhe provocou o *Outamaro*, autorizado mais do que ninguém para compreendê-lo, pois me encontro no meio dos japoneses...
> Tinha quinze anos quando li *Soeur Philomène*, e quis ser interno de hospital, e hoje sou médico... *La Maison d'un Artiste* fez-me vir ao Japão. Numa palavra, como essa estrela que guia o marinheiro, ignorando os destinos que conduz, o senhor teve uma influência dominadora em toda minha vida. (...)
> Permita que me coloque à sua disposição. Encontro-me no Japão, gosto do

> Japão, falo japonês, e como se diz nos velhos dramas: 'Sou-lhe devotado de corpo e alma'. Aproveite, utilize-me... Doutor Michaut.
> Essa carta levava-me a pedir ao doutor, sem grande esperança de sucesso, a tradução da biografia de Hokusai, título do livro manuscrito Oukiyoyé Rouikô, de Kiôden, completado sucessivamente por Samba, Moumeio, Guekkin, Tanéhiko: tradução que não obtivera dos japoneses que vivem em Paris, e tradução que recebo hoje, do amável doutor, em colaboração com o japonês Ourakami (p.VII-IX).

Edmond de Goncourt continuará sendo a "estrela", desta vez de outro "marinheiro", Wenceslau de Moraes, num trecho extraído de *Traços do Extremo Oriente*, de 1895, estrela ou pretexto:

> Em Tóquio. Pela noite uma visita ao Yoshiwara, o famoso lupanar, de que me ia aproximando, acreditai, invadido dum vago respeito, duma indefinível comoção. Não vos pareça isto estranho. Havia folheado dias antes um livro de Goncourt, *Outamaro*, um estudo sobre o pintor Utamaro, as páginas mais palpitantes de vida nipônica, que conheço; e – vede o que vale o talento – escritas por um velho de setenta anos, que nunca viu o Japão, simplesmente inspirado pela obra do mestre japonês! o que prova o talento dos dois, valha a verdade. Utamaro foi um grande pintor e um grande boêmio (p. 204)...

[42]: "Os shoguns da dinastia Tokugawa foram dezoito (...)"

Número inexato, pois na verdade quinze *shôgun* Tokugawa sucederam-se desde Ieyasu. Eis a lista:

1	Ieyasu	(1603-1605)
2	Hidetada	(1605-1623)
3	Iemitsu	(1623-1651)
4	Ietsuna	(1651-1680)
5	Tsunayoshi	(1680-1709)
6	Ienobu	(1709-1712)
7	Ietsugu	(1713-1716)
8	Yoshimune	(1716-1745)
9	Ieshige	(1745-1760)

10	Ieharu	(1760-1786)
11	Ienari	(1787-1837)
12	Ieyoshi	(1837-1853)
13	Iesada	(1853-1858)
14	Iemochi	(1858-1866)
15	Yoshinobu	(1866-1867)

[43]: "(...) e acabando em Stotbachi, deposto pela restauração micadoal (...)"

Cujo nome póstumo é Tokugawa Yoshinobu.

[44]: "(...) o poder supremo que havia delas escapado desde o remoto ano de 1185".

Isto é, o começo da era de Kamakura, e fim das rivalidades entre Taira e Minamoto, morte do imperador Antoku e criação da instituição do shogunato.

[45]: "(...) velha e anônima canção".

Na verdade, três *haiku* escritos no fim século XVI pelo poeta Shôka. E para levar a impertinência até o fim, *hototogisu* é o cuco.

3º Capítulo

[1]: Ii Kammon

Ii Kammon, título pelo qual é o conhecido Ii Naosuke (1815-1860), que ocupou o cargo de *tairô* (ao pé da letra, "o grande ancião") de 1858 a 1860. Como vimos há pouco ("instalava-se Iéias com a sua esplêndida corte", capítulo 2, nota 36), a hierarquia do Japão dos Tokugawa colocava logo abaixo do *shôgun* um conselho de antigos, o *rôju*, composto de cinco membros, podendo ser substituído durante períodos de crise por um *tairô*, delegado direto do *shôgun*, com plenos poderes. Foi assim que após os choques violentos entre partidários e adversários dos ocidentais, entre os partidos hostis e favoráveis à abertura dos portos, Ii Naosuke tornou-se *tairô* em 30 de maio de 1858. Pela própria autoridade, apôs sua assinatura nos tratados de comércio com diversos países ocidentais, o que provocará uma onda de protesto na corte imperial, e entre os *daimyô*. Foi então que Ii Naosuke decidiu livrar-se dos oponentes, e de 1858 a 1859 condenou ao exílio muitos personagens importantes, e condenou à morte ou prendeu outros mais exaltados. A repressão é conhecida pelo nome de *Ansei no taigoku* ("as prisões em massa da era Ansei", literalmente), e é a origem do complô que conseguiu assassinar Ii Naosuke em março de 1860. Sua cabeça cortada foi exposta em seguida em Kyoto com o seguinte cartaz: "Aqui está a cabeça de um traidor que violou a mais sagrada lei do Japão, a que proíbe a entrada do país aos países estrangeiros".

[2]: "Foi sem dúvida o insólito advento dos estrangeiros no Japão (...)"

Até essa época, todos os portos japoneses estavam "fechados" aos estrangeiros, com exceção de Nagasaki, frequentado por chineses e holandeses, os únicos comerciantes tendo a possibilidade de fazer negócios aí. Houve sempre tentativas infrutíferas da parte das outras potências no sentido de estabelecer contatos; os russos tentaram-no em 1779 e 1792; o navegador francês La Pérouse em 1787, quando se encontrou com os *ainu* da ilha de Ezo de outrora; em seguida algumas visitas esporádicas de barcos ingleses e americanos, durante missões científicas. Durante esses contatos rápidos, os japoneses manifestavam sempre uma atitude intransigente, embora não belicosa, e que mudou de aspecto, tornando-se francamente hostil, a partir dos primeiros anos do século XIX. Um decreto foi publicado em 1825, segundo o qual "todos os navios estrangeiros que viessem tocar o solo japonês seriam destruídos e os membros de equipagem seriam presos ou condenados à morte". Esse decreto chamava-se *Ni nen naku*, que se traduz por "sem refletir duas vezes". Era a resposta ao *hakabatsu*, o "perigo branco", que já se fazia sentir. Por volta de 1820, com efeito, as águas japonesas começavam a ser frequentadas por baleeiros de várias nacionalidades, os naufrágios não eram completamente raros, e muito logo essas regiões foram a passagem obrigatória das grandes linhas de navegação entre a costa oeste americana e o Extremo Oriente. Os incidentes com os barcos americanos foram numerosos antes do tratado de Kanagawa: o "Lady Washington", o "Morrison" em 1837, canhoneados na baía de Edo; o "Manhattan", em 1845, obrigado a se retirar; o "Preble", em 1849, obrigado a fazer ameaças de bombardeio para poder recolher náufragos em Nagasaki.

[3]: " ... (o) Micado de então, Komei, pai do atual (...)"

Komei Tennô, que reinou de 1851 a 1867, e que teve com efeito a reputação de ser hostil a qualquer ligação com os "bárbaros", no que ia ao encontro da vontade da maioria da população.

Os seus partidários reuniram-se a ele pela palavra de ordem *Sonno Joi* ("Veneremos o Imperados, impeçamos os bárbaros de entrar").

[4]: "Esse homem fatídico é o Daimo de Hikobe (...)"

Seria útil acrescentarmos algumas precisões sobre o *daimyô* de Hikobe. Primeiramente, os *shôgun* do século XIX não possuíam mais nem o vigor nem a autoridade dos primeiros; longe de governarem, estavam cercados de intrigantes, que normalmente faziam parte dos conselhos sob a autoridade do *shôgun*, mas que na realidade governavam no lugar deste. É assim que, por ocasião da chegada do comodoro Perry, o país estava se preparando a rudes lutas pelo poder, porque o *shôgun* do momento, Ieyoshi, que reinou molemente de 1837 a 1853, idoso, permitia supor que a sua morte estava próxima, abrindo assim a luta pela sucessão. Por outro lado, na mesma época, assiste-se ao declínio da dinastia dos Tokugawa, e à ascensão dos clãs do sul do Japão, intransigentes no que tocava à presença dos estrangeiros, e muito ativos. Lembremos também quanto era antiga a rivalidade entre esses e a família Tokugawa, já presente nos conflitos que culminaram na batalha de Sekigahara, no momento preciso da conquista do poder por Ieyasu. Assim, como foi o *bakufu* que tratou com os americanos e assinou os tratados de comércio, tornou-se imediatamente o alvo de ataques violentos, que sob o pretexto da questão das relações com os estrangeiros, visavam na verdade a própria instituição do shogunato e a preponderância dos Tokugawa. Essa xenofobia era um elemento de primeira ordem para amotinar a população, e durante todo o período histórico, todos os homens políticos utilizaram-na plenamente, e entre eles Ii Naosuke mesmo, embora tomasse em seguida medidas contraditórias a esse respeito. Tudo isso só é explicável pelo aspecto mais aparente que real da questão dos "bárbaros".

Às vésperas da chegada do comodoro Perry, três forças políticas disputavam o poder, de modo a escolher o futuro *shôgun*: a)o clã de Mito, ramo próximo da família Tokugawa, cujo chefe, Tokugawa Nariaki, esperava nomear *shôgun* um dos filhos, Yoshinobu; b) os chefes ligados à atual administração; c) e, enfim, a corte imperial. Para se aliar a esta e ganhar a confiança, o chefe de Mito, Tokugawa Nariaki, tentou explorar as questões de política estrangeira, mostrando-se de uma intransigência total no que tocava os ocidentais. Por outro lado, essa atitude se justificava por uma segunda razão, já que na província de Mito desenvolveu-se desde o começo do século XIX uma escola de historiadores eruditos (chamada simplesmente de Escola de Mito), que redigiu uma História do Japão, no espírito de fidelidade ao imperador, e cuja

ideologia seria utilizada amplamente depois da restauração Meiji (ver também, o "Shintoísmo é pois no Japão ainda hoje a religião do Estado", capítulo 1, nota 20). Formou-se pouco a pouco um partido de oposição à política do chefe de Mito, formado por *daimyô* que queriam evitar confrontos diretos com as potências ocidentais, conscientes da fraqueza militar do Japão de então. Essa oposição adotará uma política de compromisso, e por essa razão o *bakufu* procurará em Ii Naosuke, representante da corrente moderada, o homem providencial, fazendo-o nomear *tairô* em 1858. Para terminar, acrescentamos que esse quadro tornar-se-á muito mais complexo depois dessa data, com a aparição de outras forças políticas.

[5]: "(...) Shogun Yeçada"

Que reinou de 1853 a 1858.

[6]: ... (o) "sucessor, Tokugawa Iyemochi (...)"

Cujo reinado vai de 1858 a 1866, sobrinho do *tairô* Ii Naosuke, que nesse meio de tempo tinha conseguido afastar o filho do chefe de Mito, Yoshinobu.

[7]: "O primeiro ocidental que pôs pé no Japão (...) foi um português, Mendes Pinto, em 1542 (...)"

Nem a data da chegada do primeiro ocidental no Japão, 1542 ou 1543, foi determinada, nem mesmo a atribuição. Wenceslau de Moraes, em duas obras diferentes, nos dá as duas versões dos fatos. Encontramos em *Dai Nippon* (1897, p. 81-82) o seguinte:

> Foram três mercadores portugueses, António da Mota, Francisco Zeimoto e Antonio Peixoto, que ensinaram à Europa o caminho do Japão; correndo a costa da Cochinchina em juncos de construção siamesa, colheu-os um formidável temporal, que os arremessou sem governo e ao desbarato até ao sul do império, às praias de Kagoshima, capital do daimato de Satsuma; isto cerca do ano de 1542.

E, mais tarde, em *Relance da História do Japão* (1924, p. 81):

> No ano de 1542, reinando o imperador Go-Nara e sendo shôgun Ashikaga Yoshiteru, chegam os portugueses ao Japão, impelidos por uma tempestade, que os arremessa até à costa de Kagoshima, na ilha de Kiûshû; e assim descobrem o império ao mundo ocidental. Quem eram eles? Fernão Mendes Pinto e os seus companheiros de trabalho? Assim parece, posto que esteja longe de provado. Mas pouco importa. Foram os portugueses os primeiros europeus que deram vista do Japão; o que basta para nossa glória de descobridores incansáveis e arrojados.

Lembremos que os historiadores jesuítas recusaram, desde o século XVI, toda e qualquer confiança a Mendes Pinto (havia também, na verdade, entre a Companhia de Jesus e o comerciante aventureiro, questões de litígio), e que este nunca recusou às suas pretensões de descobridor. Por outro lado, reforçando a tese contrária à de Mendes Pinto, existe um documento japonês autêntico, relatando a primeira importação de armas de fogo. Foi escrito por Dairiuji-Fumiyuki, e intitulado *Nanpo-Bunshu* ("a coleção de Nanpo"):

> No 25º dia do 8º mês do 12º ano de Tembun (23 de setembro de 1543) um navio grande chegou na baía de Nichimuna (ilha de Tanegashima).
> A equipagem compunha-se de umas cem pessoas totalmente diferentes dos indígenas pelo aspecto e pela língua. Estes consideravam-nos com espanto e curiosidade. Um chinês instruído, chamado Coho, fazia parte da equipagem. O chefe da aldeia, Ori-be-nojo, conversou com esse chinês escrevendo na areia com pauzinhos, e soube por ele que eram negociantes vindos dos países ocidentais. Então, Ori-be-nojo aconselhou-os a dirigir os navios para o porto de Akaogi, a 13 *ri* de distância (um *ri* equivale a 3.539 m).
> Ao mesmo tempo, informou meu avô e meu velho pai Tokitaka, e mandou várias canoas para guiar o navio estrangeiro até Akaogi, onde chegaram em 27. A equipagem foi alojada num templo budista perto do porto. Durante toda a estada, o chinês Goho representou o papel de intérprete. Os negociantes estrangeiros tinham dois chefes: um chamado Francisco e outro Kirishata da Mota (reconhece-se, sob esse nome, Antonio da Mota, "Kirishata" designando com certeza a palavra "cristão"). Tinham com eles um objeto com dois ou três *shaku* (três *shaku* e um terço equivalem a 1m de comprimento). Esse objeto era reto, pesado e oco. Entretanto, uma das extremidades era tampada, e na outra se encontrava um buraquinho onde se devia pôr fogo. O objeto era usado da maneira seguinte: punha-se no orifício um produto misterioso e

> um pedaço de chumbo redondo, e quando se acendia o produto no buraco, o pedaço de chumbo era lançado e atingia tudo em volta. Durante a descarga, um clarão e um barulho de trovão produziam-se, de modo que todos os presentes eram obrigados a tapar os ouvidos.

Esse documento não é o único que atesta os primeiros contatos entre portugueses e japoneses, outras cartas da época referem-se a eles. Por último, citamos o próprio Fernão Mendes Pinto, que narra a chegada ao Japão, na sua obra *Peregrinação*, publicada pela primeira vez em 1614:

> Logo ao outro dia seguinte este necodá (capitão do navio) chim desembarcou em terra toda a sua fazenda, como o nautaquim (governador da ilha) lhe tinha mandado, e meteu numas boas casas que para isso lhe deram, a qual fazenda toda se vendeu em três dias, assi por ser pouca como porque estava a terra falta dela; na qual este cossário fez tanto proveito, que de todo ficou restaurado da perda das vinte e seis velas que os chins lhe tomaram, porque pelo preço que ele queria pôr na fazenda, lha tomavam logo, de maneira que nos confessou ele que com só dous mil e quinhentos taéis que levava de seu fizera ali mais de trinta mil.
>
> Nós, os três portugueses, como não tínhamos veniaga em que nos ocupássemos, gastávamos o tempo em pescar e caçar, e ver templos dos seus pagodes (deuses), que eram de muita majestade e riqueza, nos quais os bonzos, que são os seus sacerdotes, nos faziam muito gasalhado, porque toda esta gente do Japão é naturalmente muito bem inclinada e conversável.
>
> No meio desta nossa ociosidade, um dos três que éramos, por nome Diogo Zeimoto, tomava algumas vezes por passatempo tirar com uma espingarda que tinha de seu, a que era muito inclinado e na qual era assaz destro. E acertando um dia de ir ter a um paúl, onde havia grande soma de aves de toda a sorte, matou ele com a munição umas vinte e seis marrecas.
>
> Os japões, vendo aquele novo modo de tiros, que nunca até então tinham visto, deram rebate disso ao nautaquim, que neste tempo estava vendo correr uns cavalos que lhe tinham trazido de fora, o qual, espantado desta novidade, mandou logo chamar o Zeimoto ao paúl onde andava caçando, e quando o viu vir com a espingarda às costas e dous chins carregados de caça, fez disto tamanho caso, que em todas as cousas se lhe enxergava o gosto do que via, porque, como até então naquela terra nunca se tinha visto tiro de fogo, não se

sabiam determinar o que aquilo era, nem entendiam o segredo da pólvora, e assentaram todos que era feitiçaria (cap. 134).

[8]: "(...) consta que no século XIII Marco Polo havia há desembarcado no arquipélago (...)"

Marco Polo (1254-1324). O viajante veneziano permaneceu na China entre 1271 e 1295, e o livro foi escrito numa prisão genovesa, onde Marco Polo passou um ano, em 1928, após ter sido capturado durante um encontro pouco amistoso entre duas galeras, uma de Veneza, outra de Gênova, as cidades inimigas, então em guerra. Na prisão, Marco Polo encontra um escritor, Rustichello da Pisa, ao qual dita as experiências na corte do grande Khan, onde era embaixador. Para o comerciante e aventureiro veneziano, e para o escritor toscano, não havia melhor vingança contra Gênova que esse livro que exaltava o espírito empreendedor e o gênio da República Sereníssima. O manuscrito original perdeu-se, subsistem duas versões, uma em toscano, *Milione*, e outra francesa, *Le divisament dou monde*, enquanto versões mais antigas; tendo sido o original escrito em francês, embora recheado de italianismos. Para tudo o que toca ao Japão, de fato, não se trata de experiências vividas; Marco Polo relata simplesmente o que ouviu dizer. Ele designa o Japão, aliás, por Zipangu, adaptação da forma chinesa *Jih-pên-kuo*. O primeiro parágrafo da descrição do Japão é tão eloquente na sua concisão, que seria uma pena não transcrevê-lo. Em toscano: "Zipangu è una isola i-levante, ch'è ne l'alto mare (um trecho em branco) miglia. L'isola è molto grande. La gente sono bianche, di bella maniera e belli. La gent'è idola, e no ricenovo signoria da niuno se no da llor medesimi" [que traduzido de modo aproximativo dá: "Zipangu é uma ilha ao levante, que se encontra em alto mar (...) milhas. A ilha é muito grande. Os habitantes são brancos, com belas maneiras e bonitos. Os habitantes são idólatras, e não se submetem a nenhuma outra autoridade senão à deles própria].

[9]: "(...) São Francisco Xavier e mais trinta jesuítas (...)"

As informações de Aluísio Azevedo não são de todo exatas (ver também "São Francisco Xavier", capítulo 2, nota 6), pois dois são os companheiros do missionário, trazidos ao Japão, não por Mendes Pinto,

mas pelo japonês Anjirô, batizado mais tarde sob o nome de Paulo da Santa Fé. A esse respeito poderíamos citar uma carta escrita por Francisco Xavier a Inácio de Loyola, data de Cochim, de 14 de janeiro de 1549:

> Nessa região (Maluco, Malaca, Baçaim, Socotora), os portugueses são somente senhores do mar e das costas; fora disso são unicamente donos das localidades onde moram. Quanto aos indígenas pagãos, têm horror ao cristianismo, e nosso esforço atual consiste em proteger destes aqueles que já se converteram. Sem dúvida, muitos se fariam cristãos se os neófitos fossem melhor tratados pelos portugueses; mas vendo-os desprezados, não querem deles se aproximar. Dessa forma, não vendo eu nenhuma necessidade em permanecer na Índia, e certo de encontrar no Japão povos ansiosos por se instruírem, e libertos até o momento de qualquer compromisso com judeus e maometanos, resolvi ir ter com eles sem mais tardar, tendo grande esperança que os trabalhos frutificarão séria e duravelmente. Paulo, um dos três japoneses que vieram comigo o ano passado de Málaca, escreve-lhe uma longa carta. Aprendeu, em oito meses, a ler, escrever e falar o português; está fazendo agora alguns exercícios, e não sem proveito. Diz maravilhas de seu país.

Charlevoix, um historiador jesuíta do século XVIII, que esteve aliás entre nós, relatando a destruição das Missões do Paraguai pelos bandeirantes paulistas, fornece alguns esclarecimentos interessantes sobre a personalidade e biografia de Anjirô, o Paulo da correspondência de São Francisco Xavier:

> Um habitante de Cangoxima, chamado Angeroo, de 35 anos, rico e de origem nobre, frequentou durante alguns dias esses estrangeiros (Antoine Mota, François Zeimoto e Antoine Pexota), apreciando-os muito. Estes ficaram sabendo que a lembrança dos excessos da juventude causava a ele contínuos e violentos remorsos de consciência, e que para acalmá-los tinha se retirado numa casa de bonzos, gabando-se que as conversas e os bons conselhos desses ministros dos deuses poderiam pôr fim às inquietações, mas o remédio, longe de curar o mal, o tinha piorado, crescendo cada dia mais.
> Os bonzos, a quem se abria dessa forma, fizeram aparentemente o que podiam para aliviá-lo, mas terminaram por deixá-lo sem terem chegado a um bom resultado.

> Dois anos depois (1544), um outro comerciante português, chamado Álvaro Vaz, tendo ido a Cangoxima a negócios, foi informado dos tormentos de Angeroo; Vaz, que conhecia o Pe. Francisco Xavier, e que tinha dele uma opinião firme sobre sua santidade e poder junto a Deus, quis convencer o fidalgo japonês de o procurar. Angeroo, logo de início, sentiu-se ansioso por fazer o que dizia o negociante português, mas considerando que era preciso abandonar por muito tempo a família, e arriscar-se em pleno mar, não chegava a tomar uma decisão. Ao ter morto, infelizmente, um homem num combate, e com medo de cair nas mãos da justiça, resolveu embarcar no primeiro navio que fizesse vela para Malaca.

[10]: "(...) os holandeses, a quem tanto faltava espírito evangélico quanto sobrava o de ganância (...)"

O primeiro navio holandês a chegar ao Japão foi o *Liefde*, ancorado em Sashio em 1600, no litoral da província de Bungo. Os holandeses foram favoravelmente tratados de início, mas em seguida os jesuítas portugueses acusaram-nos de serem corsários, e a equipagem toda foi posta na prisão, e se viu na iminência de ser executada. Foi graças à habilidade do piloto, de origem inglesa, William Adams (1564-1620), que escaparam, e esse último tornou-se em seguida um conselheiro muito próximo de Tokugawa Ieyasu. William Adams foi instrutor dos altos funcionários japoneses em matemática e geografia, construção de navios e outros domínios de que era exímio conhecedor. Ieyasu fez-lhe presente de terras e de um domínio senhorial; hoje em dia os historiadores pensam que a influência de Adams foi muito grande sobre o *shôgun*, verdadeira "eminência parda" da política japonesa de então. Entre outros negócios, William Adams facilitou a abertura e a continuidade do comércio com a Holanda e a Inglaterra. Foi, aliás, o supervisor do primeiro empório inglês em Hirado, onde morreu, sem nunca mais ter voltado à Europa.

Em 1611, o príncipe Maurício de Nassau, tão nosso conhecido, escreve a Ieyasu:

> Por três vezes consecutivas mandei meus navios à China, para iniciar relações comerciais com esse reino, e num dos navios enviei uma embaixada ao rei; os portugueses, entretanto, mandaram presentes consideráveis ao rei da China, pondo em prática uma infinidade de meios, que terminaram por impedir

a embaixada. O embaixador regressou sem ter feito nada, e mesmo sem ter podido desembarcar. Os portugueses e os castelhanos sendo inimigos meus, é possível que ajam da mesma forma no Japão, e que solicitem a Vossa Alteza que impeça aos holandeses de residirem em seus Estados, alegando que eles próprios e o seu comércio com o Japão não datam de ontem, e que o dos holandeses é muito mais recente, e que se os holandeses tomarem pé no Japão, o comércio português será prejudicado. Vossa Alteza não deve, entretanto, dar nenhum crédito a essas palavras, que são falsas em todos os pontos. A verdade é que os portugueses e os castelhanos têm a ambição de conquistar o universo, e que estão apreensivos pela chegada de meus vassalos nas terras de Vossa Alteza, e pela revelação de seus planos. Com efeito, despejam mil imposturas para descreditar meus súditos. O tempo fará com que minhas afirmações se verifiquem. Em Patana, meus vassalos foram recebidos e tratados com amizade pelos indígenas. Os portugueses, então, levantaram contra eles mil acusações, embora se tenha reconhecido a perfídia, e os tenham expulso, ao passo que os holandeses obtiveram deles toda proteção. Advirto Vossa Alteza igualmente, que os portugueses e os castelhanos tramam com os seus padres, que infestam os Estados, e quando preveem qualquer dificuldade pessoal para chegarem aos seus fins, esforçam-se por atingi-lo por meio dos padres, e tudo isso com uma astúcia acabada. O interesse, aliás, que atrai esses padres não é outro senão o de conquistar insensivelmente os indígenas à sua doutrina, e de inspirar-lhes aversão pelos sectários de qualquer outra fé; dentro em breve, farão brotar rivalidades com as diversas seitas e ocasionar revoluções e guerras, de onde pode resultar que se tornem os senhores de todo o Império.

[11]: "(...) perseguiram os missionários a ponto de fornecerem a Ieiás a artilharia (...)"

A política dos holandeses era a da fidelidade absoluta ao *shôgun*. Dentro dessa linha, participaram não só como simples fornecedores de armas, como afirma Aluísio Azevedo, mas também, diretamente, no massacre de Shimabara. Citaremos um viajante de origem alemã, do século XVII, Engelbert Kaempfer:

Quase quarenta mil cristãos, reduzidos a tomar um partido desesperado, pelas crueldades inimagináveis e os suplícios que muitos milhares de seus irmãos já tinham sofrido, e de que tinham escapado com dificuldade, amotinaram-se

retirando-se numa fortaleza antiga próxima de Shimabara, com a resolução firme de defenderem suas vidas até as suas últimas consequências. Nisso, os holandeses, na qualidade de amigos e aliados do *shôgun*, foram chamados a ajudar os japoneses no cerco dessa fortaleza e na destruição completa dos cristãos que estavam cercados. Kockebecker, na época diretor da representação e do comércio em Hirado, tendo recebido as ordens do *shôgun*, foi sem tardar a bordo do único navio holandês ancorado no porto de Hirado (todos os outros navios tinham feito vela no dia precedente, provavelmente porque temiam que se lhes pedissem da corte o mesmo serviço). Durante quinze dias, bombardeou a cidade com cento e vinte e seis tiros de canhão, tanto do barco em que se encontrava, quanto de uma bateria que fez instalar na praia, protegida pelos canhões dos holandeses. Essa condescendência da parte deles, e a atitude durante o cerco satisfez plenamente a corte, e embora os sitiados não parecessem dispostos, apesar de tudo, a se renderem, os bombardeios que sofreram diminuíram muito seu número e arruinaram suas forças. Kockebecker, enfim, teve a permissão de partir com o navio, depois de ter cedido os canhões para que os japoneses os utilizassem, além daqueles que se encontravam já na praia, e sem que se tivesse tomado em consideração que o navio se encontrava sem defesa para uma viagem tão perigosa quanto a viagem de então entre o Japão e a Batávia. A pressa submissa dos holandeses em executar as ordens do *shôgun*, no sentido da destruição total do cristianismo nos Estados, assegurou-lhes, é bem verdade, o estabelecimento no país e a permissão de fazer negócio, apesar dos projetos da corte de excluir todos os estrangeiros sem exceção.

[12]: "(...) Tokugawa Iyemitsu, filho e sucessor de Ieiás (...)"

Na verdade, o terceiro *shôgun* da Família Tokugawa, e que reinou de 1623 a 1651. Não se trata do filho, mas do neto de Ieyasu. Hidetada é o nome do filho do grande personagem, tendo reinado de 1605 a 1623, e segundo *shôgun* da dinastia.

[13]: "(...) todos os mais estrangeiros enxotados e logo corridos a bala (...)"

Durante as sucessivas administrações de Ieyasu, Hidetada e Iemitsu, houve uma política cada vez mais severa em relação aos missionários cristãos. Os dois primeiros *shôgun* mostravam-se mais conciliantes,

tentando distinguir as questões religiosas das comerciais. Iemitsu, ao contrário, não hesitou em reduzir o comércio estrangeiro para chegar ao seu fim, que era a supressão do cristianismo no arquipélago. Publicou para isso uma série de editos, entre 1633 e 1639, cuja diferença residia numa intransigência cada vez mais completa. Podemos ler no edito de 1633 o artigo seguinte: "4 – se o cristianismo papista continua se propagando, é preciso proceder-se a uma investigação rigorosa". No de 1636, ano que procede os acontecimentos de Shimabara, a lei torna-se ainda mais restritiva:

> Uma perquisição rigorosa deverá ser feita para se assegurar que não há cristãos. Aquele que comunicar o lugar onde se esconde um padre terá uma recompensa de 300 ou 200 *mai* de prata, segundo a importância do padre; todo aquele que der qualquer informação a esse respeito, será tratado de igual maneira. Uma patrulha de navios deverá ser feita, no caso de haver alguma particularidade a bordo de um navio, enquanto as instruções forem pedidas a Edo; e para essa patrulha, Omura deverá ser prevenida. Os espanhóis, os padres e todos aqueles que esses nomes sujaram, durante o exame do caso, deverão ser postos na prisão de Omura. A busca de padres deverá ser feita a bordo de todos os navios. Os descendentes dos espanhóis e dos portugueses não poderão permanecer no Japão. Aquele que violar esta ordem será punido com a pena de morte, assim como sua família, segundo a gravidade do crime.

Em 1639, as autoridades japonesas promulgaram editos ainda para proibir ao máximo a chegada de religiosos no Japão.

[14]: "(...) a um tal Francisco Caron, que em 1640 era o chefe da feitoria (...)"

François Caron, nascido em Flandres (1600-1673), embora de família francesa. Com 19 anos, embarcou num navio da Companhia Holandesa das Índias Orientais para o Japão, onde começou sua carreira no empório holandês de Hirado, como empregado modesto. Consagrou a vida inteira ao desenvolvimento do intercâmbio comercial com o Extremo Oriente. Em 1639, era o diretor desse entreposto, dois anos mais tarde deixou o Japão para assumir cargo importante nas colônias holandesas. Voltou, em seguida, à Europa onde se empregou na Companhia Francesa das

Índias e se naturalizou francês. Caron, em 1648, publicou em Amsterdã uma descrição do Japão e morreu em 1673 num naufrágio na entrada da foz do Tejo, em Lisboa.

[15]: "Maximiliano Lemaire, que, com a morte de Caron, o substituiu (...)"

A substituição foi feita em 21 de maio de 1641, depois, não da morte de Caron, mas da sua partida do Japão.

[16]: "Essa filha artificial (...) chamou-se Dechima (...)"

Acrescentamos algumas precisões. Foi alguns anos antes que o governo shogunal ordenou aos negociantes de Nagasaki de melhorar essa ilhota e de transferir para aí suas atividades. Em 1936, Dejima era o único lugar que os portugueses tinham direito de frequentar. Depois da rebelião de Shimabara, durante o inverno 1637-1638, os portugueses foram definitivamente expulsos do Japão, e tiveram de deixar Dejima. Foi somente em 1641 que os holandeses construíram suas instalações em Dejima (até então em Hirado) e permaneceram até o século XIX. Durante o período de enclausuramento do Japão, Dejima foi a única abertura do país para o estrangeiro.

A ilhota artificial tinha uns 130 ares de superfície. Era uma estreita faixa de terra, descrevendo de modo grosseiro dois arcos concêntricos; o lado convexo media mais ou menos 215 m, ao sul, e o lado norte 175 m, mais ou menos, ligado ao porto de Nagasaki por uma ponte. Durante os dois séculos de ocupação holandesa, cerca de sessenta construções foram feitas, entre elas depósitos, casas e escritórios. Nos terrenos desocupados, os holandeses fizeram jardins e mesmo criações de animais domésticos, como conta Aluísio Azevedo. O controle do pessoal residente em Dejima era escrito, a ponte vigiada por guardas, e as transações sempre feitas pelo intermédio de intérpretes japoneses, a comunicação com Nagasaki permanecendo proibida. Só as prostitutas e os bonzos entravam na ilha, só o governador holandês de Dejima podia deixar a cidade uma vez por ano e apresentar-se na capital shogunal.

[17]: "(...) o povo começou de alcunhá-las de "Ovelhas" e Cabras (...)"

A heroína do romance de Pierre Loti, *Madame Chrysanthème*, assim como Cio Cio San, personagem central da adaptação musical do romance, a ópera *Butterfly* de Puccini, eram também *rashamen* ("carneiros", ao pé da lera), mulheres galantes de condição humilde, destinadas especialmente aos estrangeiros.

[18]: "(...) até 1853, quando um grito de alarma e de cólera ecoou por todo o país (...)"

Data da abertura dos portos ao Ocidente. Não se deve, de forma alguma, menosprezar o papel que os holandeses tiveram durante os séculos de fechamento, pois sua presença assegurava ao Japão uma quantia apreciável de permutas com o Ocidente. Viu-se desenvolver em Nagasaki aquilo que de hábito se chama de *Rangaku* ("estudos holandeses", *ran* sendo a abreviatura de *Oranda*, Holanda). A lei que controlava as atividades dos holandeses em Dejima, com efeito, exigia intérpretes japoneses para quaisquer contatos entre os dois povos. Ora, esses intérpretes obtiveram do governo shogunal permissão para estudar a língua escrita holandesa, o que lhes abria ao mesmo tempo a porta do conhecimento mais aprofundado da cultura ocidental. Essa autorização é de 1720, e eis a carta dirigida ao governo shogunal por um grupo de intérpretes de Nagasaki:

> Somos todos *tsushi* ("intérpretes") de Nagasaki, autorizados pelo governo desta cidade e designados por ele a ocuparmo-nos dos negócios comerciais com os holandeses.
> Pudemos constatar que os holandeses são um povo extraordinariamente inteligente; possuem muitos instrumentos novíssimos, espantosos, e têm muitos livros que não conhecemos, mas que nos parecem muito interessantes. Pensamos que se nos instruíssemos com os holandeses, isso seria muito útil para a sociedade do Japão. Cremos que os holandeses não são um povo muito religioso; não procuram nunca nos impor sua religião e nunca tratamos das questões religiosas. Por conseguinte, queiram ter a bondade de nos permitir de aprender a língua holandesa, para que possamos nos instruir com as coisas

> da Europa. Se isso se tornasse nocivo, cessaríamos imediatamente. Não o desejamos para o nosso interesse pessoal, sinceramente, mas pensamos no interesse do Japão.
>
> (Julho de 1719) Assinado: Aoki-Bunzu, Nishi-Zengaburo, Yoshio-Kosaku.

O intérprete Aoki tornou-se, então, o primeiro especialista dos "estudos holandeses"; publicou em 1723 um dicionário flamengo-japonês e uma gramática. Ao contrário dos chineses, com efeito, e na mesma época, os japoneses estavam curiosos por novas técnicas, e desde o início do século XVIII importaram inúmeros instrumentos científicos, mapas e livros. Em 1711, nada menos de 140 caixas de livro desembarcaram em Nagasaki. Mais tarde, em 1811, o *bakufu* vai criar uma agência oficial de traduções. Apesar das leis muito restritivas quanto à autonomia dos senhores feudais, os *daimyô* do sul (geograficamente próximos de Nagasaki) vão se beneficiar dessa porta de entrada, tentando utilizar em proveito próprio todas essas inovações. É importante considerar esse fenômeno, de modo a melhor compreender o papel que essa mesma região do Japão representará nos acontecimentos políticos da segunda metade do século XIX. Foi assim que, em 1850, em torno de Nagasaki, e graças às indicações técnicas de uma obra holandesa, construiu-se um forno que permitia a fundição de canhões modernos. Aliás, bem depois da abertura dos portos aos ocidentais, Nagasaki continuou sendo um centro siderúrgico de primeira importância, e sede dos estaleiros navais japoneses, e isso até nossos dias. Por outro lado, o contrabando servia para armar os *samurai* ligados aos *daimyô* sulistas, esses mesmos que aparecerão mais tarde na cena política, durante os anos que precedem a restauração Meiji.

Além das armas de fogo, entretanto, o *rangaku* dava acesso a outras produções ocidentais. Assim, já no século XVIII, traduziu-se muitas obras de medicina e anatomia, e construiu-se o primeiro observatório astronômico em Edo, em 1744. Mais ou menos na mesma época, 1745, sábios japoneses interessaram-se pela botânica e pela zoologia, e entre eles K. Inaghe, que deixou um diário no qual encontramos o seguinte:

> Li, traduzido do holandês, a obra de Meyer, sábio alemão. Esse Meyer fez um estudo muito aprofundado da classificação dos animais europeus, e

> explica sua fisiologia e anatomia. Reli o livro com meus amigos Tamura, Goto, Hiragha, Saeghi, três vezes num só mês. Aprendemos muito sobre os animais, mas lamentamos vivamente que a maioria dos animais descritos seja desconhecida no Japão, por exemplo, o *zo* (elefante), *shihi* (leão), *tora* (tigre), *hio* (leopardo), etc.
>
> Fazer vir esses animais seria muito difícil, e na obra de Meyer há poucas pranchas; logo, não é fácil compreender, sendo necessário imaginar os animais.
>
> De que grande interesse para nós não seria uma coleção de todos esses bichos!

Obras literárias foram igualmente traduzidas em japonês, entre as quais seria necessário citar as *Viagens de Gulliver,* que teve um grande sucesso ao sair em 1774. Entretanto, a obra de Swift não foi o primeiro livro europeu a ser traduzido em japonês. Essa honra pertence às *Fábulas* de Esopo, que saiu muito antes, no tempo dos missionários cristãos, em 1583, traduzidas por um jesuíta português. Enfim, para terminar, seria preciso sublinhar a grande popularidade no Japão das lendárias campanhas napoleônicas, e isso, desde 1818. Já em 1837, uma biografia de Napoleão Bonaparte foi escrita, por Kokki San'ei, em que, pela primeira vez, aliás, acha-se empregada no Japão a palavra – no sentido dos filósofos do Iluminismo – *jiyû* (liberdade)...

[19]: O Comodoro Perry

Matthew Calbraith Perry (1794-1858), o primeiro ocidental a penetrar no Japão com uma frota naval moderna. O comodoro Perry era um oficial antigo e eminente da marinha americana. Aceitou, não sem hesitar, o comando do Pacífico, pois não queria suportar o tratamento reservado pelas autoridades japonesas a qualquer tentativa de aproximação por parte dos países ocidentais. Exigiu do governo que forças militares proporcionais à sua posição fossem postar às suas ordens. Foi em 8 de julho de 1853 que sua frota, composta de quatro navios, dois a vapor, dois à vela, lançou âncora na enseada de Uraga. Essa força recebera ordens do presidente Fillmore de não tolerar humilhações de nenhum tipo, estar pronta para a ação, e só receber funcionários de categoria elevada para serem ouvidos pelo comodoro. Além disso, trariam uma carta pessoal do presidente americano, na qual explicava que Perry

buscava somente a amizade dos japoneses, a possibilidade de reabastecer-se em carvão, garantias para os marujos americanos naufragados perto das costas japonesas, e permissão de comerciar. Na capital do *shôgun*, as autoridades decidiram receber a embaixada americana, o que foi feito em 14 de julho, com toda solenidade. A carta do presidente americano, além dos pedidos já mencionados continha ameaças apenas encobertas, no caso em que as solicitações não fossem satisfeitas. Com efeito, declarava que o comodoro Perry viria novamente no ano seguinte buscar a resposta com uma esquadra "mais poderosa".

Foi o caso, pois o comodoro Perry voltou ao Japão em 12 de fevereiro de 1854, bem mais cedo que previsto, porque o oficial americano temia que outros concorrentes ocidentais aproveitassem o sucesso da sua missão para entrarem em contato, também, com o Japão. A respeito disso, seria bom lembrar o clima de competição internacional que opunha então ingleses e americanos, os primeiros alargando a dominação sobre a China, e os segundos afirmando a vontade de impedir qualquer monopólio sobre um mercado que parecia imenso. Nessa época, escrevia o comodoro Perry:

> Quando consideramos as possessões da nossa grande rival marítima, a Inglaterra, no Extremo Oriente, e os progressos constantes e rápidos de suas bases navais, devemos compreender a necessidade que há para nós, de tomarmos medidas urgentes. Felizmente, o Japão e outros arquipélagos do Pacífico não caíram ainda nas mãos desse governo insensato; e alguns se encontram no caminho de um comércio destinado a se tornar de uma grande importância para os Estados Unidos. Não deveríamos perder um só minuto a tomar medidas ativas para assegurarmo-nos um número suficiente de portos de abastecimento.

A segunda esquadra do comodoro Perry era com efeito mais poderosa, nove navios ao todo. Não representava somente ameaças, todavia, porque os americanos tomaram o cuidado de trazer numerosos presentes – armas, munições, livros, bebidas, batatas, e um trem de verdade em tamanho reduzido, que teve enorme sucesso. O *shôgun* devolveu a seu turno o gesto amistoso, oferecendo os presentes tradicionais japoneses, o sakê e o peixe seco – julgados insuficientes pelos americanos – e quatro cachorros. Entretanto, o essencial foi a assinatura de um tratado de comércio em 31

de março de 1854, prevendo intercâmbios e a abertura de dois portos, Shimoda e Hakodate, aos barcos americanos. Esse tratado é conhecido pelo nome de Kanagawa, a cidade onde foi assinado.

[20]: "(...) e traficar nos proibidos portos de Chimoda e Hakodate".

Hakodate se encontra em Hokkaido e Shimoda ao sul de Tóquio. Esses dois portos serviam de escala técnica para os barcos americanos, para o reabastecimento de carvão, sem interesse propriamente comercial.

[21]: "(...) dessa raça que agora se elevava já mais além de 40 milhões de indivíduos".

Retifiquemos os números de Aluísio Azevedo. A população japonesa, durante o período Tokugawa inteiro, situou-se em torno dos 30 milhões de habitantes. Logo após a reforma Meiji, essa estabilidade demográfica foi substituída por um crescimento acelerado, de onde vem a necessidade de encontrar uma solução pela imigração para outros países. Eis o quadro da população japonesa:

1880	38 milhões
1890	40 milhões
1900	44 milhões
1910	49 milhões
1920	55 milhões
1925	59 milhões

[22]:"(...) erram certos europeus, inclusive Larousse no Dicionário, quando chamam Nippon a grande ilha central (...)"

Com efeito, encontramos no *Grand Dictionnaire Universel du XIXe siècle* de Pierre Larousse, publicado em 1873: "As ilhas mais importantes de que se compõe esse vasto império são: Niphon, no centro, a maior de todas, Yeso ao N., Sikokf ou Xicoco ao S., e Kiusiu no S.O." (...).

[23]: "(...) pela macaqueação da arte europeia e do industrialismo cosmopolita e banal".

Wenceslau de Moraes dá a seguinte descrição de uma feira internacional em Kyoto, de abril-maio de 1895 (*Dai Nippon*, 1897, p. 196):

> Atravessamos o canal glauco e dormente, galgando a pontezinha curvada em arco de frecha; e então na planura vasta, arborizada e fresca, onde mil indústrias estendem arraiais e oferecem os seus produtos aos que chegam, uma coisa gigantesca se destaca, surdindo de um nimbo de chuva repuxante, – é a fonte monumental da entrada.– Ah! mas esta fonte é um horror, é ignóbil, a única monstruosidade onde os meus olhos ainda se pousaram no Japão; o mármore trabalhado num grupo humano qualquer sem nome, feito às sovinadas casuais do escopro, num arremedo vilíssimo de escultura ocidental. Ai japoneses! se a tanto vos levou o modernismo, mas se sois ainda zelosos da vossa honra, da vossa tradição, por que não colocastes aqui um grande letreiro em letras gordas, em linguagem compreensível aos poucos estrangeiros que vêm, alheios provavelmente ao que sois e ao que fostes, como uma explicação bem necessária? Deverieis dizer: – o povo, que ergueu este mono em pedra à entrada do templo da sua arte e da sua indústria, é o mesmo que fez o Buda de Nara, que povoou de templos maravilhosos a santa cidade de Kioto e o Japão inteiro, que criou para enlevo dos olhos uma adorável arte de encantos, sem paralelo no mundo"; – e estava dito tudo.

[24]: "Uma alçada, de imediata confiança do Governo Central, composta de cinco membros (...)"

Isto é, o *rôju* (ver "instalava-se Ieiás com a sua esplêndida Corte", capítulo 2, nota 36).

[25]: "(...) dos vícios caros e vaidosos de que se fazem os pronunciamentos e as plutocracias".

Toda a passagem é francamente devedora do texto de Georges Bousquet:

> Um estrangeiro que tivesse visto, há trinta anos, desenrolar-se diante dos olhos o quadro do feudalismo, com certeza não teria hesitado em predizer-lhe ainda uma longa duração. Todas as causas de perturbação que o derrubaram pareciam afastadas. Nem querelas religiosas, nem rivalidades dinásticas, nem quaisquer reivindicações filosóficas e populares contra o direito divino, desenvolvimento industrial algum, nem quaisquer instintos igualitários. Cada classe estava feliz nos limites que lhes eram fixados; a abundância evitava os levantes; a simplicidade dos costumes afastava os apetites revolucionários e a formação de uma plutocracia rival da aristocracia. O povo suportava facilmente o jugo secular, mas por outro lado paternal; a nobreza gozava em paz os prazeres delicados do espírito, livre para o prazer, impotente para a desordem. As relações diversas de todos os elementos sociais entre si estavam regulamentadas metodicamente e pontualmente observadas; tudo no Estado e no país funcionava pelo metrônomo, e se a felicidade dos povos consiste na imobilidade, nunca se viu com certeza na terra uma idade de ouro comparada a esta (Volume 1, p. 37).

[26]: "(...) as delícias coreográficas que lhe davam entre sorrisos os maikos (...)"

Maiko: expressão usada em Kyoto, a aprendiz *geisha* (ao pé da letra, "pequena dançarina"). Em Tóquio, são chamadas *hangyoku* ("meia joia").

[27]: "o Japonês foi sempre, assevera-o Georges Bousquet, tão lógico e firme quanto cortês e humano".

A passagem é a seguinte:

> O comportamento dos japoneses nesse ponto foi sempre firme e lógico. Cada vez que uma tentativa se produziu, eles a afastaram, com cortesia, de início, e sem violência inútil; mas quando, diante da recusa, se respondeu por uma insistência fora de propósito, tiraram da espada e só a puseram novamente na bainha após terem feito justiça aos inimigos do seu repouso (Volume 1, p. 35).

[28]: "(...) a América do Norte em 1852 sonhava com uma nova e grande linha marítima que unisse pelo Oceano Pacífico a Califórnia à China (...)"

Seria preciso lembrar que os americanos, partindo da Nova-Inglaterra, avançaram em direção do oeste, e que essa marcha achou, por via marítima, um prolongamento lógico nos mercados asiáticos. A anexação da Califórnia era muito recente, 1848; e os contatos com a China já tinham começado desde 1784, com a instalação de uma colônia pequena em Cantão; e que os navios baleeiros numerosos (quase 200) procuravam a sua presa nessas águas, precisamente, e vêm daí os muitos naufrágios e os incidentes repetidos com as autoridades japonesas. A esse respeito, nada melhor que reler um trecho do romance de Herman Melville, *Moby Dick*, publicado nos Estados Unidos em novembro de 1851:

> Foi o caçador de baleia que, em primeiro lugar, fez uma brecha na política ciumenta da coroa da Espanha com referência às suas colônias, e se o espaço não fosse medido, poderia provar claramente como, graças aos baleeiros, elaborou-se progressivamente a liberação do Peru, do Chile e da Bolívia do jugo da velha Espanha e como, desde então, uma eterna democracia pode lhe suceder.
>
> Foi um caçador de baleias que mostrou aos olhos abertos do mundo, essa grande América dos antípodas, a Austrália. Depois da primeira descoberta, por engano, feita por um holandês, todos os demais navios evitavam suas costas como a peste, só um baleeiro descansou aí, dando à luz essa colônia agora poderosa. Além do mais, às vésperas das primeiras instalações australianas, os emigrantes muitas vezes foram salvos da fome pelo biscoito caridoso do baleeiro que chegava, felizmente, para ancorar em suas águas. As inúmeras ilhas da Polinésia estão de acordo para proclamar a mesma verdade, homenageando o comércio feio com os baleeiros, que abriram o caminho aos negociantes e missionários, levando-os muitas vezes até seu destino. E se o Japão, esse país trancado a duplo ferrolho, um dia se tornar hospitaleiro, é somente ao baleeiro que caberá o mérito, estando aliás em vias de o conquistar.

[29]: "(...) e que a chegada do comodoro Perry nada mais fizera do que precipitar-lhes os efeitos".

Os historiadores de hoje não dissociam as duas causas principais de desagregação do sistema político dos Tokugawa. Por um lado, o abalo real provocado pela aparição dos primeiros *kurobune* ("navios negros"), porque vinham confirmar a superioridade tecnológica dos ocidentais, e fazer com que o Japão temesse um destino idêntico ao do continente asiático (no mesmo momento, presa das grandes potências ocidentais, situação de forma alguma desconhecida no Japão de então). E por outro lado, a existência de outros elementos de corrosão, internos, que podem explicar melhor o desaparecimento tão rápido do *bakufu*.

Aluísio Azevedo afastava voluntariamente essa dupla argumentação, temendo que ela encobrisse uma distorção da história em proveito dos interesses colonialistas ocidentais. O conhecimento da história japonesa, aprofundado depois dessa época, não lhe dá, entretanto, razão. Transcrevemos, então, dois comentários sobre o problema. O primeiro é contemporâneo de Aluísio Azevedo, e provém como sempre de Bousquet. Trata-se precisamente da argumentação que Aluísio Azevedo refutava:

> Um vírus secreto, entretanto, roía do interior a constituição do país. Toda forma de governo contém dentro de si o germe das doenças que terminarão por destruí-lo, se não forem combatidas a tempo. As oligarquias oscilam entre dois perigos: o abastardamento e a anarquia. E tudo na organização legada por Ieiás parecia próprio a excluir o segundo e a favorecer o primeiro. As precauções tomadas contra a turbulência e a ambição dos daimos deviam, reduzindo-os à impotência, conduzi-los rapidamente à apatia. Aconteceu a mesma coisa com o shogun, pacífico detentor de um poder ilimitado. Por toda parte, o poder terminou por cair das mãos imbecis dos príncipes, nas mãos dos ministros, ou "karo", e – sintoma sempre grave – a autoridade deixou de pertencer aos que a representavam.
>
> Quanto ao shogunato dos Tokugawa, no início, sua força principal provinha do fato de que servia às famílias aliadas de Ieiás, de traço-de-união e de ponto de apoio contra a autoridade do micado e a influência dos antigos chefes de clã. Mas a preponderância de uma mesma casa cansava a aristocracia. Procurou-se um rival a esses dinastas consagrados pelo tempo; e não se encontrou nenhum outro de importância tão considerável, senão na descendência divina do sol. A partir

> do século XVIII, começou uma reação, em proveito do poder micadoal, de que a província de Mito era o centro. Foi lá então que, em 1715, sob o célebre daimyô Hitsû Kugni, apareceu um livro sábio, o *Dai Niphonsi*, ou História do Japão, cujo pensamento fundamental era a demonstração de que o soberano verdadeiro era o micado, e não o shogun, e de que o déspota de Yedo era apenas um vassalo insubmisso e infiel. Essa demonstração era necessária, porque a origem de ambos os poderes tinha-se tornado tão misteriosa que muitos japoneses não poderiam dizer qual o verdadeiro soberano do Japão. A ressurreição do puro "Shinto" – teoria cosmogônica e religiosa que atribuía à raça micadoal uma origem divina – veio fortalecer os esforços. Em honra do ' trono e do altar', produziu-se uma efervescência de espírito, ainda bem platônica e literária, comparável a que se viu explodir na França por volta de 1815 em honra da dinastia legítima. O príncipe de Mito ia até mesmo, em 1840, levantar a bandeira da revolta e começava a fundir os sinos dos templos budistas para fabricar canhões, quando o "Bakufu" fechou-o numa prisão, retendo a tempo o levante, e de onde só saiu em 1855, em meio ao pânico provocado pela chegada dos estrangeiros. Os grandes senhores feudais, invejosos da autoridade do shogun, pensaram em fazer da corte de Kioto um instrumento para depô-lo, o qual deveu imediatamente, para evitar uma ruptura aberta, retomar um hábito caído em desuso há muito tempo, e ir em visita oficial à corte imperial para prestar homenagem ao micado. Assim, ao mesmo tempo que uma vetustez inevitável condenava os pequenos governos locais, as rivalidades acesas ameaçavam o 'Bakufu', que os mantinha ainda reunidos em feixe. O edifício ia se deslocar de todos os lados, ao mesmo tempo. Essas causas, entretanto, agiam lentamente sobre um organismo automático, não produziriam os efeitos senão muitos anos depois, se não fossem os acontecimentos que vieram precipitar a ação, com a chegada dos navios americanos (Volume 1, p. 37-39).

Completaremos o panorama do problema, citando agora um historiador atual, Jacques Mutel (*Le Japon – la fin du shôgunat et le Japon de Meiji – 1853-1912*, p. 45), que tenta pôr em ordem essas questões da seguinte maneira:

> Montesquieu escreveu em *Grandeur et décadence des Romains*: "... e se o acaso de uma batalha, isto é, de uma causa particular, arruinou um Estado, havia uma causa geral que fazia com que esse Estado devesse perecer numa

única batalha". Resta a saber por que o Bakufu pôde ter sido assassinado tão rápido. Por pouco que se possa ver claro na questão, e a restrição tem a sua importância, quatro séries de causas convergentes parecem ter um certo valor explicativo. 1. De início se trata de uma sociedade militar, na qual os guerreiros são os únicos agentes políticos, mas onde os progressos técnicos já são tais que a adoção de técnicas maquinistas na produção ou na guerra é possível. 2. O valor supremo dessa sociedade é representado pelo prestígio imperial, que simboliza a duração nacional, e que é reativada pela ameaça estrangeira, a ameaça colonial. 3. Os agentes da destruição do Bakufu são ao mesmo tempo a política de Satsuma e de Chôshû (dois clãs do sul do Japão, que tomaram ao mesmo tempo a iniciativa de bombardear navios ocidentais, em 1863 – episódio final do 5º capítulo de Aluísio Azevedo – e que após as represálias tentaram aproveitar o contato com essas potências, para modernizar seu armamento e a ambição dos guerreiros, sobretudo dos mais jovens. A política de *Satchô* (Satsuma + Chôshû) reuniu todas as contradições, sem entretanto se desqualificar aos olhos dos partidários: foi ao mesmo tempo a favor e contra o Ocidente, a favor e contra o Imperador. 4. O fim último do novo sistema era, de fato, um Bakufu reforçado e aceitável pela legitimação que lhe teriam trazido o Imperador e o sucesso.

[30]: "Entretanto, o Shogun Yeçada (...)"

Nesse momento, todas as decisões eram tomadas pelo dirigente do conselho dos anciãos (o *rôju*), Abe Masahiro, nesse cargo desde 1845, e que teve de receber o comodoro Perry em embaixada. Rompeu então com a política autocrática dos Tokugawa, consultando a opinião dos *daimyô* e dos altos funcionários. Também tomou a iniciativa de libertar o chefe de Mito, Tokugawa Nariaki, ultranacionalista prisioneiro, e de suprimir a proibição de construir barcos grandes, de estabelecer locais para a instrução militar, e o ensino das ciências estrangeiras. Foi o mesmo Abe Masahiro que assinará em 1854 o primeiro tratado com os americanos.

Além disso, existe no texto de Aluísio Azevedo um problema de cronologia nos reinados dos *shôgun*. Quando pela primeira vez os americanos chegam ao Japão, em julho de 1853, encontrava-se ainda no trono Tokugawa Ieyoshi, idoso, doente, pouco inclinado a participar das questões de Estado e, por essa razão, substituído de fato por Abe Masahiro, chefe do conselho dos anciãos. Só um mês depois, em agosto de

1853, depois da morte de Ieyoshi, é que subirá enfim ao trono Tokugawa Yeçada.

[31]: "E já sobre a hesitação deste começavam os príncipes do sul a fazer carga (...)"

Já nos referimos, com efeito, aos feudos poderosos e hostis aos Tokugawa, que se encontravam no sudoeste do país. Como todos os demais, esses feudos tinham reconhecido a supremacia dos Tokugawa em 1600, após a batalha de Sekigahara, embora a lembrança da derrota não se tivesse de todo apagado. Trata-se de Satsuma e Chôshû, domínios que pertenciam às famílias Shimazu e Môri. Satsuma era o segundo produtor de arroz, entre as demais províncias, Chôshû o nono. Além do mais, possuíam um grande potencial de guerra, sem contar a posição geográfica vantajosa, longe do controle do *bakufu*, e próximos de Nagasaki, o porto importador das armas de fogo, e foco do *Rangaku*. As duas famílias possuíam igualmente laços estreitos com a corte de Kyoto, títulos antigos, o que os fazia considerar os Tokugawa como algo arrivistas, e os fazia acreditar ter muito mais vocação para governar o país.

[32]: "Esta simples ordem do divino fantasma de Kioto fez vibrar (...) a alma de todo aquele bom povo (...)"

O período que segue a chegada dos americanos, até a restauração Meiji, logo, de 1853 até 1868, são quinze anos ricos de acontecimentos e de reviravoltas, que merecem um olhar atento, tanto mais necessário que os fatos e as datas fornecidas por Aluísio Azevedo são frequentemente imprecisos, assim como, aliás, os dos historiadores da época.

O comodoro Perry chega ao Japão, pela primeira vez, em 8 de julho de 1853. O *shôgun* de então era Tokugawa Ieyochi, velho e doente, e que morrerá aliás em 25 de agosto do mesmo ano (Aluísio Azevedo dá uma versão dramatizada do fato, totalmente improvável, p. 90, datando-o do ano seguinte, e trocando o nome do *shôgun*), tendo reinado de 1837 a 1853. O poder de fato, entretanto, como já lembramos, encontrava-se nas mãos do conselho dos antigos, o *rôju*, e sobretudo nas de seu chefe, Abe Masahiro, que é o homem que negociou com os americanos e assinou o tratado de Kanagawa, um ano mais tarde, no dia 31 de março de 1854,

exatamente. Aluísio Azevedo não menciona esse personagem importante, situa a morte do *shôgun* no momento do retorno dos americanos, e atribui os tratados diplomáticos a Ii Kammon, que ainda não tinha surgido na cena política (p. 90/91). Durante o outono de 1855, Abe Masahiro desaparece do primeiro plano político, em proveito de um novo chefe do *rôju*, Hotta Masayochi (que Aluísio Azevedo chama "Hotta Bishu", Bitchû sendo o nome da província de que era o *daimyô*, e ao qual atribui um papel secundário de emissário do *shôgun* junto à corte imperial, p. 86).

Hotta Masayochi vai tentar reduzir a influência dos grupos hostis a qualquer contato com os estrangeiros, e para tanto multiplica as diligências junto a todos os *daimyô*, a fim de contar com o mais largo apoio possível. Os *daimyô* fornecem respostas menos belicosas que em 1853, mas não vão até o ponto de aceitar novos tratados. Hotta Masayochi toma então uma iniciativa sem precedentes, depois da tentativa infrutífera de seu enviado Hayashi Akira (um dos negociadores, aliás, do tratado de Kanagawa de 1853), parte para Kyoto, ele próprio, na primavera de 1858, para ver pessoalmente o imperador Komei. Nada tendo podido obter do Imperador, Hotta Masayoshi retorna a Edo e prefere retirar-se da cena política, a seu turno. Foi então substituído por Ii Naosuke (Ii Kammon, no texto de Aluísio Azevedo, sendo um título), que assume o cargo de *tairô*, com plenos poderes. Nesse momento, além da questão delicada dos estrangeiros e dos tratados, um outro problema capital surge, a sucessão do *shôgun* Yeçada, no poder há pouco tempo, mas de saúde também delicada, sem herdeiros. Foi esse, sem dúvida, o núcleo central e verdadeiro dos debates e da luta pelo poder, encoberto pela bandeira da expulsão dos "bárbaros". Ii Naosuke consegue então impor seu candidato à sucessão, Tokugawa Iemochi, de treze anos, que substitui o precedente, embora a regência tenha sido assumida pelo próprio Ii Naosuke, o *tairô* em pessoa. Durante o período da ditadura de Ii Naosuke, um novo tratado foi concluído com os Estados Unidos, a Holanda, a Rússia, a Inglaterra e a França (o "Tratado das Cinco Nações"), e posto em vigor em 1859. Preocupada pela direção que tomavam os acontecimentos, a corte imperial fez chamar o *tairô* para prestar contas, o qual se contentou em enviar um dos seus colaboradores próximos, Manabe Akikatsu, que não conseguiu convencer a corte da necessidade de assinar tratados com o Ocidente. É apenas em 1863, três anos depois do assassínio de Ii Naosuke, que o Imperador pediu ao *shôgun* Tokugawa Iemochi para vir pessoalmente a Kyoto explicar os seus atos.

Para terminar o resumo, assinalemos que todos esses acontecimentos, e particularmente as três visitas à corte imperial (de Hotta Masayochi e do representante de Ii Naosuke, em 1858, e a do próprio *shôgun* Iemochi em 1863) são colocados juntos, por Aluísio Azevedo, no ano da chegada dos americanos, 1853.

[33]: "(...) então o Shogun correu em pessoa para lá".

A data dessa entrevista é, como acabamos de ver, bem mais tardia, de abril de 1863. E o *shôgun* é Tokugawa Iemochi, e não Ieçada. Aluísio Azevedo tem razão, por outro lado, de insistir sobre a importância do acontecimento, pois a última visita de um *shôgun* a Kyoto foi a de Iemitsu em 1634.

[34]: "Os ocidentais (...) nem sequer sabem ao certo qual é o verdadeiro chefe do Estado (...)"

Foi de fato o meio encontrado em 1853 para desembaraçar-se da esquadra do comodoro Perry. Aluísio Azevedo, entretanto, data a decisão do subterfúgio pela entrevista do *shôgun* com o Imperador, que sabemos, é bem mais tardia.

[35]: "O Shogun (...) chamou a nação às armas, dando aos daimos a liberdade de levantar exércitos e construir navios de combate".

Esse chamado às armas é real, não entretanto após a verdadeira entrevista do *shôgun* com imperador Komei, em 1863, mas logo após a partida do comodoro Perry, em julho de 1853, e lançado por Abe Masahiro.

[36]: "(...) ao grito de "Morram os Bárbaros! (...)"

Em japonês, *jôi*. A fórmula completa, todavia, era *sonno jôi* ("reverenciemos o imperador, expulsemos os bárbaros"), significativa pela presença do apelo ao Imperador, que se tornava assim o polo de reunião de todos os que se opunham à política de conciliação do *bakufu*.

[37]: "(...) o príncipe de Mito, então detido à ordem do Governo no seu próprio castelo desde 1841 (...)"

Tokugawa Nariaki, em prisão desde 1844, mais exatamente sob a inculpação de receptação de armas. Depois de ser liberado por Abe Masahiro, foi encarregado da defesa do litoral.

[38]: "Yeçada, desiludido e sagaz (...)"

A primeira estadia da esquadra americana estendeu-se de 8 de julho de 1853 a 17 do mesmo mês. Durante esse período, o *shôgun* era ainda Ieyoshi, morto logo após a partida dos navios ocidentais, no mês de agosto do mesmo ano. É então que Yeçada assume o posto.

[39]: "Justo um ano depois da primeira investida, o Comodoro Perry, pela primavera de 1854, surgiu de novo (...)"

O comodoro Perry, em missão na China, voltou um pouco mais cedo que o previsto, sete meses depois, no dia 12 de fevereiro de 1854. Já lembramos que o oficial americano temia ser precedido pelos russos e ingleses.

[40]: "(...) Yeçada é encontrado morto, estendido de bruços sobre os degraus do trono shogunal".

Tokugawa Yeçada, morto em 1858, no momento da assinatura do "Tratado das Cinco Nações", e não por ocasião do primeiro, após o retorno dos americanos em 1854. Além disso, Ieçada nunca se encontrou envolvido diretamente nos negócios do Estado, resolvidos todos pelo conselho dos anciãos. Era precisamente a sua incapacidade em assumir as funções, a ausência de herdeiros legítimos, e a espera de seu desaparecimento que provocavam tantas lutas pelo poder.

[41]: "Surge então à ribalta da história contemporânea do Japão a já anunciada figura de Ii Kammon no Kami (...)"

Mais uma vez, novas precisões se impõem, pois há de modo visível, em Aluísio Azevedo, uma diferença de quatro anos entre os fatos narrados

e os reais. Não somente a morte de Yeçada, ocorrida em 1858, mas também a aparição de Ii Naosuke (Ii Kammon) no mesmo ano, na cena política enquanto novo *tairô*, são igualmente fatos bem mais tardios em relação à presença da esquadra americana em Kanagawa. Nas linhas precedentes (p. 89), Aluísio Azevedo faz menção de "um romance japonês (que) conta o episódio histórico muito dramaticamente". Talvez pudéssemos aplicar a ele a frase do escritor Lafcádio Hearn, também no Japão nessa época, de seu *Japan an Attempt at interpretation* (1904): "Mesmo com os japoneses nenhum conhecimento científico de sua própria história era ainda possível." Lafcádio Hearn, referindo-se precisamente a esse período conturbado, queria dizer, de um lado, que os arquivos nacionais não tinham ainda sido classificados, nem mesmo reunidos, e que por outro lado, a história objetiva permanecia ainda abafada pelas lendas e preconceitos nacionalistas. E não seria inútil lembrar também que Aluísio Azevedo, sob esse aspecto, não fornece esclarecimentos, nem piores, nem melhores, que os seus contemporâneos, onde encontramos as mesmas imprecisões, o mesmo clima de lenda, muito espantoso se pensarmos que somente 40 anos separavam esses escritores dos acontecimentos a que se referem!

Comparemos, a título de exemplo, com a versão de Wenceslau de Moraes, em *Dai Nippon* (1897, p. 92):

> Três anos depois desembarca M. Harris (isto é, três depois da segunda viagem do comodoro Perry ao Japão, em 1854, que o escritor português não menciona como segunda), pretendendo habitar o país como representante dos Estados Unidos. O audacioso diplomata consegue ir a Yedo e falar com o shogun, a despeito das resistências que se lhe opõem. As suas propostas são estas: comércio livre entre os dois países, abertura dos portos de Yokohama e de Osaka, representação diplomática em Yedo. O shogun, que é então Yesada, resiste quanto pode, tergiversa; mas cede, por coação, por medo. Morre no dia em que se assina o tratado; e a voz do povo, que é muitas vezes a voz de Deus, vê nesta estranha coincidência mais do que um simples acaso, mas sim um misterioso desforço do partido conservador, que é dominante.

Wenceslau de Moraes sugere então, como explicação da morte de Yeçada, a existência de um complô nacionalista. Divergência então com Aluísio Azevedo, ou com o "romance japonês" que lhe serve de fonte;

mas a cronologia de Wenceslau de Moraes, entretanto, é mais exata, pois faz Yeçada morrer um ano antes, somente, da sua morte real, ao contrário da data menos generosa de Aluísio Azevedo, que coincide com o retorno dos americanos em 1854.

Se consultássemos o texto de Georges Bousquet, encontraríamos uma terceira versão desses acontecimentos, contados rapidamente, o que não exclui todavia as imprecisões.

[42]: "(...) a despeito da forte oposição levantada por Mito e outros intransigentes daimos do sul".

O que opunha os dois homens, Ii Naosuke, o regente, e Tokugawa Nariaki, o *daimyô* de Mito, além das divergências de política estrangeira, era na verdade a luta pela sucessão do *shôgun*. Tokugawa Yeçada não tinha herdeiros. Tokugawa Nariaki propunha seu filho Yoshinobu para a sucessão, jogando ao mesmo tempo a cartada do nacionalismo intransigente, tão caro à corte imperial, da qual esse homem político contava receber um apoio decisivo. O candidato de Ii Naosuke era Iemochi, moço de treze anos, que ele conseguiu nomear, assumindo ao mesmo tempo a regência durante a menoridade. Isso se passou em 1858, começo da administração de Ii Naosuke, que em matéria de política estrangeira, pregava uma solução de compromisso. Lembremos uma última vez, insistindo, que esses acontecimentos são datados por Aluísio Azevedo, quatro anos mais cedo, no momento do retorno do comodoro americano.

[43]: "(...) o próprio Comodoro Perry, que o toma pelo verdadeiro Imperador do Japão e firma com ele um tratado".

Impossível, evidentemente. Ii Naosuke tornou-se *tairô* em 1858, e por essa razão não poderia ter encontrado oficialmente Perry, enquanto representante do *bakufu*. Além disso, o tratado assinado pelos americanos em 1854 (o "Tratado de Kanagawa") não fazia menção de Nagasaki, citada por Aluísio Azevedo algumas linhas abaixo. Esse porto será objeto de um tratado posterior, o segundo, de 1858 (o "Tratado das Cinco Nações"), este sim, assinado por Ii Naosuke.

[44]: "(...) envia, por conta própria, uma embaixada à América do Norte"...

A embaixada, chefiada por Shimmi Masaoki, deixa o Japão a bordo do navio americano *Powhatan* em 1860, para ratificar na América o tratado de 1858.

[45]: "Outras potências estrangeiras, que espreitavam de perto a solução da cartada americana (...)"

De fato, as grandes potências ocidentais aproveitaram a brecha aberta pela diplomacia americana para assinar tratados análogos. É assim que, separadamente, houve tratados assinados com a Grã-Bretanha (14 de outubro de 1854), a Rússia (26 de janeiro de 1855), a França (7 de outubro de 1858), Portugal (3 de agosto de 1860) e a Prússia (25 de janeiro de 1861). Além desses tratados bilaterais, seria preciso mencionar o tratado mais importante, assinado em 1858 sob o nome de "Cinco Nações". Estipulava o estabelecimento na capital de uma representação diplomática, designava para o comércio os portos de Hakodate, Kanagawa, Nagasaki e Hyôgo, e como mercados abertos ao comércio as cidades de Osaka e Edo. Esse tratado entrou em vigor em 1º de julho de 1859, e em japonês é conhecido pelo nome de *Ansei gokakoku jôyaku* ("os tratados passados com cinco países durante a era Ansei").

[46]: "Não tardou a chegar ao Japão Townsend Harris (...)"

Foi o primeiro cônsul norte-americano, chegado ao Japão em agosto de 1856. Assumiu o seu posto em Shimoda. Comerciante de Nova Iorque, homem hábil e empreendedor, sem utilizar o argumento militar, soube obter das autoridades japonesas numerosos acordos, vantajosos para os Estados Unidos. Tentou opor uma política pacífica americana à que os países ocidentais praticavam então na China. Foi o principal responsável do tratado de 1858, muito desigual para o Japão, reduzido a uma espécie de mercado semicolonial, com tarifas alfandegárias fixadas pelos próprios países ocidentais, e o direito para os seus naturais de serem julgados por crimes cometidos no Japão apenas pelos representantes diplomáticos respectivos.

[47]: "Para documentar a acusação obtém com muita astúcia e audácia da entibiada Corte do Micado a correspondência secreta (...)"

Uma nova revisão dos acontecimentos se impõe. Ii Naosuke (Ii Kammon) instalou-se no poder, como *tairô*, em 4 de junho de 1858, algumas semanas antes da morte do *shôgun* Yeçada e do anúncio do nome do novo *shôgun*, Iemochi, seu protegido, no dia 4 de agosto do mesmo ano. Nesse meio de tempo, começou a substituir os funcionários favoráveis ao *daimyô* de Mito, seu adversário na questão da sucessão. Ao contrário da afirmação de Aluísio Azevedo, a questão da política estrangeira tinha nesse momento passado ao plano secundário. Ii Naosuke não foi, aliás, o autor do tratado de 1858, obra do seu predecessor, Hotta Mayoshi, que ele destituiu em 2 de agosto e afastou da cena política. Fora o chefe de Mito, poucos *daimyô* acreditavam na possibilidade de resistir aos ocidentais. A querela que ocupava os espíritos não era mais que a expressão do despeito que sentia o partido favorável a Mito, diante da tomada em mãos dos negócios do Estado pelo novo *tairô*, pouco preocupado, aliás, em consultar o conjunto dos *daimyô* para suas decisões.

Quanto à correspondência entre a corte de Kyoto e certos *daimyô*, houve de fato uma troca de cartas entre o imperador Komei e Hotta Masayochi em julho de 1858, e a notícia dos tratados assinados com os estrangeiros, chegou à corte no mês de agosto do mesmo ano. Em setembro de 1858 (dia 14, exatamente), o imperador Komei mandou uma carta aos Tokugawa de Mito e ao *bakufu*. O conteúdo é o seguinte:

> O Estado se encontra numa situação grave. O *tairô*, o *roju* e as três grandes pequenas famílias parentes dos Tokugawa, os *kamon*, os *daimyô tozama* e os *fudai*, todos devem deliberar em conjunto para se consultarem com um coração leal. Pela ajuda dada à família (shogunal) dos Tokugawa, a união durável dos nobres civis e militares para a paz do império deve permitir preparar o país a não sofrer nenhuma afronta dos estrangeiros. Essa é a vontade de Sua Majestade.

A reação de Ii Naosuke foi a de não acreditar que esse documento exprimisse a vontade do Imperador, mas bem mais a dos que o cercavam, influenciados por Mito, e ele decidiu então enviar um emissário (Manabe

Akikatsu) a Kyoto para explicar a situação real do país. Ao mesmo tempo as prisões começaram, e entre as primeiras, a dos responsáveis pela troca de cartas citada.

[48]: "(...) e acaba condenando Mito ao exílio perpétuo (...)"

As condenações iam do confinamento ao domicílio até a aposentadoria forçada para os altos funcionários, ou a condenação à morte de muitos *samurai*.

[49]: "(...) despedaçam a liteira e arrancam pelas pernas Ii Kammon, a quem cortam a cabeça (...)"

O episódio também é conhecido pelo nome japonês *Sakurada mongai no hen* ("o assassínio da porta *Sakurada-mon* do palácio shogunal"). A notícia do atentado não foi tornada pública imediatamente. Esperou-se mais de um mês, o tempo suficiente para se nomear um novo *tairô*, Ando Nobumasa. Esse acontecimento marca, muito mais que o fim da ditadura do *tairô*, o desaparecimento do único homem capaz de manter a força e o prestígio do *bakufu*. Depois dele, os anos que seguiram são os do declínio da instituição do shogunato, deteriorada através de ataques cada vez mais rudes.

Na verdade, o assassínio de Ii Naosuke colocava os *daimyô* no embaraço. Sob a acusação de terem assinado tratados comerciais com os estrangeiros sem a autorização do Imperador, poder-se-ia acrescentar a questão de saber o que eles teriam feito em seu lugar. Certamente a mesma coisa, com a vantagem que o antigo *tairô* tomou a responsabilidade de tais atos sobre si mesmo. Depois, após a morte de Ii Naosuke, foi o prestígio do *bakufu* que sofreu as consequências, o que atingia diretamente o clã de Mito, Tokugawa no final das contas, cujo declínio de influência começa exatamente nesse momento.

4º Capítulo

[1]: "(...) muitos indígenas curiosos, estalando por gosto o ocidental fruto até aí proibido pelas "Cem Leis (...)"

A política xenófoba japonesa se acompanhava, curiosamente, da necessidade de se pôr em pé de igualdade com o Ocidente, no plano técnico, de onde vêm as inúmeras iniciativas do *bakufu* e dos feudos, de enviar de início aos Estados Unidos, e depois à Inglaterra e à França, seus jovens *bushi* (fidalgos) para adquirirem essas formações. O período posterior à assinatura dos tratados é, entretanto, marcado por um grande mal-estar. As cidades destinadas ao comércio recentemente – como Yokohama, a mais cosmopolita – tornam-se rapidamente o equivalente das concessões chinesas, ou do oeste americano, com a chegada em massa de aventureiros e desclassificados de toda sorte. O comércio raramente era de boa-fé, e numerosos negociantes sem escrúpulos aproveitaram a ocasião. Um dos aspectos mais negativos foi a especulação dos metais preciosos. A relação entre o ouro e a prata no Japão dessa época era inferior à da Europa; o ouro variava de 6/1 a 12/1, ao passo que na Europa essa relação era da ordem de 16/1. Assim, o câmbio era nitidamente mais vantajoso para os europeus, que multiplicaram suas operações de especulação. Além do mais, se as exportações japonesas, nos primeiros tempos, tinham um excedente sobre as importações, em

1866, as compras de armas, as despesas para a fortificação das costas e dos portos, a modernização do exército fazem inverter a situação. Os preços agrícolas, também, só podiam aumentar, e o descontentamento geral quase sempre era canalizado contra o *bakufu*, acusado de ser o responsável por todos os males do país.

[2]: "(...) declarando a quem lhe ia falar em credenciais e exequatur que não lhe constava haver nenhum compromisso formal (...)"

A atitude do imperador Komei mudará somente em 1865, quando se deixará convencer pelo interesse da abertura do país aos estrangeiros, e quando dará sua aprovação aos diversos tratados.

[3]: "(...) e deu-lhes de conselho que procurassem pôr à sua frente os príncipes do extremo sul".

O fim da ditadura de Ii Naosuke corresponde a uma inversão da situação política japonesa. Se a oposição de inspiração nacionalista até então tinha sido conduzida pelos partidários do chefe de Mito; depois da sua morte, ocorrida nesse mesmo ano de 1860, o partido ficou eclipsado pela ascensão dos clãs do sul, daí para frente os campeões da facção hostil aos "bárbaros". Isso se explica em parte pelo fato de que o *daimyô* de Mito era um Tokugawa também, e que a oposição que ele representava não poderia nunca ir até o ponto de querer a destruição do *bakufu*. O historiador Jacques Mutel dirá:

> E (os membros do clã de Mito) se encontram na posição falsa de um ramo colateral ambicioso. Os Orléans ocuparam na França essa posição no leque das forças políticas, com a diferença que no Japão o ramo colateral podia reivindicar a força moral das idéias de legitimidade, uma legitimidade por procuração, se pudermos assim dizer, pois se trata da do Imperador. Nem completamente conservadores, nem completamente rebeldes, os homens de Mito só podiam seguir uma política: fazer eleger *shôgun* um dos seus, graças à agitação de que pareciam não ter a responsabilidade, e que arbitrariam por meio de uma delegação de poderes do Imperador.
>
> (*Le Japon – la fin du shôgunat et le Japon de Meiji*, p. 35)

[4]: "(...) a sua real intenção era, pelo menos antes de cuidar doutra coisa, combater o Shogunato".

Lembremos mais uma vez que, durante esses anos 1850/1860, o motor principal da agitação política era uma luta acerbada pelo poder. As facções inimigas procuram junto ao Imperador um apoio que lhes seria decisivo para a vitória, e o Imperador toma todo o cuidado de não tomar uma decisão cega. É claro, o argumento principal era o da expulsão dos "bárbaros". Esse argumento, antes de mais nada, era eficaz para combater o *bakufu*, acusado de ter contrariado as leis e a vontade imperial. Depois do assassínio de Ii Naosuke em 1860, o jogo político, todavia, torna-se ainda mais complicado, e não é nada fácil, mesmo hoje em dia, de lhe acompanhar todas as mudanças. Primeiro, é a eclipse do clã de Mito, que vinha perdendo prestígio, passando para outras mãos a bandeira do ultranacionalismo. Em contrapartida, os dois feudos do sudoeste do Japão aparecem para representar esse papel, por sua vez, Satsuma e Chôshû. Além desses competidores, e Mito, em pleno declínio, seria preciso também citar os partidários do *bakufu* ainda em vigor, o que nos eleva a quatro as forças políticas em jogo. Nesse tabuleiro de xadrez, a corte imperial e as potências ocidentais representavam o papel de juízes, embora tendo interesses opostos. A corte desejava a expulsão dos estrangeiros, e sem o seu apoio nenhuma força política em jogo poderia pretender ao poder. Os países ocidentais estavam prontos a responder militarmente em caso de ataque, mas, por outro lado, podiam fornecer material militar ou as técnicas de modernização do exército. Todas essas forças, na verdade, vão agir durante esses anos, cada uma a seu turno.

No começo dos anos 1860, os clãs Satsuma e Chôshû rivalizavam para aparecer como o melhor patriota, e o mais capaz de reforçar o país para enfrentar o inimigo. Em 1861, Chôshû propõe uma política de conciliação entre a corte e o *bakufu*, chamada *kôbu gattai*, que se tornará um ano depois a bandeira do outro clã, Satsuma. Este último obtém, sobretudo, o retorno à vida política de Yoshinobu, filho do chefe de Mito, e antigo pretendente ao trono shogunal, que Ii Naosuke afastou nos tempos de sua ascensão; Yoshinobu se torna, curiosamente, tutor do jovem *shôgun* Iemochi. Esses acontecimentos são de 1862. Chôshû, ultrapassado por Satsuma nessa estratégia de compromisso, tenta um lance ainda maior, adotando uma política belicosa. Aliam-se a outro clã do sudoeste do país, Tosa, e durante o verão de 1862 ocupam Kyoto, a capital imperial, onde organizam um governo e ordenam ao *shôgun* de fixar a

data da expulsão dos "bárbaros". Este não pode nem recusar nem passar à ação. Duas séries, então, de combates vão se desenrolar. Chôshû tomará a iniciativa de atacar os ocidentais, fazendo bombardear navios em Shimonoseki em 1863; e terá de enfrentar, por outro lado, alguns meses mais tarde, um exército que reúne forças pertencentes ao *bakufu* e ao clã Satsuma, que o forçam à capitulação. Da forma mais resumida e esquemática, eis aí então as peripécias e acontecimentos que são o objeto dos capítulos 4 e 5 de Aluísio Azevedo.

[5]: "(...) a esfera dos príncipes do sul, que eram muito unidos e poderosos (...)"

Já se lembrou, aliás, que o papel dos feudos do sul, durante os anos 1860, é semelhante ao que, exatamente na mesma época, o Piemonte representava para a Itália do Rissorgimento.

[6]: "Havia assumido a regência do Shogunato Ando Tsusima (...)"

Nome póstumo de Ando Nobumasa (1819-1871) que assumiu a direção do *bakufu* depois da morte de Ii Naosuke, na qualidade de novo *tairô*. Ando Nobumasa era partidário de uma política de conciliação entre a corte e o shogunato, a *kôbu-gattai* ("união da corte e do *bakufu*"), de que já falamos, e para isso aplicou todos os esforços. Conseguiu, particularmente, em 1861, realizar o casamento da princesa Kazu-no-miya, irmã caçula do imperador Komei, e do jovem *shôgun* Iemochi. Entretanto, essa política em plena febre anti"bárbaros", mereceu ataques por parte dos partidários da política sonno-jôi, e Ando Nobumasa foi alvo de um atentado nas portas do palácio shogunal, assim como o *tairô* precedente, Ii Naosuke, ao qual escapou, todavia, mas renunciando três meses mais tardes às funções.

[7]: "como ministro sucessivo do príncipe de Hikone".

Isto é, de Ii Naosuke.

[8]: "(...) mas ao mesmo tempo, para fazer crer que não persistiam divergências entre o Shogunato e o trono micadoal, abriu mão do príncipe de Mito (...)"

Essa medida fazia parte do *kôbu-gattai*. Não só o *daimyô* de Mito foi liberado, mas também todas as vítimas da repressão de Ii Naosuke. Tokugawa Nariaki, o chefe de Mito, em liberdade em 1860, morrerá no mesmo ano, o que põe fim ao prestígio desse clã, até então à frente do movimento nacionalista. O filho desse personagem, Yoshinobu, indicado num primeiro tempo para suceder Yeçada e afastado, em seguida, pela política de Ii Naosuke, em proveito de Iemochi, ressurgirá alguns anos depois para se tornar, afinal, o último *shôgun* Tokugawa.

[9]: "(...) que se realizou em 15 de dezembro de 1860".

De 1861, mais exatamente.

[10]: "(...) já os assassinos tinham galgado os fossos e mergulhado nas valas (...)"

O assassínio do chefe de Mito, narrado por Aluísio Azevedo, não é de forma alguma atestado pelos historiadores, mesmo os contemporâneos, que mencionam sempre o desaparecimento desse personagem, em 1860, mas como sendo natural. Ainda uma informação proveniente do "romance histórico japonês" consultado por Aluísio Azevedo?

[11]: "O sucessor natural de Mito era uma criança (...)"

Lapsus de Aluísio Azevedo. É o *shôgun* Iemochi que ainda é muito jovem; e não o filho do *daimyô* de Mito, Yoshinobu (1827-1913), regente, e com 33 anos de idade nesse momento.

[12]: "(...) o vulto juvenil e petulante de Mori Daizen, príncipe de Nagato (...)"

Chefe do clã Chôshû, que tornará em 25 de junho de 1863 a iniciativa de canhonear os barcos ocidentais fundeados no estreito de Shimonoseki.

[13]: "Mas esse contínuo gemido sem socorro pode transformar-se em uivo de tempestade feroz".

O movimento contra a presença dos estrangeiros teve três fases sucessivas. A primeira vai de 1853 a 1859, pacífica e legal, com a assinatura dos tratados, e a consulta dos *daimyô* feita pelo *bakufu*. A oposição, cujo homem mais representativo era o chefe de Mito, pregava uma política de reforma, e essa situação de equilíbrio vai ser quebrada pela ação de Ii Naosuke, que, a partir de 1858, vai pôr na prisão todos aqueles que poderiam representar um papel de importância nessa resistência. Começa em seguida, de 1860 a 1862, após então o assassínio de Ii Naosuke, um período marcado por movimentos, ao mesmo tempo, populares e terroristas, cujo primeiro ato espetacular foi, precisamente, a supressão do *tairô* Ii Naosuke. Nesse momento, o movimento nacionalista achava-se privado de seus chefes, afastados da política pelo antigo *tairô*, e ao mesmo tempo exasperado pelo início da aplicação dos tratados comerciais com as grandes nações. A ação desse movimento escapou completamente ao controle das autoridades, seja a do *shôgun*, seja a do imperador, caracterizando-se pela ação espontânea, atentados numerosos e sanguinários contra os estrangeiros e suas representações diplomáticas. O centro dessas atividades era a cidade de Kyoto, onde residia o *tennô*, em nome do qual todas as decisões eram tomadas. Além disso, esse movimento não achou apoio junto a nenhum feudo, cuja individualidade e ação só mais tarde apareceriam. Por último, a terceira fase, que vai de 1863 a 1864, é a época dos choques militares, nacionais ou internacionais. Os agitadores do período precedente foram afastados da política, e mesmo perseguidos, e são as províncias do sul do Japão, menos submissas ao controle do *bakufu*, que os substituirão na política de oposição aos estrangeiros. Trata-se de um retorno aos excessos nacionalistas de 1858 e 1859, e de uma decisão espontânea dos feudos do sul de iniciarem os combates. A partir dessa época, e depois da reação militar dos ocidentais, qualquer oposição organizada desapareceu no Japão. As duas forças antagonistas, o *bakufu* e os clãs de Satsuma e Chôshû decidiram armarem-se melhor para assegurar seu poderio; o primeiro deles junto aos franceses, os demais junto aos ingleses. Seguiu-se um período de calmaria, os adversários se preparavam para o choque definitivo, e após a tomada das rédeas do país pelo último *shôgun*, Yoshinobu (janeiro de

1867), o braço de ferro foi inevitável, e marcou o desaparecimento do sistema político criado pelos Tokugawa, com a capitulação do *shôgun* Yoshinobu em 3 de janeiro de 1868.

[14]: "(...) irrompem por aqui e por ali, em plena rua das duas capitais e das cidades imediatas, represálias cruéis (...)"

Sir Rutheford Alcock, historiador e diplomata inglês, autor de *The Capital of the Tycoon* (1863, p. 27), testemunho desse período preciso conta, em dois trechos de sua obra, o seguinte:

> Em nenhum outro lugar há uma afluência tão grande, salvo em certos terrenos de exploração do ouro, de gente sem fé nem lei originária de todos os países, e em lugar algum o perigo que podem fazer correr, e os danos que podem causar ao conjunto da sociedade e aos interesses da Nação, foram tão grandes quanto nessas regiões. Particularmente no Japão, um insulto ou uma briga quaisquer, que não teriam maiores consequências, provavelmente, nos países de seus autores, senão alguns ferimentos sem gravidade ou aborrecimentos causados a um ou vários indivíduos, podem aqui, num país sensível e vingativo, provocar o massacre e a ruína de todos os residentes estrangeiros, ou ser a faísca no estopim que fará explodir uma guerra entre as duas nações. ... A imprensa local, no Japão de início, depois, como uma onda que se propaga, em Shangai e em Hong-Kong, estava cheia de insultos e calúnias dirigidas mais particularmente contra mim, como praticando uma política de acomodamento e de conciliação com os japoneses, graças a uma série de concessões pusilâmines e sem limites...

E depois:

> E de que necessidade eram as recomendações oficiais, que qualificavam de delito o fato de cometer certos atos que poderiam ser perigosos, e de que se pensava poderem provocar choques com os japoneses, fatais para a paz e a segurança dos estrangeiros, deveria ser evidente – num lugar onde os súditos britânicos, formando uma sociedade muito misturada, foram levados a instalar suas residências – pelo simples fato que nenhuma violação das leis japonesas podia, *per se*, constituir um delito, se um regulamento apropriado e proibitivo não estivesse em vigor. Além do mais, o número de proibições subia para

> apenas cinco, dirigidas contra aquilo que poderia ser provavelmente o mais perigoso, como demonstrava a experiência passada. Eram: galopar a toda velocidade; atirar com armas de fogo na concessão; circular no lado proibido da estrada, que frequentemente é ocupado pela comitiva dos *daimyô* e a sua gente, levados em demasia a procurar um assunto plausível de disputa (como se teve depois exemplos particularmente funestos); dormir em localidades afastadas, onde nenhuma proteção adequada podia ser realizada; e enfim caçar, o que era estritamente proibido a qualquer indígena a menos de dez *ri* (40 quilômetros) da residência do Tycoon (o *shôgun*). Essas abomináveis "restrições à liberdade dos súditos, que chocavam os sentimentos dos ingleses", não tinham outro objetivo senão "oprimi-los e rebaixá-los aos olhos dos indígenas", nem outro motivo senão "conciliar-se e acalmar o governo japonês" através de "concessões pusilâmines e indignas", parecem-me, quanto a mim, razoáveis e despojadas de qualquer malvadez...

[15]: "(...) assassinam em Yedo a golpes de machado o Secretário da Legação norte-americana, Heusken (...)"

Heusken era o intérprete holandês do cônsul americano Townsend Harris (ver "não tardou a chegar ao Japão Towsend Harris", capítulo 3, nota 46)

[16]: "(...) são estranguladas as duas sentinelas inglesas (...)"

A onda de atentados dos anos 1860/1862 foi pontuada de incidentes semelhantes. O primeiro deles, do mês de agosto de 1859, é a morte de três marinheiros russos em Yokohama; mais tarde, o doméstico chinês do cônsul francês será morto, porque acusado de vestir-se à moda ocidental. Em fevereiro de 1860, foi a vez do capitão de um barco holandês. A todos esses incidentes, seria preciso acrescentar outros muitos atentados, contra japoneses que trabalhavam para os ocidentais, e a degradação da situação de todos aqueles que se tinham instalado na capital shogunal, Edo, onde o clima tornou-se insustentável a tal ponto, que começaram-na deixar progressivamente em benefício de Yokohama.

[17]: "(...) o assassínio do inglês Richardson (...)"

Foi no dia 14 de setembro de 1862, e é talvez o episódio mais conhecido da vaga de atentados – ao qual, aliás, o texto de Sir Rutheford Alcock, citado há pouco, faz referência indireta.

Richardson era um negociante inglês que passeava a cavalo com um grupo de compatriotas ao longo do *Tôkaidô* (a estrada que ligava Tókio a Kyoto, caminho obrigatório dos senhores feudais quando vinham à capital do *shôgun* cumprir as obrigações do *sankin-kotai* – consultar a nota "estabelece uma nova capital em Yedo, etc.", capítulo 2, nota 32). Na altura de Namamugi (o incidente é conhecido no Japão por esse nome), encontraram-se face a face com a escolta de um *daimyô* de Satsuma, um dos clãs exaltados do sul. A obrigação desses ingleses, obedecendo aos preceitos referidos por Sir Alcock, seria descer dos cavalos, em sinal de deferência. Não o fizeram, e a provocação de Richardson, enquanto seus companheiros fugiam, custou-lhe a vida. A última frase do inglês aos seus compatriotas foi: "Deixem-me fazer à minha moda. Vivi quatorze anos na China e sei como tratar essa gentinha".

[18]: "Os emissários partiram a galope para Yedo (...)"

Isso ocorreu em junho de 1862. Sob a pressão dos clãs de Satsuma e Chôshû, o Imperador mandou um emissário a Edo com certo número de incumbências, ente as quais a convocação do *shôgun* para vir a Kyoto tratar da expulsão dos "bárbaros". O homem escolhido pelo Imperador foi o *daimyô* de Satsuma, Shimazu, e foi exatamente no seu retorno a Kyoto em setembro de 1862, que se produziu o incidente Richardson, com sua escolta. Shimazu, com medo das represálias britânicas, retirou-se imediatamente às suas terras para preparar a defesa. Durante o período da sua estada em Edo, e depois da partida para o sul, o clã rival de Chôshû aproveitou para conquistar as boas graças da corte imperial e controlar, daí para frente, a situação. Lembremos que a política de Satsuma era mais moderada que a de Chôshû (ver "combater o Shogunato", capítulo 4, nota 4).

[19]: " Vigésimo oitavo dia do quinto mês" (25 de junho de 1862) .

A data de 25 de junho deve ser guardada, pois um ano, exatamente, depois da mensagem, o clã de Chôshû passará à ação, bombardeando os navios ocidentais em Shimonoseki.

[20]: "(...) Owari, Echizen, Uwajima e os outros postos em liberdade (...)"

O mensageiro do Imperador, o *daimyô* de Satsuma, que foi ter a Edo em junho de 1862, tinha como missão duas incumbências principais. A primeira, convocar o *shôgun* Iemochi à capital imperial, de maneira a lhe participar a vontade do *tennô* em expulsar os "bárbaros". Isso era o resultado da política belicosa do clã Chôshû, que intrigava nesse momento em Kyoto, clã francamente hostil ao *bakufu*. A outra incumbência do enviado imperial era o coroamento da política de aproximação entre a corte e o *bakufu*, defendida pelo clã de Satsuma, e consistia em pôr em liberdade e chamar novamente para a vida política as vítimas principais da ditadura de Ii Naosuke. Foi nesse momento que Yoshinobu, o filho do chefe de Mito, antigo pretendente ao trono shogunal, e exilado em seguida pelo *tairô* Naosuke, tornou-se tutor do *shôgun* Iemochi. Aluísio Azevedo o designa nesse trecho pelo nome de Owari, o feudo, na verdade, que lhe pertencia. Echizen, em seguida, e Uwajima, nomes de feudos igualmente, designam respectivamente Matsudaira Keiei e Matsudaira Katamori de Aizu, ambos nomeados aos altos postos de regente do *shôgun* e governador de Kyoto.

Lembremos de novo que as duas incumbências de que estava encarregado o *daimyô* de Satsuma, exprimiam as duas políticas que lutavam pelo apoio imperial, a do clã de Chôshû, mais radical, e a política de conciliação pregada pelo clã de Satsuma (a *kôbugattai*), expressa aqui pelo chamado à vida pública dos três grandes personagens nomeados há pouco.

O sucesso da embaixada, num primeiro tempo, veio ao clã de Satsuma. São eles que foram encarregados da missão, e o retorno dos três homens exilados fez-se segundo sua vontade. A balança, entretanto, ia oscilar para o lado de Chôshû, mais influente junto ao Imperador, sobretudo depois da partida de Kyoto do clã de Satsuma. Este, depois do caso Richardson, teve de enfrentar sozinho as exigências britânicas.

[21]: "punir com a supressão parcial nas rendas os daimos que se tinham posto ao lado de Ii Kammon".

Além dessa medida, tomada em outubro de 1862, seria bom acrescentar a supressão do antigo costume do *sankin-kotai*, a que nos

referimos novamente há pouco, e a diminuição das despesas da casa do *shôgun* em Edo, decisões que datam da mesma época, e que são significativas do declínio do prestígio dos Tokugawa.

[22]: "Os príncipes de Satsuma e de Tosa, acompanhados pelo de Magato, o jovem e ardente Mori (...)"

O feudo de Chôshû, formado por duas províncias, Suô e Nagato, era administrado pela família Môri. O de Satsuma, formado pelas províncias de Satsuma e Osumi, tinha como chefe Shimazu Misamitsu, que já mencionamos, a propósito do caso Richardson. A esses dois feudos, seria preciso acrescentar também os de Tosa e Hizen, nas províncias do mesmo nome, que completavam o conjunto dos oponentes mais decididos do *bakufu*.

[23]: "(...) o Ministro plenipotenciário da Inglaterra, em termos arrogantes, reclama indenização (...)"

O ministro inglês não é outro senão Sir Rutheford Alcock, já citado, e ausente do Japão no momento do atentado Richardson. Nessa época, foi o coronel Neale, ministro interino, que mandou ao *bakufu* um protesto formal, acusando-o de negligência na polícia das estradas.

[24]: "(...) o Almirante Kuper (...)"

Sir Augustus Leopold Kuper (1809-1885), comandante em chefe das forças britânicas na China, e que foi chamado, logo após o assassínio de Richardson, ao Japão, onde chegou em março de 1863, com sua esquadra, em Yokohama. As relações diplomáticas entre seu país e o Japão achavam-se interrompidas, esperando a resposta ao ultimatum. Após a recusa de qualquer pagamento, o almirante Kuper dirigiu-se para a província de Satsuma. Lembremos que foi um membro da escolta do *daimyô* de Satsuma que executou Richardson. A esquadra chegou diante da cidade de Kagoshima em 14 de agosto de 1863, no dia seguinte os três navios vendidos pela Inglaterra ao feudo de Satsuma foram apreendidos, e finalmente, no dia 16, os combates começaram entre as baterias da terra e da esquadra britânica. O combate foi rápido, o palácio do *daimyô* de Satsuma foi bombardeado e a cidade de Kagoshima quase inteiramente

destruída. No mesmo dia, as exigências britânicas foram satisfeitas. O ultimatum inglês exigia 100.000 libras de indenização do *bakufu*, e mais 25.000 libras do feudo de Satsuma, como indenização complementar. Essa soma deveria ser acompanhada da execução dos responsáveis do atentado. Depois da derrota de Kagoshima, só a primeira exigência foi satisfeita.

Acrescentemos que, após o episódio, o clã de Satsuma adotou, a partir de 1863, outra estratégia com relação à Inglaterra. O poderio dos "navios negros" serviu-lhes de aprendizado, pois os homens de Satsuma decidiram encomendar, três anos depois, aos britânicos, alguns navios de guerra e formar uma esquadra mais poderosa. O pedido foi aceito por Londres, e as unidades navais adquiridas nessa ocasião formaram o embrião da futura marinha imperial. Um dos defensores de Kagoshima, o *samurai* Tôgô Heihachirô, foi enviado à Europa como bolsista, tornando-se oficial dessa marinha, após o retorno. Mais tarde, será muito célebre em 1905, durante a guerra russo-japonesa, enquanto almirante da esquadra japonesa vitoriosa. Essas reviravoltas são significativas quanto à mudança das técnicas empregadas pelo Japão para conservar a independência, pondo-se na escola desse próprio Ocidente ameaçador.

5º Capítulo

Em consideração ao número dos acontecimentos enumerados por Aluísio Azevedo, estabelecemos abaixo um quadro cronológico rápido dos anos 1853 a 1863 no Japão, objeto dos três últimos capítulos do livro.

1853	• Primeira viagem do comodoro Perry ao Japão. • Morte do *shôgun* Ieyochi, e posse do *shôgun* Yeçada.
1854	• Segunda viagem do comodoro Perry. • Tratado de Kanagawa com os Estados Unidos e tratados comerciais com a Rússia e a Grã-Bretanha.
1856	• Chegada de Townsend Harris, primeiro cônsul americano.
1857	• Morte do *rôju* Abe Masahiro.
1858	• Ii Naosuke torna-se *tairô*. • Assinatura do tratado das "Cinco Nações". • Morte do *shôgun* Yeçada, e posse do *shôgun* Iemochi menor. • Repressão contra os partidários do *daimyô* de Mito.
1859	• Abertura de Yokohama aos países ocidentais.

1860	• Envio da primeira embaixada japonesa aos Estados Unidos. • Assassínio de Ii Naosuke.
1862	• Envio da primeira embaixada japonesa à Europa. • Atentado contra o *rôju* Ando Nobumasa. • Casamento do *shôgun* Iemochi com a princesa imperial Kazu. • O *daimyô* de Satsuma é enviado em missão a Edo. • Caso Richardson. • Yoshinobu, filho do *daimyô* de Mito, é nomeado tutor do *shôgun*.
1863	• Primeira viagem do *shôgun* a Kyoto. • Decisão imperial de expulsão dos estrangeiros. • Chôshû bombardeia os navios ocidentais em Shimonoseki. • Batalha de Kagoshima entre Satsuma e a frota inglesa do almirante Kuper. • Golpe de estado em Kyoto.

[1]: "(...) brutal e desumana expedição de Changai".

Depois das operações contra a China, as potências ocidentais assinaram tratados em 1858 que previam a instalação de missões diplomáticas em Pequim e consulados nos principais portos, proteção dos missionários estrangeiros, possibilidade de livre circulação para os estrangeiros no país, abertura de uns dez novos portos ao comércio internacional, uma legislação para o comercio do ópio e o direito, para os navios de guerra estrangeiros, de fundear em todos os portos chineses e de subir o rio Yangtse. Os chineses não se apressaram em assinar esses tratados e uma nova série de combates começou em 1859 com os ingleses, os franceses e os americanos. Em agosto de 1860, essas forças expedicionárias, depois das vitórias de Xangai, subiram o Yangtse até Pequim, quando o palácio foi pilhado, depois incendiado, em represália ao

assassínio de prisioneiro ingleses. Esses acontecimentos são de natureza semelhante, logo, aos conflitos que opunham os ingleses às autoridades japonesas, depois da vaga de atentados dos anos 1861 e 1862.

[2]: "(...) expediu ostensivamente o seguinte manifesto aos trinta e seis mais importantes (...) daimos do Império (...)"

Para uma compreensão melhor da atitude do Imperador com os *daimyô*, convém voltar rapidamente às origens do ultimatum inglês. Assim é que, depois do incidente Richardson, o *daimyô* de Satsuma contentou-se em mandar ao *bakufu* um relatório segundo o qual estrangeiros no Tôkaidô tinham sido atacados por um certo Okano Shinsuke, personagem fictício. Em seguida, continuou seu caminho e voltou à capital imperial. Em Kyoto a situação tinha mudado completamente. Os *rônin* faziam justiça com as próprias mãos contra elementos favoráveis ao comércio com os estrangeiros, ou contra os antigos fiéis de Ii Naosuke. Chamavam esses atentados *tenchu* ("castigos do céu"). O *daimyô* de Satsuma, partidário de uma política moderada, foi obrigado a retornar às suas terras.

Essa reviravolta de situação era devida ao *daimyô* de Chôshû, chegado à capital em agosto de 1862, aproveitando-se da ausência do rival, o *daimyô* de Satsuma. Ao primeiro chefe, juntara-se o de Tosa, extremista também. Essas duas novas forças no tabuleiro de xadrez político pendiam um plano de ação oposto ao anterior, denunciando os tratados e exigindo a expulsão dos "bárbaros". Como primeiro resultado, a corte imperial enviou um novo emissário a Edo. Lembremos a propósito, que o *bakufu*, por ocasião da primeira missão de Satsuma, satisfizera já as exigências de Kyoto, mas desta vez eram as próprias prerrogativas do *bakufu* que estavam postas em perigo. O pedido de expulsão formulado pelo Imperador, contra os estrangeiros, era formal. Para ganhar tempo, Yoshinobu, filho do *daimyô* de Mito e tutor do *shôgun* Iemochi, aceitou o princípio de expulsão, mas declarou que o *shôgun*, depois da deliberação do *bakufu*, viria a Kyoto para fixar a data da execução dessa ordem. Esses acontecimentos se passaram entre novembro de 1862 e o começo de 1863. Acrescentemos que durante o retorno dessa missão, junto ao *bakufu*, os *samurai* de Chôshû aproveitaram para incendiar a legação inglesa que começavam a reconstruir em Edo.

[3]: "Iemochi cai no laço e vai a Kioto".

Nesse começo do ano de 1863, a situação política japonesa ia conhecer uma nova modificação violenta com a viagem do *shôgun* à corte imperial. Apesar do declínio do prestígio do *bakufu*, até então este não tinha perdido de todo o apoio dos feudos. Daqui para frente, passariam à ação de modo independente.

Yoshinobu, tutor do *shôgun*, adiantou-se a ele e chegou em Kyoto em 21 de fevereiro de 1863. Criava-se na mesma época em Kyoto um conselho de governo, composto de membros da nobreza, que esboçava já uma passagem do centro de decisões de Edo Kyoto. Enquanto a corte se preparava para receber o *shôgun*, a onda de atentados não cessava, sendo o mais significativo o perpetrado contra o templo Toji, quando três estátuas foram decapitadas e, em seguida expostas, acompanhadas de declarações hostis ao *shôgun* Iemochi.

Iemochi chegou em Kyoto em 21 de abril de 1863. Alguns dias depois, fizeram-lhe comunicar que daí para frente a corte reservava para si o direito de transmitir ordens diretamente aos feudos, e antes que *shôgun* pudesse contornar a situação, ela exigiu que permanecesse em Kyoto para proteger o Imperador.

[4]: "(...) do meu antepassado Goyo Zei (...)"

Go-Yôzei, que reinou de 1587 a 1611.

O *shôgun* foi convidado a participar de duas cerimônias distintas, que é preciso mencionar. A primeira foi a peregrinação ao templo Shimo-Gomo, cujo fim era dirigir aos deuses orações pela vitória contra os estrangeiros. Há mais de dois séculos que o *shôgun* não tinha feito a viagem de Kyoto, da mesma forma que o imperador não deixara o recinto do seu palácio. A peregrinação teve lugar em 28 de abril de 1863, com grande pompa e também uma etiqueta astuta cujo fim era marcar a distância entre o imperador e o *shôgun*, seu vassalo. Depois, Iemochi foi convidado a uma segunda peregrinação, dessa vez ao templo Iwa-shimizu (ver nota "divinizada hoje com o nome de Hachiman Daibosatsu no templo de Otokoiama", capítulo 1, nota 26), no dia 28 de maio. Na última hora, o *shôgun* Iemochi se disse doente, e desculpou-se pela ausência; Yoshinobu, por sua vez, sentiu-se mal

também... Somente o Imperador dirigiu-se ao templo dedicado ao *kami* da guerra, e o sabre sagrado, simbolizando a guerra de liberação do território, não foi entregue ao *shôgun*, na verdade.

[5]: "O Shogun baixou a cabeça sem responder palavra".

Yoshinobu, o tutor de Iemochi, todavia, deixou Kyoto em 8 de junho de 1863 para voltar a Edo.

[6]: "(...) nomeia o prestigioso Owari para substituir em Yedo o Shogun durante a guerra (...)"

Isto é, Yoshinobu. Na véspera de sua partida de Kyoto, dia 7 de junho de 1863, declarou que os estrangeiros seriam expulsos no dia 25 do mesmo mês. Entretanto, a ordem que foi dada ao *bakufu* era diferente, pois o exército shogunal deveria começar os combates só no caso de ser atacado pelos estrangeiros, o que se tornava uma medida defensiva.

[7]: "(...) entre as instruções secretas dadas a Owari, no momento da partida deste (...)"

Existem algumas imprecisões nesses acontecimentos, que seria bom esclarecer. Tokugawa Yoshinobu, *daimyô* de Owari, não foi designado pelo Imperador para substituir o *shôgun* Iemochi, "prisioneiro" em Kyoto. Yoshinobu já era seu tutor desde 1862. Depois da partida da corte imperial, ele vai agir, não segundo as ordens do Imperador, mas segundo a lógica da política do *bakufu*, de que fazia parte enquanto Tokugawa. É assim que entregará em 24 de junho de 1863, na véspera do dia escolhido para a expulsão dos estrangeiros, a soma exigida pelos ingleses como indenização do caso Richardson e o incêndio da legação, 110.000 libras ao todo. Além disso, tentará um estratagema para ganhar tempo e mudar a situação em Kyoto. Anuncia aos representantes diplomáticos ocidentais que o porto de Yokohama vai ser fechado aos estrangeiros, o que provoca uma crise diplomática, muito útil, com suas inúmeras conferências e reuniões, para atingir seu fim. Pagando as indenizações faz prova de boa vontade com a Inglaterra; ameaçando de fechar Yokohama, agrada o partido hostil aos estrangeiros.

[8]: "Qual seria o motivo de tão estranha greve?"

O abandono de Yokohama, descrito por Aluísio Azevedo, é consequência, é claro, da decisão de Yoshinobu. Além da manobra política, seria preciso acrescentar que havia outros motivos para tanto. O comércio desse porto tinha progredido rapidamente depois de dois anos, o que provocava conflitos entre os negociantes exportadores de Yokohama e os de Edo. O *bakufu* estava prevenido da desordem interior que deveria produzir-se, assim que houvesse uma alta sensível dos preços. Tomemos, por exemplo, o da seda, que tinha aumentado de quase 50% com relação aos preços de 1860. Diante da situação, os produtores de tecido do interior só poderiam aumentar também os preços dos produtos, sob pena de deixar escapar as matérias-primas em direção dos portos exportadores. Além do mais, os exportadores aumentavam o volume cada ano, em 1862 a quantidade de seda exportada em Yokohama já era o dobro da de 1860. Para agravar a situação, os próprios negociantes de Edo eram molestados continuamente pelos *rônin* nacionalistas, que os acusavam de encaminhar as mercadorias para Yokohama. Em 1863, os atentados começaram a aparecer também em Yokohama. Diante da situação, o fechamento de Yokohama aos estrangeiros, mesmo sendo uma medida de aplicação difícil, poderia levar, ao menos, a uma regulamentação mais estrita. E a paralisação provisória do porto tornava o exame da questão mais fácil, sem contar que poderia acalmar os espíritos na região de Edo.

[9]: "(...) até o dia 26 desse mês (julho de 1863) (...)"

Na verdade, dia 25 de junho de 1863.

[10]: "(...) no seu longo Manifesto de 19 de julho de 1863 (...)"

A data, aqui também, deve ser recuada um mês, para 19 de junho de 1863.

[11]: "(...) o Ministro inglês, de mãos dadas ao da França (...)"

A aliança será de curta duração. Depois dos choques de 1863, as diplomacias inglesa e francesa tomaram direções opostas, a primeira

procurando apoio junto aos feudos do sul, contra o *bakufu*; a segunda, aliando-se a eles. Dois novos ministros chegam ao Japão, Léon Roches em 1864, representante francês, e depois, Harry Parkes, do lado inglês, em 1865. Léon Roches faz-se conselheiro do *shôgun* para ajudar a modernizar o equipamento militar. A França construiu, aliás, um estaleiro naval em Yokosuda e um complexo siderúrgico em Yokohama. Quando Harry Parkes chegou ao Japão em julho de 1865, foi antes de mais nada a Chôshû, e depois foi ter à capital shogunal. Percebeu que o centro de decisões tinha mudado e, no momento da queda definitiva do *bakufu* em 1867, a Inglaterra encontrar-se-á do lado dos vencedores.

[12]: "(...) a sua civilização de grande alcance forjada na universidade de Krupp".

Os contatos entre o Japão e a Alemanha (em japonês *Doitsu*, palavra derivada do holandês) não foram muito numerosos antes da assinatura do primeiro tratado de comércio com a Prússia, em janeiro de 1861. Em 1882, depois da criação do Reich alemão, o Japão mandou à Europa uma missão de estudos para a elaboração de um projeto de constituição. Na realidade, a equipe estagiou em Berlim, pois seus membros estavam persuadidos há tempos que o exemplo a seguir era, precisamente, o de um regime que correspondesse aos seus gostos autoritários. Nessa época, a Prússia de Bismarck, depois das vitórias sobre a Áustria e a França, preenchia essas condições. A missão permaneceu três meses em Berlim, deixando-a em seguida para uma viagem rápida à Áustria e Inglaterra. De volta ao Japão, em 1883, os trabalhos começaram rapidamente e o resultado final, a Constituição do Império Japonês (consultar "e acaba na mais engravatada e burocrática monarquia constitucional", capítulo 1, nota 3), foi promulgada em fevereiro de 1889, bastante inspirada nas instituições alemãs de então. Alguns anos antes, dois oficiais japoneses convidaram o major Meckel, alemão, como conselheiro do governo. O exército japonês, que até esse momento, tinha tido o exército francês como modelo, foi reconstituído segundo o regime militar alemão.

[13]: "(...) às quatro horas da madrugada do dia 24 de agosto de 1863 (...)"

A data do pagamento é, todavia, 24 de junho de 1863.

[14]: "(...) o destemido Mori, o príncipe de Nagato (...)"

Isto é, o chefe do clã Chôshû, cuja capital era Nagato. Entretanto, há precisões a acrescentar: entre a entrega aos ingleses da indenização do caso Richardson, e o bombardeio dos navios ocidentais em Shimonoseki, somente 24 horas se tinham passado, pois o primeiro acontecimento ocorreu dia 24 de junho, e o segundo dia 25. Logo, não há relação de causa e efeito entre os dois acontecimentos, sobretudo porque as 100.000 libras foram pagas em Edo, e o *daimyô* de Chôshû se encontrava em seu feudo, no sudoeste. Por outro lado, a escolha das duas datas é significativa, o *bakufu* regularizando a indenização na véspera do dia estabelecido pelo Imperador para a expulsão dos estrangeiros, e Chôshû passando à ação no momento combinado.

[15]: "(...) corre às fortalezas do litoral, denuncia o revoltante caso e toca com os seus três frágeis navios (...)"

Existe no texto de Aluísio Azevedo um espantoso emaranhado de acontecimentos, que tentaremos desembaraçar. Os leitores estão lembrados que três eram os navios de guerra que o clã de Satsuma tinha comprado aos ingleses, e que foram confiscados pelos soldados do almirante Kuper, antes dos combates que o opuseram à cidade de Kagoshima. Esse acerto de contas entre os ingleses e o clã Satsuma, autor do atentado contra Richardson, ocorreu entre 14 e 16 de agosto de 1863, vinte dias depois, logo, dos fatos que Aluísio Azevedo narra aqui (consultar "o almirante Kuper, capítulo 4, nota 24).

Os combates de Shimonoseki, entretanto, diziam respeito somente ao clã Chôshû e o conjunto das potências ocidentais presentes no Japão. Além do mais, Chôshû não possuía uma marinha, não havendo assim combate naval, propriamente dito. No dia 25 de junho de 1863, as fortalezas de Shimonoseki abrem fogo contra o *Pembroke*, um cargueiro americano que fazia escala nesse porto antes de partir para Xangai.

Alguns dias depois, 8 e 11 de julho, foi a vez dos navios de guerra, o aviso francês *Kienchan* e a corveta holandesa *Medusa*, bombardeados e danificados pelas mesmas baterias de Shimonoseki. Em seguida, vieram as represálias ocidentais, três navios, o *Wyoming*, americano, dia 16 de julho, e os franceses *Semiramis* e *Tancrède*, destruíram as fortificações nos arredores de Shimonoseki. Ao mesmo tempo, houve um desembarque de fuzileiros navais franceses, que se apoderaram dos canhões de Chôshû. Os incidentes provocaram reações entre as potências ocidentais, que protestaram oficialmente, o que, por um momento, facilitava os negócios do *bakufu*, contente de que as atenções se voltassem para os feudos do sul. Por outro lado, a tese do *bakufu*, segundo a qual o Japão não estava ainda pronto para enfrentar militarmente o Ocidente, acabava de ser confirmada aos olhos do Imperador. De fato, antes mesmo que esses combates e a repressão ocidental tivessem terminado, o Imperador autorizara o *shôgun* Iemochi a regressar a Edo dia 9 de julho de 1863, adiando a expulsão dos estrangeiros.

Entretanto, era importante saber a reação dos ingleses diante do problema de Satsuma. Sete navios, sob o comando do almirante Kuper, foram encarregados da expedição, e desde a chegada em Kagoshima, dia 14 de agosto, as negociações foram iniciadas, mas sem nenhum resultado. No dia seguinte, ocorreu a captura dos três navios de guerra vendidos pela Inglaterra, e começou a batalha entre os canhões de Satsuma e a frota britânica. As perdas infligidas aos ingleses foram sérias, mais de 60 homens mortos, mas os navios do almirante Kuper conseguiram incendiar mais de um terço da cidade. No dia 17 de agosto, a frota inglesa se retirou, com a promessa de que o litígio seria resolvido ulteriormente e de modo pacífico.

Essas duas séries de acontecimentos marcam uma reviravolta importante na política nacionalista japonesa. Depois das demonstrações de superioridade dos armamentos ocidentais, os *daimyô* extremistas do sul iam adotar posições mais moderadas para o imediato, mas ao mesmo tempo trabalhar para modernizar o exército tradicional. Dia 11 de dezembro de 1863, o clã Satsuma pagou a soma de 25.000 libras aos ingleses, o qual teve cuidado de pedir emprestado ao *bakufu*, o que limitava as perdas e salvava a honra.

Bibliografia

Sobre Aluísio Azevedo

MENEZES, Raimundo de. *Aluísio Azevedo, uma vida de romance.* Martins Ed., São Paulo, 1958.

MERIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo, vie et oeuvre (1857-1913)*, tese. Universidade de Rennes, 1980.

PEIXOTO, Afrânio. *Lembranças de Aluísio Azevedo*, in "Revista da Academia Brasileira de Letras" nº 12, Rio de Janeiro, 1913.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *O silêncio de Aluísio Azevedo*, in "Suplemento Literário de O Estado de São Paulo", São Paulo, 25/5/1957.

Os japonistas

HEARN, Lafcadio. *Lettres Japonaises* (1890-1893). 5ª edição, Mercure de France, Paris, 1929.

_____. *En glanant dans les champs de Bouddha.* 2ª edição, Mercure de France, Paris, 1925.

_____. *Feuilles éparses de littératures étranges*. Mercure de France, Paris, 1922.

_____. *Kotto*, 4ª edição, Mercure de France, Paris, 1922.

_____. *Le Japon*, 3ª edição, Mercure de France, Paris, 1914.

LOTI, Pierre. *Madame Chrysanthème, Calmann-Lévy*. Paris, 1888.

_____. *Japoneries d'Automne, Calmann-Lévy*. Paris, 1889.

MORAES, Wenceslau de. *Traços do Extremo Oriente*, 2ª edição, Parceria A.M. Pereira Ltda., Lisboa, 1971.

_____. *Dai Nippon*, 3ª edição, Parceria A.M. Pereira Ltda., Lisboa, 1972.

_____. *Relance da História do Japão*. 2ª edição, Parceria A.M. Pereira Ltda., Lisboa, 1972.

_____. *Relance da alma japonesa*. 2ª edição, Parceria A.M. Pereira Ltda., Lisboa, 1973.

O exotismo

JOURDA, Pierre. *L'exotisme dans la litérature française depuis Chateaubriand*. Tomo II, Presses Universitaires de France, Paris, 1956.

MILWARD, K.G. *L'oeuvre de Pierre Loti et l'espirit "Fin de Siècle"*. Librairie Hachette, Paris, 1955.

ONO, Setsuko. *A Western Image of Japan, Imprimerie du Courrier.* Genebra, 1972.

SEGALEN, Victor. *Essai sur l'exotisme – une esthétique du divers*. Fata Morgana, Montpellier, 1978.

Dicionários

CORDIER, Henri. *Bibliotheca Japonica*. Imprimerie Nationale, Paris, 1912.

Dictionnaire Historique du Japon. Publications de la Maison Franco-Japonaise, Livraria Kinokuniya, Tóquio

GOEDERTIER, Joseph M. *A Dictionary of Japanese History*. Walker/ Weatherhill, Nova York e Tóquio, 1968.

PAPINOT, E. *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie du Japon*. Librairie Sansaisha, Tóquio, 1906.

Geografia

DERRUAU, Max. *O Japão*. Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1970.

TREWARTHA, Glenn Thomas. *Japan: a Physical, Cultural and Regional Geography*. The University of Wisconsin Press, 1945.

Artes e Literatura

ELISSEEF, Serge. *Histoire Universelle des Arts: Japon*, Paris. 1938.

FRANCASTEL, Pierre. *L'impressionnisme*. Ed. Denoel, Paris, 1974.

FREDERIC, Louis. *Le Japon, art et civilisation*. Arts et Métiers Graphiques, Paris, 1969.

FOCILLON, Henri. *Hokusai*. Librairie Félix Alcan, Paris, 1925.

GONCOURT, Edmond de. *Outamaro – le peintre des Maisons vertes*. Bibliothèque Charpentier, Paris, 1891.

_____. *Hokusai.* Bibliothèque Charpentier, Paris, 1896.

GONCOURT, Edmond e Jules de. *L'art du XVIIIe siècle et autres textes sur l'art*. Hermann, Paris, 1967.

GONSE, Louis. *L'art japonais*. Quantin, Paris, 1886.

SIEFERT, René. *La littérature japonaise*. Publications Orientalistes de France, Paris, 1973.
WORSWICK, Clarck. *Japan Photographs (1854/1905).* Pennwick/ Alfred A. Knopf, Nova York, 1979.

Religião

Le Kojiki (Chronique des Choses Anciennes). Editions Maisonneuve et Larose, Paris, 1969.

HERBERT, Jean. *Aux sources du Japon*. Le Shintô, Editions Albin Michel, Paris, 1964.

_____. *Les dieux nationaux du Japon.* Editions Albin Michel, Paris, 1965.

_____. *Dieux et sectes populaires du Japon.* Editions Albin Michel, Paris, 1964.

SIEFERT, René. *Les religions du Japon*. Presses Universitaires de France, Paris, 1968.

Estudos gerais – história e mentalidades

BENEDICT, Ruth. *El crisantemo y la espada.* Alianza Editorial, Madrid, 1974.

BOUSQUET, Georges. *Le Japon de nos jours et les Echelles de l'Extrême Orient*, 2 volumes. Hachette, Paris, 1877.

NISH, Ian. *The story of Japan*. Faber and Faber, Londres, 1968.

RESCHAUER, Edwin O. *Histoire du Japon et des Japonais*, 2 volumes. Editions du Seuil, Paris, 1973.

TOUASSAINT, François. *Histoire du Japon, Fayard*. Paris, 1969.

YAMASHIRO, José. *História dos Samurais, Massao Ono.* Roswith Kempf Editores, São Paulo, 1982.

História – Idade Média e Época Moderna

BOURDON, Leon. *La Compagnie de Jesus et le Japon,* tese. Paris, 1949.

CARDIM, Padre António Francisco. *Batalhas da Companhia de Jesus*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1894.

COOPER, EBISAWA, GUTIERREZ, PACHECO. *The Southern Barbarians – The First Europeans in Japan*. Kodansha International Ltd., Tóquio, 1971.

FREDERIC, Louis. *La vie quotidienne au Japon à l'époque des samourai (1185-1603).* Hachette, Paris, 1968.

HALL, JANSEN. *Studies in the Institutional History of Early Modern Japan.* Princeton University Press, 1968.

MILANESI, Marica. *Il primo secolo della dominazione europea in Asia*. Sansoni Editore, Florença, 1976.

MORRIS, Ivan. *La vie de cour dans l'ancien Japon*. Gallimard, Paris, 1964.

NAGAOKA, H. *Histoire des relations du Japon avec l'Europe aux XVIe et XVIIe siècles*. Henri Jouve Editeur, Paris, 1905.

YAMASAKI, Naozo. *L'action de la civilisation européenne sur la vie japonaise avant l'arrivée du Commodore Perry*, tese. Paris, 1910.

História – Era Meiji

AKAMATSU, Paulo. *Meiji – 1868, Révolution et contre-révolution au Japon.* Calmann-Lévy, Paris, 1968.

BEASLEY, W. G. *Storia Del Giappone Moderno*. Piccola Biblioteca Einaudi, Turim, 1969.

CHESNEAUX, Jean. *L'Asie orientale aux XIXe et XXe siècles*. Press Universitaires de France, Paris, 1966.

GRAFF, Henry F. – *Bluejackets with Perry in Japan*. The New York Public Library, Nova York, 1952.

LIVINGSTON, MOORE, OLDFATHER. *The Japan Reader 1 – Imperial Japan: 1800-1945*. Penguin Books, Bungay, 1976.

MUTEL, Jacques. *Le Japon – la fin du shôgunat et le Japon de Meiji (1853/1912)*. Hatier Université, Paris, 1970.

RENOUVIN, Pierre. *Histoire des Relations Internationales*. Tomos V e VI, Hachette, Paris, 1955.

RENOUVIN, Pierre. *La question d'Extrême Orient 1840-1940*. Hachette, Paris, 1953.

STORRY, Richard. *Histoire du Japon moderne*. Librairie Arthème Fayard, Paris, 1963.

Relações entre o Brasil, Portugal e o Japão

CIDADE, Hernani. *A literatura portuguesa e a expansão ultramarina.* Armênio Amado Editor, Coimbra, 1963.

LE GENTIL, G. *Fernão Mendes Pinto, un précurseur de l'exotisme au XVIe siècle*. Hermann, Paris, 1947.

MARTINS, Armando. *Portugal e o Japão*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1955.

PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Textos Literários, Lisboa, 1963.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*. Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 1973.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. *O japonês na frente de expansão paulista*. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)